



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Secretária Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

39ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 30 de maio de 2023, de 09:00hs às 18:00h.

Local:

Telefone para contato: (61) 2027-3901

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

● **Pauta:**

1.1. Registro dos membros e quórum

- Horário do início do ponto de pauta: 09:48
- Condução: Sofia
- Instalação do quórum.

Presentes:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC	1. ITTC
2. SNDH	2. ANADEP
3. MJSP/SENAPPEN	3. GAJOP
4. MJSP/SENASP	4. REDE
5. MINISTERIO DA DEFESA	5. SOMOS
6. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	6. GRUPO DE AMIGOS E FAMILIARES
7. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	7. EDUCAFRO
8. SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	8. UFRN
	9. AJD
	10. COFEN
	11. AGENDA NACIONAL
	12. CFESS
Soma RG: 8	Soma SC: 12
Total: 20	

1.2. Leitura, inversão e aprovação da pauta da 39ª RO CNPCT.

- Sugestão de tratar sobre a Resolução/Recomendação nº 487 do CNJ de 15/2/2023 ao final, depois do tópico 11.

1.3. Aprovação das Atas da 36ª e 37ª RO e 14ª e 15ª RE

1.4. Informes:

1.4.1. Fechamento da composição do CNPCT

1.4.2. Reunião sobre as audiências de custódia

Discussão sobre a volta de audiência de custódia de modo presencial. Como encaminhamento, foi definida nova reunião com MJ e membros do MDHC. Foram encaminhados os convites, com respostas de 2 pessoas que não vão participar (Ana Lucia MDHC e Conselheiro Vieira de Mello do CNJ), sendo assim, houve a sugestão de novas datas.

1.4.3. Informe Agenda e CFESS

Informe de como foi o encontro interconselhos. Ponto central: **discussão da privatização do sistema prisional**. Sugestão de debate desta pauta para a próxima reunião e do texto do PL nº 2694/15 (que trata sobre elementos que flexibilizam a privatização).

1.5. Apresentação do logo: Opção de logo 2 aprovada.

- Discussão extra sobre criação de redes sociais, com a sugestão de criação de um GT de comunicação. Foi ressaltada a importância de publicizar os órgãos SNPCT e CNPCT nas redes do MDHC.

1.6. Formação de nova comissão de seleção de peritos e peritas do MNPCT.

- Neste ponto, foram discutidas as balizas do processo seletivo e das previsões do edital.

- Foi definida a **aprovação da comissão de elaboração do edital** amanhã. Membros da Comissão:

A. Sociedade civil: 1) Jaqueline e 2) Antônio Coutinho.

B. Governo: 1) Nana.

- **Encaminhamento:** enviar e-mail avisando que até amanhã precisamos de um nome de representantes do Governo para compor a comissão de elaboração do edital e indicação para a Comissão de seleção.

- Minuta da resolução para criação/aprimoramento do edital até amanhã.

- Aberta votação para definir a composição da comissão de seleção. Encerrado o regime de votação, foi escolhida, com 11 votos, a proposta da sociedade civil com a maioria de membros na Comissão (3 da sociedade civil e 2 do governo).

1) Paridade na seleção	2) Sociedade civil com a maioria	Abstenções	Ausências
1. Ministério da Defesa	1. MDHC	1. SENAPPEN	1. SNDH
2. SOMOS	2. Ministério das Relações Exteriores		2. Secretaria de Relações Institucionais
	3. Ministério Desenvolvimento Social		
	4. ITTC		
	5. ANADEP		
	6. GAJOP		
	7. Grupo de Amigos e Familiares		
	8. AJD		

	9. Agenda		
	10. COFEN		
	11. Educafro		
Total: 2	11	1	2

1.7. Recomposição da mesa diretora e grupos de trabalho

- A. Comissão audiências de custódia -transformar comissão permanente ANADEP E GAJOP
- B. Comissão mulheres ITTC E CFESS
- C. Comissão socioeducativo AGENDA E EDUCAFRO
- D. GT de Visitas GAFPPL E AGENDA
- E. Comunidades terapêuticas UFRN E ANADEP

1.8. Indicação do CNPCT para o CNPCP

- Foi definida a indicação de Matheus Moro.

RETORNO

- **No retorno da pausa para almoço foi definida, como ponto extra na pauta, manifestação acerca da ausência dos membros do Governo Federal na RO. Sendo assim, foi realizada uma lista de presença.**

Presentes no retorno:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC	1. ITTC 2. ANADEP 3. GAJOP 4. REDE 5. SOMOS 6. GRUPO DE AMIGOS E FAMILIARES 7. EDUCAFRO 8. UFRN 9. AJD 10. AGENDA NACIONAL 11. CFESS 12. COFEN
Soma RG: 1	Soma SC: 12

Total: 12

- A seguir, foi realizado um debate sobre a revisão da resolução nº 35, que previa a facultatividade da participação remota. **Houve votação para suprimir parte final do artigo 1º da Resolução nº 35, que previa a possibilidade reuniões híbridas:**

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC sim	1. ITTC sim
2. MDS sim	2. ANADEP sim
3. MJSP/SENAPEN sim	3. GAJOP sim
	4. REDE sim
	5. SOMOS sim
	6. GRUPO DE AMIGOS E FAMILIARES sim
	7. EDUCAFRO sim
	8. UFRN sim
	9. AJD sim
	10. AGENDA NACIONAL sim
	11. CFESS sim
Soma RG: 3	Soma SC: 11
Total: 14 votos positivos ; nenhum voto negativo; nenhuma abstenção.	

- Encerrada a votação, com 14 votos positivos, foi decidido pela supressão da parte final do artigo 1º da Resolução nº 35, de forma que **não há mais a faculdade de participação híbrida.**

1.9. Fluxo de denúncias

- Discussão acerca de uma melhora no fluxo de denúncias – como receber tratar e encaminhar de forma mais eficiente e eficaz.
- Foi falado sobre a importância do encontro do SNPCT. Também foi deliberada a **continuidade do tratamento das denúncias seguindo o previsto na resolução.**

2. Temática

2.1. Apresentação do Relatório da Bahia

- **Síntese da discussão:**
 - Apresentação sobre a situação atual de implantação do SEPCT/Bahia. Foi ressaltada a importância do mecanismo na Bahia, por ser autônomo, para enfrentar a situação degradante.
 - Foi constatado que a visita ao sistema socioeducativo apontou para uma falta de observação da resolução nº 46/1996 do CONANDA. Foi ressaltado o cenário de superlotação, falta de assistência material, precariedade nas instalações sanitárias, revistas vexatórias e uso ilegítimo de algemas.
 - Discussão sobre a necessidade de separação entre homens e mulheres nos presídios.
 - Foi ressaltada a importância da atenção à questão do encarceramento indígena.
 - Necessidade de reforçar a criação do Comitê Estadual da Bahia
 - Necessidade de elaborar resolução sobre as unidades mistas
 - Necessidade de elaborar resolução sobre assistência religiosa

- Necessidade de elaborar resolução sobre revista em mulheres por agentes masculinos
- Discussão sobre a criação de concurso para agentes e estruturação da carreira de agentes socioeducativos na Bahia

2.2. Deliberações/Encaminhamentos relacionadas à Bahia

- Ofício conjunto entre o CNPCT com o MNPCT solicitando informações sobre o uso da força tática de grupos de intervenção
- Convidar membros da Assembleia Legislativa da Bahia, à SEAP, MP, ALBA e GMF para a próxima reunião
- Marcar reunião conjunta entre DEPEN e CNPCT

2.3. Apresentação do Relatório de Sergipe

- **Síntese da discussão:**
 - COPEMCAN: Existem muitos presos provisoriamente; falta de infraestrutura; racionamento de água, alimentação insuficiente e imprópria para consumo; e assistência material prejudicada / Disparo de balas de borracha e spray de pimenta depois das visitas; ausência de banho de sol / Falta de cumprimento da resolução do CNJ.
 - PREFEM: Presídio feminino. Celas para visita íntima improvisada; obrigatoriedade de utilização de roupa íntima masculina; espaço muito longo entre refeições; acesso ao trabalho e educação prejudicados; as pessoas privadas de liberdade sofrem revistas vexatórias a todo momento
 - PRESLEN: infraestrutura insalubre e ausência de acesso para pessoas com deficiência; denominações religiosas nos presídios – desrespeito ao estado laico; hortas, artesanatos e leituras não são convertidos em remissão de pena.
 - CPAB: insegurança alimentar - não é permitida a entrada de comida pela família; alta saída de medicamentos/contenção química (especificamente antipsicótico); uso excessivo da força
 - Visita à Unidade Socioeducativa de Internação Provisória (USIP)
 - Visita à UNIFEM
 - Discussão sobre a necessidade de fortalecer o Comitê Estadual do Sergipe
 - Sugestão de monitoramento das recomendações do MNPCT pelo CNPCT
 - Sugestão de criação de GT interinstitucional
 - Monitorar a criação de ato administrativo para proibição a revistas vexatórias
 - Monitorar a vedação de custódia de meninas por homens no socioeducativo.
 - Discussão sobre a necessidade de formação acadêmica para os membros do Mecanismo.
 - Foi apontada a venda de *ecobags* produzidas na PREFEM para empresas privadas, sem que os detentas percebam qualquer remuneração – trabalho análogo à escravidão.
 - Discussão sobre a violência de gênero representada pela obrigatoriedade de uso de roupas íntimas masculinas na PREFEM e pela existência de um quarto para a punição de meninas na UNIFEM.
 - Necessidade de estabelecimento de parâmetros para mínimo de peritos no mecanismo do Sergipe.
 - Necessidade de assessoria de pesquisa para sistematização de dados produzidos pelo mecanismo nacional.
 - Pauta censo: necessidade de aprofundar questão da ausência de dados sobre raça nas inspeções

2.4. Deliberações/Encaminhamentos relacionadas ao Sergipe

- Pedir pauta com Ministério de Ciência e Tecnologia para uma conversa sobre edital de acordo de cooperação interministerial para produção de editais específicos da caps, a fim de produzir pesquisas relativas ao combate à tortura.
- Reunião em conjunto com o Governo de Sergipe para pensar na criação de um GT interinstitucional, que monitore as recomendações emitidas pelo mecanismo nacional e informe ao mesmo sobre as medidas adotadas dentro de seis meses.

❖ ***Encaminhamento extra: elaboração de uma nota pública de apoio a resolução do CNJ / minuta da nota amanhã para ser aprovada no plenário.***

3. Fechamento da reunião

- Reunião foi encerrada sem vencer todos os pontos de pauta. Sendo assim, os pontos relativos ao repasse sobre a portaria da VEP, aprovação de instalação de câmeras e discussão da resolução do CNJ e os demais pontos serão deliberados no dia seguinte, dia 31 de maio.

.....



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Secretária Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

39ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 31 de maio de 2023, de 09:00hs às 18:00h.

Local:

Telefone para contato: (61) 2027-3901

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

● **Pauta:**

1.1. Registro dos membros e quórum

- Horário do início do ponto de pauta: 09:35
- Condução: Sofia
- Instalação do quórum.

Presentes:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC	1. ITTC
2. SNDH	2. ANADEP
3. MJSP/SENAPPEN	3. GAJOP
4. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	4. SOMOS
	5. REDE
	6. GRUPO DE AMIGOS E FAMILIARES
	7. EDUCAFRO
	8. UFRN
	9. AJD
	10. COFEN
	11. AGENDA NACIONAL
	12. CFESS
Soma RG: 4	Soma SC: 12
Total: 16	

- Estavam presentes também: Denise Teixeira e Patrícia Rodrigues do Ministério das Mulheres; Lucia Souto do Ministério da Saúde; Sara da SENAPPEN e Alex Alverga da ASPAR.

- Frisou-se a revogação da parte da resolução que permitia a RO híbrida.

1.2. Inversão de pauta

- Considerando a presença do Ministro, foi aprovada a inversão de pauta a fim de priorizar os pontos de Apresentação do CNPCT e MNPCT; levantamento da coordenação, recomendação da CAT, envio da FTIP para Pernambuco e repasse da missão do RN, nesta ordem.

2. Apresentação do CNPCT (Mandato Vice-Presidência) e MNPCT

- Contextualização e origem histórica do MNPCT. Frisou-se a necessidade de uma assessoria de comunicação e de revisão de texto para o Mecanismo. Comentou-se a deficiência de pessoal e abertura de edital de aquisições. O Ministro ressaltou que conversará com os outros Ministérios sobre a falta de participação destes nas reuniões.
- Explicou-se as atribuições do CNPCT.
- ❖ **Ponto extra pauta:** apresentação de vídeo que registra a prática de tortura em penitenciária de Alcaçuz, no RN.

3. Levantamento do CGCT e do MNPCT dos comitês e mecanismos estaduais

- Destacou-se a existência de um processo de rearticulação do Sistema. Foi garantida a suplementação do comitê, para participação tanto no Encontro Nacional de Combate à Tortura e no Encontro Estadual de Combate à Tortura. Com os recursos para participação nos dois eventos, frisou-se a necessidade de trabalho conjunto para realizar reuniões com governos dos estados, a fim de apresentar a ideia de encontro dos comitês estaduais.
- Foi solicitado que os orçamentos sejam executados antes do fim do ano. Sendo assim, **proposta de encontro dos Comitês em outubro.**
- Em relação ao Sistema Nacional, iniciou-se a articulação dos 4 membros principais (Comitê, Mecanismo, SENAPPEN e Conselho Nacional de Política Criminal) para retomar o sistema, uma vez que este sequer teve regimento aprovado.
- Proposta de rearticulação do sistema com o CNJ e CNMP.
- Proposta de encontro nacional em agosto, considerando os 10 anos da Lei.
- Lançamento do relatório anual do MNPCT em agosto e, em dezembro, encontro dos mecanismos do Brasil todo.

4. Repasse da missão do RN

- Apresentação do Relatório da missão, realizada em 01 a 04 de abril, na qual foi destacada a situação de extrema violência no RN;
- Recomendações destacadas: levantamento aos órgãos, principalmente do governo, com cópia de aplicação dos recursos federais; que sejam enviadas as cópias do plano de trabalho aos órgãos participantes da missão aplicação dos recursos do FUPEN que foram destinados ao sistema penitenciário do RN.
- Atuação do judiciário e MPRN - ausência de fiscalização e de análise de benefícios das pessoas privadas de liberdade.
- Sugeriu-se debate maior com MP e judiciário da política de prevenção e combate à tortura.
- Sugestão de acompanhamento da ADPF 347.
- Debateu-se relevância de organizar retorno ao RN.
- Destacou-se a existência do Projeto Mandela: monitoramento de cumprimento das cortes internacionais.

- **Encaminhamentos:**

- Editar Recomendação para Secretaria de Administração Penitenciária do RN, tratando sobre: restabelecimentos das visitas; alimentação que pode entrar; ampliação do rol das pessoas que podem entrar nas visitas; restabelecimento do fornecimento de água; visitas mediante televista sem algema, sem restrição de pessoas e sem agente prisional; retorno da visita íntima e retirar a proibição do toque.

- Oficiar o Presidente da República com uma recomendação sobre a necessidade de indulto de forma nacional, destacando a situação específica do RN.

- Sugestão de encaminhamento em relação da decisão da Corte IDH de contagem em dobro de penal: recomendar aos judiciários nacionais que apliquem as medidas determinadas considerando o estado de coisas inconstitucional no sistema penitenciário.

❖ Em seguida, houve uma apresentação de ação de cidadania realizada no complexo de Alcaçuz, pelo SENAPPEN. **Foi solicitada a disponibilização do relatório/apresentação do SENAPPEN.**

❖ **Ponto extra pauta:** sugestão sobre a manutenção sociedade civil na vice-presidência do CNPCT, devido à lacuna nos meses anteriores.

Encaminhamentos:

- Sugestão de encaminhamento de Ofício para Casa Civil com exigência de composição de cargos de suporte. Posicionamento contra a falta de estrutura e indicação das funções necessárias.
- Ofício conjunto do CNPCT e MNPCT para encaminhar vídeo do presídio de Alcaçuz e um pedido de investigação para o CNMP, CNPCP, SENAPPEN e Ministério Público Estadual, com cópia para Governador e CNJ.
- No retorno do almoço, foi realizada uma lista de presença:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC 2. MJSP/SENAPPEN	1. ITTC 2. ANADEP 3. GAJOP 4. SOMOS 5. REDE 6. GRUPO DE AMIGOS E FAMILIARES 7. EDUCAFRO 8. UFRN 9. AJD 10. COFEN 11. AGENDA NACIONAL 12. CFESS
Soma RG: 2	Soma SC: 12
Total: 14	

- Após a chamada foi solicitado o envio, pelos membros do Governo, de justificativa por e-mail informando o motivo de não comparecimento nas reuniões, de acordo com a Resolução do CNPCT.

- Em seguida, foram retomados os pontos pendentes da Ata do dia anterior, quais sejam: A. Recomendação de instalação de câmeras nos uniformes dos policiais; B. Nota da recomendação do CNJ; e C. Portaria da VEP.

A. Recomendação de instalação de câmeras nos uniformes dos policiais

Foram apresentadas as seguintes sugestões de edição no texto da Recomendação:

- Substituição no ponto 6, para que conste a vedação do uso de cães;
- Substituição no ponto 7 da parte de “perfil psicológico mais adequado” por elaboração de protocolo de entrada;
- Sugestão de criação de considerandos mais robustos;
- Sugestão de que o funcionamento dos grupamentos deve ser publicizado;
- Sugestão de dar ciência a outros comitês do Brasil sobre esta recomendação do CNPCT;
- Ponto 2: Sugestão de impedimento de uso de qualquer artefato que dificulte a identificação dos policiais;
- Sugestão de comunicação prévia e posterior de incursões policiais;
- Sugestão sobre proibição de realização de revistas íntimas;
- Sugestão de ampliação do rol de agentes para os quais devem ser enviadas as comunicações;
- Sugestão de que esta seja uma recomendação conjunta com o mecanismo;
- Sugestão de que haja publicidade antes das tropas entrarem em ação;
- Sugestão de criação de item de publicização de atuação;
- Sugestão de indicação nominal dos participantes no início da recomendação;
- Sugestão de tempo mínimo de 1 ano de conservação de vídeos após as ações;
- Sugestão de inclusão da questão de gênero (homens em penitenciárias femininas) para a próxima reunião.

- **Encaminhamentos:**

- Construir redação robusta e ampla da recomendação para procedimentos de grupos de força militar e táticos. Indicação de três pessoas para elaboração da recomendação e apresentação

da próxima RO: **REDE (Jaqueline Corrêa e Augusto), Matheus Moro, Coordenação do MNPCT (Camila Antero e Carolina Lemos)**. Sugestão de envio com uma semana de antecedência.

- Em seguida, foi invertida a pauta para trabalhar o tópico do Ofício do CEDECA Ceará.

9. Ofício do CEDECA CEARÁ

- Foi informado que haverá uma reunião do CEPCT em 7 de junho para fechamento da minuta.

- **Encaminhamentos:**

- EDUCAFRO e ANADEP e Rogério, participar da reunião e dar retorno na próxima RO.

- Discussão na próxima RO como ser mais contemplativa para os Comitês Estaduais.

- Após, retornou-se aos tópicos pendentes do dia anterior.

B. Nota da recomendação do CNJ

- Aprovada a nota de apoio à resolução 487/2023 do CNJ.

- **Encaminhamento:** Tentar publicar a nota no site do MDH.

C. Portaria da VEP

- **Encaminhamento:**

- Ofício conjunto entre o MNPCT e CNPCT para suspensão da portaria, bem como da Secretaria do MDH para o Corregedor Nacional do CNJ – fazendo também uma incidência no reconhecimento da suspensão.

- ❖ **Ponto extra pauta:** Foi feito um comunicado quando à situação do mecanismo estadual de Pernambuco.

- **Encaminhamento do ponto extra pauta:**

- Ofício Conjunto do MNPCT e CNPCT até sexta-feira.

- Marcar reunião com a Governadora de Pernambuco com o Governo Federal para o CNPCT.

- Em seguida, foi retomado ponto pendente do dia anterior, acerca de resolução da comissão de elaboração do edital para a seleção de peritos.

- ❖ **Resolução da comissão de elaboração do edital**

- Diante do fato de não ter nenhum voluntário do governo para ocupar a segunda vaga, foi indicada a participação compulsória do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

Fome, representado por Domitila Mendonça. Sendo assim, a **resolução foi aprovada** com a indicação de dois representantes do governo e dois da sociedade civil, sendo:

A. Representantes do Governo: 1) Fernanda Vieira (MDHC) e 2) Domitila Mendonça de Mesquita Peixoto (MDSCF)

B. Representantes da Sociedade Civil: 1) Jaqueline e 2) Antônio Coutinho.

- OBS: Matheus Moro foi voto vencido no ponto da resolução.

5. Fechamento da reunião

- Reunião foi encerrada às 17:25, sem vencer todos os pontos de pauta.

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



DEGRAVAÇÃO

39^a Reunião Ordinária do CNPCT

Dias: 30 e 31/05/2023

Brasília/DF

DEGRAVAÇÃO

39ª Reunião Ordinária do CNPCT

1 - 39ª Reunião Ordinária do CNPCT- 30 05 1:

- 1 **Interlocutora não identificada** - Gente, bom dia. A gente vai fazer primeiro a
2 contagem aqui do quórum para ver se a gente começa a reunião. ITTC, Eu,
3 ANADEP, Fernanda, GAJOP, Maria Clara, [inteligível], SOMOS Caio, Miriam, Vitor,
4 Ana, Dora e todo mundo da Sociedade Civil. Ah, verdade. Não estava ali. Se
5 quiserem fazer vocês, eu não sei as siglas.
- 6 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho
7 e Cidadania – ITTC)** – Ministério de Direitos Humanos, eu. CNDH, Ana Lúcia. MJ,
8 SENAPPEN, Rafael. MJ, SENASP. São duas vagas do MJ.
- 9 **Interlocutora não identificada** - Não, só está uma.
- 10 **Sra. Ana Lúcia Castro de Oliveira (Titular – Ministério dos Direitos Humanos e
11 Cidadania)** – Ah, está online?
- 12 **Sr. Márcio Brito Rosa (Suplente - Ministério da Justiça e Segurança Pública -
13 SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública)** – É, eu estou online.
14 Márcio.
- 15 **Sra. Ana Lúcia Castro de Oliveira (Titular – Ministério dos Direitos Humanos e
16 Cidadania)** – Ei, Márcio. Ministério da Defesa. Presente. Ministério das Relações
17 Exteriores. Está online ou está presencial?
- 18 **Interlocutor não identificado** - Online.
- 19 **Interlocutora não identificada** - Online. Ministério da Educação. Ministério da
20 Saúde. Ministério do Desenvolvimento Social.

21 **Sra. Domitila Mendonça de Mesquita Peixoto (Suplente – Ministério do**
22 **Desenvolvimento Social) – Também online.**

23 **Interlocutora não identificada – Online.** Online, Ministério do Desenvolvimento
24 Social. Secretaria de Relações Institucionais. Prazer. Então, nós já temos o quórum
25 com quantos? Não, nem da Saúde nem da Educação. Oito. Oito com doze. Nós já
26 temos o quórum instalado com a presença de 20 membros, Sofia.

27 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
28 Obrigada, Ana. Está funcionando? Está, não é? Bom dia a todos, todas e todes.
29 Todo mundo que está aqui presencialmente e quem está acompanhando a reunião
30 online também. Acho muito importante que a gente tenha conseguido voltar aqui
31 presencialmente. Depois da nossa primeira reunião com o novo governo, que foi
32 online, mas agora a gente está aqui. Espero que amanhã os membros do governo
33 também estejam aqui presencialmente, porque, embora vocês estejam online, é
34 uma oportunidade, já que estamos aqui todos, Sociedade Civil, de a gente se
35 conhecer e trocar de forma presencial. Então, ou talvez também no segundo turno
36 hoje da reunião, que quem está aqui próximo venha aqui para a reunião e participe
37 presencialmente. Vamos começar os trabalhos aqui. Eu vou seguir a pauta. E
38 qualquer coisa, se alguém quiser falar alguma coisa, só quem está online pode
39 levantar a mão. Tem alguém que está coordenando a sala virtual. E se alguém que
40 estiver aqui quiser falar alguma coisa, pode levantar a plaquinha ou levantar a mão.
41 E eu passo a sua palavra. Bom, vou ler aqui a pauta do dia de hoje inteiro. E a gente
42 vai seguindo ela. O primeiro era o registro dos membros, o quórum, que a gente
43 acabou de fazer. A leitura e aprovação da pauta, que é isso que a gente está
44 fazendo agora. A aprovação das atas da 36ª, 37ª reuniões ordinárias e 14ª e 15ª
45 reuniões extraordinárias. O informe sobre o fechamento da composição do Comitê.
46 Informe sobre a reunião das audiências de custódia. A apresentação do logo do
47 Comitê para aprovação. Formação da nova comissão do edital para peritos e peritas
48 do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A recomposição da
49 mesa diretora e dos grupos de trabalho. A indicação do Comitê para o CNPCP. O
50 fluxo de denúncias. O repasse do mecanismo sobre a portaria da AVEP do DF. E

51 aí, ao final da manhã, seria a revisão do sumário do turno. E aí, à uma da tarde, a
52 gente encerraria o meio dia. À uma da tarde, a gente volta. Levando aqui em
53 consideração que a gente já está atrasado. A reunião era para começar às nove,
54 mas são 9h48. Então, seria a apresentação no segundo turno, assim que a gente
55 volta, do relatório do mecanismo do Estado da Bahia. Depois, nas sequências, as
56 deliberações. A apresentação do relatório do Sergipe e as deliberações. E, por fim,
57 a recomendação da instalação de câmeras nos uniformes da Polícia Penal e
58 Policial. Eu queria saber se alguém que está online ou alguém que está aqui tem
59 algum outro ponto de pauta que queira incluir. Ou se a gente pode seguir como
60 estava planejado. Então, aqui, na sugestão da Fernanda e Mateus, a gente colocar
61 como último ponto de pauta a discussão da resolução 487 do CNJ. Na sequência
62 da recomendação da instalação de câmeras nos uniformes, ficaria a discussão da
63 recomendação do CNJ. Bom, então, eu vou passar para você, não é, Ana? Você
64 que vai falar aqui da ata da 36^a, 37^a? Bom, aparentemente... A gravação ainda não
65 foi concluída. Bom, então, mas eu vou passar para você de qualquer jeito porque
66 você vai falar aqui dos membros do Comitê. Informe da composição dos membros.
67 O próximo ponto seria o informe da reunião que foi uma articulação feita com outras
68 organizações da sociedade civil que já estão se organizando há um tempo em
69 relação à volta das audiências de custódia de forma presencial. E aí essa reunião
70 foi feita acho que umas três semanas atrás com o Ministério dos Direitos Humanos,
71 com a Ana Lúcia, que estava participando da reunião. A Fernanda também estava
72 participando da reunião. E como encaminhamento dessa reunião foi definido, então,
73 que teria uma nova reunião da qual a gente chamaria o Ministério da Justiça e
74 representantes do CNJ e DPEN também para reunião. E aí eu queria saber com a
75 Débora, que não está aqui agora, se os convites foram enviados e a reunião no dia
76 1º de junho. Os convites foram enviados? Não que foram enviados. Eu pedi fazendo
77 o convite e pedindo para serem enviados e que seria enviado. Mas eu não tenho
78 certeza se foram enviados. Alguém do Ministério da Justiça está aqui? Vocês
79 receberam esse convite? Mas eu posso ver também o nome de quem que a gente
80 fez o convite. Quando a Débora chegar a gente também pode confirmar com ela se
81 ela fez o envio dos convites. Eu estava com a... Vocês mudaram umas coisas na

82 pauta aqui, não é? Dessas que foram impressas, não é? Da outra... Ah, não, porque
83 tem uma coisa do informe da agenda e você fez. Ah, está, já sei o que é. Está, Está,
84 Está. Então, a Patrícia e a Mauricléia... Eu vou passar para esse ponto até a Nana.
85 Você já achou? Então, vou passar para o próximo ponto. A Patrícia e a Mauricléia
86 estiveram no encontro Interconselhos e vão fazer um informe de como foi o
87 encontro.

88 **Sra. Patrícia de Oliveira da Silva (Suplente – Agência Nacional pelo**
89 **Desencarceramento)** – Bom dia a todos e todas. Meu nome é Patrícia Oliveira.
90 Represento a Agenda Nacional pelo Desencarceramento. No mês de abril, eu estive
91 aqui em Brasília, na reunião do Interconselho, representando o Comitê Nacional.
92 Essa representação se deu pelo Comitê e a Mauricléia também veio, não é? Vou
93 fazer parte do informe e vou passar para ela. É importante destacar que o foco da
94 reunião era o PPA, a apresentação de que o governo fez um calendário de ida aos
95 estados e, nesse calendário, tem todos os estados e tem os eixos. O que
96 particularmente me chamou a atenção é que, no eixo de direitos, não tinha nada de
97 prevenção em combate à tortura. Não tinha. E aí, no grupo de trabalho que eu fiquei,
98 porque a gente acabou se dividindo, porque é importante se dividir, porque éramos
99 duas, a gente colocou várias informações e várias demandas no eixo de prevenção
100 em combate à tortura. Porque, se se fala de direito, tem que ter prevenção em
101 combate à tortura também. Uma outra coisa que também chamou muita atenção é
102 que se falava em privatização, mas era uma palavra ampla, sem dizer o que seria
103 essa privatização. E, quando você deixa amplo demais, você coloca um leque de
104 abertura para privatizar várias questões, entendendo que privatização não é bom
105 para nada, porque a gente já tem muita coisa privatizada. Então, a gente debateu
106 bastante e a gente conseguiu reformular essa palavra e mudar um pouco essa
107 privatização. Eu, claramente, achava que aquela palavra ali estava direcionada para
108 o sistema prisional, para a privatização do sistema prisional. Então, eu, claramente,
109 fiquei debatendo muito no grupo de trabalho, porque a comida já é privatizada.
110 Enfim, acho que a gente precisa estar muito presente para debater isso e estar
111 participando mesmo. Porque, se é um PPA, todos os eixos precisam ser

112 contemplados. Uma outra coisa também que me chamou muita atenção é que foi
113 instalado também outro Conselho lá e tinha todas as representações, todas. Mas
114 eu não vi representação nem de familiares de pessoas privadas de liberdade nem
115 familiares de vítimas de violência. Essas duas representações não tinham. Tinha
116 idoso, tinha todas as representações, mas essas duas não tinham. E eu fiz questão
117 de perguntar um a um quem estava representando. Então, tem um calendário. No
118 mês que vem vai ter outra reunião aqui e aí a gente precisa estar muito atento, até
119 porque isso também vai impactar no Comitê Nacional e é o orçamento. Então,
120 vamos começar a debater e está colocando na nossa pauta Prevenção em Combate
121 à Tortura e várias outras formas que a gente tem que estar debatendo. Agora vou
122 passar para a Mauricléia

123 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular – Conselho Federal de Serviço**
124 **Social – CFSS)** – Bom, eu não vou ter muito a contribuir, mas acho que a nossa
125 articulação, quando nós sentimos que não estava presente essa pauta, que não
126 havia discussão e que só tínhamos nós duas. Inclusive, eu vim pelo CEFFS. Eu fui
127 representar, eu só pude participar um dia porque eu já estava aqui pelo CEFFS.
128 Então, eu fui mais nessa qualidade de acompanhar a Patrícia nessa jornada. Porque
129 eu sei que a gente estava vindo pelo Comitê, mas eu só poderia ficar um dia. Então,
130 acho que a gente se dividiu nesse debate, nessa pauta onde nós estávamos. A
131 discussão da privatização, eu acho que passa por uma discussão das políticas
132 sociais públicas de uma forma geral. É um modelo que as políticas são gastos, que
133 não é investimento. Então, passa por toda essa discussão de um Estado mínimo,
134 de políticas mínimas, de tudo mínimo. Acho que isso é um modelo neoliberal já
135 bastante visto por nós e que a gente fica fazendo enfrentamento constante. Então,
136 essa foi uma divisão em grupos. Não foi um debate aberto no primeiro dia. No
137 segundo dia, eu não consegui ir por atividade do CFFS, mas acho que a Patrícia
138 tem uma discussão que foi tentar fazer uma fala mais pública, porque foi nesse dia
139 que foi dado posse ao Conselho de Participação Popular. É isso que ela está
140 dizendo, que não tem representação e que a gente também... Esses conselhos são
141 compostos... A maioria das pessoas que estão lá representam outros conselhos que

142 já estão formados há mais tempo. Então, acho que é um debate a se fazer nesse
143 sentido. Essa questão da articulação dos Estados... Eu fico me perguntando para
144 que serve o Conselho de Participação mesmo? Essa abrangência maior, se os
145 conselhos já têm suas pautas... E as pessoas vão muito lá para defender as suas
146 pautas, bem específicas. Particularmente, é uma demanda que acho que a gente
147 tem que debater para poder se posicionar com mais afinco nessa pauta, nessa
148 participação nesses espaços. Só aproveitando... Desculpa, gente. Desculpa que
149 nem agradei. Mas só para aproveitar e dizer o seguinte, vocês devem, a mesa
150 diretora, deve ter recebido o Conselho, mandou um convite para posse, o
151 mecanismo esteve presente lá, para posse do Conselho Federal de Serviço Social.
152 Então, nós... Eu saí da gestão, outra gestão assumiu, dia 15 de maio, que é o dia
153 do assistente social. A gente está aí com uma nova gestão, mas que, por enquanto,
154 não discutiu as nossas representações nos espaços. E aí, a gente se mantém e se
155 mantém com o compromisso que a gente assumiu no momento em que fomos
156 eleitos para essa cadeira aqui no Comitê. Obrigada.

157 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
158 Obrigada, Mauricléia. Obrigada, Patrícia. Qual é a data do encontro próximo? Não,
159 era só para saber. Você conseguiu achar?

160 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional das Defensoras e**
161 **Defensores Públicos – ANADEP) –** Bom dia, Mateus Moro, pela ANADEP. Só uma
162 observação rápida, compartilho também da reflexão da Patrícia. Independente do
163 evento em si, lembrando que, em 2019, quando o João Doura tomou a posse como
164 governador, a gente faz a primeira reunião da Defensoria Pública com ele, na
165 verdade, com o Restivo. E ele fala que eles tinham três eixos, Patrícia, como
166 governo, na pauta de situação carcerária, que era a privatização dos presídios, a
167 tele audiência, que é um tema que está em debate também hoje, pelo menos em
168 relação às custódias, e o terceiro eixo seria trabalho e estudo. Trabalho e estudo
169 não teve, a privatização não teve porque a Defensoria Pública, junto com o IBC CRI,

170 Inconecto, Sabinho RTC, também assinaram, ganhou uma ação civil pública e a tele
171 audiência está no dia a dia. Não sei me aprofundar muito, mas só destacar a
172 preocupação com o tema também.

173 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
174 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Mateus. Vou passar para a Nana. Mas quer fazer
175 isso agora? Ah, Está. Não, pode, pode. E, Débora, eu tinha feito essa pergunta.
176 Seus convites para a reunião de 1º de junho tinham sido enviados e você não estava
177 aqui. Eu queria saber se eles foram enviados. Foram? Sim. Aham. Conselheira do
178 CNJ. Está. A Débora falou aqui que enviou os convites e que tem duas pessoas que
179 já não vão poder participar da reunião. Ah, a Ana Lúcia está com a mão levantada.
180 A Ana Lúcia é uma delas que não vai poder participar da reunião, não é?

181 **Sra. Ana Lúcia Castro de Oliveira (Titular – Ministério dos Direitos Humanos)**
182 – É, na verdade, até na linha do PPA, nesse dia primeiro é o PPA do MJ. Então, eu
183 acho que tanto o pessoal do MIR quanto do MJ, pode ser difícil de conseguir a
184 agenda. Eu ia sugerir uma outra data.

185 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
186 **e Cidadania – ITTC)** – Eu acho que pode ter outra data, mas aí eu não sei como
187 que a gente pode conciliar essas datas de todos. Talvez a gente possa pensar que,
188 não sei quando a Ana Lúcia poderia, mas esperar as outras respostas, talvez, e
189 entender quando seria uma data próxima que a maioria das pessoas pudesse.
190 Porque, como a gente não tem um grupo com essas pessoas, a gente propôs uma
191 data e, enfim, meio definiu essa data que seria uma data num tempo que seria, a
192 gente entendeu que daria para se programar para estar na reunião. Mas eu não sei,
193 acho que talvez a gente possa pensar numa nova data e enviar os convites
194 novamente para que daí a gente garanta a presença de todos na reunião. Não sei
195 se a gente já pensa nisso agora, numa nova data e enviar os convites aqui. Não sei
196 se a gente já pensa nisso, nessa nova data. Eu acho que tem duas pessoas que

197 falaram que não pode, a Ana Lúcia e o conselheiro do CNJ. Então, mas aí o negócio
198 é, a gente remarca e daí, porque como vai conciliar a agenda de todo mundo? A
199 gente não tem contato com essas pessoas para perguntar, por exemplo, quando
200 seria uma data razoável entre, sei lá, duas datas, não é? Eu não consegui o contato
201 dessas pessoas, só consegui o e-mail dessas pessoas. Você tem? Então, a gente
202 pode pensar, já que tem gente aqui do Ministério da Justiça, a gente pode pensar
203 aqui, porque eu não lembro, você lembra, Débora, em nome de quem foi feito o
204 convite para o Ministério da Justiça? O Bruno Ouvidor também foi convidado. É...
205 Daí talvez a gente possa pensar numa representação aqui do Ministério da Justiça,
206 porque era quem tinha o contato lá do grupo da Sociedade Civil e me enviou, mas
207 a gente pode ver o nome da pessoa que era. Marivaldo Pereira. E tinha mais
208 alguém? E a Sheila. Sheila de Carvalho. Não, tudo bem, meu irmão, só para a gente
209 ver com quem a gente vai, de fato, ver, não é? Combinar, porque eu não... Com o
210 cara do CNJ, você tem um contato. Está. Bom, a gente pode deixar para o final aqui,
211 e aí a gente pensa nessa, como a gente vai fazer esses contatos.

212 **Sra. FERNANDA VIEIRA DE OLIVEIRA (Titular - Ministério dos Direitos**
213 **Humanos e da Cidadania – MDHC)** - Bom dia, gente. Primeiro, aproveitar para
214 apresentar a Tamires, que vai ser a coordenadora executiva do Comitê Nacional de
215 Prevenção e Combate à Tortura. Está, gente? Estamos, não estamos mais eu-
216 quipe, então agora já temos equipe, já estamos melhorando. Devagar e sempre,
217 não é? Bom, como que está a composição hoje do Comitê? Pelo Ministério de
218 Direitos Humanos e Cidadania. Eu represento o Ministério de Direitos Humanos e
219 Ana Lúcia, nos dois assentos do Ministério de Direitos Humanos, além do Ministro,
220 Silvio de Almeida, e da Suplente dele, a Rita, secretária executiva, Ministério da
221 Justiça e Segurança Pública. O Titular é o Rafael Velasco Brandani e Paula Cristina
222 da Silva Godói Brandani. Na SENASP, o Titular é a Isabel Seixas de Figueiredo,
223 Suplente Márcio Júlio da Silva Matos, Ministério da Defesa Ricardo de Melo Araújo,
224 e Suplente Rafaelo Abrita, Ministério das Relações Exteriores, Eduardo da Rocha
225 Modesto Galvão, e Suplente Taciano Sheidt Zimmermann, Ministério da Educação
226 Erasto Fortes Mendonça, Suplente Patrícia Landry Mollo Vieira, Ministério da

227 Cidadania, atualmente Ministério do Desenvolvimento Social, Titular Francisco
228 Colanges Xavier, e Suplente Domitila Mendonça de Mesquita Peixoto, Ministério da
229 Saúde, Titular Lúcia Regina Florentino Souto, Suplente Sônia Barros, Secretaria de
230 Governo da Presidência da República, atual Secretaria de Relações Institucionais,
231 Titular Vivian Oliveira Mendes, Suplente Paula Oliveira da Silva, Conselhos de
232 Classe Profissionais, aí já passa na Sociedade Civil, Conselho Federal de Serviço
233 Social, Titular Mauricléia Soares dos Santos, Suplente Dacia Cristina Teles Costa,
234 Conselho Federal de Enfermagem, Titular Antônio José Coutinho de Jesus,
235 Suplente Zenaide Cavalcanti de Medeiros Kernbeis, representante Titular dos
236 Movimentos Sociais, Associação Nacional de Defensores Públicos, Titular
237 Fernanda da Silva Rodrigues, Suplente Mateus Oliveira Mouro, Agenda Nacional
238 pelo Desencarceramento, Titular Priscila Flores Serra, Suplente Patrícia de Oliveira
239 Silva, Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade,
240 Titular Miram Estefânia dos Santos, Suplente Adriana Ribeiro, Associação de Juízes
241 pela Democracia, Titular Dora Aparecida Martins, Suplente Luiz Manuel Andrade
242 Menezes, Instituto Terra Trabalho e Cidadania, Titular Sofia Frommer, Suplente
243 Estela Machado das Chagas, Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações
244 Populares, Titular Maria Clara D'ávila, Suplente Romero José da Silva, Rede de
245 Proteção e Resistência contra o Genocídio, Titular Jaqueline Aparecida Silva Alves
246 Correia, Suplente Augusto Luiz de Aragão Pessin, Entidade Somos Comunicação,
247 Saúde e Sexualidade, Titular Caio César Klein, Suplente Guilherme Gomes
248 Ferreira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ainda está aqui o Titular
249 como Alex, e a Suplente Ana Karenina de Melo Arraes Morim, já trocamos. Já tinha
250 ido para a portaria para a publicação, e é uma novela essa publicação, vocês não
251 têm noção. Entidade Educafro, Vitor Hugo Gonçalves Miranda, Suplente Eliege
252 Domingos da Silva. São esses os membros do Comitê Nacional de Prevenção e
253 Combate à Tortura hoje, Comitê completinho. Estão todos completos, todas as
254 vagas. Agora a gente está aguardando a CONJUR fazer aparecer no novo Decreto,
255 de acordo com o que a gente construiu coletivamente. Quando publicar, a gente vai
256 ter algumas composições que vão mudar. Entre o Ministério das Mulheres, o
257 Ministério da Igualdade Racial e o Ministério dos Povos Indígenas. Inclusive, o único

258 que ainda não indicou a eventual representante é o Ministério dos Povos Indígenas,
259 os demais já indicaram. Onde a gente sabe, não. Foi. Foi feito o convite, estão sendo
260 convidados para todas as reuniões, como foi acordado. Obrigada, Ana. Vou passar
261 a palavra para a Fernanda.

262 **Sra. FERNANDA DA SILVA RODRIGUES FERNANDES (Titular - Associação**
263 **Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - ANADEP)** - Obrigada,
264 Presidente. Bom dia, todos e todas. Me chamo Fernanda. Estou aqui junto com o
265 colega Mateus, representando a ANADEP. Peço desculpas, Presidente, para voltar
266 aqui rapidinho no ponto de pauta sobre o informe que foi feito pelas colegas
267 Mauricleia e Patrícia em relação ao Fórum Interconselhos, que elas falaram
268 brevemente de um tema que aqui no âmbito desse Comitê, obviamente, nos é muito
269 caro e eu fiquei um pouquinho preocupada. Então, gostaria de saber e pedir licença,
270 obviamente, em relação aqui à pauta. Queria saber se as colegas poderiam
271 esclarecer ou, na verdade, trazer um pouquinho mais de informação sobre um ponto
272 que vocês mencionaram acerca de privatização. Aqui a gente lida com locais de
273 privação de liberdade. E me lembro que nos anos anteriores, na gestão
274 governamental passada, foi um tema muito forte, por exemplo, a questão de
275 programas de parceria público-privada em relação a unidades socioeducativas. Eu
276 trabalho sempre com infância e juventude e também direitos humanos, mas me
277 trouxe um pouquinho de preocupação esse ponto. E aí, como esse fórum, na
278 verdade, é um ambiente preparatório para orçamento, etc. Eu só queria pedir de
279 vocês essa informação complementar, por gentileza, se vocês puderem, sobre se
280 teve alguma especificação de privatização sobre unidades socioeducativas ou
281 unidades prisionais para que, eventualmente, a gente prepare algum tipo de
282 manifestação pelo Comitê. Obrigada. No grupo que eu estava, não foi colocado isso
283 claramente. Não sei nos outros grupos, porque tiveram vários outros grupos. Mas a
284 preocupação é que vai ter caravana nos Estados. Então, se os Estados disserem
285 que querem privatizar, como é que vai chegar isso no final? Porque a ideia é que
286 tem uma segunda reunião agora, em junho, do Interconselho e que, no dia 31 de
287 agosto, o Presidente da República vá ao Congresso Nacional levar a finalização do

288 PPA. Inclusive, o ponto GOV está lá para receber também demandas. A gente não
289 sabe o que está recebendo de todos os Brasil. Então, acho que a gente precisa ter
290 esse olhar e ter esse cuidado. Por exemplo, no grupo de trabalho, quando eu
291 coloquei que me chamava a atenção e que poderia privatizar o sistema prisional,
292 ninguém negou. Quando você não nega, a dúvida fica. Então, acho que a gente
293 precisa ter esse cuidado. Porque, senão, poderia ter dito assim, e tinham
294 representações da Presidência da República, tinham representações do Ministério
295 da Ministra Simone Tebet, do Ministério do Márcio Forte, ninguém negou. Então,
296 quando você não nega, algo tem. Então, acho que é importante isso. E o Presidente
297 da República convocou todos os ministros a estarem juntos, a estarem participando
298 das caravanas nos estados. Então, é complicado. Porque é isso. A gente vive
299 também o momento em que as pessoas acham que privatização é bom. E não é. A
300 gente é só retrocesso. Então, a gente tem que ter esse olhar. No grupo em que eu
301 estava, não foi dito claramente. Mas, nos outros grupos, eu não sei.

302 **Sra. CAROLINA LEMOS (Integrante da Coordenação do Mecanismo Nacional**
303 **de Prevenção e Combate a Tortura – MNPCT)** - Oi, bom dia. Meu nome é
304 Carolina. Estou na coordenação colegiada do Mecanismo Nacional de Prevenção e
305 Combate à Tortura. Muito bom estar aqui e cumprimentar a todas, todas e todes.
306 Fernanda, você trouxe um ponto importante sobre privatização do socioeducativo
307 porque existe atualmente um plano que se chama Novo Socioeducativo, que é um
308 plano feito no último governo pela ministra Damares, em parceria com o NOPS, que
309 é da ONU, para a instalação de PPPs no âmbito do socioeducativo nos estados de
310 Minas Gerais e Santa Catarina, enquanto projetos pilotos. Isso ainda está em
311 andamento. Isso não foi interrompido. Então, eu acho que é algo que já está
312 sinalizado. E eu acho importante o Comitê estar atento a isso. Nós fizemos um
313 pedido de informações no último ano relativo a isso. Não fomos respondidos. Não
314 nos enviaram nenhuma documentação, nem a coordenação do SINASE, nem ao
315 NOPS. E o projeto está andando para frente. Essa é a última informação que a
316 gente tem no estado de Minas Gerais. Já está até em fase de licitação. Então, eu
317 acho que é uma questão para a gente estar atento sim, só para pontuar.

318 **Interlocutora não identificada** - Em relação a essa questão do fórum
319 interconselhos e dessa pauta da privatização se referir ou não ao sistema aprisional,
320 e para a Patrícia entender o que se refere, eu acho que vocês podiam fazer um
321 pedido de esclarecimento para a Secretaria Nacional de Participação Social. Como
322 que isso está sendo entendido pela secretaria, porque toda essa questão do fórum
323 interconselhos tem sido construída a partir da Secretaria Nacional de Participação
324 Social e pelo Gabinete da Presidência da República. Então, acho que seria
325 interessante pedir essa informação de forma direta.

326 Carol, sobre esse pedido de informações do mecanismo. Vocês enviaram para a
327 Unops e para a coordenação geral do SINASE. Foi quando que vocês enviaram,
328 lembro mais ou menos? Vocês acham que vale a pena reiterar? Foi inclusive ano
329 passado. A gente poderia reiterar pelo Comitê também. Se vocês puderem depois
330 só mandar o ofício que vocês encaminharam com a data, a gente reitera esse
331 pedido.

332 **Interlocutora não identificada** - Sim, mas, Carol, vocês acham interessante
333 reenviar esse ofício que vocês fizeram? Eu acho que valeria uma conversa com a
334 coordenação do SINASE, porque a coordenação ainda está se estruturando.
335 Faltavam várias pessoas, vários cargos ainda estavam vagos. Então, entender
336 como eles estão vendo esse projeto e quais os encaminhamentos têm sido feitos
337 ou não, talvez seria um bom passo. São pessoas bastante fáceis de diálogo que
338 estão atualmente na coordenação do SINASE. Acho que dá para ter um diálogo
339 bastante fluido, uma parceria para a gente também pensar juntos como proceder
340 em relação a isso. Acho que valeria a pena, que a Maiara acho que valeria a pena
341 uma conversa com ela.

342 **Interlocutora não identificada** – Foi com apoio da ONOPS.

343 **Interlocutora não identificada** – O combate à tortura da ONU, que já se posicionou
344 de forma contrária em outros momentos em relação à privatização em geral e
345 específico do socioeducativo, para que ele tenha notícia, porque são órgãos do
346 mesmo organismo e estão funcionando em direções opostas. Isso não é normal. A
347 gente precisa entender o que está acontecendo aí.

348 **Sr. Caio César Kelin (Titular - Comunicação, Saúde e Sexualidade – SOMOS) -**
349 Isso é absolutamente normal, porque as agências da ONU trabalham em alguns
350 momentos de forma, não vou dizer descoordenada, mas elas têm objetivos
351 diferentes. Eu acho que se a gente perguntar, a gente pode pedir informação, mas
352 acho que a gente não deve colocar dessa forma, de apontar que a ONU está tendo
353 contradições internas. Acho que não ajuda.

354 **Interlocutor não identificado** - Acho que não é apontar dessa forma, Caio. Acho
355 que é informar que está tendo uma questão aqui no Brasil e que a gente sabe que
356 o subComitê já tem um posicionamento contrário. O que o subComitê pensa a
357 respeito disso?

358 **Sra. MARIA CLARA D'ÁVILA ALMEIDA (Titular - Gabinete de Assessoria**
359 **Jurídica às Organizações Populares – GAJOP) -** No segundo dia, tem uma pauta
360 que é específica sobre o socioeducativo. De repente, a gente pode aprofundar todos
361 os encaminhamentos relativos ao sócio -educativo, mas esses já entrariam nesse
362 debate.

363 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
364 **e Cidadania – ITTC) –** Pode ser, Maria Clara, tem três encaminhamentos aqui, a
365 gente pode definir eles na...

366 **Sr. VITOR HUGO GONÇALVES MIRANDA (Titular - Francisco de Assis,**
367 **Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos – Educafro)** - Eu... Eu já
368 registrei. Eu não puxei, não, mas já registrei no celular.

369 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
370 **e Cidadania – ITTC)** – Victor, por favor, será que você poderia desligar esse
371 microfone?

372 **Sr. VITOR HUGO GONÇALVES MIRANDA (Titular - Francisco de Assis,**
373 **Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos – Educafro)** - Mil desculpas,
374 eu achei que ele tivesse desligado.

375 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
376 **e Cidadania – ITTC)** – Vilma, pode dar com a palavra.

377 **Sra. Vânia** - Obrigada pelo convite, bom dia a todos, a todas e a todos. É um tema
378 que me chama muita atenção, até porque o governo do estado aqui, há alguns anos
379 passados, tentou fazer uma PPP, que foi Itaquitinga e não deu certo. É interessante
380 que a gente pense que a PPP, ela não é uma privatização, ela é uma parceria
381 público -privada, até porque as questões de segurança não podem ser privatizadas.
382 Então, isso é uma questão principal. Então, possivelmente, não será uma
383 privatização, será uma parceria público privada. Então, gostaria que a gente
384 repensasse sobre essa situação, é uma situação híbrida, onde o representante do
385 privatizado não estará só, e é uma situação que merece uma atenção. Então, a
386 gente tem essa experiência aqui que não deu certo, graças a Deus não deu certo,
387 e Itaquitinga está aí, voltou, mas a gente precisa se debruçar, até porque cada
388 pessoa, ela tem um preço nessa privatização, cada pessoa tem um preço. Então, o
389 Estado poderá pagar por cada pessoa que estiver privatizada, seja no
390 socioeducativo, seja na prisão, mas ele não pode dar condições àqueles que não
391 estão na PPP. Essa é uma das questões. Não pode pagar a mais uma pessoa que

392 estiver dentro do sistema. Também, se for para 30 pessoas e só tiver 29, o Estado
393 pagará as 30. Mas, na prática, as que não são privatizadas vivem aí nesse sufoco
394 que é a superlotação, o super encarceramento, e o Estado o que está fazendo?
395 Então, essas questões, eu acho necessária que a gente possa discutir, que a gente
396 crie uma pauta específica para isso, porque ela é longa. E é só isso que eu quero
397 lembrar, que a parceria pública privada, a questão de segurança não pode ser
398 privada, mas é por isso que existe a PPP. Eu acredito que essa discussão tem que
399 ser motivada muitas vezes para que a gente possa ter mais conhecimento sobre
400 isso e discutir sobre essa PPP, seja ela sócio -educativa ou prisional. Obrigada, era
401 só isso.

402 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
403 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Vilma, pela contribuição. Eu acho que a gente
404 pode pensar nesses encaminhamentos específicos no ponto de pauta número 10,
405 que é amanhã, que é da resolução conjunta da prevenção e tortura à criança e
406 adolescente. No ponto 11, do final do dia, que também é a resolução conjunta sobre
407 o procedimento de segurança do SINASE. E aí eu anotei aqui esses três
408 encaminhamentos e a gente define eles e faz uma votação deles amanhã. E
409 também eu acho que a partir da resposta que a gente for obter, porque eu estou
410 entendendo que a gente vai mandar um ofício, a gente pode pensar especificamente
411 nessa questão da privatização, porque até então a gente não tratou isso como um
412 ponto de discussão aqui no Comitê especificamente, embora a gente tenha tratado
413 de alguns pontos que dizem respeito à privatização também, como a Patrícia falou,
414 por exemplo, em relação à alimentação, mas não à privatização comum todo do
415 sistema prisional, ou mesmo o que a Vilma trouxe, que é muito preocupante, das
416 parcerias públicas e privadas, das duas juntas. Então, eu acho que a gente pode
417 entender qual é a resposta e pensar a partir dessa resposta, mas já colocando isso
418 como um radar de possibilidade e de discussão, e que já vem acontecendo, na
419 verdade, de uma forma ou de outra em alguns pontos no sistema prisional. Eu deixei
420 anotado aqui para a gente tratar amanhã desses encaminhamentos específicos e
421 aí vou passar para o próximo ponto de pauta. Você quer falar?

422 **Sr. RAFAEL VELASCO BRANDANI (Titular - Secretaria Nacional de Políticas**
423 **Penais – MJSP)** - Obrigado, Doutora Sofia. É só uma desambiguação, eu acho que
424 ela é muito necessária para a gente poder separar o que é uma parceria pública e
425 privada de uma privatização da contratação de um serviço. A gente tem três
426 criaturas diferentes aqui e a gente poder tratá-las objetivamente. Na contratação de
427 serviço, eu acho que o que a gente tem que dialogar é sobre o controle de qualidade
428 do serviço contratado pelo ente público à população. A título de exemplo é o que
429 tem sido dado aqui, que é a contratação de empresa para fornecimento de
430 alimentação. O que a gente tem que dialogar é o controle de qualidade dessa
431 alimentação, a forma como é feita e como a gente pode obter um controle de
432 qualidade efetivo do que é realizado ali. E nos outros dois aspectos, eu concordo
433 com a Doutora Patrícia em relação à privatização do sistema penitenciário e
434 também entendo como danoso a entrega do sistema prisional ao ente privado na
435 medida em que a gente tem de próprias organizações criminosas. Estruturas
436 multibilionárias em que eles poderiam, sim, travestir -se de empresa e assumir o
437 sistema prisional, uma unidade em si e ali trazer para a sociedade algo muito mais
438 danoso do que a gente pode até imaginar. O terceiro aspecto é a parceria público -
439 privada onde a gente acredita que a gente se debruçar por sobre acho que para
440 além das situações de segurança, acho que tem alguns outros elementos que a
441 gente não pode abrir mão da gestão do Estado por sobre e acho que seria trazer o
442 debate para como isso pode ser feito, na verdade. De que forma e o que entrar
443 dentro do aspecto de parceria público privada, o que o público faz e como a gente
444 fiscalizaria e teria o controle da atividade e o que seria fornecido pelo parceiro
445 privado. Se for um sistema como o *Building Suite*, por exemplo, que eu
446 particularmente não gosto, mas alguns países utilizam, que é a construção de
447 estrutura e aluguel para o Estado. Como eu já disse, eu particularmente não gosto,
448 acho que o custo é elevado, mas para o Estado, por exemplo, que não tem a
449 capacidade de investir é uma alternativa e é uma forma de PPP também da mesma
450 forma como a prestação de serviços de determinados serviços dentro do ambiente
451 prisional. A gente tem custos de operação diferentes que vai desde a PAC, que é
452 um custo muito inferior ao do sistema regular. Os Estados em si, os que tem maior

453 controle e organização, o custo de operação do sistema penitenciário é
454 necessariamente mais baixo. Os que tem maior descontrole, os custos acabam
455 sendo invariavelmente mais elevados, tirando aqueles que simplesmente não
456 investem. Estive na última sexta-feira com a governadora Raquel Lira e
457 pontualmente nunca estive por sobre a mesa com os debates que tivemos e foram
458 debates longos sobre o sistema prisional do Pernambuco a PPP. Em momento
459 algum, ela aventou a possibilidade de realizar uma PPP no Estado. A preocupação
460 dela, achei muito nobre, de organização do que ela mesma já apontou como é uma
461 fala dela, o pior sistema prisional do Brasil. Ela quer tirar o Pernambuco da lanterna.
462 Eu acho que o nosso debate podia se centrar nisso, nesses elementos, na verdade.
463 Como controlar os serviços que são contratados pelos Estados. Quase todos os
464 Estados contratam os mesmos serviços. A gente tem que melhorar a qualidade
465 deles. O que é desejável dentro de uma parceria público privada? Quais são os
466 elementos? Eu já participei de um processo de PPP há 20 anos atrás. Eu sei de
467 acertos, sei erros. Olho para trás e só vejo os erros que a gente começa com todo
468 mundo, em toda atividade. E temos muito para poder avançar. Tem modelos de
469 outros países que são muito interessantes, mas acho que a gente precisa
470 tropicalizar e entender o que é melhor para nós. E trazer, principalmente para dentro
471 desse Conselho, a gente poder debater aqui o que é mais adequado, inclusive com
472 a participação, Patrícia, da sociedade civil organizada, porque se trata também das
473 vítimas, se trata também dos familiares de presos, porque eles também são clientes
474 desse sistema prisional. Eles precisam ser tratados bem também. Aí fica minha
475 humilde sugestão para a gente poder ter esses debates. Obrigado. E eu falo baixo
476 mesmo, vocês me desculpem.

477 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
478 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Rafael. Antes de você, o Mateus tinha levantado
479 a mão.

480 **Interlocutor não identificado** - Pessoal, até peço desculpas já, acho que na linha
481 do que o Rafael traz também, o tema não está na pauta Presidência, mas é isso, é
482 um tema muito caro e muito relevante. A privatização não pode por quê? Primeiro,
483 porque ela é inconstitucional. Você não pode privatizar o poder de polícia. Segundo,
484 que ela é mais cara. E terceiro, que ela é ineficiente. A gente tem aí vários exemplos
485 pelo Brasil todo de ser mais ineficiente, de matarem 50, 60 seres humanos num
486 único dia. O Dória, lá em São Paulo, ele não chamava de privatização nas
487 respostas. A procuradora de Estado chamava de cogestão, na verdade. O
488 encarceramento em massa nos Estados Unidos se deve muito à privatização, se
489 deve muito à política de drogas também. Acho que é uma reflexão que a gente tem
490 que ter. E aí, por exemplo, em São Paulo, eles falavam que o poder de polícia nessa
491 cogestão, ele seria do agente estatal. Mas, se quem faz o exame criminológico,
492 existe uma indústria ilegal de exames criminológicos? As pessoas estão presas em
493 Venceslau há 30 anos, fala -se muito de crime organizado, mas são pessoas que a
494 gente vai lá fazer inspeção e estão ficando cegas, têm bolsa de colostomia e estão
495 apodrecendo. Até saiu um estudo recente agora que fala que a pessoa presa é 1
496 .350 % a mais de mortes por chamam de definhamento, um estudo que saiu, acho
497 que, na parceria com o CNJ. Então, assim, se quem vai decidir é o juízo de direito,
498 já com base no exame criminológico, que nem é previsto em Lei, que já é um
499 absurdo, existe uma indústria disso, pelo menos em São Paulo. E quem vai fazer o
500 exame é um médico privatizado. Enfim, a Angela Davis fala muito melhor do que eu
501 sobre isso, mas enfim. Então, assim, a gente vai estar, como foi colocado até agora,
502 me fugiu o nome da Senhora ali, pela Vilma, ao fim e ao cabo é isso, são pessoas
503 que vão custar e em São Paulo os contrastes que a gente analisou tinham isso, tem
504 um número mínimo de pessoas presas, não é? Então, assim, é o ser humano vida
505 produto mesmo. As APACs em Minas Gerais, claro, em relação à qualidade de
506 serviço, se for comparar com outros lugares, é difícil comparar no estado de
507 exceção o que é pior e tal, mas tem um proselitismo religioso inconstitucional, isso
508 não dá para deixar de a gente observar também. Enfim, acho que as colegas vão
509 falar sobre o controle de qualidade, acho que o mecanismo é a função aí, em relação
510 à outra semântica, mas enfim, é o que os peritos e peritas fazem. E o mais louco de

511 tudo isso é que ao fim e ao cabo, entre aspas, está privatizado, é a família que leva
512 roupa, é a família que pega um busão e anda 800 quilômetros de São Paulo até
513 Prudente, é a família que leva absorvente íntimo, remédio, então, assim, essa é
514 outra reflexão que eu trago também. Enfim, pessoal, não vou já falar demais, mas
515 eu acho que é um tema que até que a gente pode trazer eventualmente para a
516 próxima reunião do Ordinário, mas é um tema que me incomoda muito porque
517 enfim, às vezes, traz um discurso que, na prática, é essa venda dos corpos aí.

518 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
519 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Mateus. Vou passar para a Camila.

520 **Sra. CAMILA ANTERO DE SANTANA (Coordenadora-Geral do Mecanismo**
521 **Nacional de Combate à Tortura – MNPCT)** - Obrigada, Sofia. Bom dia a todos,
522 todas e todos. Para quem não me conhece, eu sou a Camila Antero, estou na
523 coordenação do mecanismo. Vou comentar um pouco com relação à questão da
524 privatização do sistema prisional, que é um movimento que está em franca
525 expansão no Brasil. A gente tem observado em diversos estados isso acontecendo
526 de maneira galopante, isso sendo introduzido como aquilo que é o futuro, aquilo que
527 é as contas públicas, que é interessante para as contas públicas, mas eu gosto
528 muito de olhar para a história das coisas, porque acho que com a história a gente
529 aprende mais. Esse movimento de privatização de serviços prisionais, serviços
530 correcionais, ele começa nos Estados Unidos, a partir de uma onda neoliberal, onde
531 foram privatizadas diversas instituições de privação de liberdade, tanto para adultos
532 como para justiça juvenil. E, hoje em dia, os Estados Unidos estão recuando nesse
533 processo devido ao fato de que não foram observadas mudanças significativas ou,
534 às vezes, até piores, que não justificam a privatização desses sistemas de privação
535 de liberdade. Eu gostaria de comentar um pouco o que a gente tem achado no Brasil
536 afora, nesses lugares que têm aderido à privatização dos serviços correcionais,
537 como se chama. Em Alagoas, nós temos o Presidente do Agrest, que tem uma
538 parceria com empresa, acho que o nome é Socializa. Nós encontramos, por

539 exemplo, nesta unidade profissionais que estão usurpando o serviço que é privativo
540 das polícias penais, sem ter treinamento, sem ter capacitação para isso. Nós
541 observamos diversas fraudes à produtividade, como, por exemplo, serviços
542 médicos, atendimentos, pessoas que recebiam cinco atendimentos no mesmo dia,
543 que não é verdade. Diversas planilhas dessa forma e, quando sai na satisfação que
544 se dá ao Estado, nós temos que há uma grande produtividade, uma grande coisa,
545 mas, na verdade, aquilo ali está sendo provavelmente indícios de fraude. Isso é uma
546 situação que nós encontramos em Alagoas. Nós, hoje, vamos comentar duas
547 unidades de cogestão, Carol, e nós temos coisas seríssimas para falar sobre o que
548 está acontecendo nessas unidades. Eu chamo a atenção para a precarização do
549 serviço público a partir da privatização. Eu chamo a atenção para a prevenção da
550 tortura que acaba sendo mitigada. A gente acaba não tendo uma política mais
551 efetiva porque a gente está no movimento de terceirizar o serviço e nós precisamos
552 pensar na salvaguarda dessas pessoas que estão lá. Nós não podemos tratá-las
553 como apenas um número. Nós temos que tratá-las, nós devemos colocar o ser
554 humano no centro da nossa abordagem. Eu acredito que a privatização não
555 representa o futuro nesse lugar que a gente quer de respeito à dignidade da pessoa
556 humana, que é fundamento da República. Nós temos que analisar os fatos. E eu
557 faço um apelo a todos aqui. Obrigada.

558 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
559 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Camila. A Vilma está com a palavra agora. Você
560 levantou de novo?

561 **Sra. Vilma** - Não, não. Eu só quero dizer que eu concordo com Camila, concordo
562 com Patrícia. Esse tema tem que ser realmente um assunto à parte.

563 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
564 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Vilma. Achei que você tinha levantado a mão de
565 novo. Eu entendo então que esse ponto aqui surgiu e como um ponto muito

566 importante acho que a gente pode tratá-lo na próxima reunião ordinária como um
567 ponto da pauta. E acho que é importante que qualquer política que tenha a ver com
568 a privatização ou com parceria público -privada, etc., ela tem que ser conversada
569 com as pessoas que estão atuando no sistema prisional, com o Mecanismo de
570 Prevenção e Combate à Tortura, com o Comitê Nacional de Prevenção e Combate
571 à Tortura, com as organizações que trabalham com o sistema prisional, com os
572 familiares das pessoas presas, porque se você não pensa, políticas públicas que de
573 fato sejam conversadas com as pessoas que estão sofrendo essas violações, a
574 gente não faz políticas públicas eficazes. E aí acho que quando você fala, Rafael,
575 na questão do controle de qualidade, eu acho que é um problema enorme o controle
576 de qualidade, porque a alimentação é um problema gigantesco em todas as
577 unidades prisionais do Brasil. E existe um problema para você de fato verificar a
578 qualidade, não só a qualidade, porque de compreender o gasto com a alimentação
579 e a qualidade que é servida a essa alimentação. Então a gente tem um problema
580 seríssimo e que a gente vê isso sendo replicado em todas as unidades prisionais
581 do país. Então é um ponto que de fato a gente tem que prestar atenção e a gente
582 vem fazendo isso aqui no Comitê em relação à alimentação de todos os relatórios
583 que são enviados e que são apresentados aqui para nós, um dos encaminhamentos
584 também é esse para entender, inclusive esse cálculo, para entender de fato o que
585 é comprado, quais são as quantidades que são compradas, porque as quantidades
586 são compradas, elas não são fornecidas e para de fato a gente compreenda, por
587 exemplo, a maioria das unidades prisionais oferece três refeições por dia, enquanto
588 na verdade teria que oferecer cinco refeições diárias. Então isso é um ponto muito
589 importante que a gente também tem que tratar aqui, então eu proponho que na
590 próxima reunião ordinária a gente trate aqui da privatização e observando esses
591 aspectos que, sim, existe um aspecto também do controle da qualidade e do que
592 se quer fazer com o nosso sistema prisional que já tem problemas seríssimos. E aí,
593 dito isso, eu não sei, acho que não tem mais ninguém com a mão levantada para
594 falar sobre esse tema específico.

595 **Interlocutor não identificado** - Obrigado, querido. Obrigado, Ricardo. Tem um
596 projeto de Lei que é recorrente, é 2.694 de 2015. Ele flexibiliza elementos que
597 possibilitam a privatização de serviços dentro do sistema prisional. Estão de dois
598 em dois anos em volta. Desenterram ele dos mortos e tentam emplacá-lo de novo
599 e esse ano eles estão tentando novamente desenterrar esse projeto. 2694 de 2015.
600 Ele flexibiliza diversos serviços do sistema prisional só para ficar no radar de todo
601 mundo para a gente poder já atuar em relação a isso. É só isso, Presidente.
602 Obrigado. E alimentação é só um dos serviços, tem diversos serviços que os
603 Estados de forma bem homogênea contratam e que merecem observação. Vamos
604 deixar para a próxima reunião. Não é tema de hoje, desculpa. Obrigado, pessoal.

605 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
606 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Eu vou passar aqui para o próximo ponto da nossa
607 pauta que é a aprovação do logo do Comitê. A gente está aqui pedindo há um
608 tempão já para a gente ter... um logo, mas, enfim, as questões técnicas,
609 administrativas, etc., não foi possível fazer um logo e aí eu mesma fiz duas opções,
610 mas a gente tinha que aprovar aqui na reunião. Então, eu pedi para a Débora só
611 projetar, assim, não é nada muito relevante perto do que a gente está discutindo,
612 mas é uma questão burocrática que a gente tem que discutir aqui. Então, assim,
613 tem essa opção e uma outra opção, aí segunda opção também, aí vamos fazer uma
614 votação e aprovar aqui, agora teremos um logo. A outra não era... Travou aqui o
615 computador, mas vamos esperar aqui a segunda opção. Não, mas acho que a
616 segunda é melhor do que a primeira, entendeu? Então, acho que tem que ver a
617 segunda. Acho que a gente já tinha meio definido o que era a segunda, mas tinha
618 que aprovar aqui com todo mundo. Então, essa daí é a segunda opção. Então,
619 gente, todo mundo concorda aí? Segunda opção? Já temos um logo. Não, a letra
620 preta. Preta com o Brasil verde. Está, boa. Então, Está. Então, pronto, gente, temos
621 um logo agora. Então, mas aí essa questão de criação de redes sociais, etc., quem
622 que pode administrar isso? Porque se a gente administrar... Enfim, algum de nós
623 isso, aí fica... Não sei se é uma coisa do Comitê, se quem administrar é a

624 coordenação, junto com a mesa diretora, que vai aprovar para postar ao NEO, ou
625 se somos nós?

626 **Interlocutora não identificada** -O Comitê é um órgão do Ministério. Ele tem que
627 ter... Ele faz parte do escopo do Ministério. A gente vai ter que conseguir alguém do
628 Ministério que faça isso. Mas a gente não conseguiu alguém que fizesse um logo,
629 não é?

630 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho
631 e Cidadania – ITTC)** – Então, eu não sei. Assessoria de comunicação já é. é. Não.

632 **Interlocutora não identificada** - Mas a ideia inicial era mais para consultar nos
633 ofícios e tal, ou também para alguma rede?

634 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho
635 e Cidadania – ITTC)** – Quando eu fiz primeiro, era para... Porque todos os ofícios
636 que a gente manda, de convites, etc., não tinham o nosso logo. Então, era mais
637 uma questão prática. Mas, já que tem um logo, também acho que tudo bem, pode
638 fazer a rede social. Mas tem que entender quem cria esse conteúdo para a rede
639 social, etc. Então, eu acho que talvez seja um ponto até para ser tratado também
640 em separado.

641 **Sr. Caio César Kelin (Titular - Comunicação, Saúde e Sexualidade – SOMOS) -**
642 A gente não tem um site funcional. Eu acho que rede social, para esse tipo de órgão,
643 não tem motivo de existir. Porque é um órgão que se comunica com técnicos e com
644 outros órgãos públicos. Não precisa de rede social. Precisa de um site funcional
645 com aba para documentos, onde você acessa os documentos. Eu acho que é isso
646 que é mais relevante. Isso pode ser feito dentro do site do Ministério. Você abre
647 uma página extra e coloca a documentação ali, a agenda e tudo mais. Acho que
648 rede social... Primeiro que rede social tem tempo para existir. Vai ser qual? Vai ser

649 Instagram? Vai ser TikTok? A gente vai fazer vídeo por TikTok? Não sei. Então,
650 acho que rede social é desnecessário. Um site bem estruturado dentro da página
651 do Ministério.

652 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
653 **e Cidadania – ITTC)** – Vou passar a palavra para a Ana.

654 **Sra. ANA KARENINA DE MELO ARRAES AMORIM (Titular - Universidade**
655 **Federal do Rio Grande do Norte – UFRN)** - Eu queria só ponderar que... Bom,
656 meu nome é Ana Karenina, sou da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
657 Estou aqui representando a entidade. Mas eu queria só ponderar a importância de
658 acesso público ao Comitê, tendo em vista que é mais uma fonte de denúncia. É
659 mais um espaço de denúncias que se cria em uma rede social. As pessoas hoje
660 acessam muito a rede social e se sentem, inclusive, mais protegidas de fazer
661 denúncia através de rede social. Então, a gente hoje, por exemplo, lá no Centro de
662 Referência de Direitos Humanos, a maior fonte de denúncias que a gente recebe
663 não é mais pelo Disque 100, é pela rede social. Então, acho que, como um órgão
664 público que está disposto a atender as denúncias da população, acho que é
665 importante a gente acompanhar essa onda.

666 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
667 **e Cidadania – ITTC)** – Então, acho que é um ponto para a gente entender
668 administrativamente quem são... do CNDH às redes sociais, se é o próprio Conselho
669 ou se é uma parte administrativa, etc. Você tem uma assessoria? Porque até o site
670 do Mecanismo é um site bastante precário para você acessar os relatórios, etc. É
671 bastante problemático, inclusive, que seja da forma como é o site do Mecanismo.
672 Então, acho que a gente tem que pensar em uma forma prática disso acontecer,
673 porque também não adianta criar uma rede social que não tenha um volume. Porque
674 redes sociais é assim, se você não posta em uma rede social, ela não cria volume.
675 Então, você também não tem as pessoas que seguem ou as pessoas... E eu

676 entendo esse ponto em relação às denúncias, porque as pessoas, de fato, usam
677 bastante para fazer denúncia e, por incrível que pareça, as pessoas usam ainda
678 Facebook muito para fazer denúncia. Nos grupos de familiares de pessoas presas,
679 existem milhares de grupos em que as pessoas fazem denúncias através do
680 Facebook. Eu acho que a gente pode tentar entender melhor como a gente poderia
681 fazer uma assessoria e o ponto que o Caio traz em relação ao site, para que,
682 inclusive, ficasse publicizado os atos que a gente toma aqui nas reuniões. Mas o
683 que tem no site? Entendi. Eu não sabia da existência desse site também. Enfim, a
684 única coisa que eu tinha visto era a composição... Tem as resoluções. Então, a
685 única forma de denúncia é a ouvidoria. Gente, desculpa, não vi. Mas, assim, pode
686 falar.

687 **Interlocutora não identificada** - Primeiro, eu acho que essa discussão tem duas
688 coisas. A primeira, que é o que foi apresentado aqui como logo para constar nos
689 ofícios, nas coisas, que isso é de fácil encaminhamento. Eu acho que é uma coisa
690 que fica para quem está aqui no Ministério tentar encaminhar através dos ofícios.
691 Então, para mim, não é uma coisa de grande polêmica, já que a Sofia criou, a gente
692 aprovou, trouxe para aqui. Então, não é uma coisa de grande debate de
693 encaminhamento. A questão que foi levantada aqui é em relação à questão das
694 redes sociais. Sim, aí precisa ter profissionais adequados que acompanhem, que
695 criem, que façam esse movimento que nós estamos falando aqui. Então, eu até
696 proponho que a gente construa um grupo de trabalho que vá pensar nisso. Olhe
697 para o que existe hoje e pense como poderia ser essa rede social. Porque precisa
698 de monitoramento. Não é só receber denúncias. Para receber as denúncias, as
699 pessoas esperam devolutivas, esperam ação. Então, para mostrar o trabalho que
700 nós estamos desenvolvendo aqui, as ações que nós estamos tomando,
701 deliberando, é importante. Agora, precisa de uma assessoria. E o que eu venho
702 percebendo, e a Nana vem falando isso, agora conseguimos a Thais, Tabiris e tal,
703 é que esse conceito, esse Comitê, como os demais, precisa ter uma assessoria
704 técnica para várias coisas. Não só para administrar, mas vai desde as questões de
705 passagem até as questões como essa, que é uma questão de visibilidade do

706 Comitê. O que nós estamos fazendo? O que nós aprovamos? O que nós
707 encaminhamos? Para quem manda? Isso é importante. Isso dá uma visibilidade ao
708 Comitê. Isso dá uma visibilidade de uma preocupação que existe das entidades que
709 estão aqui e que se propuseram a vir para esse Comitê. Então, acho que é
710 importantíssimo que a gente construa um grupo de trabalho para pensar essa
711 discussão, não só no site oficial, mas ter redes sociais que sejam oficiais, que sejam
712 daqui, senão cada um vai criar uma rede social e isso é um problema. Então, acho
713 que a gente precisa construir esse grupo de trabalho para fazer isso.

714 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
715 **Resistência Contra o Genocídio)** - Eu sou a Jaqueline, mas é Jaque. Na verdade,
716 a minha proposta até já foi de certa forma um tanto que colocada, só ia fazer a
717 defesa exatamente, porque entendo que as redes sociais são o meio mais acessível
718 para receber as denúncias. A gente tem que trabalhar com o que a gente tem. Se a
719 gente não tem nem quem faça o logo, a gente tem que pensar na realidade que a
720 gente tem. Mas acho que seria interessante criar um GT, ver quem tem essa
721 disponibilidade, um GT de comunicação para a produção de conteúdo. E acho que
722 a gente precisa ver se no administrativo não teria alguém que possa administrar a
723 rede no sentido das publicações. E a gente centralizaria os conteúdos nesse GT
724 para que a gente pudesse otimizar. E é isso. A gente vê aqui quem poderia tanto
725 administrar quanto produzir os conteúdos. E ser a gente que a gente tem e lidar com
726 a gente. É isso.

727 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
728 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Jaque. Nana?

729 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Titular - Ministério dos Direitos Humanos e**
730 **da Cidadania – MDHC)** - É só prestar alguns esclarecimentos em termos de
731 estrutura. Hoje, a coordenação geral de combate à tortura sou eu, a Tamires e a
732 Dani, que está online, mais a Débora e a Luana. São cinco pessoas. Eu como

733 coordenadora geral, a Tamires coordenando a coordenadora executiva do Comitê
734 e a Daniela coordenadora executiva do Sistema Nacional de Prevenção em
735 Combate à Tortura. Então, essa é toda a nossa estrutura hoje. A Débora e a Luana
736 são secretárias. Até a Tamires chegar, quem estava fazendo todas as funções do
737 Comitê era a Débora. Tudo. 100% tudo. Nós estamos com o edital do Ministério
738 aberto para trazer mais servidores para o Ministério. Qual é a dificuldade? Nós não
739 temos cargo em comissão para trazer pessoas fora do serviço público para trabalhar
740 conosco. Nós só temos cargos de função, ou seja, tem que ser um servidor público.
741 Não é fácil conseguir pessoas para se movimentarem entre o serviço público,
742 porque, muitas vezes, essa movimentação implica perda de remuneração. E, muitas
743 vezes, a pessoa não pode abrir mão disso. Ela tem outros compromissos da vida
744 dela. Então, estamos analisando um monte de currículo para trazer pessoas já
745 pensando nessas necessidades do Comitê, da coordenação, do sistema. Então,
746 pessoas que têm uma experiência na saúde, por causa do PNAISP e das questões
747 de saúde e sistema prisional, que são importantes. Pessoas com experiência em
748 secretariado de reuniões, colegiados. Pessoas com experiência em comunicação,
749 principalmente em rede social. Da mesma forma que o Comitê é invisível para fora,
750 em termos de rede social, a Coordenação Geral de Combate à Tortura, a Diretoria
751 de Defesa de Direitos Humanos, também é completamente invisível. E a assessoria
752 de comunicação é muito enxuta para dar conta de produção de conteúdo para todas
753 as áreas. Então, a gente já sabe que isso a gente não tem. A gente encaminhou,
754 inclusive, para a assessoria de comunicação divulgassem a reunião do Comitê
755 Nacional de Prevenção em Combate à Tortura e ainda não saiu a divulgação. E a
756 gente encaminhou, assim, há um mês atrás. Então, é entender a estrutura que nós
757 estamos lidando. Eu concordo muito com a Jaque que a gente tem que jogar com
758 o que a gente tem. Então, para a gente saber o que a gente tem. Não significa que
759 a gente não tenha que querer mais. Nós temos sempre que trabalhar para querer
760 mais. Mas a realidade hoje da Coordenação Geral de Combate à Tortura, que
761 impacta no Comitê e no sistema, é essa.

762 Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho e
763 Cidadania – ITTC) – Obrigada, Fernanda. Eu acho que é um ponto que é relevante.
764 A gente já tinha conversado sobre isso antes das redes sociais. Mas eu acho que a
765 gente tem que entender essas limitações do campo prático. Que, de fato, é isso.
766 Precisa gerar esses conteúdos, etc. E não é simples de gerar esses conteúdos. E
767 mesmo... E aí, nessa perspectiva, eu concordo com o Caio em algum lugar. A gente
768 tem as nossas R.Os. A gente se reúne bimestralmente. Mas a gente não tem
769 necessariamente uma produção de conteúdo sem um profissional para a gente
770 compreender o que a gente pode postar em uma rede social com esse volume de
771 rede social. Então, acho que tem que compreender, de fato, o que a gente deseja
772 com isso. E outro ponto que eu acho que é importante é que o Ministério dos Direitos
773 Humanos tem que ter uma centralidade maior em relação à publicização do que é
774 o Comitê e do que é o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
775 dentro do âmbito do próprio Ministério. Então, eu não sei se o Ministério, por
776 exemplo, já fez uma postagem, por exemplo, nas redes sociais do próprio Ministério
777 sobre o Comitê e o Mecanismo. E isso é muito importante que seja feito. Então,
778 esse é um ponto que talvez a gente possa tratar aqui, talvez amanhã, até com a
779 presença do próprio Ministro, sobre a importância de publicizar esses dois órgãos
780 dentro do âmbito do Ministério. E entendo que, talvez, a gente possa discutir isso
781 um pouco mais para frente, da criação de uma rede social específica, etc., até
782 quando tiverem esses profissionais contratados, de fato, porque, sem isso, a gente
783 não consegue fazer muita coisa. Então, entendo que, talvez, entenderem que a
784 possibilidade de criação de um grupo de trabalho, eu também não sei se o grupo de
785 trabalho, nós não somos em muitos, temos outros grupos de trabalho, e eu não
786 estou falando que as redes sociais e a publicização desses fatos não seja algo
787 importante, porque é, mas a gente tem grupos aqui de trabalho com coisas bastante
788 relevantes e, de fato, nós não somos em muitos. Então, acho que a gente tem que
789 pensar essa divisão aqui, e aí vai ser um dos próximos pontos aqui que a gente vai
790 tratar na pauta, que é a criação dos grupos de trabalho. Então, nesse ponto, acho
791 que a gente pode tratar se, de fato, merece um grupo de trabalho para a
792 comunicação neste momento que a gente está aqui agora, que eu acho que é um

793 momento de retomada. Essa é a nossa primeira reunião online nesse novo governo
794 presencial. Desculpa, gente. Então, a gente acho que pode pensar sobre isso nesse
795 ponto. E aí eu vou passar para a... Fala.

796 **Sra. Patricia de Oliveira da Silva (Suplente – Agenda Nacional pelo**
797 **Desencarceramento)** - Então, eu acho que a gente tem que ter um prazo, porque
798 a gente está num momento de disputa. Cem dias de governo, nada de prevenção
799 em combate à tortura. Então, assim, acho importante também... Por que a rede
800 social? O Comitê tem atribuições de outros Comitês. Tem gente de vários estados
801 que nem sabe que existe um Comitê nacional. Então, a rede social vai fazer
802 diferença. Vai fazer diferença na denúncia, vai fazer diferença de várias formas. Só
803 não acho que um grupo de trabalho agora, para os membros do Comitê, dê conta,
804 porque a gente já tem muita coisa. Muita coisa. Mas acho que a gente pode botar
805 um prazo. Até, sei lá, até setembro, a gente vê a possibilidade da rede social. O
806 Ministério, e posso dizer isso porque eu olho as redes sociais do Ministério todo dia,
807 nunca fez uma postagem, nem do Comitê, nem do mecanismo. Não fez. Eu olho
808 todos os dias. Então, é importante dizer isso. Então, acho que a gente tem que
809 criar... Porque o que não é visto não é lembrado. O Brasil ratificou a Convenção
810 contra a Tortura. Cria obrigação. Cria obrigação. Então, assim, o Comitê nacional
811 existe desde 2013. Não é uma novidade. Não é uma novidade. Aí vem o governo,
812 sai o governo, muda a sigla, vira para lá, vira para cá e vai se perdendo as coisas e
813 as pessoas não vão sabendo. Acho que a memória institucional também é muito
814 importante. É isso.

815 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
816 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Patrícia. Eu acho que o que a gente pode fazer
817 também, talvez, quanto possibilidade, é ver os conselhos, os Comitês que tem as
818 suas redes sociais e talvez criar um post em conjunto com esses Comitês e
819 conselhos. Enfim, nesse momento até que o CNDH, que tem uma assessoria
820 própria, enfim, até o momento da gente não ter, talvez, alguma coisa explicando o

821 que é o Comitê, enfim, ou a importância do órgão. E talvez a gente possa conversar
822 com esses outros conselhos até a gente ter, de fato, as nossas redes sociais. Seria,
823 basicamente, o Instagram. Rafael.

824 **Sr. Rafael Velasco Brandani (Titular - Secretaria Nacional de Políticas Penais**
825 **- MJSP)** - Entendo as dificuldades que a Fernanda estava dizendo em relação ao
826 Ministério. Como é que chama? Eu-quipe. Eu-quipe bem. É uma equipe bem
827 robusta de comunicação, ainda que a gente trabalhe de forma mais discreta, pelo
828 perfil da nossa atividade. Mas, havendo dificuldade, a gente pode estender o apoio
829 ao Comitê, sim. A gente faz um convênio. Eu falo bem baixinho, viu, Patrícia? A
830 gente pode fazer um convênio e prestar esse apoio para o Comitê com muita
831 tranquilidade. Está joia? Então, tem pessoal de comunicação, tem pessoal que
832 trabalha com gráfico, com imagem, tem as nossas equipes, incluindo a colega que
833 aqui me acompanha. São todos policiais penais que atuam lá, mas é um privilégio
834 nosso poder trabalhar em sinergia. Está joia? Fica a oferta para vocês. Havendo
835 conveniência, me deixem saber. A gente estabelece o instrumento que for
836 necessário para poder solidificar isso. Só isso.

837 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
838 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Rafael, e também pela oferta. Acho que a gente
839 pode pensar isso em conjunto e talvez trazer na próxima reunião ordinária. Vou
840 passar aqui para o próximo ponto de pauta, que é a formação da nova comissão
841 para o edital do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura para o
842 chamamento dos peritos e peritas para comporem o mecanismo. A recomendação
843 do CNJ ficou para hoje, no final da tarde. Só que, para recuperar para os novos
844 membros, a gente já tinha criado uma comissão em outro momento, no ano
845 passado, mas essa comissão acabou não fazendo os trabalhos. A gente ficou para
846 a definição dessa nova comissão de contratação dos peritos e peritas, do
847 chamamento e da criação do edital. Para que os novos membros do governo saibam
848 que é uma atribuição do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, fazer

849 as entrevistas e o edital e de fato, chamar esses peritos e peritas para comporem o
850 mecanismo. Talvez a gente possa, se a Débora quiser projetar para quem está
851 assistindo online a reunião, acho que pode ser bom.

852 **Interlocutora não identificada** - Eu vou ler aqui a resolução. Só para a gente fazer
853 uma leitura conjunto e se alguém tiver algum ponto de alerta para a mudança da
854 redação da resolução, pode levantar a mão, mas os pontos principais na verdade,
855 é a própria formação da comissão de quem vão ser os membros. O artigo primeiro
856 vai dizer que é a comissão de seleção de peritos para compor o mecanismo de
857 prevenção e combate à tortura. Daí compete essa comissão coordenar, organizar o
858 processo de seleção dos peritos, analisar os documentos apresentados pelos
859 candidatos, candidatas. Eu acho que essas coisas têm que estar no feminino,
860 masculino, etc. Para a inscrição com base no edital de seleção, deliberar sobre os
861 pedidos de inscrição, bem como proceder à divulgação das inscrições deferidas,
862 analisar os documentos comprobatórios da atuação e da experiência do candidato
863 nas áreas previstas no edital de seleção e também o notório conhecimento,
864 conferindo esses pontos, pontuação. Realizar as entrevistas com os candidatos e
865 candidatas inscritos, receber os recursos interpostos pelos candidatos e candidatas,
866 encaminhar o resultado de seleção para homologação do plenário, do comitê. A
867 presidência da comissão de seleção vai ser definida mediante sorteio no primeiro
868 dia dos seus trabalhos. Compete ao presidente coordenar os trabalhos
869 desenvolvidos pela comissão, o apoio técnico-administrativo necessário. Esse
870 ponto aqui, esse artigo terceiro, talvez a própria comissão possa definir, etc. Talvez
871 não precise necessariamente ser um sorteio, mas possa ser um acordo entre a
872 comissão, não precisa ser um sorteio. Eu acho que talvez possa tirar isso, porque...
873 quer falar?

874 **Interlocutor não identificado** - Eu acho que a gente pode considerar que todo
875 mundo leu, daí a gente pode começar a destacar coisas aqui do texto, se puder.

876 **Interlocutora não identificada** - Basicamente isso. Então, o que teria, que eu
877 chamo como ponto de atenção, essa questão do sorteio, que já tinha sido
878 conversado antes, de que talvez não tivesse necessidade de fazer esse sorteio e
879 que pudesse ser uma composição entre os membros que vão compor essa
880 comissão. E aí, nessa perspectiva, eu queria entender... A Patrícia falou que a
881 agenda continuaria como membro da comissão e, o CFESS também era membro
882 dessa comissão. Eu queria saber se você quer continuar, Mauricléia. E aí, do
883 governo, a gente precisaria de dois nomes, duas representações para comporem
884 essa comissão. E outro ponto que a gente tinha pensado é que nós, aqui no comitê,
885 somos 12 membros da sociedade civil e 11 membros do governo. Então, de modo
886 que a gente tem uma maioria aqui no próprio comitê. E que isso poderia ser
887 replicado, inclusive, para essa resolução aqui, para essa comissão. Então, teriam
888 três membros da sociedade civil e dois membros do governo porque assim a gente
889 também garantiria a mesma maioria que a gente teria aqui na comissão em relação
890 à seleção dos candidatos. E eu queria saber se alguém se opõe a que a gente tenha
891 três membros da sociedade civil em relação a dois membros do governo?

892 **Interlocutor não identificado** - Eu começaria do início de algumas questões que
893 eu apontaria ali. Eu fui o presidente da última seleção, então algumas questões aqui
894 eu apontaria. Algumas são do texto em si, por exemplo, o inciso sétimo do artigo
895 segundo diz que a comissão recebe os recursos. Eu não sei se isso foi uma cópia
896 da anterior, mas se foi, pode ser aprimorado, porque se a comissão recebe, quem
897 julga? Então, recebe e julga e analisa e define, enfim, os recursos encaminhados.
898 O inciso primeiro diz que a comissão compete coordenar e organizar o processo.
899 Organizar é uma palavra bem indefinida, o que significa organizar um processo? E
900 aí, esse seria o primeiro grande ponto aqui que eu apontaria, salvo engano, e aí
901 quem esteve no biênio anterior pode me corrigir, o edital que abre o processo
902 seletivo, ele antecede a resolução que cria a comissão. Então, a gente estaria
903 fazendo algo que não é habitual do procedimento que tem sido feito nos anos
904 anteriores no qual, primeiro existia uma comissão que escrevia o edital, isso
905 demandava algum tempo. Essa comissão de membros do governo da sociedade

906 civil escrevia o edital definindo as regras do processo seletivo. Uma vez publicado
907 este edital, era aberto então, criado por um ato de resolução, a criação da comissão
908 que aplica este edital.

909 **Interlocutora não identificada** - Esse edital era feito por um grupo de trabalho?

910 **Interlocutor não identificado** - Este edital era feito por uma comissão de criação
911 do edital.

912 **Interlocutora não identificada** - Não foi a mesma comissão de criação do edital
913 que foi a comissão...

914 **Interlocutor não identificado** - Não é a mesma, exatamente. Isso eu acho,
915 inclusive, interessante e importante para que a gente não crie um processo onde as
916 pessoas criam as regras e aplicam as regras. Então, o procedimento era este.
917 Existia uma equipe paritária que criava o edital, então submetia ao plenário uma
918 minuta do edital. Eram feitos destaques e tal, lembrando que esse processo foi
919 conduzido no último governo, no qual existia um embate político muito grande.
920 Então, as decisões tinham que acontecer sempre por unanimidade. Então, eram
921 feitos esses destaques nas reuniões e, então, era publicado o edital. Este edital já
922 previa um cronograma e, inclusive, esse cronograma demonstrava a criação da
923 comissão. Então, essa eu acho que é a primeira grande questão que eu apontaria.
924 Se a gente pensasse em seguir os ritos aos quais a gente está acostumado aqui, a
925 gente primeiro criaria uma comissão para criar o edital. E, depois de publicado o
926 edital, seria então criada a comissão que aplica o edital, que é a comissão de
927 seleção. Aí seguindo, no artigo terceiro está previsto o sorteio. Eu sou partidário do
928 sorteio. Eu acho importante que seja definido dessa forma. Acho que o sorteio,
929 nesse ponto, é a coisa mais democrática possível de se ter e adicionaria no texto
930 que o sorteio é público, inclusive. O artigo quarto, enfim, é a questão de apoio
931 administrativo. E, só para salientar aqui, no último processo seletivo, foi fundamental

932 a participação da coordenação de apoio, já naquele momento, porque isso me leva
933 ao meu terceiro ou quarto ponto, que é a composição. É um trabalho absurdo,
934 muitas pessoas se inscrevem. Nós tivemos em torno, acho que, de 300 inscrições
935 naquele momento. É um número muito grande de inscrições que demanda uma
936 força de trabalho imensa para análise de documentos e sistematização das
937 informações. Então, eu recomendo que a gente mantenha o formato anterior de seis
938 membros e, nesse ponto, talvez cause algum desconforto com os colegas da
939 sociedade civil, mas eu continuo achando mais interessante a paridade nesse
940 ponto. Eu acho que reforça a independência do órgão no processo de escolha
941 dessas pessoas. Isso não é um processo político. Isto é um processo técnico. Isto
942 é um concurso público que a gente vai conduzir no final das contas. Então, a minha
943 sugestão é essa. Primeiro, manter paridade, manter sorteio, para que isso possa
944 ser feito da forma mais neutra, se a gente puder dizer, nesse ponto de vista.

945 **Interlocutora não identificada** - Caio, mas no caso de empates, quando tiveram
946 empates ou algum tipo de divergência, o presidente que foi escolhido através de um
947 sorteio escolheria o candidato? Foi assim?

948 **Interlocutor não identificado** - O presidente decide uma votação na qual houve
949 um empate.

950 **Interlocutora não identificada** - Sim.

951 **Interlocutor não identificado** - Então, o que eu recomendo também é que este
952 documento aqui, quando ele for feito, ele deva... Sim, sua vota em caso de empate.
953 Na verdade, é o voto de Atena. Mas o que eu recomendaria é que este documento
954 aqui, ele fosse mais analítico quando ele for feito. Porque o que a gente enfrentou
955 no decorrer do processo seletivo? Não existe, em nenhum documento, a previsão
956 de como esse processo ocorre além do edital. Então, ou isso aqui se torna mais
957 analítico, dentro da função das pessoas, ou o edital é mais analítico no sentido de

958 como acontece o processo seletivo. Por exemplo, a colega da UFRN foi
959 fundamental, a cãndida, porque ela criou algo que não estava previsto, que foi
960 votado em comissão para ser legal, obviamente, que foi um barema para a
961 aplicação das notas dos candidatos. Eu e a colega da OAB criamos uma série de
962 perguntas genéricas o suficiente para que pudessem ser aplicadas para qualquer
963 tipo de pessoa, a partir da legislação que faz parte do nosso campo. Claro, em
964 qualquer concurso público isso não está previsto exatamente. O concurso diz que
965 é uma prova de títulos, é uma prova de... Mas a gente enfrentou esses desafios no
966 decorrer do último processo seletivo. Então, também levanto esse ponto para que,
967 no futuro, a gente pense melhor sobre isso.

968 **Interlocutora não identificada** - Análise de currículo, títulos e uma entrevista, era
969 isso? Ou tinha outros pontos?

970 **Interlocutor não identificado** - Isso estava previsto no último edital.

971 **Interlocutora não identificada** - Eu queria saber se tinha algum outro critério, por
972 exemplo, elaboração de um texto ou alguma coisa assim, ou vocês olharam a
973 análise dos currículos através da pontuação que vocês criaram?

974 **Interlocutor não identificado** - É que a análise de currículos, a pontuação da
975 análise de currículos estava prevista no edital. O edital aponta a forma de
976 pontuação. O edital baliza o processo. Mas o que eu coloquei é que o edital falava
977 que havia x pontos para entrevista e aí, no âmbito da comissão, a gente definiu
978 como essa entrevista ocorreria. São perguntas abertas, são perguntas fechadas. A
979 gente vai dizer, boa tarde, se presente, o que o senhor faz na área de prevenção
980 e combate à tortura, quanto tempo dura. Todas essas balizas foram feitas na
981 comissão, então isso eu recomendaria, deve estar previsto nessa resolução, que é
982 a comissão que define.

983 **Interlocutora não identificada** - Eu acho que são muitas definições. Não são todos
984 os candidatos que vão mandar currículo que vão ser, de fato, entrevistados. Tem
985 que ter uma pontuação para você ser entrevistado.

986 **Interlocutor não identificado** - Exato. Por exemplo, pontuação de corte. Não havia
987 definição. Foi definido. Outra coisa que eu acho fundamental nesse processo
988 seletivo, se há perguntas, se há prova oral com perguntas, as perguntas têm que
989 ser sorteadas, como qualquer concurso público acontece. A gente, naquele
990 momento, quem estava aqui lembra, existia um medo muito grande de interferência
991 do governo, naquela situação específica, mas os cuidados que a gente teve naquela
992 situação específica devem acompanhar a gente para sempre, porque isso é um
993 órgão público realizando um concurso público. Então, por exemplo, questões
994 sorteadas, metodologias para garantir o sigilo do processo seletivo, formas mais
995 publicizadas de como o processo seletivo ocorre. Eu respondi a diversos recursos,
996 eu respondi a diversos mandatos de segurança naquele processo, porque não
997 haviam algumas balizas de como o processo seletivo deveria acontecer. Inclusive,
998 um dos processos seletivos, um dos mandatos de segurança foi concedido à ordem.
999 Então, eu acho fundamental que exista isso, por exemplo outras questões
1000 fundamentais. Existia, naquele processo seletivo, a previsão de cotas, reserva de
1001 cotas, tanto cotas sociais quanto para pessoas com deficiência. Aí houve então um
1002 questionamento, é esta comissão que faz a heteroidentificação ou é outra
1003 comissão? Nós naquele momento, entendemos que a gente não tinha condições de
1004 fazer qualquer tipo de verificação desse tipo. Então nós, para o plenário, dissemos
1005 que precisamos agora criar uma outra comissão posterior ao processo seletivo para
1006 fazer a heteroidentificação dessas pessoas. Então eu colocaria essas questões,
1007 para mim, eu poderia resumir em três. A primeira é o edital antecede a essa
1008 resolução. A segunda são essas questões mais de ordem da escrita ali, como
1009 recebe, julga o recurso, etc. E, por último, no mínimo, seis pessoas nessa comissão.
1010 Não dá para fazer dessa forma como está com isso dessa aqui. Para executar, para
1011 aplicar, para fazer a seleção. No mínimo, seis pessoas.

1012 **Interlocutora não identificada** - Seis pessoas, está falando assim, porque daí tem
1013 titular e suplente. Está falando seis pessoas contando titulares e suplentes?

1014 **Interlocutor não identificado** - Seis pessoas. E seis suplentes. E lembrando do
1015 seguinte...

1016 **Interlocutora não identificada** - São doze pessoas no total.

1017 **Interlocutor não identificado** - Oi? Mas os suplentes não participam, isso é outra
1018 questão. Os suplentes não participam, isso é outra questão importante. Se eu iniciei
1019 o processo seletivo, eu não posso, no meio do processo seletivo, ser substituído
1020 pelo meu suplente?

1021 **Interlocutora não identificada** - Eu não sei. Talvez os suplentes também
1022 participem junto da comissão de análise, porque também os suplentes... Tem
1023 suplentes que participam aqui da reunião, etc. Não é só um cargo de quando alguém
1024 não está, tem pessoas que fazem uma gestão conjunta então, talvez os suplentes
1025 possam participar então, enquanto membros da própria comissão.

1026 **Interlocutor não identificado** - Ok. Isso é algo que eu acho que é tão específico e
1027 pode ser discutido depois. A minha opinião desse tipo de processo é que, primeiro
1028 o suplente não vota se o titular está presente, isso é muito óbvio. E, segundo, em
1029 alguns processos, em alguns momentos, o suplente não participa, por exemplo,
1030 como eu vou aplicar uma entrevista com uma banca de seis pessoas, na qual três
1031 são do governo e três são da sociedade civil, mas ao mesmo tempo, eu tenho mais
1032 três suplentes? Todos perguntam? A palavra vai de um para o outro? Então, eu
1033 acho que isso é uma baliza que pode ser vista depois. Não é o principal, para mim,
1034 neste momento, o principal que eu estou apontando são essas três questões.
1035 Primeiro, o edital antecede essa resolução. Segundo, essas questões mais práticas
1036 que eu apontei do texto. E, terceiro, de que eu entendo, da minha experiência, que

1037 a comissão deveria ter seis pessoas, fora os suplentes, seis instituições deste
1038 comitê na comissão, e que ela deve manter a paridade por uma questão de lisura,
1039 porque a mulher de César não basta ser honesta, ela tem que parecer honesta. Isso
1040 é um ditado meio machista, mas que se aplica muito bem, tem que parecer
1041 extremamente liso este processo. Então, eu sou o favorável, mesmo sendo a
1042 sociedade civil, entendendo a importância de que, em alguns momentos, a
1043 sociedade civil tem a maioria, eu entendo que, neste processo aqui, é interessante
1044 que haja paridade e que seja escolhida a presidência por sorteio. A não ser que seja
1045 feito algum pacto com o governo de que a presidência fique com a sociedade civil,
1046 mas eu entendo que o sorteio ainda é uma melhor opção, seriam as minhas
1047 colocações.

1048 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Caio. Eu vou passar a palavra para todo
1049 mundo estar com a mão levantada, eu só vou falar a ordem que as pessoas
1050 levantaram a mão e podem ir falando na sequência. Foi a Mauricleia, Fernanda,
1051 Miriam, Patrícia e Maria Clara. E depois a Jacque.

1052 **Interlocutora não identificada** - Primeiro, dizer que eu tenho acordo quando a
1053 Sofia fala na questão da linguagem de gênero, que a gente comece a adotar aí, que
1054 foi o que ela propôs, independente de qualquer documento, mas que a linguagem
1055 de gênero seja levada em consideração. A segunda coisa, é que eu tenho acordo
1056 pela experiência do Caio na questão da criação do edital, mas eu acho que esse
1057 edital nós estamos fazendo na seleção pública e nós temos várias experiências de
1058 seleções públicas. Então não é uma coisa tão assim fora de um contexto que a
1059 gente não possa pegar um material de seleção pública com as normas
1060 extremamente evidenciadas. Do que nós vamos selecionar? Para quê? Qual o
1061 objetivo? Quanto pesa cada coisa? Isso facilita o trabalho desta outra comissão.
1062 Então, na medida que eu coloque lá que o doutorado da pessoa pesa 10 nesta área,
1063 é 10. Eu não tenho que ficar correndo balizando mais nada. Essas normas, para
1064 não ocorrer isso que ele colocou, de ter que ir vários mandatos de segurança é

1065 exatamente por isso. Quando as normas são dúbias, você não sabe qual é a
1066 direção, ela facilita um processo de dar várias interpretações. Nesse sentido, eu sei
1067 que tem muita gente aqui do jurídico que pode dar essa contribuição e, o próprio
1068 comitê tem alguém que faça, que elabore esse edital. A gente já viu no edital
1069 passado, porque essa comissão é anterior, vai e volta. O edital passado tinha um
1070 problema em relação à questão das vagas. Isso é um problema também, você não
1071 colocar a quantidade de vagas que tem, quando vai ser, isso faz com que as
1072 pessoas recorram a um mandato, porque ela não está muito evidente. Isso a nossa
1073 assessoria jurídica já apontava, porque o edital passado a gente levou para a
1074 assessoria ver e realmente tem problemas. Acho que isso aí é uma coisa. Essas
1075 questões da comissão, como a comissão vai trabalhar, eu acho que é depois desse
1076 edital, depois do lançamento, depois disso. Mas eu acho que a gente precisa criar
1077 algumas normativas. Eu tenho discordância, porque eu acho que não existe
1078 neutralidade, não existe. Neutralidade não existe. Essa é a primeira coisa para
1079 dialogar com o Caio. Eu não concordo com o sorteio também, eu acho que uma
1080 comissão, que ela tem uns objetivos claros, ela tem algumas coisas bem evidentes,
1081 ela pode muito bem trabalhar em cima disso e em cima da experiência das pessoas.
1082 A gente não tem nenhum problema de dizer assim, eu não tenho experiência com
1083 isso. Não tem problema. Mas a gente quer contribuir da melhor forma possível. Essa
1084 questão é importante para a comissão. Dar uma segurança, entendeu? Porque o
1085 sorteio é uma coisa que eu não concordo. Eu trabalhei muito tempo com habitação
1086 popular e até a vizinhança era conversada com quem você queria morar perto. Eu
1087 tenho uma tática um pouco diferente dessa questão do sorteio. Eu acho que só para
1088 dizer que o edital é fundamental para o trabalho dessa comissão. O edital anterior,
1089 já apresentava muitos problemas. Eu acho que a gente tem que sentar para ver o
1090 edital, quem é que vai ver, quem é que vai fazer isso aí. E essas coisas aqui eu
1091 acho que a gente tem que retirar. Eu continuo afirmando, não existe neutralidade.

1092 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Mauricleia. Eu falei que era a Miriam,
1093 depois Fernanda, Patrícia e Maria Clara e depois o Jaque.

1094 **Interlocutora não identificada** - Bom dia a todas, todos e todes. Sofia, essa
1095 comissão dos membros para a comissão, pela sociedade civil, seria só um
1096 representante no caso da Agenda Nacional?

1097 **Interlocutora não identificada** - Não. Tem o CFESS também que nesse momento
1098 está, mas isso aqui foi feito naquele outro momento. Então a gente está aqui
1099 discutindo a forma como a gente quer fazer agora, é como se quase isso aqui
1100 existiu, mas a gente pode rever absolutamente tudo. E o Caio trouxe essa questão
1101 que eu não lembro de ter tido essa discussão na outra reunião, dessa comissão
1102 primeira para a elaboração do edital e, na sequência, essa comissão de seleção.
1103 Então, na verdade, isso aqui é só uma forma, mas não é de fato o que vai acontecer.

1104 **Interlocutora não identificada** - Só uma parte, não houve a discussão porque essa
1105 comissão, salvo engano, foi criada na intercorrência do outro processo seletivo. O
1106 processo seletivo estava em andamento, estava se discutindo a vaga
1107 remanescente. Eu acho que já existia um edital interior que regulava o processo
1108 seletivo. Essa comissão acho que teria sido criada no meio desse processo seletivo,
1109 salvo engano mas, só para colocar aqui situações normais...

1110 **Interlocutora não identificada** - Não, tinha acabado já o edital. Para o novo.

1111 **Interlocutora não identificada** - Ah, está bem.

1112 **Interlocutora não identificada** - É porque, por exemplo, se for mudar e se for ter
1113 mais um representante, no caso da sociedade civil, aí a associação de amigos quer
1114 entrar.

1115 **Interlocutora não identificada** - Aham. Nanda.

1116 **Interlocutora não identificada** - Obrigada. Bom, reiterando também a questão de
1117 gênero, a flexão de gênero que a Sofia bem trouxe aqui. A questão do Caio sobre
1118 a divisão de comissão de seleção e comissão examinadora, acho muito pertinente
1119 também. De repente, só dividir aqui os artigos que misturaram a parte de cima como
1120 comissão de seleção, a de baixo como comissão examinadora. Eu acho até... Ah,
1121 a questão do julgar também acho muito pertinente, receber os recursos. Receber e
1122 julgar os recursos e, até queria acrescentar aqui para o debate, de repente, não só
1123 recursos, mas impugnações. Acho que na última da nossa seleção a gente teve
1124 essa questão de a gente querer fazer uma impugnação e não ter tido formalmente
1125 uma decisão, e aí a gente teve essa dificuldade. Ah, mas não é recurso, é
1126 impugnação, todo mundo tem direito a impugnar e etc. Então, já colocar aqui uma...
1127 Embora seja outro processo seletivo. E não sei, Caio, você que participou da
1128 comissão, mas se seria positivo ter três da sociedade civil e dois do governo para
1129 deixar mais clara a função de presidente. Ficar dois, dois e um, não sei se
1130 eventualmente isso seria positivo ou não. E aí fora isso, de repente, da gente
1131 conseguir fazer essas alterações de forma mais genérica e, como você colocou, e
1132 a Mauricleia também, no edital delimitar todos esses pontos mesmo de julgamento
1133 para a gente avançar com essa pauta, mas já colocando aqui o edital, delimitará as
1134 questões de aprovação, os critérios. Não sei se é necessário colocar aqui mas,
1135 enfim, de colocar aqui já como para a gente avançar e delimitar isso depois. É isso.
1136 Obrigada.

1137 **Interlocutor não identificado** - Só para responder a Fernanda. Sim, a ideia seria
1138 não aprovar isso aqui hoje. O que a gente poderia fazer se a gente tivesse alguma
1139 agilidade, alguém minutar para amanhã a comissão que cria o edital. Isso é uma
1140 possibilidade. E aí respondendo a tua pergunta, se forem três pessoas da sociedade
1141 civil e dois do governo, é uma decisão política do órgão de como conduzir o
1142 processo. Eu acho que diminuir uma pessoa na divisão de tarefas, então, em vez
1143 de seis pessoas trabalhando, são cinco. Isso é algo para ser avaliado. Por outro
1144 lado, existe algo interessante na proposta em ter três pessoas da sociedade civil,
1145 que eu acho que seria importante. Nós temos, na composição da sociedade civil,

1146 três segmentos, então seria interessante que houvesse um representante de cada
1147 segmento nessa comissão. Então, tem um representante da sociedade civil lá do
1148 censo, outro das instituições de classe, e outro das universidades, instituições
1149 representantes de trabalhadores. Então, isso é uma possibilidade que eu colocaria
1150 como proposta, mas no geral, seria não aprovar isso hoje.

1151 **Interlocutora não identificada** - Acho que essa resolução e o edital precisam ter
1152 muitas informações. Trezentas pessoas? Se as pessoas soubessem que era para
1153 entrar no sistema prisional, fiscalizar e ter várias demandas, trezentas não se
1154 inscreveriam. O mecanismo do Rio de Janeiro foi o primeiro do Brasil. Na primeira
1155 seleção, foram 150. Na terceira seleção, já caiu para 20. Na última seleção agora,
1156 ano passado, eram oito. As pessoas não querem entrar na cadeia, as pessoas não
1157 conhecem a cadeia. Então, esse número grande é porque as pessoas não tiveram
1158 a informação de o que era a cadeia. A seleção do Rio de Janeiro nunca teve um
1159 mandato de segurança. Nunca, nunca na história. Até quem disse que ia entrar,
1160 quando viu realmente o que era o sistema prisional falou não, não quero, eu achei
1161 que era outra coisa. Então o trabalho diário de fiscalização, de estar ali naquele
1162 espaço... Uma outra coisa que é importante destacarmos, pessoas portadores de
1163 necessidades especiais, temos que deixar isso muito bem certo. Não vamos poder
1164 colocar um edital abrangendo todo mundo, porque não vamos colocar uma pessoa
1165 que é um cego para o mesmo do mecanismo. Ele não terá condições de fazer
1166 fiscalização. Então, tudo isso também é um debate. Porque, senão, vamos botar
1167 essa pessoa no fogo. A pessoa que usa muleta, ela ficar em pé dez horas não tem
1168 condições. Lembrar que é um edital público, é um órgão público, é um trabalho
1169 público, mas que ele tem um foco. A prevenção, combate à tortura e fiscalização
1170 nos espaços de privação e liberdade. É ficar com fome na hora da fiscalização,
1171 porque você não sai toda hora para beber água. Você tem que ter uma postura
1172 dentro do sistema prisional, porque você está fiscalizando. Então, você passa muito
1173 tempo em pé. São viagens ao Brasil todo. Tem toda uma estrutura e todo um
1174 pensamento. Então, tudo isso também tem que estar na mente de todo mundo. E
1175 estou falando muito isso porque fiquei oito anos no Mecanismo do Rio de Janeiro.

1176 É sair de madrugada e voltar tarde. É não ter feriado. É não ter sábado e domingo.
1177 Porque você escolheu estar naquele processo ali. Então, é feriado, é igual diretor
1178 de cadeia, não existe feriado, não existe Natal, não existe Ano Novo, não existe
1179 Carnaval. Se você assumir aquela responsabilidade, você tem que levar até o final.

1180 **Interlocutora não identificada** - Sobre a sugestão de criação de duas comissões
1181 separadas, estou de acordo de ter a primeira para fazer o edital e depois a da
1182 seleção. E aí, acho que podemos prosseguir com essa sugestão de aprovar amanhã
1183 ou então rapidamente essa comissão do edital. E aí, queria saber se seriam esses
1184 mesmos membros que já estão aqui listados que participariam dessa comissão de
1185 elaboração do edital e saber também dos representantes do governo. Aí, eu fico aí
1186 pensando se talvez para esse da elaboração do edital a gente pudesse manter a
1187 paridade, aumentando talvez o número de representantes. Uma vez que o edital,
1188 no fim vai ser aprovado no plenário, de qualquer forma. Mas para a comissão de
1189 seleção, ainda acho pertinente manter a maioria da sociedade civil. Acho também
1190 manter a decisão apenas para o presidente um poder muito grande e também não
1191 vejo muito isso como um caráter maior de independência. Lembrando também que
1192 vejo também o papel do mecanismo, ele está fiscalizando instituições que são do
1193 Estado e aí nesse sentido, acho mais pertinente ter um maior peso da sociedade
1194 civil nesse processo. Acho que isso daria um caráter maior de independência do
1195 que a paridade em si por conta dessa especificidade do mecanismo. Mas, para
1196 abreviar então a discussão, eu deixaria só para a gente aprovar essa questão da
1197 comissão do edital, eu realmente gosto muito dessa ideia, faz sentido. As outras
1198 sugestões sobre a edição aqui concordo mas, de qualquer forma, isso seria
1199 analisado depois na criação do edital da comissão de seleção, então a gente vai ter
1200 que refazer isso de qualquer forma. Enfim, é isso. E aí, acho que precisaria definir
1201 esse prazo, eu acredito que na próxima reunião ordinária, que seria a aprovação do
1202 edital proposto por essa comissão e já a apresentação da comissão de seleção
1203 também, a proposta da composição. Minha sugestão é isso. Mantenha a paridade
1204 para a comissão do edital, para a comissão de seleção maioria da sociedade civil.

1205 **Interlocutora não identificada** - Vou passar a palavra para a Jaque. Fiquei
1206 pensando aqui porque essa primeira resolução seria para a criação de uma
1207 comissão específica para o edital. Eu concordo com o ponto que o Caio trouxe de
1208 fato, para serem pessoas diversas, justamente para a pessoa que fez o edital não
1209 ser a própria pessoa que vai analisar os currículos. Mas talvez isso pudesse, porque
1210 é uma resolução bastante mais enxuta essa primeira, mas talvez essa pudesse ser
1211 uma resolução conjunta e dizer que só a partir do momento em que o edital for
1212 aprovado pelo pleno, começa a comissão eleitoral, de seleção, desculpa. Bom, é
1213 que eu fiquei nessa história dessa pessoa que preside, etc. Então, talvez pudesse
1214 ser uma coisa conjunta, porque aí a gente faz as duas coisas ao mesmo tempo e aí
1215 é mais uma delimitação de tempo, de quanto tempo vai demorar uma coisa e de
1216 quanto tempo vai estabelecer a outra, que é a comissão de seleção. Vou passar a
1217 palavra para a Jaque e, depois para o Matheus.

1218 **Interlocutora não identificada** - Bem, primeiro que é assim, essa resolução,
1219 inclusive, ela se refere ao edital que existe, na verdade. Então, para que o edital
1220 existe e ela na verdade, só está coordenando essa seleção. Então,
1221 necessariamente, o edital antecede aqui. Eu só não tive muito entendimento. A
1222 elaboração do edital é efetivamente a atribuição do comitê? É só essa questão que
1223 eu não achei aqui. Eu até olhei os artigos citados aqui, mas eles tratam na verdade,
1224 de outras questões, dos critérios e tal e tudo mais. Mas é isso, entendo que
1225 realmente... A prioridade, inclusive, seria o edital, porque, se eu não tenho o edital,
1226 eu não preciso da comissão. É só essa questão. Então, eu entendo que... Também
1227 faço a defesa de que a questão do critério para o sorteio seja modificada. Foi
1228 colocada, inclusive aqui na descrição do ponto anterior, a demanda de trabalho, as
1229 inúmeras outras comissões. Eu acho que é importante que esteja nessa função
1230 alguém que tenha tempo, disposição, vontade dê e para. Para que não fique
1231 também um acúmulo... Eu acho que o sorteio pode inclusive, talvez levar uma
1232 pessoa que nem estava nessa disposição. E eu também acredito muito num
1233 processo que ele é construído e discutido, eu acho que faço muito a defesa de que
1234 seja retirado o critério aqui de sorteio. Gosto também da ideia de utilizar o mesmo

1235 critério de composição, o número maior da sociedade civil. Mas eu queria também
1236 manifestar uma preocupação que na verdade, estou um pouco preocupada, com o
1237 excesso de pauta para amanhã, por exemplo, aqui nem foi aberta discussão e já
1238 teve... Nós já tivemos, por exemplo, algumas questões, inclusive divergentes em
1239 relação à parceria público-privada, por exemplo, que está na pauta de amanhã.
1240 Então, acho que estamos jogando muita coisa para a pauta de amanhã e eu tenho
1241 medo que as discussões fiquem, talvez prejudicadas. Eu entendo que talvez a gente
1242 deveria, ao menos, encaminhar e conduzir o edital hoje, porque nós já jogamos
1243 ponto para a pauta de amanhã. E acho que é isso.

1244 **Interlocutora não identificada** - No final das contas, as nossas reuniões sempre
1245 acabam tendo essa questão. São muitas pautas para pouco tempo e a gente acaba
1246 estendendo normalmente no primeiro dia um pouco mais do nosso tempo, que é
1247 quando a gente vai estar aqui amanhã, então a gente estende mais. De fato, talvez
1248 a gente não consiga tratar exatamente de todos os pontos da nossa pauta. Mas eu
1249 entendo aqui, presidindo nesse papel, que essas discussões que vão surgindo ao
1250 longo do caminho são muito importantes e que elas têm que ser discutidas, porque
1251 elas surgiram de algum ponto de inflexão e elas podem ser tratadas em outro
1252 momento, mas acho que elas têm que ser discutidas aqui, já que a gente também
1253 não tem tantas oportunidades de estarmos todos juntos. Agora, em relação à
1254 aprovação, que seria para amanhã, aqui a gente meio que definia tudo e alguém
1255 faria o texto e só o texto seria aprovado amanhã. A discussão acabaria aqui, da
1256 forma, etc. Pode ter algum aspecto ou outro pontual em relação ao texto que a gente
1257 discuta. E aí, em relação... Rapidinho, Matheus, só. O que a Maria Clara falou, que
1258 é importante que os membros do governo, agora, também se pronunciem, porque
1259 eles também têm que estar nessa comissão, então acho que entre vocês, eu não
1260 sei qual é o nível de comunicação, etc., de quem vai se voluntariar para estar nessa
1261 comissão, mas que vocês já estejam pensando nisso, porque isso a gente vai ter
1262 que deliberar hoje, pelo menos quem são esses nomes para a gente ter essa
1263 resolução pronta amanhã. Então aqui, da Sociedade Civil, acho que a gente pode
1264 trabalhar nessa possibilidade que o Caio falou e que, na verdade, de quem se

1265 voluntariou agora não teria essa divisão de segmentos ou a gente trabalha na
1266 divisão de segmentos, aqui, que é do comitê, ou não, a gente pode definir isso
1267 agora, mas a gente já poderia pensar quem são essas pessoas que vão ser
1268 indicadas aqui da Sociedade Civil, tanto para uma coisa quanto para outra, porque
1269 aqui a gente estava falando e aí, não sei, a Patrícia saiu também, mas eu acho que
1270 eu entendi que a Patrícia, a Miriam, a Mauricleia gostariam de estar na comissão de
1271 seleção, e aí a gente precisa definir quem vai estar na comissão de elaboração do
1272 edital. Acho que pode ser uma revisão sim, do edital que já tinha e pensar alguns
1273 pontos, mas enfim, tudo isso é trabalho, então de todo modo e, assim, o Caio trouxe
1274 pontos que talvez não tenham sido tratados no edital, mas foram tratados depois na
1275 comissão de seleção em relação a falhas que tinham no próprio edital. Então isso
1276 tem que ser tratado neste novo edital. E a Patrícia trouxe pontos importantes
1277 também, de delimitar muito bem o que é o trabalho, para que esse número de
1278 pessoas talvez não seja tão grande até para a gente não ter um trabalho de alguém
1279 que, de fato, não quer fazer esse trabalho.

1280 **Interlocutor não identificado** - Como a Jaque falou, a gente quer caminhar na
1281 pauta, mas é difícil, foi bem complexo. A fala do Caio foi bem importante, que teve
1282 participação fundamental no processo anterior. É isso, trezentos inscritos, manda
1283 de segurança, recursos, tem várias reflexões, tem um diálogo também entre o
1284 Comitê e o Mecanismo Nacional, tanto para aprimorar a forma de seleção e
1285 eventuais reconduções. É um tema que a gente tem debatido muito nas últimas
1286 semanas, enfim. E aí eu queria, muitas pessoas falaram anteriormente, queria trazer
1287 algumas reflexões aqui, no seguinte sentido, o Caio trouxe, e a gente conviveu no
1288 dia a dia com o Caio e com a Cândida, as dificuldades que eles tiveram, porque o
1289 trabalho foi muito pesado mesmo. Eu trago a reflexão, seria o caso de deixar três e
1290 dois ou quatro e três? Nessa linha que você colocou da dificuldade de trabalho. É,
1291 para fazer a seleção, seriam talvez quatro da civil e três do governo? Já seriam sete
1292 pessoas. Eu acho até porque é uma reprodução, seria uma reprodução da não
1293 paridade que já existe no Comitê, que não haveria problema ter uma mais
1294 majoritariedade civil. E aí eu acho que isso até poderia até manter eventual sorteio,

1295 porque acho que teria menos polêmica, menos empates, etc, então poderia ter
1296 menos polêmicas em relação ao sorteio da presidência. Agora só tem um detalhe,
1297 eu também acho que o Caio trouxe o que seria o ideal, ter uma comissão com outras
1298 pessoas diversas para fazer a seleção do que fazer o edital. Só que a gente teria,
1299 na linha de tantas coisas que a gente falou hoje aqui, do logo, etc, redes sociais, a
1300 gente teria perna. Se a gente não tiver perna, talvez as três entidades que
1301 candidataram poderiam fazer ambas as coisas, não sei. Então, só trazer essas
1302 reflexões também. Enfim, o Caio já falou perfeitamente da inversão que era
1303 necessária. Em relação ao que a Patrícia traz, enfim, está muito claro a função para
1304 não ter muitos inscritos e trazer um trabalho de pessoas que talvez não tenham
1305 interesse e consciência da complexidade do que é feito, do qual é o trabalho dos
1306 peritos e peritas. E aí talvez alguns considerando no edital podem talvez trazer isso
1307 expressamente. E eu acho que daria para debater hoje no sentido de que seria algo
1308 basicamente para criar a comissão, Caio, seria isso? Ou demandaria muitos artigos,
1309 você acha? Seria escrever uma resolução para ter os membros da elaboração do
1310 edital, seria mais ou menos isso. Nessa linha, eu acho que seria algo simples para
1311 escrever e amanhã simplesmente endossar, entendeu? Agora eu acho a reflexão
1312 importante de se amanhã, por quê? Porque hoje tanto o governo quanto a Civil
1313 podem bater o martelo, quem seriam as pessoas, e amanhã, durante o dia de hoje,
1314 para amanhã a gente trazer. Primeiramente para o edital, para a gente ter essas
1315 pessoas, do governo por exemplo, algumas pessoas continuaram nos órgãos, mas
1316 outras não estão nem mais nos representantes então, teria que ter essa conversa
1317 como falou a Sofia, até amanhã. Então talvez deixar para amanhã seria importante
1318 para bater esse martelo. E é isso, pessoal, não sei se três ou dois, ou quatro e três,
1319 mas acho que reproduzir essa não paridade que já tem no órgão seria importante.

1320 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Matheus. Só queria reforçar que quem
1321 está assistindo e acompanhando a reunião online pode falar, pode levantar a mão
1322 e eu passo a palavra, todo mundo pode aqui expressar a sua opinião. Então, acho
1323 que, sendo mais encaminhativo talvez, o mais breve, tendo em vista que a gente
1324 tem outros pontos, é a gente fazer então, uma resolução específica para a criação

1325 do edital e depois da criação do edital e a aprovação na próxima reunião, a gente já
1326 traz uma minuta pronta também, já na próxima R .O., com essa resolução sobre a
1327 comissão de seleção. Então, acho que é importante entender daqui, dos membros,
1328 pelo menos, da sociedade civil e membros do governo também que fazem parte
1329 desse comitê, quem que estaria disponível para fazer parte dessa comissão para a
1330 criação do edital? Não acho que precisa de tantas pessoas quanto a comissão de
1331 seleção, mesmo porque já existe um edital que foi feito, então seria avaliar esse
1332 edital que foi feito, a partir dos pontos que foram trazidos aqui na reunião e elaborar
1333 um edital mais de acordo, que esse edital ainda vai ser passado pelo pleno para
1334 aprovação. Então, ainda que seja um trabalho, é um trabalho menor do que a
1335 comissão. Tem alguém aqui da sociedade civil que gostaria de fazer parte da
1336 criação do edital? Já aqui, a Maricléia seria da comissão de seleção.

1337 **Interlocutora não identificada** - Porque ela disse que o jurídico do CFESS já fez
1338 essa análise, então acho que se o CFESS pudesse se manter também... Mas, aí,
1339 não sei se a Maricléia não participaria da outra. É, mas a gente... Assim, mas isso
1340 também é um ponto. A gente não precisa ser necessariamente assim. A gente pode
1341 entender se a gente de fato, precisa ter essa divisão. Quem vai criar o edital, ser
1342 diferente de quem vai participar da comissão. Mesmo porque o edital assim, estou
1343 colocando um ponto aqui, o edital é aprovado pelo pleno então todo mundo vai ter
1344 conhecimento do edital e vai estar, essas pessoas que vão aprovar o edital vão
1345 estar na comissão de seleção também. Então, eu não sei... Enfim, se fossem outras
1346 pessoas, se o edital talvez nem passasse por essas pessoas depois para a
1347 aprovação, mas as pessoas também votam na aprovação do edital, então talvez eu
1348 não sei se faça tanto sentido, assim, ser separado. A criação em momentos
1349 distintos, sim, mas também tem que entender se vão ter pessoas. Acho que quando
1350 a Mauricleia voltar a gente pode entender isso. E, aí... Fala aí, Maria Clara.

1351 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
1352 **Organizações Populares – GAJOP)** - Não, eu acho que considerando isso que o

1353 Matheus falou, de fato a gente tem que considerar as nossas pernas. Eu acredito
1354 que pode ter uma pequena mudança de uma comissão para outra, mas tudo bem
1355 se mantiver uma mesma organização, porque é isso, é quem está colocando
1356 disponibilidade. A gente não vai dispensar a gente que tem disponibilidade,
1357 interesse participar de ETE. Eu só queria também acrescentar, para a gente colocar
1358 em votação aqui agora também, sobre talvez à quantidade de membros e a respeito
1359 da paridade ou maioria da comissão de seleção também, mesmo que a gente não
1360 vote o formato dessa comissão, só que isso já está votado e encaminhado.

1361 **Interlocutora não identificada** - E acho que é importante isso porque, na próxima
1362 RO, alguém pode ficar responsável por trazer já a minuta da resolução e já traz a
1363 minuta da resolução a partir dessa perspectiva de que se vai ser a paridade ou se
1364 vai ser a maioria da sociedade civil. E além disso, acho que a gente pode pensar
1365 quem poderia fazer essa minuta, ainda que breve, para a gente aprovar amanhã
1366 essa da comissão para a criação do edital. E eu queria saber com os membros do
1367 governo que estão aqui, quem se disponibilizaria a participar de ambas? A
1368 participação tem que existir. Elas não vão poder se furtar de participar. Então,
1369 alguém vai ter que se voluntariar porque é uma função do comitê e esses órgãos
1370 compõem o comitê, infelizmente... do edital. Então, a gente já tem duas
1371 organizações aqui que se candidatam a participar da comissão para a formação do
1372 edital, acho que é suficiente. E agora a gente precisa das duas organizações do
1373 governo, dos dois representantes do governo aqui para comporem e acho que isso
1374 é importante mesmo no sentido de que assim, eu acho que é importante pontuar
1375 isso. O governo compõe o comitê também. E a gente tem uma participação online,
1376 mas é também muito importante que essa discussão que a gente está tendo aqui
1377 não fique só na sociedade civil. E essa discussão não está só com a sociedade civil
1378 porque nós monopolizamos o tema, é porque não está tendo uma participação
1379 direta dos membros do governo no comitê e isso não pode acontecer. Justamente
1380 porque a gente tem membros de vários ministérios que certamente ajudaria muito
1381 essa discussão que a gente está tendo aqui de várias áreas. Então é importante
1382 que de fato, participem do comitê e não seja só uma participação figurada, de fato

1383 seja uma participação literal. Eu acho que eu não deveria estar aqui falando isso,
1384 mas de todo modo diante do silêncio em relação à participação de atribuições que
1385 são do comitê, eu me vejo nessa função de ter que falar, acho que é um pouco óbvio
1386 mas no final das contas é isso. Eu vou passar para a Nana.

1387 **Interlocutora não identificada** - Eu pedi a palavra justamente para isso. Ver com
1388 as nossas representações de governo quem teria disponibilidade para participar da
1389 comissão do edital, os órgãos lembrando que, podem ser indicadas pessoas para
1390 participar dessas comissões, para colaborar nessa construção de um edital que
1391 evite tantos contratempos. Como o Caio mesmo citou o tanto de mandato de
1392 segurança que ele teve que responder, a gente prefere não passar por isso, a gente
1393 acha mais legal evitar. Não que não vá acontecer, porque pessoas insatisfeitas
1394 sempre vão existir, a gente não vai conseguir abarcar tudo, mas reduzir esse
1395 impacto. A Coordenação Geral de Combate à Tortura se coloca à disposição para
1396 participar como representação de governo na comissão do edital. Na de seleção eu
1397 acredito que não seja o melhor, porque a gente vai ter que pôr a nossa estrutura
1398 administrativa a serviço da seleção, então a gente não vai dar conta de cumprir bem
1399 os dois papéis.

1400 **Interlocutora não identificada** - Eu queria lembrar que é isso, o comitê é composto
1401 pela sociedade civil e por membros do governo, essas pessoas têm que se fazer
1402 presentes e têm que estar. A mesma atribuição que a sociedade civil tem, os
1403 membros do governo têm. Não existe um comitê da sociedade civil e um comitê do
1404 governo existe um único Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que
1405 tem representação da sociedade civil e representação do governo. Então, o governo
1406 precisa se fazer presente, porque não adianta ir só para o CAT da ONU fazer a
1407 defesa do Brasil. Aí vai uma delegação linda, bela e maravilhosa na hora de
1408 defender o Brasil no CAT mas, se está presente na reunião do comitê, todo mundo
1409 fica calado, não dá. Tem que estar no CAT defendendo o Brasil, mas tem que estar

1410 aqui também fazendo a defesa no Comitê Nacional e se entregando às pautas. É
1411 isso.

1412 **Interlocutora não identificada** - Se não tiver nenhuma indicação agora, a gente
1413 pode estabelecer o prazo até amanhã e talvez enviar uma comunicação por email
1414 para os representantes do governo, até porque não tem todo mundo aqui presente,
1415 eu acho. É isso.

1416 **Interlocutora não identificada** - Eu acho que pode ser. E aí eu queria colocar um
1417 ponto. O próximo ponto de pauta sobra para pensar nessa perspectiva também, que
1418 é a criação de grupos de trabalho, os grupos de trabalho também têm a composição
1419 do governo então é importante que as pessoas estejam aí pensando e tendo isso
1420 como horizonte de que a participação acontece não só na reunião ordinária, mas
1421 também em outras funções que são do próprio comitê. Então, para encaminhar isso,
1422 eu acho que a gente já tem aqui a formação...

1423 **Interlocutor não identificado** - A ideia na verdade do edital, nós vamos na verdade
1424 fazer um aprimoramento do edita, isso com base no último edital que foi feito. Pelo
1425 que eu entendi aqui, Sofia, então tem aqui duas pessoas só representante da
1426 Sociedade Civil para o edital. As demais do governo têm até amanhã para poder se
1427 manifestar. E esse grupo do edital então serão quantas pessoas? Não ficou
1428 definida.

1429 **Interlocutora não identificada** - Eu acho que podem ser duas pessoas da
1430 Sociedade Civil, duas pessoas do governo e daí assim a gente fecha esse grupo. A
1431 gente já tem as duas pessoas que representam aqui a Sociedade Civil, a Jaque e o
1432 Antônio. E aí a gente faz essa elaboração dessa minuta para ser aprovada amanhã,
1433 que é a minuta, na verdade, da resolução para a criação e para o aprimoramento,
1434 enfim etc. É desse edital que vai ser, na próxima reunião ordinária, a gente vai trazer
1435 para o pleno para votação. E aí amanhã eu peço então que os membros do governo

1436 tragam as duas representações e aí, se puder, talvez, a equipe de coordenação
1437 fazer essa sugestão da Maria Clara, acho que pode ser uma boa talvez, a gente
1438 mandar um email só avisando, enfim, que até amanhã a gente precisa desses
1439 nomes, desses dois nomes. Ah, desculpe. Então, um nome só para compor essa
1440 comissão primeira. E aí a gente também pode colocar assim, porque a mesma
1441 questão vai surgir na comissão de seleção também, que é na próxima R .O. mas,
1442 também, se eles já quiserem fazer uma indicação, porque a gente já tem aqui a
1443 indicação da sociedade civil de quem vai estar na próxima, na comissão de seleção.
1444 Então, se...

1445 **Interlocutora não identificada** - Sofia, só lembrando que a Mauricleia voltou, que
1446 tinha aquela sugestão dela compor as duas por causa da...

1447 **Sra. Sofia Frommer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
1448 **Trabalho E Cidadania – ITTC)** - Eu acho, Mauricleia que a gente estava falando,
1449 na verdade, é que como o CFESS já tinha feito aquela análise do edital, etc., eu
1450 acho que, na verdade, se você não quiser participar da comissão, não precisa, mas
1451 talvez você possa compartilhar com a Jaque e com o Antônio a análise que foi feita
1452 pelo CFESS, pelo Departamento Jurídico com os pontos ali do edital. Para vocês
1453 saberem, a próxima reunião ordinária, que seria quando a gente apresentaria, acho
1454 que, se não me engano, é 20 e 21, ou 19 e 21 de julho, não sei. É em julho, mas é
1455 nessa data, 20 ou 21 ou 19 e 20 estou na dúvida aqui mas é isso. Tem mais ou
1456 menos um mês, quase dois meses, para a gente fazer esse edital. Então amanhã
1457 ao final, enfim, dos nossos pontos, a gente aprova rapidamente essa resolução. Eu
1458 posso tentar organizar aqui um esboço da resolução. Obrigada. Bom, acho que foi
1459 isso. A gente pode... Vai dar a questão da paridade ou não? Então, tem essa
1460 questão antes da paridade, que na sugestão da Maria Clara, a gente votaria isso
1461 agora em relação à comissão de seleção. Antes eu só queria falar aqui, tem
1462 algumas pessoas que estão aqui presentes, fisicamente e eu vou aqui só citar o
1463 nome delas. A Denise Teixeira, a Patrícia Rodrigues, do Ministério das Mulheres, a

1464 Eliane Alves da Silva, do SEJUS, da Subsecretaria de Apoio às Vítimas, a Sueli
1465 Vieira, da Secretaria de Estado, Justiça e Cidadania, do GDF. Marcela.

1466 **Sra. Sueli Vieira** - Gente, eu sou Sueli Vieira e estou representando a nossa
1467 Secretária de Estado, Justiça e Cidadania, que é a Marcela Passamani. Nessa
1468 Secretaria, a gente tem uma Subsecretaria de Política, Direitos Humanos e
1469 Igualdade Racial, que junto com a sua coordenação, faz a gestão do Comitê Distrital
1470 aqui de Prevenção e Combate à Tortura, então acho que a gente sentiu falta de ser
1471 apresentado. Acho que todo mundo está aqui e faz a gestão de uma política que diz
1472 respeito dessa possibilidade da gente integrar esforços para fazer o enfrentamento
1473 aqui da questão da tortura. A gente está aqui com uma outra pessoa representando
1474 uma Subsecretária de Atendimento às Vítimas de Violência, então a gente ficou aqui
1475 atrás, meio sem saber qual é a nossa função, se é para ouvir, se é para tomar
1476 ciência, se a gente se reporta, se é para falar um pouco também de como a gente
1477 vem conduzindo essa política aqui no âmbito distrital e que diz respeito ao interesse
1478 que a gente tem, inclusive, se colocando à disposição para a adesão do fluxo
1479 nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Então, a gente ficou aqui meia manhã,
1480 um pouco sem essa orientação e é claro que a gente se coloca à disposição para
1481 integrar essa política e para participar das discussões da melhor forma possível.
1482 Obrigada.

1483 **Interlocutora não identificada** - Obrigada pela apresentação. Peço desculpas, eu
1484 estava aqui de costas e não vi quem estava aqui. E, de fato essa organização aqui
1485 desse jeito acaba ficando uma organização que só as pessoas que compõem o
1486 próprio comitê ficam aqui nessa mesa, talvez a gente possa pensar numa próxima
1487 organização que as pessoas que estão aqui fisicamente, talvez elas não fiquem de
1488 fora dessa roda. E aí, vocês fiquem à vontade. Eu falei algumas vezes para quem
1489 estava online que poderia ficar à vontade para levantar a mão e falar, mas eu de
1490 fato como estava de costas, não consegui ver quem estava aqui. Agora a Débora
1491 me avisou que tinham outras pessoas aqui e aí eu vim falar e peço desculpas, mas

1492 a participação de todos e todas que estão aqui é muito importante e eu acho que a
1493 única questão e às vezes a gente discute coisas muito burocráticas aqui e aí tem
1494 uma votação e a votação é dos membros do comitê, mas exceto partes que são de
1495 votação, a participação de todos é fundamental. Então vocês fiquem à vontade para
1496 falar de qualquer ponto que a gente está trazendo aqui e aí pode levantar a mão,
1497 vir até aqui, pegar o microfone e falar, pode ficar muito à vontade.

1498 **Interlocutor não identificado** - Sofia, você me permite uma sugestão? Tem várias
1499 cadeiras ali e acho que as pessoas se quiserem sentar lá e, na linha do que a Sofia
1500 falou, podem se manifestar, podem falar, exceto por exemplo, a própria ANADEP,
1501 eu estou aqui e a Fernanda também, no mandato anterior a gente era convidado
1502 permanente e a gente não votava, mas a gente falava bastante, participava e tal,
1503 mas enfim, acho que todo mundo que tiver, a própria Camila do mecanismo está ali
1504 também, quem quiser sentar ali nas cadeiras, tem acho que oito cadeiras, fiquem à
1505 vontade, pessoal, está bom? E reitero as desculpas aí da Sofia também.

1506 **Interlocutora não identificada** - Se quiserem ir lá, fiquem à vontade, podem sentar,
1507 se quiserem ficar onde vocês estão também, não tem problema. Quem que é da
1508 Secretaria das Vítimas? A Isadora Oliveira, que é do MIR também. Patrícia e
1509 Denise, do Ministério das Mulheres. Luiz Gustavo, que é o coordenador do Comitê
1510 Distrital. Se alguém quiser se apresentar aí por si próprio, também fique à vontade,
1511 gente. Eu acho que falei o nome de todo mundo que está aqui. E tem o Alex
1512 também, só que todo mundo já conhece. Obrigada. Alguém levantou a mão que
1513 está ali online, não sei quem é. Pode abrir o microfone para lá.

1514 **Sra. Mariana Araújo (SEDECA – Ceará)** Oi Sofia, aqui é Marina Araújo, eu falo do
1515 SEDECA Ceará, que atualmente está na presidência do CEPCT Ceará. E aí,
1516 aproveitando a pauta, a questão de ordem também, eu ia sugerir para que quando
1517 a gente retornasse no segundo momento da tarde, a gente pudesse também dar
1518 um pouco de organização sobre a participação dos comitês estaduais nessa

1519 reunião, resgatar um pouco qual foi o sentido de convocar os comitês estaduais e
1520 também como a gente participa e se organiza na reunião junto com os membros
1521 fixos do Comitê Nacional, só para a gente poder ter um norte, porque como é a
1522 primeira vez que a gente está participando como comitê estadual em uma reunião
1523 ordinária de vocês, seria interessante a gente poder ter também esse retorno de
1524 como é que fica a nossa participação. Obrigada.

1525 **Interlocutora não identificada** - Obrigada. Mais alguém que está online, gostaria
1526 de falar alguma coisa? Não. Então eu vou passar para esse ponto específico que é
1527 em relação à comissão de seleção, em relação à paridade ou não dos membros
1528 que vão compor. Então, existe uma possibilidade de colocar aqui em votação, existe
1529 a possibilidade ou da sociedade civil ser maioria ou ter uma paridade. Então, acho
1530 que a gente pode abrir aqui uma votação e entender como que a gente vai de fato
1531 organizar esse processo da comissão de seleção. A primeira proposta então gente,
1532 seria uma paridade na comissão de seleção, ou seja, a quantidade de membros de
1533 governo e a quantidade de membros da sociedade civil serem as mesmas. E a
1534 segunda possibilidade é que a sociedade civil tenha a maioria em relação aos
1535 membros do governo na seleção para os peritos e peritas. Então, a proposta um,
1536 quem que vota na proposta um, que é em relação à paridade de membros? A
1537 paridade de membros. Quem entende que deveriam ter a quantidade de membros
1538 do governo ser a mesma quantidade de membros da sociedade civil? Na comissão
1539 de seleção. Na comissão de seleção. Proposta do Caio. Alguém mais? Alguém que
1540 está online e que compõe o comitê? Não, não tem nenhuma manifestação. Em
1541 relação à segunda possibilidade, então, que seria a maioria da sociedade civil em
1542 relação aos membros do governo. Quem que vota nessa possibilidade? De qualquer
1543 jeito, é importante que tenha na ata da reunião o registro. Alguém que está online e
1544 vota na segunda proposta?

1545 **Interlocutora não identificada** - Gente, eu estou um pouco em dúvida se quem é
1546 suplente pode votar. Não, né?

1547 **Interlocutora não identificada** - Eu não sei se você está representando agora a
1548 titular, eu também não vi quem falou isso.

1549 **Interlocutora não identificada** - Foi do Domitila que falou, do MDS. Então, eu voto
1550 na segunda opção. O titular está de férias, ele não está aqui.

1551 **Interlocutora não identificada** - Então, você vota. Qual que é o seu voto?

1552 **Interlocutora não identificada** - Segunda opção. Obrigada.

1553 **Interlocutora não identificada** - Segunda opção. Obrigada. Pode votar, pode votar.
1554 Qual que é a proposta um? Seria então a paridade dos membros de governo da
1555 sociedade Civil. A proposta dois, seria a maioria da sociedade civil na comissão de
1556 seleção. Está. 14. E aí tem uma abstenção do SENAPPEN. Então eu não sei... Mas
1557 é porque, assim, online, eu não consigo entender quem está aqui de fato e quem
1558 não está. Sim, quem estava aqui quando teve a instalação do quórum. Então, tinha
1559 um... Não consigo saber.

1560 **Interlocutora não identificada** - Chama pela lista que deu o quórum. Pode chamar
1561 pela lista.

1562 **Interlocutora não identificada** - Gente em regime de votação, todo mundo presta
1563 atenção. Proposta um, membros do governo de sociedade civil paritários, em
1564 regime de votação. Quem vota na proposta um? Vamos fazer a chamada. Ministério
1565 dos Direitos Humanos e Cidadania. Eu mesma não vou votar, né? Então, está. Em
1566 regime de votação, proposta um, paridade entre sociedade civil e governo. Proposta
1567 dois, maioria de sociedade civil em relação ao governo. Todo mundo entendeu?
1568 MDH, eu voto na proposta dois. Qual é o próximo? SNDH, Ana Lúcia, ainda está
1569 online? Não está. Então, é ausente. É ausente. É diferente de abstenção. Ausente.
1570 A gente não tem suplente porque não temos gente. Falta gente, problema de gente.

1571 Entendeu? Ministério da Justiça, SENAPPEN, Abstenção. Ministério da Justiça,
1572 SENASP, ainda está presente? Ausente. Ou estava presente? Agora fico em
1573 dúvida. Ministério da Justiça, SENASP, ainda está presente? Ministério da Defesa.
1574 É paridade, né? Ministério da Defesa, um. Ministério das Relações Exteriores, ainda
1575 está presente online? Ausente. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
1576 Fome.

1577 **Interlocutor não identificado** - Estou presente. Ministério das Relações Exteriores,
1578 desculpe.

1579 **Interlocutora não identificada** - Proposta 1 ou proposta 2?

1580 **Interlocutor não identificado** - Eu vou acompanhar o voto do Ministério dos
1581 Direitos Humanos. Proposta dois.

1582 **Interlocutora não identificada** - Proposta dois o Ministério das Relações
1583 Exteriores. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

1584 **Interlocutora não identificada** - Proposta dois também.

1585 **Interlocutora não identificada** - Proposta dois. Secretaria de Relações
1586 Institucionais da Presidência da República. Ela está ausente, ela precisou sair para
1587 uma outra reunião. ITTC, proposta dois. ANADEP. ANADEP. GAJOP. EDE.
1588 SOMOS.

1589 **Interlocutor não identificado** - Como eu fiz a proposta um, eu sustento a um.

1590 **Interlocutora não identificada** - Grupo de Amigos. Educafro. UFRN. AJD. Agenda
1591 Nacional. CFESS. Conselho Federal de Enfermagem, desculpa.

1592 **Interlocutor não identificado** – Proposta dois.

1593 **Interlocutora não identificada** - Dois. 10 votos na proposta dois, uma abstenção,
1594 dois ausentes, dois votos na proposta um. Encerrado o regime de votação, fazer
1595 igual faço em Congresso.

1596 **Interlocutora não identificada** - O próximo ponto da pauta aqui seria a composição
1597 dos grupos de trabalho. Eu acho que a gente está com um problema aqui, que foi o
1598 mesmo para a comissão agora, os membros do governo também precisam compor
1599 esses grupos de trabalho, foi o que eu já tinha dito antes. Então, talvez a sugestão
1600 antes da gente ir para o almoço seja recompor esses grupos de trabalho com a
1601 sociedade civil. Aqui a gente teve algumas pessoas que se manifestaram do
1602 governo na votação e também podem compor esse grupo de trabalho, talvez tenha
1603 mais interesse em compor um grupo de trabalho do que uma comissão, não sei. E
1604 aí a gente faz isso e só define rapidamente depois quem vai ser o membro aqui do
1605 comitê que vai estar na comissão do CNPCP. Reuniões? Não sei se é uma
1606 comissão o nome das reuniões do CNPCP. É o apresentante? Para acompanhar.
1607 Vocês querem retomar aqui quais são os grupos de trabalho que a gente já tinha
1608 feito? Um é das audiências de custódia, outro é de familiares de pessoas presas.
1609 Outro de quê? Você quer falar você? De encarcerados. Então são três. Eu acho que
1610 a comunidade terapêutica não tinha esse grupo, não tinha, mas nada impede que
1611 seja criado, mas não tinha. Pode falar, Débora. Comissão Permanente sobre
1612 Mulheres no Sistema Prisional. Comissão Permanente de Prevenção à Tortura no
1613 Sócio-Educativo. Grupo de Trabalho sobre as visitas no sistema prisional e, o grupo
1614 de trabalho de funcionamento das audiências de custódia. Então são dois grupos
1615 de trabalho e duas comissões permanentes. E a comissão é literalmente
1616 permanente. A diferença é que o grupo de trabalho é temporário, ele tem um
1617 objetivo a ser cumprido, igual a gente criou do Rio Grande do Norte então, ele
1618 cumpriu o objetivo dele e ele se encerra. A comissão permanente é um trabalho
1619 contínuo. Acho que algumas questões, dando palpite, em relação às audiências de

1620 custódia, poderia ser uma comissão permanente. Eu acho. Em relação à questão
1621 das visitas no sistema prisional, eu acho que inicialmente a gente podia pensar em
1622 um grupo de trabalho, partindo do que eu tenho ouvido, dos pontos focais de
1623 governo nos estados. Existe uma demanda muito forte por normatização, a partir da
1624 estrutura federal, ou seja, do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura,
1625 de questões que são pontos de tensão nos estados. Uma delas é a questão da visita
1626 social e da visita íntima. O CNPCP, que é o Conselho Nacional de Política Criminal
1627 e Penitenciária normatizou, por exemplo, a revista íntima, de forma péssima. Era
1628 importante que tivéssemos um grupo de trabalho que incidisse no CNPCP, por
1629 exemplo, sobre essa questão e, aí resolvida a questão, ele não tem motivo de
1630 continuar. Há a questão de normatizar a visita social também, depois seria um
1631 monitoramento, a gente avaliaria se manteria ou não uma estrutura ou se o próprio
1632 comitê como um todo faria esse monitoramento. Porque são questões que podem
1633 ser resolvidas. Mas existe essa demanda de produção de normativa, resolução,
1634 recomendação, o que seja. E a gente tem que aproveitar o momento em que a gente
1635 está podendo produzir resolução, porque antes não dava.

1636 **Interlocutora não identificada** - Só para deixar claro, em relação à composição,
1637 que é algo que a gente tem que definir aqui. São dois membros do governo, dois
1638 membros da sociedade civil, podem participar outros membros da sociedade civil
1639 que queiram dessa discussão mas tem os membros titulares que de fato, são esses
1640 que vão, por exemplo, no grupo de trabalho produzir o relatório, etc. Então eles têm
1641 uma atribuição mesmo em relação ao grupo de trabalho. Outros membros que se
1642 interessarem por esse tema podem participar. E de governo também. O que eu acho
1643 é o seguinte, a gente tem que criar grupos de trabalho aqui que, de fato, tenham
1644 pessoas que vão compor esses grupos de trabalho. Então, a gente pode aqui
1645 elencar entre nós, da sociedade civil quem, pensando entre comissões
1646 permanentes e grupos de trabalho, tem quatro que a Ana falou e teria cinco que a
1647 Ana e a Patrícia pontuaram em relação às comunidades terapêuticas, então acho
1648 que a gente pode pensar nisso para ver aqui quem faria a composição. Vou passar
1649 para a Patrícia, para o Matheus, depois para a Ana.

1650 **Interlocutora não identificada** - Então, sobre os grupos de trabalho, acho que é
1651 bom a gente também pensar que a gente poderia abrir também para a
1652 representação de comitês estaduais. Por quê? Facilita a vida do Comitê Nacional e,
1653 principalmente, a gente vai estar articulado em todo o Brasil, porque o tema é o
1654 mesmo. Então estou colocando isso porque no Comitê do Rio de Janeiro ele tem
1655 grupos de trabalho, mas que são abertos também para pessoas ou organizações
1656 que não compõem o comitê, então são grupos de trabalho do comitê, mas que são
1657 abertos a convidados que não compõem o comitê e isso facilita a vida muito e, como
1658 o Comitê Nacional precisa ter informação de todos os estados, se a gente consegue
1659 aderir representações de comitês estaduais, vai facilitar a vida porque a gente vai
1660 ter informação direta. E as reuniões seriam online, entendeu? Porque pensar em
1661 audiência de custódia, o Brasil todo está com problema. O Brasil todo está com
1662 problema. Socioeducativo, o Brasil todo está com problema. Então acho que essa
1663 é uma forma de facilitar e integrar também os comitês ao Comitê Nacional, porque
1664 lá atrás, num passado bem recente, era assim, depois que tiveram várias
1665 mudanças.

1666 **Interlocutor não identificado** - Na linha que a Patrícia trouxe, independente da
1667 questão regimental, de ter dois do governo em cada grupo, é importante esse
1668 convite em relação a não só quem está online, mas ainda que não esteja na reunião,
1669 eventuais outros mecanismos, comitês espalhados pelo Brasil, estaduais. E mesmo
1670 os representantes dos ministérios que estão sendo convidados aqui, que vão entrar
1671 no futuro, também fica o convite para eles também nesse sentido. E em relação à
1672 indicação para acompanhar o CNPCP, eu coloco o meu nome à disposição, se não
1673 tiver nenhum outro interessado.

1674 **Interlocutora não identificada** - Eu queria propor, não sei se eu entendo que deve
1675 ser uma comissão permanente, infelizmente. Eu gostaria que fosse um grupo de
1676 trabalho. Que é, não queria restringir a questão da comunidade terapêutica, eu acho
1677 que a gente tem que ter uma comissão permanente que lide com as unidades

1678 manicomiais e, aí isso inclui comunidades terapêuticas, hospitais psiquiátricos e o
1679 PCT, as Unidades de Custódia e Tratamento. Então, acho que a gente precisa de
1680 uma comissão para isso. Isso inclui a atual discussão que a gente vai aprofundar,
1681 espero eu hoje, mais tarde, do Conselho Nacional de Justiça a 486, e outras
1682 questões que estão surgindo, a questão das comunidades terapêuticas, enfim. E aí
1683 acho que a participação do Ministério da Saúde, que infelizmente não está aqui,
1684 seria relevante nessa comissão, tendo em vista que a maior parte dessas unidades
1685 estão associadas e ao Ministério da Justiça também, acho importante, enfim.

1686 **Interlocutora não identificada** - Eu vou passar a palavra. De fato, não estava
1687 conseguindo ver aqui que estava a mão levantada. A representante do Comitê
1688 Estadual do Mato Grosso tinha uma pergunta. Se você quiser falar.

1689 **Interlocutora não identificada** - Bom dia. Vocês me ouvem?

1690 **Interlocutora não identificada** - Sim.

1691 **Sra. Ana Cláudia (Comitê Estadual de Mato Grosso)** - Bom dia. Agradeço pelo
1692 convite. Meu nome é Ana Cláudia, eu sou do Comitê Estadual de Mato Grosso, é
1693 um comitê novo, que foi instaurado aqui. E eu só queria complementar a fala da
1694 perspectiva do Estado. Para nós seria muito valioso se nós pudéssemos participar
1695 ou dessas comissões, ou desses grupos de trabalho, mesmo que fosse no caráter
1696 de observação, no que se refere ao aprendizado. Então, estados como o nosso, nós
1697 estamos começando a lidar com a questão dos comitês, o meu Estado é um Estado
1698 conservador então, é muito difícil a gente tratar algumas pautas, inclusive com as
1699 autoridades, mesmo as autoridades dentro do meio de defesa de direitos. E eu
1700 queria ressaltar isso, que se fosse aberto esse espaço para os estados, nós
1701 teríamos um ganho de participação, mas também um ganho de formação. Seria um
1702 processo pedagógico para a gente bastante importante. É isso. Muito obrigada.

1703 **Interlocutora não identificada** - Obrigada. Eu acho que a sua fala reforça a da
1704 Patrícia. E eu só queria dizer que na nossa resolução tem a possibilidade de
1705 pessoas que não são do comitê comporem esses grupos e pensando também que
1706 outras pessoas já compuseram esses grupos. Por exemplo, o professor Fábio lá do
1707 Amazonas também já compôs um grupo específico em relação ao Amazonas, no
1708 qual a Fernanda e eu fizemos parte. Então, na verdade, esses grupos de trabalho
1709 são formados e depois as pessoas que estão aqui, outras pessoas, agora vocês
1710 estão sabendo daqui a partir dessa reunião, mas as pessoas que estão no grupo de
1711 trabalho podem fazer convites para organizações, para defensoria, para
1712 organizações parceiras que queiram compor o grupo ou a academia, participar das
1713 reuniões e também participar da elaboração do relatório e pensar as resoluções. Eu
1714 acho que a gente deveria definir aqui, e a minha proposta é a seguinte também para
1715 não avançar tanto, é que a gente defina aqui quem são os membros da sociedade
1716 civil que vão compor essas comissões e grupos de trabalho e depois, a Débora já
1717 tinha colocado aqui na resolução e tal, mas aí a gente pode aprovar só a minuta
1718 depois. A gente faz isso agora, os nomes, e aí aprova a minuta depois. A Fernanda
1719 deu uma sugestão que eu, enfim, vou trazer aqui para vocês, que assim, nesses
1720 grupos de trabalho, pelo menos, já tinham aqui, mas aqui, na verdade, não sei se
1721 isso permanece ou não, porque já tinham aqui alguns membros que não são os
1722 mesmos, mas, por exemplo, tinha o Ministério da Defesa, aí eu não sei se a gente
1723 permanece, por exemplo, com o Ministério da Defesa e só muda o nome da
1724 representação, ou se a gente dá a possibilidade dos membros de governo
1725 escolherem quais grupos eles querem participar. É que eu acho que pode ser
1726 Ministério que não está aqui e que estava, por exemplo, o MIR vai entrar e não
1727 estava antes, entendeu? Então, talvez não tenha a possibilidade deles participarem.
1728 Os dois têm. Os dois têm, já. Vamos lá, por ordem. Do grupo de trabalho, em relação
1729 à comissão permanente das audiências de custódia, que seria a possibilidade de
1730 mudar de grupo de trabalho para audiência de custódia. Da sociedade civil, quem
1731 seriam as duas pessoas que se voluntariam a ficar nesse grupo? Pode ficar mas, a
1732 Maria Filipe não está. Só o lugar. Tem que ficar de audiência de custódia? Sim.
1733 Então é ANADEP e GAJOP? Na verdade gente, o limite dois tem que estar na

1734 resolução, que pode ser para quem quiser depois, mas é só numa formalidade que
1735 tem que estar o nome de dois. Então pode ser GAJOP e ANADEP? É... É em
1736 relação ao grupo das mulheres. Eu vou colocar aqui o ITTC e... Tem mais alguém?
1737 O nosso educativo. Gajop e Agenda. Então é Gajop e Educafro? Não, então, gente,
1738 oficialmente são dois, pode ser para quem quiser, só para ter na resolução aqui dois
1739 titulares. Pode ser, mas precisa estar escrito aqui. O de Familiares. Associação e
1740 Agenda. De Visitas. Associação e Agenda. É das Comunidades Terapêuticas, a
1741 UFRN. É Associação de Familiares e Agenda. E das Comunidades Terapêuticas a
1742 UFRN. Não, das Comunidades Terapêuticas as Unidades Manicomiais. Unidades
1743 Manicomiais. Pode pensar, saúde mental. UFRN e? E Anadep. Aí, Débora, a gente
1744 consegue só elaborar aqui a mesma coisa. Só tem que mudar aqui na hora que a
1745 gente for deliberar que a gente vai só definir o objeto certinho, porque acho que
1746 precisa disso, talvez, depois... Gente, vou colocar aqui. A gente pode fazer isso na
1747 hora... Mais tarde a gente pode aprovar só o texto. Dá tempo de fazer isso? Ou
1748 amanhã a gente aprova só o texto? E se não der tempo também, a gente aprova na
1749 mesa diretora o texto, mas a gente pode tentar abrigar.

1750 **2 - 39ª Reunião Ordinária do CNPCT- 30 05 2:**

1751 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1752 Bom, a gente fez aqui a definição e aí a ideia é talvez que a gente consiga aprovar
1753 essa resolução amanhã, né? A Débora e a Ana vão trabalhar aqui nelas, mas se a
1754 gente não conseguir elaborar elas até amanhã, a gente também pode aprovar na
1755 mesa diretora, já que a gente só definiu quem são os membros, as resoluções já
1756 estavam meio encaminhadas. E aí agora a gente acabou nossas pautas desse
1757 primeiro horário e acho que a gente pode ter uma hora de almoço, então a gente
1758 voltaria 15 para às 14h para a sequência da nossa pauta. E aí quem está online
1759 pode também sair e voltar depois para a próxima etapa que começa, então 1h45.
1760 Obrigada a todos. Qual? Não, acho que vai ter que ficar para tarde, porque...

1761 **Interlocutora não identificada –** É que a gente tem interesse em acompanhar da
1762 audiência de custódia, mas tranquilo...

1763 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1764 Não, mas pode acompanhar todo mundo, todos os grupos. Então só para ficar claro
1765 aqui, a gente começa então o segundo turno da reunião, com a Ana apresentando
1766 o fluxo de denúncias e depois o repasse do mecanismo, daí vocês podem fazer o
1767 repasse e já seguirem para a apresentação, pode ser? Repasse em relação a VEP?
1768 E aí depois já segue para os relatórios, pode ser?

1769 **3 - 39ª Reunião Ordinária do CNPCT-30 05 3:**

1770 **Interlocutora não identificada –** Olá pessoal, a gente não escuta. Quem está na
1771 reunião por participação virtual, não escuta.

1772 **Interlocutor não identificado –** Sabe muitas vezes o que acontece, né? A pessoa
1773 liga e vai fazer qualquer outra coisa, na repartição ou em casa, enfim. Então, para
1774 a gente pensar para o futuro. É, exato. Sim, eu falo de membros, né?

1775 **Interlocutora não identificada –** Eu acho até Caio, que até foi um ponto que a
1776 gente colocou na última reunião que teve virtual. O que a gente colocou? Que, na
1777 verdade, a gente, durante a pandemia, a gente brigou para que voltassem as
1778 reuniões presenciais como uma conquista, né? E a gente, inclusive, ressaltou isso
1779 na última reunião, que reunião híbrida, com os membros, como você bem colocou,
1780 não era uma alternativa, na verdade, né? Porque as reuniões deveriam ser
1781 presenciais, com pena de esvaziamento. Então, eu acho até que a nossa resolução
1782 impõe ser presencial mesmo, porque a resolução que a gente fez garantindo a
1783 híbrida, salvo engano, as hipóteses de virtual seriam só para extraordinárias em
1784 caso de urgência, né? Eu acho que é a última resolução que a gente tem nesse
1785 sentido. Na época, isso eu acho que essa foi a anterior, que era enquanto durasse
1786 o período de pandemia. E aí, eu acho que a última que a gente fez foi falando da
1787 possibilidade só de reunião extraordinária em razão do tempo, quando o tempo não
1788 desce para compra de passagens, etc.

1789 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Eu
1790 acho que tinha uma coisa, a gente pode recuperar, mas que era híbrida porque eles
1791 não queriam garantir que tivesse uma reunião presencial. E daí, eles falaram assim,
1792 não, então a gente faz híbrida porque daí assim, a gente pode garantir que tenha

1793 presencial. O governo, na época, quando foi feita essa segunda resolução, né? E
1794 aí, eu acho que até então está híbrida, porque era isso, porque para a gente garantir
1795 naquele momento que a nossa reunião poderia ser presencial, a gente abriu a
1796 concessão de ser híbrida nessa possibilidade. Mas eu acho que isso tem que ser
1797 revista, a gente pode até rever isso amanhã.

1798 **Interlocutora não identificada** – Vamos resgatar essa resolução, porque eu acho
1799 que, eu acho que de fato, tem que ser presencial, né? Não tem como ser virtual,
1800 porque de fato, na verdade o tempo que você colocou, o que você colocou, Caio,
1801 sobre a agenda, foi uma coisa também que a gente soltou na última reunião do ano,
1802 né? Que inclusive, a não presença tem que ser justificada, do que está no
1803 regimento, né? Não comparecer tem que ser justificada, sob pena de três ou duas
1804 vezes não comparecer e a pessoa não poder mais vir. Assim, não sei nem se seria
1805 uma punição, né? Nesse contexto, mas...

1806 **Interlocutora não identificada** – No caso muda a representação, né? A pessoa
1807 que está representando não vem à reunião, muda a representação.

1808 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – As
1809 pessoas que estão online, vocês estão ouvindo agora? Estão? Ah, está.

1810 **Interlocutora não identificada** – Então acho que o importante é isso assim, quem
1811 está aqui em Brasília, está aqui em Brasília. É só pegar o carro, né? Chegar aqui
1812 na reunião. Eu acho que isso precisa ficar bem claro assim porque senão, não dá,
1813 né? A gente falou que a reunião presencial é presencial, principalmente para quem
1814 está em Brasília. Não tem justificativa de estar remotamente, online, logado, se está
1815 aqui do lado. Para outras pautas primordial, tão presencial, eu acho que tem que ter
1816 esse mesmo compromisso. É falta de compromisso. É, no CAT da ONU estava todo
1817 mundo lá, uma comitiva grande. Teve até disputa para quem não foi, porque não foi
1818 convidado. É então acho que é isso, acho que a gente precisa ter essa participação.
1819 Não é só a sociedade civil que compõe o comitê, os órgãos de governo também. E
1820 a gente não está mais no governo Bolsonaro. A gente está no governo Lula. Então,
1821 assim, vamos começar a ter compromisso.

1822 **Interlocutor não identificado** – Então pessoal, a gente fez a campanha durante a
1823 pandemia, tortura não se vê pela TV, né? Só para lembrar também sobre as
1824 custódias, e que inclusive, é um ponto da nossa pauta. Endossando os argumentos
1825 que o Caio e a Fernanda trouxeram, como o Caio colocou aqui fora do microfone, a
1826 resolução, ela vigoraria enquanto a emergência sanitária vigorasse, isso foi
1827 debatido no começo do segundo semestre já do ano passado, mas enfim, houve aí
1828 um acordo da última reunião que a gente também entendeu que ela poderia ser feita
1829 de forma virtual, porque o cenário que trazem para a gente é que o governo anterior
1830 deixou terra arrasada e não tinha orçamento, então, a gente aceitou. É importante
1831 registrar também, aceitamos, né?! Porque, enfim, não foi algo imposto, a gente
1832 aceitou num acordo aí que fosse virtual a R .O. anterior. E aí a gente teve meio que
1833 algo informal ali, um acordo, ah, vamos fazer a próxima híbrida com a mesma
1834 esperança que a gente está há cinco meses de debater esse tema com o governo,
1835 né? Então assim, eu queria pegar um gancho do Caio e nem deixar para um futuro
1836 próximo, Caio, se você me permite, eu queria pegar um gancho com a tua fala que
1837 eu achei muito boa e falar para a gente votar agora. A gente vota agora, né? O
1838 momento é esse. Então assim, a gente faz uma pausa, eu não sei se, enfim, os
1839 colegas do mecanismo estão aí, não sei se podemos gastar 10, 15 minutinhos com
1840 isso, a gente vota isso agora. Porque assim, enfim, a gente vai repetir os
1841 argumentos aqui, né, pessoal? Então, eu acho que é isso. Havendo justificativa,
1842 vamos supor, comprou a passagem, mas fulano está com Covid, vai ter que fazer
1843 de casa, perfeito. Com as ressalvas, né, das entidades que queiram participar e etc.,
1844 eu acho que é uma sessão pública aqui, então quem quiser assistir. Enfim então,
1845 vai o comitê de um estado, de um estado-membro que assistir, quer participar e, eu
1846 até reforço o que foi falado pela manhã aqui, algumas pessoas estavam aqui atrás
1847 e lá, qualquer pessoa que tiver, quiser pegar a palavra, ela pode pegar a palavra e
1848 se manifestar. Enfim, não vou falar demais também pessoal, já falei, mas então a
1849 minha sugestão é que a gente vote isso agora, dizendo que as reuniões são
1850 presenciais, salvo uma justificativa que também não é, enfim, ah, eu tenho outra
1851 reunião, né? Exatamente, tenho suplente, perfeito. Obrigado, eu tenho suplente.
1852 Enfim, a sugestão de encaminhamento é que a gente votasse isso agora.

1853 **Interlocutora não identificada** - A Nana achou que a resolução, mas a Mauricleia
1854 estava com o negócio levantado ali, você quer falar? Você também quer falar? É,
1855 só... Está, eu vou, qual que é o seu nome?

1856 **Sra. Pagu Rodrigues (Ministério das Mulheres)**- Pagu.

1857 **Interlocutora não identificada** - Pagu?

1858 **Sra. Pagu Rodrigues (Ministério das Mulheres)** - Me chamo Pagou Rodrigues,
1859 trabalho no Ministério das Mulheres.

1860 **Interlocutora não identificada** - Está eu vou passar para a Mauricleia, depois eu
1861 passo para você, está?

1862 **Interlocutora não identificada** - Não, na verdade, a gente disse que não quer ser
1863 repressivo, mas tinha um acordo aí com a proposta que o... Como é o nome? O
1864 Ouro falou? Não, o Mateus. De que a gente aprove, porque recentemente, Também
1865 foi revogada essa questão da pandemia, de uma série de... então as normativas
1866 inclusive, foram modificadas. De uso de máscara, da questão das atividades
1867 presenciais, e aí assim, tem que ser um tipo, uma convocação. Você está aqui, não
1868 tem gasto... Nós estamos aqui, amanhã a gente vai discutir isso, mas estamos aqui,
1869 tem pessoas que não receberam diárias, sabe? Então acho que a gente assim, o
1870 compromisso com a pauta, e a gente já foi, inclusive, questionada aqui nesse recinto
1871 por outras pessoas, de que quando foi no governo passado, a gente ficava fazendo
1872 cobranças e dizendo que as pessoas não estavam querendo discutir a pauta. Agora,
1873 nós estamos aqui, como bem a Patrícia lembrou, no outro patamar, em outra
1874 discussão de governo, e a pauta também não está sendo discutida. Então, acho
1875 que a gente tem que ter muito cuidado com isso porque senão, a gente termina
1876 abrindo exceções, a gente brigou muito para questões presenciais. Então eu tenho
1877 um acordo que a gente vote agora, inclusive derrube essa das questões híbridas.
1878 Para eu as reuniões híbridas, pode ser para os GTs, pode ser para os comitês
1879 estaduais participarem, porque não vai ter recurso para vim, a participação você
1880 amplia essa participação nesse sentido. Mas os membros que fazem da
1881 composição do comitê têm que estar presentes, a não ser que a pessoa esteja com
1882 Covid, né? Eu acho que essa é uma questão ou com uma gripe muito forte. Mas

1883 reunião de trabalho, deixar a criança na escola, fazer qualquer coisa, não é motivo
1884 para não estar presente.

1885 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Mauricleia. Vou passar para a Pagu.

1886 **Sra. Pagu Rodrigues (Ministério das Mulheres)** - Então deixa só me apresentar,
1887 porque a gente chegou aí desde a primeira hora da manhã. Eu me chamo Pagu
1888 Rodrigues, sou indígena do povo Fulni-ô, sou coordenadora de Prevenção Geral à
1889 Violência contra as Mulheres no Ministério das Mulheres. E eu estou aqui
1890 acompanhando a discussão. Eu acho que está correto a reivindicação quanto à
1891 presença de governo. Acho que é muito difícil tocar um trabalho desse tipo sem os
1892 principais representantes, mas também acho que é importante aí fazer um apelo
1893 mesmo, que não dá para votar também alguma coisa sem a presença, acho que,
1894 sobretudo, de representante aqui do MDHC, que como responsabilidade de
1895 governo... Tem alguém do MDHC aqui? Está. A Fernanda. É, então... E aí eu não
1896 sei porque eu acho que o mérito da questão é justo, votar para garantir que as
1897 reuniões sejam presenciais, embora não necessariamente isso vá garantir o coro,
1898 né, de todas as reuniões, mas eu acho que o mérito é justo. Só não sei se fica
1899 prejudicado fazer essa votação agora após o almoço. Como a gente tem uma
1900 reunião amanhã de dia todo de novo, acho que talvez valha começar a reunião
1901 amanhã, já que há a possibilidade de uma mobilização maior de representações de
1902 governo e fazer essa votação amanhã. É só mais pelo formato de encaminhamento
1903 do que pelo mérito da questão. Quanto a nós, no Ministério das Mulheres, vocês
1904 podem contar não só na pauta das mulheres encarceradas, acho que tem inúmeras
1905 frentes que a gente pode se envolver e a gente vai acompanhando. Eu e a Denise
1906 que vamos acompanhar aqui.

1907 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Pagu. Eu acho que essa questão aqui
1908 surgiu da provocação do Caio, mas assim pelo nosso regimento interno, uma vez
1909 que foi instalado o quórum da reunião, e aí já vale para o quórum da reunião. Foi
1910 instalado de manhã, então, na verdade, se a gente fizer uma votação aqui agora,
1911 os membros do governo deviam estar, inclusive para participar de qualquer votação
1912 que fosse. E ainda que essa, na verdade é um tema que nem é muito sensível,

1913 porque a gente não está falando nada sobre a pauta aqui que era o que a gente
1914 estava falando. E daí, esse que é o desgaste. Tem que ficar gastando tempo de
1915 reunião para ficar falando de coisas óbvias ou de coisas enfim, de organização,
1916 operacionalização da reunião. Eu acho que não faz sentido, sendo que a gente tem
1917 muitas coisas muito mais sérias acontecendo do que isso. Aí eu não sei o resto dos
1918 mais membros aqui da sociedade civil, o que querem fazer se votam rapidamente
1919 agora ou se querem esperar aqui amanhã a presença dos membros do governo,
1920 mas eu acho que talvez a gente possa aproveitar essa oportunidade agora.

1921 **Interlocutora não identificada** - Então eu acho que tem que votar agora. Gente,
1922 100 dias de governo. A gente já teve a primeira reunião esvaziada. E aí, a gente se
1923 reorganizou. Não dá, a reunião foi em março, estamos em maio. E aí vamos mais
1924 uma vez, a gente vota hoje e é aquilo. Por isso que a gente precisava chegar um
1925 dia antes, cedo, em Brasília, para ir bater porta em porta e falar olha só gente,
1926 compromisso de todo mundo aqui. Só que a gente chegou ontem tarde da noite e
1927 acabou não fazendo isso. E amanhã já tem uma pauta longa e aí vai ter debate,
1928 ainda mais amanhã, que a gente espera que o presidente do comitê esteja presente,
1929 já que também não participou da primeira reunião. Então é hoje, a gente tem aqui a
1930 oportunidade e a gente vem se organizando, se organizando, se organizando. Eu
1931 acho inadmissível isso acontecer no governo do presidente Lula, que é um egresso,
1932 porque ele ficou preso. Ele ficou preso. Ele não ficou preso numa cadeia, mas ele
1933 ficou privado de liberdade. Então acho que a gente precisa lembrar disso. E
1934 lembrando que ninguém está livre de ser preso, então um dia a cadeia pode chegar
1935 na vida de todo mundo.

1936 **Interlocutora não identificada** - Vou passar a palavra para você e depois acho que
1937 a gente poderia deliberar se a gente vai votar isso ou não, mesmo que é para seguir
1938 a pauta, que tem bastante coisa para a gente tratar ainda.

1939 **Interlocutora não identificada** - Eu queria só colocar o seguinte, essa é a minha
1940 segunda reunião no comitê e desde a reunião passada isso é ponto de pauta. Eu já
1941 entendi sabe, Pagu, que não dá uma para adiar, porque se trata de uma questão
1942 muito constrangedora para esse comitê, a ausência de participação das entidades

1943 governamentais, eu entendo que é um ponto de entrave e que a gente faz isso e
1944 informa amanhã, no início da manhã, que foi feita essa resolução e, agora, acho
1945 que a gente tem que votar primeiro a inclusão disso como ponto de pauta e a
1946 votação dessa modificação. Mas acho que é inadiável.

1947 **Interlocutora não identificada** - Eu vou pedir para... A Ana localizou a resolução.
1948 Se você puder recuperar para a gente.

1949 **Interlocutora não identificada** - Só para ler aqui a resolução. Na verdade a
1950 resolução não prevê explicitamente que as reuniões serão híbridas. Vou ler o texto
1951 como está. Nos termos do regimento interno do comitê, as reuniões ordinárias ou
1952 extraordinárias são presenciais, facultando-se a cada membro a opção em participar
1953 por videoconferência, independente da decisão do plenário. A mesa diretora, a
1954 depender das condições para a realização das reuniões extraordinárias, em casos
1955 excepcionais, poderá recomendar à presidência a modalidade por videoconferência
1956 mediante justificativa. Nesse artigo que a gente se inseriu naquela outra que a gente
1957 pôde fazer online. Na hipótese do capo de caberá à presidência, ou seja, nos termos
1958 do regimento, na hipótese do capo de caberá à presidência do comitê ou à vice-
1959 presidência, em suas ausências ou impedimentos, a convocação de reunião
1960 extraordinária por meio de correspondência eletrônica com antecedência mínima de
1961 cinco dias da data de sua realização. As reuniões terão a duração de oito horas,
1962 podendo ser divididas em até duas sessões, preferencialmente em dias distintos,
1963 desde que subsequentes. A coordenação de apoio ao comitê deverá auxiliar a
1964 abertura... Aí é outras coisas.

1965 **Interlocutora não identificada** – Obrigada, Ana. Então, vou perguntar aqui para os
1966 membros da sociedade civil que estão aqui presentes, vocês acham que a gente
1967 vota isso agora? E daí pensando nisso, a gente vai ter que reformular essa
1968 resolução, se a gente tirar... Dá para tirar?

1969 **Interlocutora não identificada** - Na verdade tem que tirar um pedaço do artigo
1970 primeiro. É, tem que tirar um pedaço do artigo primeiro. Essa parte aqui, facultando-
1971 se a cada membro a opção em participar por videoconferência, independente da
1972 decisão do Planalto.

1973 **Interlocutora não identificada** - Seria só cortar esse pedaço da resolução e ela
1974 teria... Então, vocês acham que a gente coloca isso em votação agora? A sociedade
1975 está de acordo?

1976 **Interlocutor não identificado** - Sofia me desculpa, eu só colocaria um
1977 considerando, considerando no sentido de qual era a ressalva dos membros natos
1978 ou então, a resolução referência aos membros natos, os demais convidados
1979 permanentes e tal, ou sejam os necessários?

1980 **Interlocutora não identificada** - Porque aqui já fala cada membro.

1981 **Interlocutor não identificado** – Cada membro? Então, beleza. Os convidados vão
1982 poder assistir. Obrigado.

1983 **Interlocutora não identificada** - A gente pode fazer a votação da mesma forma
1984 como a gente fez? Querem me ajudar aqui a fazer a chamada? Para a gente
1985 colocar... Eu acho que... Vocês querem me ajudar, gente? Com a listinha?

1986 **Interlocutora não identificada** - Sofia, é importante votar inclusão para aparecer
1987 na ata como ponto de pauta votado.

1988 **Interlocutora não identificada** - Está bom, mas a gente faz uma votação para
1989 colocar... Então, a gente chama de novo um por um para expressar o seu voto.

1990 **Interlocutor não identificado** - Ou mesmo se ninguém é contrário.

1991 **Interlocutora não identificada** - Está. Então aqui para constar em ata, eu estou
1992 abrindo aqui a possibilidade de colocar como ponto de pauta a votação da
1993 revogação da resolução que previa as audiências de forma híbrida. Revogação do
1994 parágrafo específico, não sei qual o número do artigo 1º da resolução que previa
1995 as... Então, quer que eu chame o nome de cada um? Retificação? Da retificação da
1996 resolução que previa as audiências de forma híbrida. Alguém tem alguma oposição
1997 a incluir esse ponto na pauta? Então o ponto está incluso na pauta. Agora a gente
1998 pode partir para a votação do ponto de pauta. Então eu vou fazer aqui... Pode falar.

1999 **Interlocutor não identificado** - Eu só não entendia o motivo de manter a resolução
2000 retirando uma parte e não revogar a resolução como um todo.

2001 **Interlocutora não identificada** - Porque ela fala de outros assuntos.

2002 **Interlocutor não identificado** - Por exemplo?

2003 **Interlocutora não identificada** - Por exemplo das reuniões extraordinárias, por
2004 exemplo dos grupos de trabalho.

2005 **Interlocutora não identificada** - Não é a mesma resolução sobre a pandemia. É
2006 outra.

2007 **Interlocutor não identificado** - Só para eu poder consultar, qual é o número dela?

2008 **Interlocutora não identificada** - Então, a gente vai votar...

2009 **Interlocutor não identificado** - Só uma questão, no site não participa mais... Está
2010 aqui, está só na ordem inversa.

2011 **Interlocutora não identificada** - Então, a gente vai votar agora se você concorda
2012 então, com a retificação da resolução número 35 ou 34? 35. Que previa em algum
2013 momento que as reuniões fossem feitas de forma híbrida. Eu vou passar aqui a
2014 listinha para a votação aí vocês enfim, façam a votação. Eu vou chamar também...
2015 Não sei se alguém entrou agora na reunião de forma online. Então, eu vou passar
2016 primeiro para a Sociedade Civil. É ITTC, então eu voto pela retificação da resolução.
2017 Anadepe?

2018 **Interlocutora não identificada** - A gente vai para a retificação da resolução para
2019 tirar esse parágrafo, o artigo 1º da resolução.

2020 **Interlocutora não identificada** - Já suprimindo o artigo 1º da resolução 35.

2021 **Interlocutora não identificada** - Eu acho que o artigo 1º...

2022 **Interlocutora não identificada** - É uma parte do artigo 1º, mantém.

2023 **Interlocutora não identificada** - Para votar é bom ler, gente, o artigo.

2024 **Interlocutora não identificada** - Vou ler. Tem como colocar aí? O meu não dá,
2025 não. Pode ler, Nana, por favor. Você leria de novo, por favor, Nana?

2026 **Interlocutora não identificada** - Nos termos do regimento interno do comitê, as
2027 reuniões ordinárias e extraordinárias são presenciais, facultando-se a cada membro

2028 a opção em participar por videoconferência independente da decisão do plenário.
2029 Aí a proposta é suprimir a partir do facultando-se a cada membro.

2030 **Interlocutora não identificada** - Depois da vírgula...

2031 **Interlocutora não identificada** - É só suprimir, na verdade. Manteria. Nos termos
2032 do regimento interno do comitê, as reuniões ordinárias e extraordinárias são
2033 presenciais. Ponto.

2034 **Interlocutora não identificada** - Então, vamos lá. A votação é para que a resolução
2035 35 no artigo 1º só tenha esse pedaço que foi acabado de ser lido aqui, eu não
2036 enxergo daqui, que a Nana acabou de ler aqui agora e todo mundo ouviu. Mas gente
2037 é que eu já falei isso algumas vezes então assim, está precisando ficar bastante
2038 explícito para a votação. Então eu estou tentando deixar bastante claro aqui o que
2039 está ali. Nos termos do regimento interno do CNPCT, as reuniões serão presenciais.
2040 Ponto. É isso. Então, vamos para a votação. ITTC. Sim. ANADEP, GAJOP.
2041 Concorda?

2042 **Interlocutora não identificada** - Sim.

2043 **Interlocutora não identificada** - REDE. SOMOS.

2044 **Interlocutor não identificado** - Sim.

2045 **Interlocutora não identificada** - Grupo de Amigos Familiares. Educafro. UFRN.

2046 **Interlocutora não identificada** - Sim.

2047 **Interlocutora não identificada** - AJD. Agenda Nacional. Agora vou... MDHC. Nana,
2048 seu voto.

2049 **Interlocutora não identificada** - Sim.

2050 **Interlocutora não identificada** - MDS. Tila.

2051 **Interlocutora não identificada** - Bom gente, a minha primeira participação em
2052 reunião, eu sou suplente, eu estou compreendendo a importância do presencial,
2053 mas também existe um grande número de membros que trabalham integralmente
2054 remotos e moram em outras cidades, né? Eu queria entender como é que é nesse
2055 caso, como que a participação, tem alguma ajuda de custo ou não? Como que é?

2056 **Interlocutora não identificada** - Eu não sei como é a participação administrativa,
2057 né? A gente aqui para vir para cá, o comitê tem um orçamento e a gente recebe
2058 diária a passagem, mas isso eu acho que é cargo também do Ministério dos Direitos
2059 Humanos, mas de qualquer forma essa forma de contratação, que é um pouco
2060 híbrida, também acho que compactua que as pessoas têm que estar presenciais
2061 em alguns momentos, não sei se é o titular ou suplente, também não sei como é a
2062 forma de organização, mas eu acho que isso não deve ser um problema para
2063 impedir a estada presencial. Assim, além das seis reuniões, a gente definiu na R.O
2064 passada todas as datas de reuniões do ano inteiro.

2065 **Interlocutora não identificada** - Está, Está bem. Bom, vai sim também, voto junto
2066 aí com vocês.

2067 **Interlocutora não identificada** - Senapem, Paula Godói.

2068 **Interlocutora não identificada** - Senapem, de acordo também.

2069 **Interlocutora não identificada** - Obrigada. Então esses são os membros do
2070 governo que estão aqui na reunião com a gente agora. Bom então, quer falar? É
2071 que vocês ainda não têm voto, porque a resolução ainda não mudou. Então na
2072 próxima, acho que espero que na próxima...

2073 **Interlocutora não identificada** - Mas é isso, acho que até a próxima a gente já vai
2074 ter uma oficialidade.

2075 **Interlocutora não identificada** - Bom então foi encerrada a votação e a gente
2076 suprimiu a parte ali, a última sentença do artigo primeiro da resolução 35.

2077 **Interlocutor não identificado** - Não, eu ia adicionar que ao mesmo tempo que a
2078 gente faz essa alteração, que isso fosse acompanhado de alguma espécie de
2079 articulação, que eu acho que naturalmente vem da coordenação de apoio do comitê,
2080 junto às chefias dos ministérios, para que se tenha uma informação mais evidente
2081 de que o período das reuniões é um período de trabalho das pessoas que estão
2082 oficialmente nomeadas. Então primeiro, elas devem ser dispensadas para estar
2083 aqui, para que não aconteçam essas situações, a pessoa está na repartição fazendo
2084 duas coisas ao mesmo tempo. Então, talvez um ofício circular, alguma coisa do tipo,

2085 que possa ser enviado, reforçando. E aí vocês vão ver qual é a melhor maneira de
2086 fazer, verificando cada pessoa para ver quem é a chefia desse sujeito, para essa
2087 pessoa ser liberada.

2088 **Interlocutora não identificada** - Caio, já que você queria falar alguma coisa...

2089 **Interlocutora não identificada** - Quanto membro da sociedade civil, a gente não
2090 recebe para estar aqui, tem inclusive prejuízos econômicos na minha folha de
2091 pagamento, a vinda até aqui e, independente do custeio da passagem e da diária,
2092 nós também temos custos aqui. Temos um custo sendo que, no meu caso, por
2093 exemplo, tenho perda de rendimentos na folha de pagamento. Eu queria pontuar
2094 isso só para demonstrar o desrespeito do governo não estar aqui porque na
2095 verdade, é dia útil. Estão trabalhando. E a gente está fazendo a discussão, inclusive
2096 gente, vamos ser bem sinceros, que está facilitando o trabalho do governo, nós
2097 estamos contribuindo com o trabalho do governo. Só queria pontuar isso para
2098 ressaltar ainda a grande falta de respeito que não está aqui. É isso.

2099 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Jaque. Bom, acho que a gente pode até
2100 retomar isso amanhã. A gente pode fazer um informe quando espero que outros
2101 membros do governo estejam, inclusive o ministro. E daí também vamos poder
2102 tomar ciência mesmo com esse encaminhamento de email e etc., como o Caio
2103 sugeriu que pode ser feito pela coordenação, a gente pode fazer esse informe
2104 amanhã, então eles já vão estar sabendo nas próximas reuniões. Eu vou passar
2105 para um ponto breve de pauta que a gente não tratou, que é o fluxo de denúncias,
2106 eu vou pedir para a Ana explicar como tem sido o fluxo de denúncias e depois, na
2107 sequência, eu vou passar a palavra para o mecanismo para fazer o repasse. O quê?
2108 Não, mas tem que assinar. Tem que assinar. Bom, eu vou passar a palavra para
2109 você, Nana, para falar do fluxo de denúncias. Eu vou passar para você falar do fluxo
2110 de denúncias. Pode falar.

2111 **Interlocutora não identificada** - Falar de forma ampla, o fluxo de denúncias
2112 anteriormente, o que acontecia? Chega uma denúncia de tortura ou grave violação
2113 de direitos humanos na caixa de email do CNPCT, essa denúncia teria que ser
2114 encaminhada para os membros da mesa diretora, esses membros da mesa diretora

2115 convocariam uma reunião, nessa reunião trataria dessa denúncia e um membro da
2116 mesa diretora ficaria responsável como se fosse um relator e, esse relator faria os
2117 encaminhamentos de urgência e o monitoramento dessa denúncia, inclusive
2118 podendo acionar o ponto focal do mecanismo, articular para apurar essas
2119 informações. O que eu estou percebendo? Com a mudança de governo, o número
2120 de denúncias que tem chegado tem aumentado. E aí me preocupa que essa
2121 relatoria, ficar concentrada na mão dos membros da mesa diretora, gere uma
2122 sobrecarga. Além de, na minha opinião, mitigar a participação de todos, por isso
2123 que estou trazendo isso aqui. No período que o comitê ficou sem funcionar, a gente
2124 sabe, todo mundo que sabe os motivos, essas denúncias foram tratadas pela
2125 coordenação geral fazendo os encaminhamentos de urgência, mas estão paradas
2126 sem monitoramento, porque eu não tenho condição de monitorar isso. Pode ser que
2127 a partir de agora eu consiga, mas até o momento eu não tinha condição de
2128 monitorar. Mas não deixei de dar tratamento aos casos urgentes, porque as pessoas
2129 estão morrendo e não tem como não tratar. Então assim, esse seria o fluxo ideal. O
2130 fluxo ideal seria, chegou na caixa de email, mesa diretora, reunião da mesa diretora,
2131 indico o relator, o membro da mesa diretora. Aí a pergunta é, seria viável uma
2132 alteração no sentido de passar a ser? Chegou na coordenação executiva do
2133 CNPCT, pelo email, vai para a mesa diretora, e aí a mesa diretora poder de forma
2134 mais direta já acionar, a gente pode fazer inclusive uma lista assim, no sentido
2135 fulano, beltrano, ciclano, ciclano, ciclano, para não ficar aquela, quem pode? Quem
2136 pode? Quem pode? Quem pode? Fulano, fulano, beltrano e ciclano. E essa
2137 denúncia já é encaminhada diretamente para essa pessoa. Aí ela vai ter a
2138 coordenação de apoio do CNPCT para auxiliar, mas aí já tem um responsável e
2139 essa pessoa já vai fazer as articulações necessárias, assim. É uma sugestão viu
2140 gente? Com base no que eu estou percebendo, porque chega muita coisa do Disque
2141 100, que eles encaminham de lá então assim, está chegando. Da sociedade civil
2142 chega no email do comitê. Todos os membros, todos os membros. Bom, a princípio,
2143 todos os membros, vocês podem avaliar diferente. Aí é só uma proposta mesmo
2144 para todo mundo refletir sobre ela. Porque na verdade é tudo emergencial, não
2145 chega a denúncia ok, não. Mas isso é bem raro. A maioria das coisas que tem

2146 chegado é coisa que está acontecendo, assim. A pessoa já bateu em algumas
2147 portas, não conseguiu ter resposta. Aí ela descobre o email do CNPCT e manda no
2148 email do CNPCT ou da CGCT, porque ela vai no site, procura, ela dá os pulos dela.
2149 Ou da CGCT, vai chegando em tudo quanto é email. Só que assim, não seria
2150 atribuição da CGCT tratar essas denúncias, eu estou entrando numa atribuição que
2151 é do comitê. Essa que é a questão entendeu?

2152 **Interlocutora não identificada** - Eu acho importante ter um fluxo, eu também acho
2153 importante a gente pensar em como vai ser esse fluxo. E aí vendo a denúncia que
2154 chegou lá da história do Carrefour eu acho que também a gente vai ter que fazer
2155 uma seleção, porque nem toda a denúncia vai ser para o comitê. Tem denúncias
2156 que vão ser para o comitê, mas tem denúncias que vão chegar diretamente a cargo
2157 do ministro. E aí não dá para ir para o comitê. Uma outra coisa que a gente precisa
2158 pensar é criar um fluxo com a ouvidoria também, porque a ouvidoria receber e
2159 encaminhar para o comitê também, acho que não seria legal. Acho que tem que ter
2160 um fluxo de... Chegou na ouvidoria, o que a ouvidoria vai fazer? Para onde foi? O
2161 que foi? Porque senão a gente vai receber o mundo e, o mundo a gente não vai dar
2162 conta. E uma outra coisa importante, a gente precisa dar resposta, não é só receber
2163 a denúncia. As pessoas aguardam resposta, as pessoas querem uma satisfação.
2164 Então para pegar uma denúncia, para não dar uma resposta, é melhor não pegar.
2165 Uma coisa também importante é a gente não prometer nada para as pessoas, aquilo
2166 que a gente não pode cumprir, porque a gente cria expectativa e, assim não dá.
2167 Então acho que a gente precisa criar um fluxo pensando nisso. Denúncia, por
2168 exemplo, saúde. O que é de saúde? E aí a gente coloca fulano, sicrano e beltrano.
2169 E assim vai. Acho que a gente tem que ter um filtro por tema porque senão, a gente
2170 não vai dar conta. A gente não vai dar conta e vai criar uma expectativa falsa nas
2171 pessoas e no próprio comitê. E a gente também saber que vai chegar denúncia de
2172 saúde, vamos articular com o Ministério da Saúde, vamos articular com outros
2173 ministérios, porque às vezes também vão chegar demandas que têm a ver com
2174 outros ministérios.

2175 **Interlocutora não identificada** - Eu vou passar a palavra para a Fernanda, Maria
2176 Clara, Carol e Caio.

2177 **Interlocutora não identificada** - Vou endossar aqui o que a Patrícia falou. Nem
2178 conversei com o Matheus ainda para a gente se posicionar, mas me preocupo do
2179 comitê acabar se tornando um órgão de execução e é um órgão de políticas, então
2180 de fato, a gente vai receber muitas denúncias, mas a gente não tem condições de
2181 dar. E eu acho que a resolução fez essa previsão da mesa diretora, por ser um
2182 grupo menor para dar vazão a essas emergências, mas como a Patrícia falou, que
2183 a gente saiba o que é a emergência que o comitê possa fazer e o que é uma
2184 emergência que, às vezes é o defensor, às vezes é o juiz, às vezes é o promotor,
2185 às vezes é a ouvidoria, às vezes são outros órgãos e, de fato a gente, cada um de
2186 nós, tem suas respectivas atribuições. Então eu acho que se a gente for dar
2187 andamento a todas as denúncias como se fôssemos um órgão de execução, a gente
2188 vai no final, inviabilizar o comitê, então talvez a gente... Eu acho que talvez tem que
2189 manter o fluxo que já existe mesmo e as denúncias que não forem emergenciais,
2190 que não caibam ali na mesa diretora, de repente trazer para o plenário e avaliar,
2191 mas eu acho que o fluxo de distribuição ou até a coordenação adotar medidas, eu
2192 acho que talvez isso vá tirar a atribuição da mesa diretora ou do próprio plenário e
2193 as coisas existem assim, eu acho que por um motivo, eu acho que talvez seja melhor
2194 deixar do jeito que está mesmo e a gente saber um pouquinho melhor essa
2195 atribuição do comitê e o que, eventualmente tem que ir para os outros órgãos, ou
2196 que às vezes tem que ficar consolidado. Eu lembro também que a gente tinha
2197 tratado em uma das reuniões sobre a necessidade de ter um sistema informatizado
2198 aqui no âmbito do comitê para a organização dessas denúncias com número,
2199 porque hoje é feito pelo processo CEI e é um procedimento bem burocrático, porque
2200 às vezes impede até formulação de estatística e de dados que são necessários para
2201 uniformizar por temas e por data de chegada da denúncia, enfim, essa opinião.

2202 **Interlocutora não identificada** - Só para a gente tentar ser mais breve aqui nas
2203 falas, porque a gente tem muitas coisas ainda para tratar na nossa pauta.

2204 **Interlocutora não identificada** - Entender realmente a questão da sobrecarga da
2205 mesa diretora como isso foi colocado, então por isso que eu queria escutar vocês
2206 primeiro como tem sido isso, o fluxo das denúncias. Eu acho que poderia... Também
2207 não prejudica a gente ter um esquematizado os pontos... A gente já tem, né, dos
2208 pontos focais do Estado, inclusive é uma demanda a gente completar os estados
2209 que faltam em relação aos membros do comitê, eu acho que os novos membros
2210 que chegaram da AJD, o COFEM, a gente fez uma divisão entre os membros do
2211 comitê para serem pontos focais em relação aos estados, para ter uma pessoa de
2212 referência. E eu acho que outro ponto de referência poderia ser em relação aos
2213 temas, né? Então, as pessoas que estão dentro dos GTs, dos grupos permanentes,
2214 então por exemplo, quem está de socioeducativo pode chegar junto, se for algum
2215 tema relacionado a socioeducativo. Mas realmente o que a Fernanda falou acho
2216 que faz bastante sentido então, eu queria primeiro ouvir de vocês e se realmente
2217 tem essa sobrecarga e como que a gente está aqui também para somar, para não
2218 sobrecarregar vocês. Acho que no que for necessário, poderia assim acionar os
2219 outros membros. De qualquer forma, tinha também uma demanda de a gente se
2220 reunir com a ouvidoria para também ajustar esse fluxo das denúncias, então acho
2221 que recuperar esse ponto que a gente falou acho que umas duas reuniões atrás,
2222 não lembro. Acho que foi no nosso planejamento, na verdade. Então queria resgatar
2223 isso, porque independentemente se a gente escolha mudar ou não esse fluxo, eu
2224 acho que vale a gente estar mais ajustado com a ouvidoria para fazer esse
2225 encaminhamento de denúncias, até trocar algumas ideias também com eles de
2226 como que a gente pode encaminhar alguns casos e, enfim, é isso.

2227 **Interlocutora não identificada** - Só para ver se eu entendi. Então está tendo a
2228 sobrecarga mais para a própria coordenação e não para a mesa diretora, é isso?
2229 Não está tendo esse fluxo da coordenação encaminhar para a mesa diretora as
2230 denúncias?

2231 **Interlocutora não identificada** - Eu não, na verdade. Eu assino vários ofícios e
2232 coisas assim, mas os ofícios que eu assino normalmente têm a ver com as
2233 deliberações que a gente trata que são administrativas ou de comprar passagem ou

2234 de alguém que foi convidado para alguma coisa, mas dessas específicas não. E aí
2235 eu só ia fazer uma ressalva que a história do Carrefour, ela não foi necessariamente,
2236 ela não foi uma denúncia, ela foi um ofício que foi mandado pelo ministro que, enfim
2237 é uma denúncia, mas veio de um lugar diferente. E aí esse eu recebi no meu email
2238 e acho que todo mundo recebeu no email, mas eu não, por exemplo, no meu sei,
2239 não vêm essas denúncias desse jeito. Então eu acho que talvez a gente possa
2240 estabelecer de uma outra forma como chegam, ou talvez retomar como era. Caio?

2241 **Interlocutor não identificado** - Eu só ia primeiro fazer um parênteses que na
2242 próxima reunião a gente podia ter mais microfones desses de mesa. Sim, e quando
2243 eu me inscrevi, eu me inscrevi para falar algo bem semelhante ao que a Fernanda
2244 colocou, porque quando a gente faz a leitura do artigo 6º da lei, nas nossas
2245 atribuições não tem receber denúncias de nenhuma forma. Então isso, dentro da
2246 nossa atuação do dia a dia, isso pode parecer obviamente uma posição meio, não
2247 muito popular do modo que eu vou colocar mas de fato, não é a nossa atribuição
2248 legal receber denúncias. E aí eu tenho, eu enfrento situação bem parecida no Rio
2249 Grande do Sul, porque lá eu sou presidente do conselho LGBT. E o que o pessoal,
2250 que é muito ativista, tem um certo vício de atuação? Eles chegam lá no conselho
2251 com a seguinte denúncia. Uma travesti na cidade de Pelotas não conseguiu acessar
2252 o hormônio. Isso não é relevante para o conselho. É relevante na medida em que
2253 15 travestis na cidade de Pelotas não conseguiram acessar o hormônio, porque daí
2254 você identifica que existe uma questão programática e a nossa atuação aqui é
2255 programática. Então a gente precisa primeiro, fazer o nosso trabalho baseado nas
2256 evidências. Então tem uma atribuição que é muito importante, que é fornecer dados,
2257 então eu acho que o recebimento de denúncias para a gente, em primeiro lugar,
2258 serve para a gente identificar de onde vem a maioria das denúncias, qual é o objeto
2259 da maioria das denúncias, para que a gente possa, enquanto um órgão
2260 programático, identificar, em 2023 a principal questão foi alimentação ou, em 2023
2261 o Estado que mais enviou denúncias foi o Mato Grosso, por exemplo. Então a gente
2262 vai direcionar esforços institucionais através do colegiado, através das instituições,
2263 através do mecanismo, através das instituições do Estado para aquele lugar, para
2264 aquele Estado, para aquele tema. Então eu acho que isso tem a ver assim. Isso

2265 quer dizer que a gente vai receber as denúncias e não fazer nada? Não. Eu acho
2266 que a gente tem que receber, analisar para produzir dados e, depois disso enviar
2267 para quem de direito for. Então assim, a denúncia é no sistema federal, então envia
2268 para o Ministério Público Federal, envia para o mecanismo. A denúncia é no Estado
2269 de Pernambuco, envia para o mecanismo do Pernambuco, envia para o Ministério
2270 Público Estadual de lá. Então eu acho que esse deveria ser o fluxo de denúncias. E
2271 esse fluxo de denúncias não passa pelo colegiado, é um fluxo administrativo que
2272 pode ser feito aí de acordo com os documentos que a gente tem, pela mesa diretora,
2273 pela coordenação de apoio, enfim, são esses órgãos técnico-administrativos que
2274 vão fazer esse tipo e, depois eles trazem para o plenário o quê? Um relatório
2275 dizendo, olha, neste período, no último trimestre, a maioria das denúncias veio de
2276 tal lugar. Então a gente aqui, coletivamente, vai perceber que realmente lá precisa
2277 de mais atenção. Então isso é o que eu penso enquanto fluxo de recebimento de
2278 denúncias, porque receber a gente não recebe, porque a gente não processa essas
2279 denúncias.

2280 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Caio. Vou passar para a Carol e depois
2281 para a Ana.

2282 **Interlocutora não identificada** - Então, sobre a ouvidoria, a gente até fez uma
2283 reunião com eles, porque estava acontecendo uma coisa semelhante com a gente.
2284 Eles recebiam denúncias que eram sobre o sistema prisional ou de privação de
2285 liberdade e encaminhavam para a gente dar tratamento. A gente também não é um
2286 órgão de recebimento de denúncias, a gente faz inspeção e relatórios e, atua a partir
2287 das inspeções. A gente não tem a menor condição de, além disso, ser um órgão
2288 que recebe e encaminha denúncias no volume que a gente tem recebido, é
2289 impossível. Então a gente dá tratamento a muitas denúncias que a gente recebe, a
2290 gente não dá conta de dar tratamento a todos. Estou ali com sei lá, 500 nomes para
2291 passar limpo de atendimento da última missão do Rio, isso não é só eu, tem as
2292 outras pessoas ainda então, achar que a gente ainda vai dar conta, além disso de
2293 ficar encaminhando o dia inteiro denúncias é impossível. Para isso, a gente
2294 precisaria ter uma assessoria, se a gente tivesse uma assessoria, massa, ok,

2295 faríamos isso. Não temos, somos só nós para 27 estados. A gente não consegue.
2296 Então o que a gente combinou com a ouvidoria é que, eles fariam os
2297 encaminhamentos das denúncias necessários, então envia para os órgãos
2298 competentes, que são o Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, etc.,
2299 encaminha para a gente para ter ciência, um pouco nessa linha do que o Caio falou,
2300 porque a gente precisa saber de onde elas estão vindo, do que elas tratam, para a
2301 gente conseguir nos ajudar a fazer mapeamento. Mas assim, não vamos conseguir,
2302 então também não adianta incluir a gente nesse fluxo como um órgão destinatário
2303 que vai dar o tratamento, porque nós não vamos conseguir, nós somos 11 pessoas
2304 só, não temos assessoria, nenhuma. Zero assessores. Então assim é isso e, eu
2305 acho que vocês poderiam seguir em uma linha semelhante com a ouvidoria. Eles
2306 dão o tratamento, encaminham para o comitê a título de ciência, para vocês terem
2307 os dados, para vocês saberem o que está acontecendo e onde. Eu acho que seria
2308 um fluxo razoável, pertinente, dentro das atribuições do órgão.

2309 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Carol. Eu vou passar para a Ana, depois
2310 tem a Maria, que está online.

2311 **Interlocutora não identificada** – Queria só reforçar um pouco, acho que o fluxo diz
2312 respeito ao entendimento de como o sistema tem que funcionar. E eu acho que há
2313 uma fragilização enorme da base do sistema, por isso que a gente está discutindo
2314 isso aqui, senão a gente estava nem discutindo isso. Então quando eu lembro que
2315 se a gente, e eu estou falando do sistema, não só o de prevenção e combate à
2316 tortura, mas todo o sistema de garantir direitos humanos. Então assim, como está
2317 a política do Centro de Referência em Direitos Humanos? Isso é uma questão para
2318 mim, como alguém que faz parte de um conselho de um Centro de Referência em
2319 Direitos Humanos, que é um dos poucos que ainda está em funcionamento no país,
2320 que é onde todas essas denúncias locais de uma pessoa vão chegar. Essas de uma
2321 pessoa vão chegar. Acho que não tem jeito, a gente vai receber denúncia,
2322 independente de qualquer coisa, até pelo tempo, pela questão que a gente discutiu
2323 hoje logo cedo, que as pessoas desconhecem, inclusive, o que nós somos, o que
2324 nós existimos. Faz parte do papel de Educação e Direitos Humanos que a gente

2325 também cumpre. Só para lembrar, a gente precisa ir fazendo essa tarefa de dizendo
2326 quem a gente é, o que a gente está fazendo, mas para isso, acho que a gente tem
2327 que ter uma lucidez mesmo em relação a que fluxo pactuado é esse, que não é uma
2328 coisa que a gente vai decidir sozinho. Eu acho que a gente tem que pactuar sim,
2329 com os outros órgãos, acho que tem a resolução, concordo, quer dizer, a gente não
2330 é, e acho que a gente precisa criar memória das coisas que a gente recebe como
2331 dado, como informação, concordo com o Caio plenamente, não dá para a gente
2332 negar, mas acho que a gente também tem que induzir processos para a base, a
2333 gente tem que induzir processos para a base do sistema. E onde é que está a base
2334 do sistema? Que mapeamento a gente tem desses lugares? Então, eu acho que
2335 essa é uma questão, a gente precisa, talvez fazer o primeiro ponto de produção de
2336 informação é a gente fazer um mapeamento das entidades, dos lugares que
2337 sustentam esse sistema em cada região. Não sei se é uma tarefa que a gente pode
2338 dar conta, até para a gente pensar, mas assim, senão a gente vai ficar voltando
2339 nesse ponto sempre, e a gente vai ficar sendo a resposta das pessoas.

2340 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Ana. Eu vou passar a palavra para a
2341 Maria, mas antes eu só ia falar uma coisa. A gente está falando aqui, também é um
2342 dos pontos da pauta, da criação dos comitês estaduais e, isso ajudaria muito
2343 também se tivesse todos os comitês estaduais, porque a gente teria um diálogo, e
2344 ainda assim, eu acho que a gente tem que, enquanto comitê nacional, tem vários
2345 comitês estaduais que estão presentes hoje aqui na reunião, ter essa conversa com
2346 maior proximidade com os comitês e os mecanismos que existem também, para
2347 que essas denúncias encontrem o melhor caminho de resposta para elas. E a gente
2348 talvez, esse mapeamento, ele pode ser feito também a partir das experiências dos
2349 comitês locais, que têm um conhecimento maior de quem enfim, são os atores locais
2350 e até com quem a gente pode ter mais confiança ou não, porque às vezes a gente
2351 acha, sei lá, que a defensoria pública de todos os estados é super confiável e são
2352 nossos parceiros, e não é. Então, eu acho que... Então, eu acho que a gente tem
2353 que ter, inclusive, esse conhecimento para tomar decisões que sejam, enfim, mais
2354 eficazes. Vou passar a palavra para a Maria e depois para a Carol.

2355 **Sra. Marina (CEPCT-CE)** – Oi gente, aqui é Marina, do CEPCT Ceará. Então, esse
2356 ponto dos fluxos e das atribuições do comitê, para a gente também é muito
2357 importante. Acho que a fala da Sofia foi exatamente onde eu queria chegar também,
2358 para dizer que, se o comitê nacional puder ter como recomendação alguns critérios
2359 prioritários de atuação em casos, a gente tem tentado fazer esse esforço de reflexão
2360 também aqui no estado do Ceará, porque a gente tem uma série de políticas,
2361 inclusive agora a luta para se instituir o mecanismo estadual em torno de um sistema
2362 aqui estadual, que a gente até agora é instituído através de um decreto, então não
2363 existe uma lei que cria o comitê estadual do Ceará, a gente é instituído por via de
2364 decreto, e seria importante se a gente tivesse o apoio do comitê nacional para
2365 estabelecer esses critérios e um pouco definir também esse papel, até para que
2366 isso fique mais explícito na lei que vai instituir agora o comitê e o mecanismo
2367 estadual aqui no Ceará, porque a gente também tem essa discussão sobre o nível
2368 de trabalho que às vezes se confunde com o trabalho de órgãos que tem como
2369 dever e como atribuição atuar em casos individuais. Eu entendo que, por exemplo,
2370 se a denúncia for reiterada e se aquele caso tiver percorrido diversos órgãos e não
2371 tiver de fato nenhuma resolução, de fato a gente tem que atuar e tem que é
2372 competência do comitê, mas para todos os casos que aparecem, a gente entende
2373 que é impossível dar conta, que não é papel do comitê hoje fazer isso, até porque
2374 hoje a gente acumula a tarefa que seria um dos peritos, porque somos nós que
2375 fazemos as visitas de inspeção hoje aqui no Ceará, já que a gente não tem
2376 mecanismo, então se o comitê de alguma forma puder apoiar também na definição
2377 desses critérios e discutir esse papel sobre o fluxo de denúncias nos comitês, seria
2378 fundamental que critérios a gente use, que parâmetros a gente tem nacionalmente
2379 para poder atuar e dar respostas cabíveis também. Obrigada, Sofia.

2380 **Interlocutora não identificada** – Então, tem uma diferença, o comitê nacional, se
2381 ele pegar a denúncia, ele vai ter que pegar do Brasil todo, então são 26 estados.
2382 Um comitê estadual dá conta do seu estado. Vamos falar pelo comitê do Rio de
2383 Janeiro, que é o mais antigo, que está aí desde 2010, ele dá conta das denúncias
2384 que chegam. Por quê? Porque ele tem uma articulação com outras instituições. Tem
2385 articulação com o Ministério Público, Defensoria, CRP, CRES, Conselho da Criança,

2386 Conselho da Adolescente, entre outros. Então assim, dá conta de todas as
2387 denúncias que chegam, porque é uma articulação em rede, ele não faz as coisas
2388 sozinho, além disso, tem o Mecanismo do Rio de Janeiro. Então essa articulação é
2389 feita em rede, tem o Conselho Estadual de Direitos Humanos. Então acho que isso
2390 precisa ficar bem claro também porque, senão, a gente fica tratando como se os
2391 comitês estaduais não pudessem. E lembrando que os comitês estaduais também
2392 têm a atribuição de subsidiar o trabalho do mecanismo. E vai ser a partir das
2393 denúncias. São coisas diferentes. E vendo tudo isso que está sendo dito, realmente
2394 a gente precisa também ter, voltar a fazer o encontro do Sistema Nacional de
2395 Previsão em Combate à Tortura. Porque a gente já teve o primeiro, já teve o
2396 segundo, teve o terceiro, que foi em 2018, o último da vida. E nunca mais teve,
2397 porque ia ter um que foi chamado pela ministra Damares e que só, se não me
2398 engano, não tenho certeza, o único comitê que veio foi o comitê do Amazonas. A
2399 representação, o único. Nenhum outro comitê do Brasil participou do evento, então
2400 acho que a gente precisa retomar esse assunto e repactuar porque, assim,
2401 diretrizes, repactuamento, tudo isso foi feito lá no terceiro encontro. Tudo isso.
2402 Criação de comitês e mecanismo. Comitês não podem ter forças de segurança e aí,
2403 independentemente de quem esteja no comitê, o que foi pactuado não é cada um
2404 que vem e traz a sua história, não, acho que a gente precisa também lembrar disso
2405 porque a memória institucional é muito importante, por isso que guardo tudo, por
2406 isso que tenho 12 mil emails. Se não tenho no papel, tenho no email, está lá. Então
2407 acho que a gente precisa lembrar disso. A gente já repactuou várias coisas, por isso
2408 que forças de segurança, não. Então, a gente precisa estar com a memória e fazer
2409 isso porque aí, a gente vai pactuar de novo outras diretrizes para quem está
2410 chegando, mas a gente já tem várias. Várias. Por isso que, no edital de seleção de
2411 Rondônia, quando foi eleita a última pessoa, a gente impugnou. Várias
2412 organizações do Brasil pediram impugnação, porque tinha agente
2413 socioeducativo, policial penal, comandante de batalhão da PM. Então, acho que a
2414 gente já tem diretrizes muito pactuadas do que é o sistema de prevenção em
2415 combate à tortura.

2416 **Interlocutor não identificado** - Vou só tentar ser bem breve aqui, acho que na linha
2417 do que a Patrícia falou, a Ana falou um pouco também, mais um motivo para o
2418 governo estar presente, para essa rede funcionar enfim, ter os órgãos aí da saúde,
2419 da segurança e sei lá, etc. Mas enfim, só para... Mas o que eu queria colocar, eu
2420 acho que o que a Ana trouxe é uma pauta bem importante, eu acho que a gente
2421 poderia tentar seguir em reflexão nessa pauta nas próximas semanas aí, como o
2422 Caio e a Fê trouxeram de tentar seguir o regimento, por hora indo pela mesa diretora
2423 com a coordenação geral. E aí eu queria lembrar que a gente está com as peritas
2424 aqui desde o começo da manhã, então, não sei, eu sei que o tema é importante,
2425 mas tentar pular para o próximo ponto de pauta, eventualmente voltar, depois eu
2426 debater esse tema, enfim, para a gente também, já são 3h20, salvo engano, enfim,
2427 então a minha sugestão era essa.

2428 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Matheus, obrigada a todo mundo. Eu
2429 acho que é isso, essa reunião aqui tem um espaço curto de tempo e muitos temas
2430 para tratar e muitas pessoas para darem suas contribuições que são muito
2431 importantes para a reunião. Eu acho que a gente deveria fazer então, seguir o que
2432 está na resolução, na mesa diretora, desse fluxo de denúncias, entendendo aqui
2433 entre a mesa diretora como que isso vai ficar na prática, se de fato vai gerar uma
2434 demanda muito grande de trabalho, se não vai gerar uma demanda muito grande
2435 de trabalho e a gente repactuar isso na próxima reunião ordinária. E aí também tem
2436 essa pauta que eu acho que ela atravessa todos os temas que a gente está tratando
2437 aqui, que é o fortalecimento do próprio sistema e a criação de comitês e
2438 mecanismos, porque de fato, é impossível tanto o órgão internacional, comitê,
2439 quanto o mecanismo, darem conta de todas as demandas de todos os estados e,
2440 por isso, a importância dessas criações no âmbito estadual. E acho que isso é algo
2441 que a gente vai reforçar aqui em tudo que a gente for dizer e amanhã reforçar de
2442 novo com a presença do ministro e, também no próprio encontro que é algo que
2443 está planejado e que a gente tem um orçamento também destinado para isso.
2444 Então, é algo que a gente tem que planejar para o próximo semestre. Então, agora
2445 eu vou passar a palavra para as peritas do mecanismo. Então, eu não sei
2446 exatamente quanto tempo a gente tinha colocado aqui, que era meia hora de

2447 apresentação para cada relatório, e aí vocês ainda têm aquele informe, só para
2448 lembrar que estava aqui no ponto da pauta da juíza da VEP, mas eu vou sugerir o
2449 seguinte, vocês fazem o informe, fazem a apresentação e depois a gente delibera
2450 sobre um e o outro, entendeu? Porque senão a gente vai, acho que, talvez ter uma
2451 discussão aqui de algum tipo de encaminhamento talvez, em relação à juíza da VEP
2452 e aí eu acho melhor a gente fazer isso tudo no conjunto.

2453 **Interlocutora não identificada** - Eu acho melhor a gente começar pelos relatórios
2454 e deixar o informe no final.

2455 **Interlocutora não identificada** - Está bom, então podem apresentar os relatórios.
2456 E daí a gente tinha pensado aqui, eu não sei, eu acho melhor para organizar a
2457 cabeça, primeiro a gente ouve um relatório, deliberar e aí, na sequência ouvir o
2458 outro e deliberar, está? Então eu vou passar a palavra para vocês.

2459 **Interlocutora não identificada** - A gente pode começar pelo relatório da Bahia, por
2460 gentileza a Débora colocar aí. O que eu estou falando, gente?

2461 **Interlocutora não identificada** - Fala mais perto.

2462 **Interlocutora não identificada** - Relatório da Bahia para a gente começar, por
2463 gentileza. Colocar em tela cheia é melhor. Relatório de inspeções regulares no
2464 sistema socioeducativo e prisional do estado da Bahia. Essa missão aconteceu em
2465 novembro do ano passado, de 7 a 11 de novembro. Nós já temos algumas
2466 ilustrações aí, algumas fotos, essa de cá só para a gente saber mais ou menos a
2467 situação, para eliminar, essa daqui é do conjunto penal feminino essa que tem um
2468 colchão ali, aquela mancha preta, é mofo, aquilo ali tudo é mofo, as mulheres lá
2469 estão dormindo nessas condições de insalubridade pura. E ali a gente tem o fundo
2470 dos raios da cadeia pública de Salvador. Aquele chão que tem ali atrás é esgoto a
2471 céu aberto.

2472 **Interlocutora não identificada** - Posso te interromper só um minuto? Se der para
2473 aumentar um pouco as imagens?

2474 **Interlocutora não identificada** - Eu não estou controlando as imagens aqui, não.

2475 **Interlocutora não identificada** - Estou falando com a Débora. Colocar a tela cheia,
2476 se possível. Está no modo apresentação porque está mostrando.

2477 **Interlocutora não identificada** - Pode ir continuando que a Débora vai chamar as
2478 pessoas do lugar técnico.

2479 **Interlocutora não identificada** - Certo, continuando. Ali é a cadeia pública de
2480 Salvador, a gente tem esgoto a céu aberto no fundo das celas, dali saem ratos,
2481 saem diversos insetos vetores de doenças que pulam para a janela e periclitam a
2482 vida das pessoas privadas de liberdade, essas são as duas ilustrações iniciais. Pode
2483 passar o slide, por favor. Trouxe aqui algumas questões preliminares. A Bahia não
2484 tem sistema estadual de prevenção e combate à tortura instalado, a gente tem um
2485 comitê estadual para prevenção e enfrentamento à tortura na Bahia desde 2007,
2486 que foi instituído através de um decreto executivo. Há previsão de nove
2487 representações do Estado e nove representações da sociedade civil porém, essas
2488 entidades não são eleitas, elas são citadas nominalmente na norma, por exemplo,
2489 a ATR, a Associação de Advogados e Trabalhadores Rurais, o Grupo Tortura Nunca
2490 Mais, eles estão lá com o nome da entidade, então não existe oxigenação, não
2491 existe um movimento em torno disso. Esse decreto executivo não é um instrumento
2492 adequado para implantação de um sistema. Não há mecanismo. E o órgão
2493 encontra-se desarticulado e não tem um trabalho, não tem uma organicidade e não
2494 tem um trabalho no Estado da Bahia. O MNPCT apresentou a Minuta de Projeto de
2495 Lei para a Implantação do Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura na
2496 Bahia em consonância com o protocolo facultativo e as disposições básicas do
2497 Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A minuta foi apresentada a
2498 integrantes da ALBA, que é a Assembleia Legislativa Estadual, e ao GT de Combate
2499 à Tortura do UGMF do TJ Bahia, em uma reunião ampliada com representantes da
2500 sociedade civil e também outros representantes do Estado e do Poder Executivo no
2501 âmbito desse GT de Combate à Tortura e, eles estão lá até hoje discutindo esse
2502 projeto que a gente apresentou. Inclusive, vou saber em que pé está. Contexto
2503 histórico-político da privação de liberdade no Estado da Bahia é um contexto de
2504 esvaziamento da atuação de entidades da sociedade civil em instituições de

2505 privação de liberdade. Poucas entidades desenvolvem um trabalho de longo termo
2506 entre a muros. Aquele contexto em que, há muitos anos, todo mundo é governo,
2507 então você encontra uma plena desmobilização em torno da militância e da defesa
2508 de direitos de pessoas privadas de liberdade, existe um pacto muito forte em torno
2509 disso, que é muito difícil, e daí ressaltar a importância de um órgão como mecanismo
2510 no Estado da Bahia por ser um órgão autônomo e independente que vai, de alguma
2511 forma, enfrentar essas questões. E finalmente comentário final sobre esse contexto
2512 político, a Bahia é conhecida como um Estado que mais mata do que encarcera, a
2513 gente tem mais ou menos 40 unidades prisionais e é marcado por diversas atuações
2514 no sentido de execuções extralegais. A gente tem um contexto bem desfavorável.
2515 Da missão, dados objetivos, sete unidades inspecionadas, duas unidades do
2516 socioeducativo na região metropolitana de Salvador, cinco unidades prisionais na
2517 região metropolitana de Salvador e Feira de Santana, que é a maior unidade do
2518 Estado, com 1.700 pessoas. reunião na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia
2519 com representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário e organizações
2520 da sociedade civil. essa reunião aconteceu durante a missão, comentando as
2521 primeiras detecções e recomendações expressas. E o relatório foi publicado na
2522 semana passada com 90 recomendações.

2523 **Interlocutora não identificada** - Vou comentar aqui, Camila, esse primeiro tópico
2524 e depois passo para você. Sistema socioeducativo, nós visitamos a Casa de
2525 Salvador, que é a maior unidade do sistema socioeducativo do Estado, comporta
2526 150 adolescentes, já aponta para uma desobediência da Resolução nº 46, de
2527 1996, do Conanda, que determina que devemos ter unidades até 40 adolescentes.
2528 Em homenagem ao princípio da individualização do atendimento socioeducativo,
2529 não queremos que esses adolescentes sejam números, queremos vê-los como
2530 pessoas, como pessoas em desenvolvimento e, nessa unidade a gente chega a ter
2531 até 400 adolescentes, por vezes, então não temos condição de fazer nenhum
2532 trabalho com 400 adolescentes em uma situação de absurda superlotação. Com
2533 relação à Casa de Salvador ainda nós observamos muitos espaços ociosos, muitos
2534 quartos, existe um subsolo enorme lá dentro, inclusive aproximadamente há dez
2535 anos, houve um incêndio na unidade, a porta estava trancada e os meninos não

2536 tiveram a oportunidade de se salvar, eles morreram queimados no subsolo dessa
2537 unidade. É uma unidade que diz respeito ao paradigma anterior, à doutrina da
2538 proteção integral, que está consolidada no ECA, está consolidada no SINASE, ou
2539 seja, ela é uma estrutura que vem dos anos 70 e que diz respeito ao marco legal
2540 administrativo do menorismo, do código de menores, desses grandes centros de
2541 internação, que é uma coisa que precisamos superar, porque eles ainda estão em
2542 funcionamento. Encontramos lá instalações sanitárias extremamente sujas, falta de
2543 assistência material com itens em estoque. A gente encontrou meninos lá com meia
2544 toalha, sendo que tinha toalhas em estoque, dentre outras situações. Revistas
2545 vexatórias contra adolescentes e contra familiares, não tinham body scan, então lá
2546 também acontece e, uso ilegítimo de algemas em situações que não são balizadas
2547 nem pela jurisprudência, nem pela lei, nem por nada. Passar a palavra para a minha
2548 colega Camila Sabino, que vai comentar alguns outros aspectos do socioeducativo
2549 na Bahia.

2550 **Interlocutora não identificada** - Oi, gente. Boa tarde. Estou um pouquinho doente.
2551 Mas não é Covid, está? Fiquem tranquilos. Só uma dorzinha de garganta mesmo.
2552 Em relação ao caso de Salvador e ao caso feminino, mais especificamente falando
2553 sobre o caso de Salvador, a gente não encontrou refeitórios na unidade, nos
2554 módulos também não há espaço adequado para a realização das refeições, o que
2555 é um problema, porque os adolescentes acabam fazendo as refeições nos próprios
2556 alojamentos. O cardápio, isso para as duas unidades, porque a marmitta é feita no
2557 Case de Salvador e, ela é encaminhada para o Case feminino. O cardápio, os
2558 adolescentes reclamaram muito em relação à repetição de alimentos, ou seja, existe
2559 uma monotonia alimentar, por exemplo, eles reclamaram muito, tem frango todo dia,
2560 enfim. Então, a gente recebeu esses relatos dessa monotonia alimentar e
2561 recebemos também relatos de alimentação insuficiente, ou seja, os meninos
2562 relataram que eles sentem fome ao final do dia. Em relação ao caso de Salvador
2563 também, a gente observou que a disponibilização de água é feita apenas três vezes
2564 ao dia, ou seja, existe uma restrição de água nessa unidade. Em relação às
2565 vestimentas, a Camila já falou. Em relação às vestimentas, e também falta de
2566 higiene no espaço, que a gente observou, um detalhe interessante, acho que pode

2567 passar o slide, é que as toalhas são cortadas ao meio, então cada adolescente, no
2568 caso de Salvador, ao tomar banho, se enxuga com metade de uma toalha, então
2569 isso a gente entendeu como sendo um problema muito grave. Em relação às
2570 atividades, que eu coloquei uma foto aí, a gente percebe que não existem muitas
2571 variações, então fica restrito no caso de Salvador pelo menos, à jogo de dama e
2572 jogo de bola. Os adolescentes nessa unidade não conheciam o plano de
2573 atendimento individual, o PIA, as audiências em ambas unidades ainda estão sendo
2574 realizadas por videoconferência e, a assistência religiosa é feita apenas pelas
2575 igrejas evangélicas, ou seja, as religiões de matriz africana, religiões católicas,
2576 enfim, católicas, não têm acesso a esses espaços no momento. Camila, retorno,
2577 acabei minha fala.

2578 **Interlocutora não identificada** - Eu queria pedir para a Débora para passar quando
2579 a gente pedir. Vamos lá, eu queria comentar a questão das audiências no sistema
2580 socioeducativo realizadas por videoconferência. Não voltaram desde a pandemia,
2581 a fazer audiências presenciais com os adolescentes, o que é um problema para o
2582 direito que o adolescente tem de se entrevistar privadamente com o seu defensor
2583 ou com o seu advogado, também é um risco para a prevenção à tortura porque os
2584 profissionais da justiça acabam não observando qual é a real situação do
2585 adolescente, lembrando sempre a situação do adolescente enquanto pessoa em
2586 desenvolvimento, que deve ser tratada com absoluta prioridade, então a gente deve
2587 realmente acabar com essa história de audiências virtuais para adolescentes em
2588 conflito com a lei, porque não se justifica mais, já passamos essa fase da pandemia,
2589 já estamos em outra fase, que já foi até declarada, enfim a gente não está mais
2590 naquela situação em que estávamos. Eu queria também chamar a atenção para a
2591 questão da assistência religiosa e do proselitismo religioso, não só no sócio, vou
2592 falar da situação que encontrei no sócio, na Bahia, no caso de Salvador, um
2593 adolescente que é de candomblé não pode usar suas contas porque acaba sofrendo
2594 diversos tipos de assédios, nem sempre tão suaves, aliás um assédio nunca é uma
2595 coisa suave, no sentido de que ele não pode ser quem ele é, ele não pode ter uma
2596 liberdade de consciência e crença, isso é periclitado por algumas organizações
2597 religiosas que estão adentrando a privação de liberdade, não com o objetivo de

2598 fazer assistência religiosa, mas de fazer proselitismo religioso, a gente precisa fazer
2599 essa distinção urgentemente porque tem diversas denominações religiosas,
2600 inclusive inidôneas, que estão envolvidas em diversos escândalos de todo tipo, que
2601 estão utilizando a privação de liberdade como verdadeiros currais, a gente já tem
2602 aí, por exemplo, o sistema prisional, alas privilegiadas para pessoas que aderem
2603 àquela religião, lugares privilegiados para pessoas que se convertem a uma
2604 determinada religião, e a gente tem de ter um olhar sobre isso porque não pode
2605 renunciar à liberdade de consciência e crença das outras pessoas. É isso. Deborah,
2606 se você puder passar, por gentileza. Elenquei para facilitar um pouco o trabalho do
2607 comitê, sendo o trabalho do comitê um trabalho complementar, o trabalho do
2608 mecanismo, no sentido de que nós damos uma recomendação técnica e o comitê
2609 vai fazer o trabalho político de implementação dessas recomendações, eu
2610 selecionei algumas recomendações que a gente considerou mais importantes, não
2611 que as outras não sejam, para vocês poderem aderir, se engajar, buscar realmente
2612 esse trabalho político de implementação e de ter uma atenção com relação a isso.
2613 O que não dispensa é o olhar sobre as demais recomendações, que também são
2614 muito importantes. Então, nós temos para o socioeducativo, pedimos estruturação
2615 da carreira de agente socioeducativo porque lá é marcado por um grande
2616 amadorismo, uma falta de cursos de reciclagem, não há concurso há mais de 20
2617 anos, alguns profissionais são bons, outros são ruins, mas aquilo acaba sendo uma
2618 coisa do perfil pessoal de cada pessoa, do talento que ele tem com adolescentes,
2619 com pessoas em desenvolvimento e, a gente sabe que não pode ser assim,
2620 trabalhar com adolescentes em conflito com a lei não é para amadores, não é uma
2621 atividade amadora, é uma atividade difícil e que requer uma formação robusta,
2622 então pedimos a estruturação dessa carreira no estado da Bahia. Uma outra
2623 recomendação importante é que pedimos a desativação da unidade de internação
2624 socioeducativa do Case de Salvador, que é essa que eu falei para vocês que chega
2625 a ter 400 adolescentes, uma vez que sua estrutura segue a lógica dos grandes
2626 centros de internação, possibilitando o princípio da individualização do atendimento
2627 socioeducativo, sendo estrutura irrecuperável para os atuais parâmetros do Sinase
2628 e do ECA, com diversos espaços ociosos, favorecendo inclusive, a prática de

2629 tortura. Também recomendamos que não sejam mais procedidas revistas gerais no
2630 sentido de deixar os adolescentes nus ou de roupa íntima sentados em local aberto
2631 ao sol, semelhante ao que acontece no sistema prisional. Que seja proibida por
2632 instrumento administrativo a revista vexatória no âmbito do sistema socioeducativo.
2633 Que seja elaborado... Tem alguém com o microfone aberto na sessão?

2634 **Interlocutora não identificada** - Sueli, por favor, você poderia desligar esse
2635 microfone?

2636 **Interlocutora não identificada** - Vamos continuar aqui. Que seja elaborado
2637 também protocolo específico de atendimento para adolescentes LGBTI+, não
2638 identificamos nenhum protocolo específico para essa população no âmbito do
2639 socioeducativo, não há preparação para agentes socioeducativos com relação a
2640 essa população ao respeito das especificidades dessa população. Outras três
2641 recomendações importantes é que seja alterado ou revogado o procedimento
2642 operacional de revista do socioeducativo que determina que os adolescentes tirem
2643 suas vestes e que os socioeducadores examinem o corpo do adolescente, inclusive
2644 com apalpamento, prevendo inclusive, agachamentos, configurando revista
2645 vexatória, que ele seja revisto, pois afronta normativas internacionais na área de
2646 infância e juventude. Que os funcionários da unidade tenham acesso a formação
2647 continuada e cursos de reciclagem. Que seja buscada parceria para certificação de
2648 cursos oferecidos nas unidades, a fim de se evitar colocar a FUNDAC ou sistema
2649 socioeducativo, que nós identificamos que certificados de conclusão escolar ou
2650 profissionais vêm com o logo da FUNDAC, eles vem com o sistema socioeducativo
2651 e, isso não pode acontecer, porque não queremos que esses adolescentes encarem
2652 um estigma na sua vida profissional, inclusive isso pode ser uma recomendação
2653 geral para todo o sistema socioeducativo, porque não buscamos a estigmatização
2654 do adolescente, buscamos empoderá-lo e dar melhor condições para ele readentrar
2655 na sociedade em melhores condições. Essas são seis recomendações que já passei
2656 para vocês, que a gente considera as prioritárias. E contamos com vocês para a
2657 gente pressionar no sentido do fechamento dessa unidade, porque ela é uma fonte
2658 muito grande de violação dos direitos de adolescentes. Passando para o sistema

2659 prisional, a primeira unidade que visitamos foi o conjunto penal feminino que fica no
2660 Complexo Penitenciário de Salvador.

2661 **Interlocutora não identificada** – Camila, só antes, eu queria voltar no
2662 socioeducativo. Uma pergunta. Os agentes socioeducativos lá, são agentes
2663 socioeducativos ou são agentes de segurança na nomenclatura?

2664 **Interlocutora não identificada** - Eu não lembro bem a nomenclatura, mas são
2665 agentes socioeducativos e são vinculados à Fundação José Silveira, é uma carreira
2666 bem precária, eles são Reda, estão em regime diferenciado administrativo, não é
2667 bem terceirizado, é contrato com o Estado. É contrato temporário. Você entra com
2668 três anos e pode ser renovado por mais três anos, algo assim, é um sistema que
2669 tem na Bahia, o REDA. E aí eles são reda, são vinculados à Fundação e é uma
2670 carreira bem desestruturada. Era isso, Patrícia? No conjunto penal feminino
2671 encontramos estruturas extremamente precárias e pendentes de reforma, muita
2672 insalubridade e lixo, ações violentas de tropas externas contra a população
2673 feminina, inclusive com a presença de policiais homens, policiais penais e também
2674 policiais da PM que adentram a unidade. Tivemos relatos muito chocantes com
2675 relação a essas revistas gerais contra as mulheres, das mulheres ficarem nuas,
2676 terem seu corpo revistado por agentes masculinos, não foi uma coisa leve, não. A
2677 situação do conjunto penal feminino é muito complicada com relação à ação dessas
2678 tropas externas e desses grupos táticos, que eu vou voltar a falar deles daqui a
2679 pouco. Tortura psicológica, xingamentos, misoginia, vocês são putas, vocês são...
2680 Tudo isso que encontramos as mulheres sendo chamadas de todo tipo de coisa.
2681 Falta de atendimentos psicossociais e de saúde, de uma forma geral, acho que
2682 talvez o único atendimento que eu conversei e pelo menos disseram que tinha mais
2683 ou menos legal era do ginecologista, todo o resto era bem ausente. Demandaram
2684 muitas mulheres, não só no conjunto penal feminino, mas também no conjunto penal
2685 de Feira de Santana, que é uma unidade mista, demandaram assistência social
2686 para regularizar a Bolsa Família. Por quê? Porque essas mulheres são presas,
2687 deixam seus filhos, seus dependentes, muitas vezes em situação de insegurança
2688 alimentar, não tem ninguém para diligenciar a sua regularização para obterem o

2689 benefício e, seus dependentes menores, deficientes ou idosos ficam com a sua
2690 segurança alimentar prejudicada, nós também recomendamos nesse sentido. E aí
2691 já falei, são revistadas nuas por policiais masculinos em revistas gerais. Aqui é um
2692 pedaço de uma cela, lá a gente observa bastante lixo, um ambiente muito propício
2693 à proliferação de doenças e, aqui do lado, nessa imagem mais escura, a gente vê
2694 ali de canto também um lugar de onde saem ratos, de onde saem bichos, baratas,
2695 outras coisas que também periclitam a vida dessas mulheres, a saúde delas.
2696 Colônia Penal de Simões Filho, outra unidade que a gente pede a ajuda de vocês
2697 para fechar. Semiaberto sem oportunidade de trabalho significantes. É um
2698 semiaberto onde as pessoas praticamente estão dentro de um sistema de fato
2699 fechado, uma minoria, a minoria da minoria que trabalha. Essa unidade tem uma
2700 história, no mínimo interessante, porque começou a ser construída e a construção
2701 dela foi embargada. Por quê? Porque ela foi construída em cima de um complexo
2702 de dutovias que liga o Terminal Marítimo de Aratu, que é próximo a Salvador, ao
2703 Polo de Camaçari, por baixo é uma dutovia onde passam substâncias tóxicas,
2704 diversos produtos químicos que, se houver um vazamento e as pessoas estiverem
2705 em um ambiente confinado, elas não têm a oportunidade de se salvar. Eu pelo
2706 menos, fiz muita questão de ir nessa unidade porque já tinha recebido essa
2707 denúncia anteriormente. A sociedade civil baiana, a articulação, os movimentos
2708 negros, os movimentos sociais, pediram o fechamento dessa unidade, conseguiram
2709 o fechamento dessa unidade e, depois, o governo de Jacques Wagner reativou essa
2710 unidade. O Ministério Público fez um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta,
2711 que não é seguido, por exemplo, o TAC prevê uma estrutura de fuga na qual todas
2712 as celas serão abertas em dez minutos. Não tem essa estrutura, nenhum
2713 profissional sabe dessa história lá. Se houver um vazamento, as pessoas não vão
2714 ter a oportunidade de se salvar. Eu posso até compartilhar o TAC com vocês.
2715 Inclusive o próprio diretor disse que o TAC não é seguido, a gente não tem estrutura,
2716 não tem se acontecer alguma coisa, inclusive, essa unidade foi construída do lado
2717 de um quilombo chamado Pitanga dos Palmares e lá tem uma rota de fuga para as
2718 pessoas da comunidade quilombola, se houver um vazamento de gás, eles vão fugir
2719 e as pessoas do presídio, da Colônia Penal vão ficar e vão morrer. Fora isso que

2720 acho que já é uma boa parte da história, temos a dificuldade de entrada de alimentos
2721 na visita, porque aliás a dieta da maioria das pessoas privadas de liberdade que a
2722 gente conversou é muito pobre, inclusive em alimentos frescos, não é uma dieta
2723 que contempla, de certa forma, embora os nutricionistas sempre defendam muito,
2724 mas você vê que não é uma alimentação adequada e que não é permitido também
2725 a entrada de comida de panela, dessas comidas de casa, que acho que é importante
2726 também ressaltar a importância no processo de ressocialização, que é o nosso
2727 marco legal, da presença da família, da afetividade, da pessoa realmente dar valor
2728 a coisas, porque as pessoas que não têm o que perder têm mais tendência a entrar
2729 por caminhos que não são muito bons mas, para as pessoas que estão ali com o
2730 seu vínculo familiar, que têm a sua família ali do lado, a coisa já muda um pouco de
2731 figura. Então, às vezes, parece uma besteira, certamente, profissionais da
2732 segurança também dizem que isso é uma besteira, que isso é periclita, mas isso é
2733 uma coisa importante. Aqui, na Colônia Penal de Simões Filho, eles também têm
2734 muitas células que... Por favor Débora, mudar por gentileza. Coloquei a foto dessa
2735 gambiarra, porque do lado de cá vemos um bocal de luz, muitas celas, eles dormem
2736 no escuro porque não têm lâmpadas, as fiações são todas expostas, também
2737 pendentes de reformas, situação muito precária também, de uma forma geral, na
2738 Colônia Penal de Simões Filho. Conjunto Penal de Feira de Santana, maior unidade
2739 do Estado, mais de 1.700 pessoas. Conjunto Penal de Feira de Santana, mais de
2740 1.700 pessoas com superlotação. Dessas 1.700 pessoas, nós temos
2741 aproximadamente 50 mulheres no meio de um mar de 1.600 homens, por aí vocês
2742 já tiram os direitos dessas mulheres sempre sendo deixadas de lado, isso não é um
2743 tema novo aqui no comitê, a gente sempre pauta essa questão das unidades mistas.
2744 Poucas vagas de escolarização em trabalho, um percentual insignificante de
2745 pessoas privadas de liberdade estão trabalhando na unidade. Ações violentas
2746 externas de grupos táticos frequentes, quando a gente chegou lá, eles não deixaram
2747 a gente entrar no pavilhão 7. Por quê? Porque tinha havido uma ação da GEOP no
2748 dia anterior, estava todo mundo quebrado lá e eles não deixaram a gente entrar,
2749 alegando como sempre, questões de segurança. Queria destacar também... É uma
2750 bomba relógio aquela unidade. Por quê? 13 profissionais da segurança para um

2751 total de 1.700 pessoas, isso periclita tanto a vida dos presos como a vida dos
2752 profissionais de segurança, a gente tem um parâmetro que é, no mínimo de um
2753 segurança para cinco pessoas privadas de liberdade. E o Conjunto Penal de Feira
2754 de Santana está muito distante dessa perspectiva, inclusive impactando. É um lugar
2755 enorme. É um lugar que você demora de chegar, é um campo enorme com diversos
2756 pavilhões, são oito pavilhões enormes também, você demora de chegar de um lado
2757 para o outro, é quase uma minicidade. Não tem também aquela velha história da
2758 falta de escolta para atendimento de saúde e psicossociais, muita gente sem
2759 atendimento para doenças tratáveis e, violação de direitos específicos da população
2760 feminina e LGBT e mais. A situação da população feminina pequena, diminuta
2761 nesse conjunto penal é o seguinte, não tem direito a entrar um shampoo, não tem
2762 direito a entrar um condicionador, não tem direito a entrar uma foto de família, não
2763 tem direito a entrar um esmalte. Acredito que devemos entender a dignidade da
2764 pessoa humana como uma coisa que, para um homem cis vai ser uma coisa, para
2765 uma mulher trans vai ser outra coisa, para uma mulher cis vai ser outra coisa e,
2766 temos que abarcar essas especificidades que se comunicam com a dignidade da
2767 pessoa humana na nossa análise, então você tem uma unidade onde não deixa um
2768 shampoo entrar para a mulher lavar o cabelo, isso é uma coisa que se comunica
2769 com a violação da dignidade dela. Aqui é uma foto do CISCOPEN. O CISCOPEN
2770 tem aquela estrutura nova, onde se controla todas as coisas por cima, inclusive o
2771 CISCOPEN é uma mistura de triagem, com seguro, com transferência, com seguro
2772 de artigo, onde ocorre o problema é lá, porque lá eles ficam privados de assistência
2773 material, sofrem tortura, são colocados em celas que caberiam duas pessoas, nove
2774 pessoas tendo celas ociosas, é uma coisa bem no sentido de praticar a tortura
2775 mesmo. A gente não colocou isso no relatório porque não quer terceirizar a
2776 responsabilidade do Estado com relação ao cometimento de tortura mas por
2777 exemplo, tem presos que são convidados pela polícia a bater em outros em
2778 situações de espancamento, inclusive usando armamento, lá no CISCOPEN, em
2779 Conjunto Penal de Feira de Santana. E aqui é uma spark, mais tarde a gente vai
2780 ver um vídeo que mexe com a nossa humanidade em que está sendo usada para
2781 torturar e matar uma pessoa. Não foi nessa unidade, mas a gente encontrou essa

2782 arma, essa arma é uma spark, uma arma de eletrochoque que, segundo o Manual
2783 de Armamentos Menos Letais da Ômega Research, em parceria com a ONU, não
2784 tem nenhum uso legítimo na privação de liberdade, sobretudo no seu uso sem o
2785 disparo dos eletrodos. Não deu para entender o que eu falei. O que eu estou
2786 querendo falar é o seguinte, essa arma pode ser usada de duas formas, ela é usada
2787 tanto direto na pessoa para dar o choque como ela está ali longe e eu vou e atiro
2788 nela e os eletrodos pegam nela. A pessoa quando pega o choque, cai de todo jeito,
2789 ela cai de cara, pode sofrer um traumatismo, então a gente sempre recomenda que
2790 essa arma não esteja na privação de liberdade porque ela propicia o cometimento
2791 de tortura. Nós estamos no esforço da prevenção da tortura, então essa arma não
2792 deve estar na privação de liberdade. Cadeia Pública de Salvador, unidades para
2793 reclusos provisórios, dificuldade de acesso à água, esgoto a céu aberto com
2794 presença de animais vetores, aquela foto que a gente já viu. Vasilhas de plástico
2795 mal higienizadas para comportar o alimento, isso em todas as unidades prisioneiras
2796 que a gente foi. Revista vexatórias, também. Pedidos de socorro são recebidos com
2797 violência, você pede um atendimento médico porque está passando mal e você é
2798 espancado, uso excessivo de spray de pimenta, também. A gente tem uma comida
2799 bem suspeita. E também uma marca de uso de algema, apertaram demais a
2800 algema, a algema é sendo usada fora dos padrões, das balizas estabelecidas pela
2801 jurisprudência. Conjunto penal de Lauro de Freitas, a cogestão que a gente estava
2802 conversando hoje mais cedo sobre os problemas da privatização do sistema
2803 prisional, é um semiaberto. Cogestão, se não me engano, com a Socializa,
2804 empresa. A unidade foi concebida para um regime mais gravoso mas porém, é
2805 usada para o semiaberto, ela tem uma estrutura bem fechada, que não é adequada
2806 para um regime menos gravoso, que é o semiaberto. Durante o ano de 2022, houve
2807 intervenção da PM todos os meses, todos os meses o batalhão de guardas e o
2808 choque entrou no conjunto penal de Lauro de Freitas. Eu sou ponto focal da Bahia.
2809 Recebi muitas denúncias no ano passado sobre essas ações, espancavam muito
2810 as pessoas, recolhiam lençóis, recolhiam baldes, jogavam tudo fora. Recebi os
2811 vídeos de tudo sendo jogado fora durante essas intervenções da PM, em parceria
2812 com a GEOP, que é a tropa tática da Polícia Penal. Profissionais terceirizados da

2813 socializa sem conhecimento de protocolos, perguntamos quais são os protocolos
2814 que balizam as ações deles, eles não souberam informar nenhum. Também a
2815 presença de insetos vetores, nenhuma providência foi tomada, lá tem muitos
2816 mosquitos, é uma área de mata, também não há um cuidado com relação a isso e,
2817 há também uma história de granadas de advertência para deflagrar revistas, você
2818 não tem uma situação de motim, você não tem uma situação de rebelião, as
2819 pessoas estão no pátio normalmente e, e aí eles vão deflagrar a operação, então
2820 jogam uma granada fumígena em cima de todo mundo, se tiver pessoa deficiente,
2821 não é poupado, pessoa cadeirante, muitas vezes outras pessoas presas têm que ir
2822 lá socorrer o cadeirante para ele sair do meio. É uma coisa totalmente defesa. Ou
2823 tiros de advertência ou granadas de advertência, porque isso é uma violência
2824 gratuita. Também aquela história, exercício de função privativa da Polícia Penal por
2825 agentes de segurança terceirizados com uso de armamento menos letal. Não sei
2826 como uma pessoa pode, ao mesmo tempo, defender a privatização do sistema
2827 prisional e, ao mesmo tempo, defender os direitos da categoria dos policiais penais,
2828 que são duas coisas que não se coadunam. Pessoas com deficiência não são
2829 poupadas da brutalidade policial. Ausência de instrumento administrativo em
2830 delimitar atribuições de tropas táticas. Procurei, fui atrás, não tem nada, uma linha
2831 que fale do Estatuto Administrativo da GEOP, que é o Grupo de Operações Táticas
2832 da Polícia Penal, não tem uma linha, uma baliza para as atribuições, quando eles
2833 vão atuar, se eles vão atuar. É uma coisa que carece muito de balizas, essa atuação
2834 dessas tropas táticas. Só complementando o que já falei de manhã. Pode passar,
2835 por favor? A privatização do sistema penitenciário remonta à década de 1980, nos
2836 Estados Unidos, modelo de política neoliberal. O governo federal dos EUA vem
2837 sinalizando uma mudança de postura a partir de 2016, dizendo que deixará de usar
2838 prisões privadas para custodiar presos federais por analisarem que os
2839 estabelecimentos geridos por essas empresas não apresentam redução
2840 significativa de custos e não oferecem o mesmo nível de serviços correccionais,
2841 programas e recursos, é uma coisa que não se justifica. Essas imagens, cela de
2842 reflexão. O isolamento de Lauro de Freitas. Um nojo. As pessoas não tinham direito
2843 nem a um balde para colocar água, tinham que armazenar água dentro de um saco

2844 plástico para beber, ficavam nuas. Quando a gente chegou lá, eles correram para
2845 passar um pano, o chão estava molhado, quando a gente chegou, eles correram
2846 para limpar, fedendo. Botaram roupas para eles, mas eles estavam nus, estavam
2847 no escuro, falaram com a gente dizendo que sofreram espancamentos, estavam
2848 com marcas, nessa chamada cela de reflexão, que é um nome bem fofo para um
2849 lugar onde acontece tortura sistemática e isolamento indefinido, que também é
2850 defeso pela lei. Vou ler rapidamente esse documento do conjunto penal de Lauro
2851 de Freitas, onde eles registram que fez-se necessária a aplicação de elemento
2852 químico de baixa letalidade por parte dessa coordenação de segurança vindo a ser
2853 empregada uma granada fumígena e uma granada fumígena lacrimogênea, apenas
2854 para deflagrar a operação sem ter acontecido nada. E, finalmente, as
2855 recomendações que a gente gostaria que vocês tivessem mais atenção, não
2856 dispensando a leitura das outras. Seja desativada a unidade prisional da colônia
2857 penal de Simões Filho, em virtude do risco de vida que se impõe aos privados de
2858 liberdade, por falta de condições de evasão em caso de acidente com a dutovia
2859 petroquímica, funcionando o estabelecimento em desconformidade com as
2860 cláusulas impostas pelo tempo e ajustamento de conduta do MP Bahia, que se vede
2861 também o uso de armamentos menos letais que não são adequados para ambientes
2862 confinados, são recomendações para o governo do estado da Bahia, que se
2863 determine por meio de ato normativo cabível a obrigatoriedade do uso de câmaras
2864 corporais nos uniformes dos policiais penais, pelas razões que a gente já conhece.
2865 Recomendações para a ALBA, Assembleia Legislativa Estadual, criar o Sistema
2866 Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, de acordo com as bases do Sistema
2867 Nacional, de acordo com as bases do OP -CAT e da própria Convenção, que seja
2868 ditado a norma legal com o intuito de proibir a revista vexatória tanto no sistema
2869 socioeducativo e também no sistema prisional do estado. Já temos precedentes,
2870 por exemplo, em Pernambuco, é proibida a revista vexatória no âmbito do sistema
2871 prisional. Algumas recomendações que destacamos para a CEAP, que sejam
2872 implantados ou ampliados programas colaborativos para a produção de hortaliças
2873 e leguminosas, bem como insumos, vassouras e fardas, pensando na melhoria da
2874 alimentação da população privada de liberdade, certo? E também na

2875 implementação de um contrato que eles têm com uma certa empresa, das diversas
2876 empresas, que fala justamente isso, e que a gente não observou essa situação.
2877 Proibição de revista geral, feitas por policiais homens no conjunto penal feminino,
2878 devido às violações detectadas. Implementação do PNAISP, que nós não
2879 encontramos essa implementação, pedimos também ao Ministério Público que atue
2880 nisso. Que seja realizada a busca ativa pelas equipes de saúde, que as equipes de
2881 saúde vão aos pavilhões para ver se tem alguém necessitando de um atendimento
2882 emergencial, isso é muito importante, os profissionais da saúde também poderiam
2883 ajudar com relação a essa recomendação. A questão também da assistência social
2884 com relação às mulheres e os homens também que precisam regularizar a situação
2885 do seu auxílio alimentar. Coibir a questão dos disparos de advertência, granadas de
2886 advertência, que é um ato muito violador. E que sejam realizadas fiscalizações nos
2887 contratos de alimentação, porque nós encontramos diversos indícios de violação de
2888 contrato. E aqui para o MP também a observância do PNAISP, implementação do
2889 PNAISP, que o MP fiscalize a implementação do PNAISP e promova ela e, que seja
2890 também realizada a investigação de óbitos sucedidos no sistema prisional de acordo
2891 com os parâmetros estabelecidos no protocolo de Istambul, vou dar só um exemplo,
2892 uma pessoa que morreu na unidade prisional do Conjunto Penal do Lauro de
2893 Freitas. Qual gestão? O documento que eles me mandaram só tinha o nome da
2894 pessoa, o documento não tinha data, não tinha data do óbito, não tinha documentos
2895 anexos, não tinha nenhuma informação sobre a pessoa e sobre as condições da
2896 morte dela, só tinha o nome da pessoa. Nós não podemos mais deixar esse tipo de
2897 situação acontecer. A gente costuma dizer no mecanismo que uma topada na
2898 privação da liberdade não é uma topada, a gente precisa de investigação, de
2899 atuação do Ministério Público e precisa também de um serviço forense
2900 independente, que já é uma discussão maior, mas é muito necessária e, da
2901 implantação também do protocolo de Istambul. E é isso, gente.

2902 **Interlocutora não identificada** - Queria agradecer a apresentação das Camilas e
2903 também parabenizar o trabalho de vocês e todo o relatório, as recomendações. Eu
2904 vou passar a palavra para quem quiser falar, pode se pronunciar, e aí eu passo a
2905 palavra. Eu queria fazer uma pergunta para vocês. Vocês mandaram essas

2906 recomendações todas, foi de novembro o relatório, é isso? Eu queria saber se teve
2907 resposta.

2908 **Interlocutora não identificada** - Não, o relatório foi enviado semana passada.

2909 **Interlocutora não identificada** - Mas vocês não enviaram nenhuma recomendação
2910 logo direto na sequência?

2911 **Interlocutora não identificada** - Não, a gente fez recomendações expressas. Eu
2912 tenho um catatal de ofícios que eu mandei para a CEAP, não só com relação às
2913 inspeções, mas de coisas que eles dão recebido e não dão nenhuma informação.
2914 Então, é um desrespeito completo com o nosso trabalho, quando a gente for
2915 apresentar o relatório lá, eu vou dialogar com a CEAP com relação a isso, porque
2916 eles não têm nem a decência de responder um email.

2917 **Interlocutora não identificada** - E só para entender aqui, dessas 90
2918 recomendações, agora que vocês publicaram o relatório, vocês já mandaram ofícios
2919 com essas recomendações?

2920 **Interlocutora não identificada** - O relatório tem as recomendações. No ofício, eu
2921 coloquei para as entidades recomendadas que tenham atenção, porque têm
2922 recomendações específicas para os órgãos delas. Agora, esse é o momento de a
2923 gente correr atrás da política para que sejam implementadas, porque muitos órgãos
2924 só tomaram conhecimento dessas recomendações na semana passada. É isso.

2925 **Interlocutora não identificada** - Patrícia?

2926 **Interlocutora não identificada** - Primeiro, duas coisas. Levantei a plaquinha
2927 porque, quando se trata de mulheres no sistema prisional, elas sempre ficam
2928 esquecidas. Acho que a gente tem que conseguir também, talvez aproveitando que
2929 o Senapem faça parte aqui do comitê, uma resolução de não ter unidade mista.
2930 Mulheres não podem ficar no mesmo espaço que homens. Se nós mulheres não
2931 defendermos as mulheres, quem vai defendê-las? Então isso não pode passar
2932 despercebido. Estou falando muito isso porque do meu Estado, a gente já falou
2933 isso e, atualmente a gestora, que é uma mulher da Secretaria do Rio de Janeiro,
2934 colocou uma mulher no Bangu um, uma unidade de RDD que a pessoa fica isolada

2935 365 dias do ano e, nem na gestão de homens não se teve mulher no Bangu um,
2936 isso que o ex-juiz falecido da VEP mandando colocar, os homens que estavam na
2937 gestão bancaram não colocar. E quando tem uma gestão de uma mulher, a primeira
2938 mulher na gestão permite que uma mulher vá para lá, então isso é muito
2939 complicado. Estou fazendo a mesma fala que fiz no comitê do Rio de Janeiro e que
2940 fiz em vários espaços. A gente não pode permitir isso porque se a gente permite, a
2941 gente vai cedendo, a gente vai deixando e as coisas vão acontecendo. A mesma
2942 coisa são adolescentes privados de liberdade, não podem ter homens fazendo
2943 gestão dessas adolescentes, não podem. Então, a gente não pode permitir isso.
2944 Sabe aquelas coisas que são inegociáveis? Essa é uma delas. Então acho que a
2945 gente precisa conversar, esperar ele chegar, que ele deve estar chegando às 16
2946 horas, e acho que a gente precisa conversar isso com ele. Porque é isso. O
2947 Senapem é um antigo DEPEM, mas pode fazer resoluções e dizer, olha gente,
2948 estamos orientando uma nova política, não vamos ter unidade mista. E até porque
2949 coloca recurso então, tem recurso para isso. Então, acho que a gente precisa
2950 condicionar recurso também a isso, uma boa prática. Não colocar mulheres, nem
2951 adolescentes em unidade mista, seria assim, um avanço na boa prática. Uma boa
2952 prática seria um avanço ter isso. Então acho que a gente precisa conversar e
2953 precisa, já que também isso é atribuição do comitê, zelar pelas recomendações, a
2954 gente começar por essas. E essa unidade que o gás adulto passa embaixo, fechar
2955 também, afinal o governo do PT também está lá, estamos no governo do PT, vamos
2956 sair da fala para a prática, então vamos começar a pensar nisso. Vamos aproveitar
2957 que os governadores vêm sempre à Brasília fazer reunião e vamos pedir uma
2958 reunião com os governadores e falar, olha gente, não dá para ser assim, vamos ter
2959 a mudança. É isso.

2960 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Patrícia. Eu vou passar às próximas
2961 falas, mas eu queria que as falas fossem um pouco mais curtas, se possível e,
2962 encaminhativas, porque a gente tem mais um relatório ainda para ser apresentado
2963 e outros pontos de pauta. E tem pessoas que estão online, pelo menos três aqui,
2964 que estou vendo com a mão levantada também. Então, vou passar para o Antônio

2965 e, na sequência, vou passar para a Mauricléia e vou ver a lista das pessoas que
2966 estão online e passar para elas.

2967 **Interlocutor não identificado** - Inicialmente queria elogiar o relatório, acho que foi
2968 muito corajoso e vocês abordaram questões importantes e detectaram situações
2969 muito preocupantes. Eu queria na verdade, fazer uma pergunta que você poderia
2970 me esclarecer, de tudo que você viu nestes complexos penitenciários, se vocês
2971 chegaram a avaliar ou visitar o local que fica o profissional de saúde? Porque nestes
2972 penitenciários tem uma salinha, um consultório, não sei qual nome que eles possam
2973 dar, mas é um local onde tem profissionais de saúde, principalmente profissionais
2974 da enfermagem, um técnico de enfermagem, um auxiliar, um enfermeiro, se vocês
2975 observaram isto, se pudessem relatar para mim aqui, para todo o grupo aqui, se
2976 funciona, conversaram com estes profissionais, qual o trabalho que eles fazem
2977 nestes locais e também as condições que eles estão lá para poder atender os
2978 presos que são submetidos a qualquer problema de saúde, por favor.

2979 **Interlocutora não identificada** - Pode responder, Camila.

2980 **Interlocutora não identificada** - De uma forma geral, a situação dos profissionais
2981 da saúde é uma situação precária, que começa desde o vínculo de trabalho, a gente
2982 não tem carreiras, a gente precisa ter carreiras também. A gente defende, no âmbito
2983 do mecanismo, que hajam carreiras públicas dos profissionais de todas as
2984 categorias profissionais que laboram nas unidades de privação de liberdade, dentre
2985 elas os profissionais da saúde. As instalações onde eles trabalham não são
2986 geralmente adequadas, faltam muitas estruturas. Eles também são terceirizados, a
2987 gente já conhece a precarização do trabalho terceirizado. Outra coisa também,
2988 muitas vezes, não só na Bahia, a gente encontra um quadro de que esses
2989 profissionais não têm, por exemplo, falando da prevenção da tortura, não têm
2990 empoderamento, não têm condições de fazer denúncias de coisas que eles
2991 testemunham, cada vez mais a gente tem a polícia penal como sendo uma categoria
2992 soberana no âmbito da privação de liberdade, então é muito complicado, as vezes,
2993 a gente tem esses fluxos de denúncias em que os profissionais da saúde, por
2994 exemplo, atendem uma pessoa toda machucada, não tem uma denúncia, porque

2995 aquele profissional também está com medo. Então, a gente precisa também, por
2996 exemplo, o COFEM pode ajudar bastante com relação à situação dos profissionais
2997 de saúde no âmbito da privação de liberdade, pode contribuir com a recomendação
2998 da implementação do Penaspe, que a gente não encontra o Penaspe. O Penaspe
2999 já é uma normativa que a gente tem que seguir porém, ele não está implementado
3000 e, se a gente implementar, vai dar melhores condições para os profissionais da
3001 saúde atuarem nesses espaços, que não são espaços fáceis. Acho que é isso. O
3002 nosso método de trabalho é o seguinte, a gente sempre conversa com os
3003 profissionais do setor psicossocial, da saúde, da segurança, do administrativo e com
3004 a direção, a gente não faz inspeção sem conversar com eles.

3005 **Interlocutora não identificada** - Eu vou passar a palavra para a Mauricléia.

3006 **Interlocutora não identificada** - Primeiro agradecer às famílias que fizeram a
3007 apresentação do relatório. Relatório super bom, detalhado e importante nas
3008 recomendações, que vai desde uma coisa que é a discussão do acesso à água. Se
3009 a gente vai em um lugar, as pessoas dizem que você tem que tomar tantos litros d
3010 'água e, de repente, você tem três copos d 'água, é um absurdo isso, pensar para a
3011 questão das pessoas que estão nessa situação. Em relação à questão dos
3012 profissionais, eu acho que a gente precisa conversar com o Antônio para dar uma
3013 conversada porque essa questão sempre aparece, eu acho que a gente pode
3014 pensar inclusive, de juntar outros conselhos, outras coisas, para fazer uma
3015 discussão, porque não tem só o pessoal da enfermagem. O relatório aponta que
3016 tem assistentes sociais, que tem psicólogos, que é uma equipe, então eu acho que
3017 a gente pode pensar em uma estrutura melhor de fazer essa discussão. Uma coisa
3018 que me chama muita atenção no relatório e uma preocupação muito grande e, eu
3019 vou fazer aqui uma defesa do Estado laico, que é isso que é o Estado brasileiro,
3020 porque a Constituição fala isso. O que a gente pode fazer nesse sentido? De uma...
3021 Eu queria que tivesse uma portaria para uma resolução, alguma coisa assim, de
3022 proibição da entrada, já que a gente não vai poder... Porque no Estado laico você
3023 teria a oportunidade de ter todas as religiões lá presentes, se apresentar mas, já
3024 que a população está sobre a responsabilidade do Estado, e o Estado é laico, por

3025 que é que tem uma quantidade tão grande de igrejas entrando nesses espaços? Se
3026 não há nada que proíba essa presença. Eu acho que é uma coisa para a gente
3027 começar também a questionar, vai mexer em vários fatores, desde a gente aqui
3028 como objetivo e subjetivo, mas é uma questão que é sobre a responsabilidade do
3029 Estado que estão essas pessoas e, o Estado é laico.

3030 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Maurecléia. Vou passar para as três
3031 pessoas e vou falar que a sequência que estão online é a Vilma, a Ana Cláudia e,
3032 na sequência, a Camila. Pode falar, Vilma.

3033 **Sra. Vilma (Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura – Pernambuco)**
3034 - Boa tarde, Vilma, do Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura de
3035 Pernambuco. Quero parabenizar pelo excelente trabalho, um relatório muito bem
3036 descrito, mas quero aqui me associar à pessoa que falou, que foi a Patrícia, sobre
3037 a questão das mulheres. Eu acho que a gente precisa no Brasil, tratar essa questão
3038 com maior clareza, até porque somos mulheres. Aqui eu sou uma mulher. E a
3039 questão das mulheres aqui em Pernambuco é muito difícil, eu acho, que em todo o
3040 Brasil, porque nós temos diretoras mulheres e, pasme, Supervisores de Segurança
3041 Homens, para conter mulheres. Gente isso é muito sério, a gente precisa de uma
3042 resolução, a gente precisa de uma força maior, de nos unirmos, no Brasil todo para
3043 tratarmos. Tem que ter uma resolução, tem que ter alguma coisa nesse sentido. A
3044 situação da mulher e da criança, aliás, do socioeducativo, fizemos uma visita já faz
3045 algum tempo, também tinha homens cuidando das adolescentes dentro do sistema
3046 socioeducativo, gente isso é sério, muito sério, acho que é uma prioridade que a
3047 gente não está dando ênfase nesses últimos anos a essa realidade. Parabenizar,
3048 dizer que aqui em Pernambuco, em algumas unidades, ainda não tem, ainda tem
3049 revista de toque, às vezes, e que não tem material mecânico o suficiente para isso.
3050 Só isso por enquanto.

3051 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Vilma. Ana Cláudia.

3052 **Sra. Ana Cáudia (Pastoral Carcerária de Mato Grosso)** - Boa tarde, eu sou Ana
3053 Cláudia, da pastoral carcerária de Mato Grosso, também integrante do CEPET Mato
3054 Grosso, nossa primeira reunião. Muito obrigada pelo convite. Rapidamente, eu

3055 queria pontuar algumas coisas da apresentação de vocês que aliás, um trabalho
3056 maravilhoso, muito bem feito. Aqui em Mato Grosso, nós ainda não temos o
3057 mecanismo, mas nós temos uma força-tarefa de combate à tortura, formada pela
3058 pastoral carcerária, o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública, que foi criada há
3059 dois anos, por causa da grande quantidade de denúncias que nós tínhamos na
3060 época da pandemia. O primeiro ponto que eu queria destacar é a responsabilização
3061 de algumas instituições que deveriam fiscalizar essas unidades. Aqui em Mato
3062 Grosso, a gente percebe que, quando o juiz está presente na unidade, essas
3063 situações graves ficam inibidas. No Ministério Público, a gente não tem tanta
3064 entrada, tanto acesso, mas aqui o Poder Judiciário toma algumas atitudes nesse
3065 sentido. Então, o que eu deixaria para reflexão é, se nós estamos provocando a
3066 questão da corregedoria dessas instituições, que seria o Tribunal de Justiça e o
3067 Ministério Público, que isso é uma ausência institucional quando a gente chega
3068 nesse caos que nós vimos. O segundo ponto é que eu compartilho dessa angústia
3069 com relação às mulheres. Em Mato Grosso, nós não temos unidades mistas, mas
3070 nós estamos há mais de 10 anos falando para o sistema prisional de por que nas
3071 unidades femininas nós temos homens. Aqui em Cuiabá é mais normalizado,
3072 porque tem várias instituições que fiscalizam, mas no interior eles inclusive
3073 gerenciam. E por fim, com relação ao ponto que foi colocado pela colega sobre a
3074 assistência religiosa, eu gostaria de lembrar que assistência religiosa é protegida
3075 pela lei, ela é protegida pela Constituição, essas pessoas estão privadas de
3076 liberdade, não do exercício da sua religiosidade. Eu compreendo que hoje
3077 lamentavelmente, muitas igrejas têm adentrado o sistema prisional para explorar
3078 essas pessoas, mas nós precisamos combater aquilo que é irregular e não restringir
3079 o direito à assistência religiosa que essas pessoas têm. Lembrando que a pastoral
3080 carcerária é uma entidade da igreja católica, é uma entidade religiosa, mas que
3081 também tem o seu papel dentro do combate à tortura. Muito obrigada.

3082 **Interlocutora não identificada** - Queria responder sobre isso, basicamente?

3083 **Interlocutora não identificada** - Eu queria comentar porque é um tema um pouco
3084 delicado e que envolve o direito à assistência religiosa da pessoa privada de

3085 liberdade. A assistência religiosa é um direito público, e o proselitismo religioso é
3086 um interesse privado, então nós temos que primeiramente, fazer essa distinção,
3087 aqui a gente não quer proibir nenhuma denominação religiosa de adentrar a
3088 privação de liberdade, mas como vai ser feita essa atividade, com que pessoas,
3089 com que objetivos, tudo isso a gente tem que acompanhar de perto, para que a
3090 privação de liberdade não seja um celeiro de conversão religiosa, porque aliás o
3091 Estado laico é uma estrutura, a laicidade do Estado é uma estrutura que existe
3092 justamente para defender as chamadas minorias culturais, de toda essa história que
3093 a gente tem de imposição cultural no nosso país, então nós temos que fazer um
3094 debate a partir disso, a partir de uma distinção fundamental entre aquilo que é um
3095 direito e aquilo que é um interesse privado de uma determinada denominação
3096 religiosa. A gente tem que ter assistência religiosa, mas que não seja para
3097 proselitismo religioso.

3098 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Camila. Vou passar para a Camila
3099 Portela.

3100 **Sra. Camila Portela (Superintendente de Combate à Violência Institucional da**
3101 **Secretária de Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão)** - Boa
3102 tarde a todos e todas, eu me chamo Camila Portela, sou superintendente de
3103 combate à violência institucional da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e
3104 Participação Popular do Estado do Maranhão. A gente estava tendo uma discussão
3105 no Conselho Pentenciário, na sexta feira, justamente no Conselho Pentenciário do
3106 Estado, justamente sobre as unidades mistas e, por sorte nossa, atualmente o
3107 presidente que vai ser empossado no dia 12 do CNPCP é o doutor Douglas, que é
3108 conselheiro do Conselho Pentenciário. E penso que a colocação da Patrícia sobre
3109 o CENAPEM definir normativas sobre as unidades mistas, eu acho que a gente tem
3110 que provocar o CNPCP, primeiro para fortalecer esse órgão que estava um pouco
3111 tímido nesses últimos anos e porque é o órgão, eu penso, que é o órgão chave para
3112 fazer esse tipo de resolução, de proibição de unidades mistas, aqui no Maranhão a
3113 gente está tendo uma experiência que está sendo desafiadora, a gente está
3114 acabando com as nossas unidades mistas e transferindo essas mulheres para as

3115 nossas vagas ociosas nos presídios femininos. Tivemos a nossa unidade mista de
3116 Timon desativada, todas as mulheres vieram para cá, que foram 51 mulheres,
3117 vieram para cá e aqui no presídio feminino em São Luís elas estão tendo maior
3118 acesso a frentes e a gente está tentando solucionar, diminuir os... Olá, Rafael, tudo
3119 bom, querido? E pergunto também para a Camila sobre o Conselho Penitenciário
3120 do Estado da Bahia e do Conselho, a Comissão do Sinase, no caso do
3121 socioeducativo, onde é que estão esses órgãos? E fazendo também um
3122 apontamento sobre a fala da Ana Cláudia, as inspeções judiciais elas são uma
3123 obrigação do juiz da execução, ele tem que fazer, e como é que está nesse sentido,
3124 as demandas da Corregedoria sobre a falta de presença desse juiz dentro das
3125 unidades, porque o relato apresentado por vocês é extremamente preocupante, é
3126 violação em cima de violação, gravíssimas violações de direitos humanos contra
3127 essas pessoas privadas de liberdade no Estado da Bahia. Muito obrigada gente, era
3128 só isso.

3129 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Camila. Você quer responder?

3130 **Interlocutora não identificada** - Eu queria responder o seguinte, a gente fez uma
3131 recomendação ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e ao GMF também, que
3132 implemente os conselhos da comunidade nas VEPs que ainda faltam implementar,
3133 que a atividade do Conselho da Comunidade é extremamente importante para a
3134 gente estar acompanhando esse dia a dia do sistema prisional. Com relação ao,
3135 qual foi o outro questionamento mesmo? Desculpa. O Conselho Penitenciário, eu
3136 officiei diversas vezes o Conselho Penitenciário da Bahia, não obtive resposta com
3137 relação a diversas situações, então, não conheço a atuação deles, se eles têm
3138 alguma atuação mas pelo menos meus ofícios, não responderam, sabe, Camila? E
3139 é isso.

3140 **Interlocutora não identificada** – Obrigada, Camila. Eu vou passar para Matheus e
3141 Patrícia, e também, na sequência, a Maria Clara, o Rafael também levantou a
3142 plaquinha dele. Irei pensando nas falas, mas com encaminhamentos também,
3143 porque é uma questão de tempo.

3144 **Interlocutora não identificada** - Sobre a assistência religiosa, para as igrejas são
3145 mais fáceis porque assim, vou falar do meu estado, Rio de Janeiro, a matriz africana
3146 para entrar tem toda uma burocracia. Às vezes, não está escrito que não pode
3147 entrar, mas a burocracia é tanta que isso acaba esmolendo as pessoas. Você
3148 não pode entrar com uma guia, você não pode entrar com turbante, por exemplo,
3149 no Rio de Janeiro, pode entrar com turbante. A Casa do Perdão faz assistência
3150 religiosa nas unidades, mas isso é uma prática nova, não é uma prática muito
3151 antiga. Porque às vezes a dificuldade, a burocracia, acaba não levando as pessoas
3152 a quererem, por isso que as igrejas estão mais dentro das unidades, por isso que a
3153 igreja universal, e aí eu falo da universal, ela é uma igreja frequente em todas as
3154 unidades prisionais do Brasil, inclusive eles têm um grupamento para unidades
3155 prisionais, então tem essa questão também, por exemplo, no Rio de Janeiro assim
3156 que eles começaram, eles colocaram um símbolo da universal, inclusive, queriam
3157 doar o informe com o símbolo da universal, a gente falou, o estado é laico não pode
3158 ter o símbolo da universal. Eles reformaram as igrejas e a gente falou, todo mundo
3159 tem que utilizar o espaço da igreja, o estado é laico. E aí, o Ministério Público do
3160 Rio de Janeiro, a CEAP do Rio de Janeiro, entendeu que o estado era laico, então
3161 é todo mundo utilizando o espaço. Mas, onde as pessoas não entendem que o
3162 estado é laico, e aí as pessoas colocam a sua fé acima do trabalho porque assim,
3163 a pessoa pode ser evangélica e aí ela tem uma crença religiosa, mas essa crença
3164 religiosa não pode estar acima do trabalho dela, ela tem que saber separar onde é
3165 o espaço de culto dela e onde é o trabalho dela. Então, esse é o maior problema.
3166 Muitas direções também são pessoas evangélicas fervorosas e aí acabam
3167 colocando o seu posicionamento, porque as pessoas não conseguem separar o que
3168 é a sua religião do que é o seu trabalho.

3169 **Interlocutor não identificado** - Primeiramente Camilas, eu não sei quem mais
3170 esteve nessa missão, mas Carol também, parabéns pelo trabalho. Por exemplo, eu
3171 ia falar do Caio, mas ele não está aqui. Mas, enfim, as pessoas que estavam nas
3172 sugestões anteriores, eu sempre digo isso, mas esse é o momento principal da
3173 razão de ser do comitê, do mecanismo. Acho que quando vem um debate como
3174 esse, tem tantos debates que também têm que ser feitos, administrativos e políticas

3175 enfim, mas esse acho que é a principal razão de ser desses órgãos de Estado.
3176 Rapidamente aqui, acho que tenho uma preocupação com o tempo, em relação aos
3177 adolescentes, me chama muito a atenção também a questão dos exercícios virtuais,
3178 que é o tema que a gente tem trazido aqui, não só de custódios, mas de plenários
3179 e instruções, a Mauricleia falou a questão da água, a Convenção de Genebra, do
3180 prisioneiro de guerra, fala que o prisioneiro de guerra e não da democracia tem que
3181 ter água, e a revista Vechatória também enfim, são dezenas, mas esses três me
3182 chamaram bastante a atenção. Em relação ao presídio feminino, a revista por
3183 homens também, surreal. O do Simões Filho, a questão da dutovia também, acho
3184 que a gente tem que tentar mesmo, o ideal seria um Ministério Público, talvez que
3185 tenha esse taque, também posso fazer alguma coisa. E de Lauro de Freitas, volta
3186 a questão da privatização, a questão das granadas, acho que é uma série de
3187 castigo, aquela que chamaram de reflexão, também em São Paulo, tem até um HC
3188 coletivo que a gente conseguiu lá em São Paulo, que vale para o Brasil inteiro, que
3189 é ter banho de sol no castigo e no seguro, mas a gente vê vários lugares onde além
3190 de não ter, tem essa situação ainda, que é bem catastrófica. Em relação às
3191 granadas, não é só na Bahia, tem um relatório de Praia Grande, uma cidade do
3192 litoral de São Paulo, em que os agentes do GIRA, o grupo de intervenção rápida,
3193 falaram que quando eles iam começar a fazer a revista nas celas, eles jogavam uma
3194 granada só para dizer que estavam entrando no raio, enfim você não tem nem o
3195 que dizer em relação a isso. Qualquer mínimo protocolo, ainda que você considere
3196 legítimo o uso da força pelo Estado, mas enfim, qualquer mínimo protocolo, se não
3197 fosse trágico, seria engraçado, seria cômico. E aí, acho que um pouco além do que
3198 a Sofia traz da questão do tempo e das deliberações, fico pensando o que a gente
3199 poderia fazer aqui, enfim queria compartilhar o mecanismo que eu comentei em
3200 relação à Bahia, vocês acham que é aguardar, porque foram recentes os ofícios,
3201 que seria aguardar algum tempo, já para a próxima R.O, que será daqui a dois
3202 meses, convocar alguns dos órgãos de lá, convocar não, convidar, a gente não pode
3203 convocar, enfim, convidar, seja a CEAP, a Defensoria, o Ministério Público, que,
3204 inclusive, tem o TAC em relação aqui. Fico pensando o que a gente poderia aqui,
3205 enquanto comitê, deliberar a respeito e, eventualmente, encaminhar um ofício

3206 reforçando o que o mecanismo já trouxe no relatório, enfim fico meio preocupado
3207 aqui, às vezes meio sem saber quais seriam mesmo as decisões que a gente
3208 poderia fazer enquanto comitê. E uma fala que acho que foi da Patrícia e também
3209 de outras pessoas no sentido de unidades femininas, com homens etc., eu não sei
3210 se a gente poderia, algumas pessoas se responsabilizar aqui de tentar escrever
3211 uma recomendação para a gente trazer para a próxima R.O., é algo também que
3212 eu deixo aqui como reflexão pessoal. É mais ou menos isso. Obrigado.

3213 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Matheus. Você quer? Pode falar
3214 comigo. Depois o Rafael, eu passo a palavra para você. Eu acho que é só lembrar
3215 aqui que a gente estava, no primeiro ponto, criando as comissões, que são as
3216 comissões permanentes, e uma delas é das mulheres então, talvez nessa comissão
3217 permanente, a gente possa elencar esses temas aqui que foram tratados e também
3218 pensando na perspectiva das revistas que falaram do socioeducativo, das revistas
3219 íntimas e vexatórias, também nas familiares das pessoas presas que fazem visitas
3220 no socioeducativo. A gente está no STF discutindo essa questão, mas tratar
3221 especificamente do socioeducativo, que muitas vezes não é tratado. E aí, eu já vou
3222 passar a palavra, só queria falar que me chama muito a atenção a questão de não
3223 ter um protocolo para a ação da força tática. E aí, em São Paulo, o Matheus também
3224 pode falar, que o GIR também é super difícil, foi super difícil a gente entender, até
3225 achar a resolução que tinha, o modo de operação da força tática, então eu acho que
3226 isso é algo que eu não sei se vai vir uma resposta ou não, mas é algo que a gente
3227 precisa reforçar, porque eles precisam de uma baliza, que ainda que a gente
3228 discorde, precisa de uma baliza de como essas forças táticas têm operado dentro
3229 do sistema prisional e, elas têm que ter uma resolução de funcionamento, ainda que
3230 a gente possa discutir a constitucionalidade ou inconstitucionalidade desses grupos,
3231 eles têm que ter algum tipo de resolução que delimitem, ao menos o trabalho que
3232 eles exercem. Eu vou passar a palavra para a Maria Clara, depois para o Rafael e
3233 para a Pagu. Tudo bem, aqui a gente está fazendo uma ordem, mas se você quiser
3234 falar em relação a isso, pode falar, fique à vontade. Não, não, não, não é questão
3235 da plaquinha, não. Eu só estava observando a ordem das pessoas, mas se você
3236 quiser falar algo específico em relação a ele, fique à vontade. Pode falar.

3237 **Interlocutora não identificada** - Vou ser rápida também porque na verdade boa
3238 parte era já sobre esses encaminhamentos que a Sofia sugeriu. Eu ia dizer
3239 justamente isso, que eu acho que sobre essa resolução da proibição das unidades
3240 mistas é uma tarefa para o GT, sobre as mulheres no sistema prisional, já fazer
3241 essa minuta e tentar articular isso, se realmente for possível fazer em conjunto com
3242 o Senapen. Eles estavam aqui, aí eu não sei se saíram. Ótimo. Então, eu acho que
3243 já poderia ser como encaminhamento, Rafael, de repente, de o GT apresentar para
3244 vocês essa proposta de resolução. Rafael? Acho que seria ótimo também em
3245 conjunto com o CNPCP, mas aí depende também do nível de articulação que a
3246 gente conseguir com eles, acho que se não conseguir, inclusive não com o
3247 Senapen, eu acho que a gente tem que começar a aprovar resoluções pelo próprio
3248 CNPCP mesmo. Então, a gente pode seguir esse fluxo, tentar com o Senapen,
3249 tentar com o CNPCP, se não, fazemos por nós e, a proposta vem do GT de
3250 mulheres. Em relação ao socioeducativo, também ia fazer essa sugestão, é sobre
3251 unidades em desacordo com os parâmetros do Sinase. Eu acho que não é a única,
3252 é um problema sistemático, e eu acho que pode ser uma tarefa do GT fazer esse
3253 mapeamento, junto com o mecanismo e outras organizações que trabalham com
3254 isso, fazer o mapeamento dessas unidades para fazer uma recomendação como
3255 um todo do fechamento dessas unidades, que eu acho que tem essa que vocês
3256 falaram e outras que a gente conhece, que também se encontram nessa situação,
3257 então pode ser uma incidência mais sistemática, do ponto de vista da atuação do
3258 Comitê Nacional. Eu acho que é necessário também entrar nessas tarefas do
3259 Comitê e a gente ter resolução sobre a questão do uso de armamentos menos letais
3260 e sobre os grupos de atuação tática. Nós vamos ter uma aprovação de resolução
3261 sobre o uso de câmeras nesses grupos, mas eu acho que envolve essa questão da
3262 ausência dos protocolos, ou quando existem, como que eles são aplicados, eu acho
3263 que isso é uma coisa que o Comitê deve se debruçar ao longo desse ano, a
3264 regulamentação desses grupos, a cobrança dos protocolos, e seria muito
3265 importante que os representantes do Ministério da Justiça aqui pudessem se
3266 engajar nesse tipo de discussão, porque realmente é muito sério, é um dos
3267 principais focos de tortura que nós temos identificado. E é isso. Eu queria só ver

3268 também como que a gente pode ajudar a pressionar sobre a criação da lei do
3269 sistema estadual para além do que vocês já fizeram, se tem algum tipo de
3270 articulação política, é isso que o Mateus propôs de convocar alguma autoridade,
3271 talvez na próxima reunião, algo nesse sentido que a gente consiga impulsionar a
3272 criação da lei, já que já tem uma minuta que foi apresentada.

3273 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Maria Clara. Rafael, e depois a Pagu.

3274 **Interlocutor não identificado** - Obrigado. Doutora Camila Portela, boa tarde. Minha
3275 colega de Comitê Estadual de Combate à Tortura, muito satisfeito em vê-la bem. E
3276 conselheira penitenciária também. É um conselho penitenciário especialmente
3277 atuante do Maranhão. Acho que a gente poderia reproduzir a metodologia de
3278 trabalho deles em outros estados, seria essa recomendação, para que a gente
3279 possa construir essa recomendação em comum, observar os protocolos de atuação
3280 de lá, são bem presentes, bem atuantes, com atribuições bem definidas e, é mais
3281 um regionalmente falando, dentro... Vai dar certo. Melhorou? Melhor? Então das
3282 ferramentas regionais que a gente tem para a atuação de controle e fiscalização
3283 das unidades prisionais, o perfil multiprofissional dos conselhos penitenciários é
3284 essencial, no Maranhão, por exemplo, participam juízes, promotores e defensores
3285 públicos do Estado, da União, advogados, Secretaria da Mulher, Secretaria de
3286 Direitos Humanos do próprio sistema penitenciário, Conselhos Regionais de
3287 Psicologia,

3288 Assistência Social, eu vou estar esquecendo alguém, com toda certeza. Mas acaba
3289 dando uma força de atuação muito grande para o conselho penitenciário, é uma
3290 formatação muito boa, eu acho que os estados deveriam reproduzir isso, tornando
3291 os conselhos penitenciários mais técnicos e menos como uma escada política.
3292 Então, se a gente puder construir isso juntos, seria bem interessante. Sobre o
3293 Estado da Bahia, eu estive no primeiro estado que eu visitei, o primeiro governador
3294 com quem eu estive foi o governador Jerônimo, exatamente para desmistificar uma
3295 questão que é bem importante para o Estado da Bahia, que é a construção da
3296 polícia penal do Estado, eles ainda são agentes penitenciários, não têm uma lei. Ele
3297 se tinha no Estado, que era uma pauta de direita e não é, basta lembrar que quem

3298 criou o sistema penitenciário federal foi o nosso presidente Lula, na primeira
3299 passagem dele. E exatamente para a gente poder regular isso, ter isso mais
3300 consolidado, quanto mais norma, quanto mais clareza em relação às
3301 regulamentações das atuações dos profissionais dentro do sistema penitenciário,
3302 menos volatilização das atividades ali dentro, mais certeza, mais clareza a gente
3303 tem. Algumas questões a gente já está tratando, acho que é para além da Bahia, a
3304 primeira dela é em relação às unidades mistas, já existe uma recomendação
3305 objetiva para que os Estados desmobilizem as unidades mistas para ter ou unidade
3306 feminina ou unidade masculina. A unidade mista não é benéfica ao sistema
3307 penitenciário, não é benéfica aos servidores, não é benéfica aos presos, não é
3308 benéfica aos visitantes, você tem uma série de violações que acabam acontecendo
3309 em razão da existência de unidades mistas, você não pode compartilhar
3310 determinados ambientes e, as unidades prisionárias são por demais compactas
3311 então, isso acaba atrapalhando toda a gerência de atividades necessárias de
3312 atendimento e, mesmo as assistências que são elencadas na lei de execução penal,
3313 elas acabam acontecendo de forma deficitária em razão muito do fato de haver
3314 público diferente ali dentro e, acaba sempre prevalecendo um por sobre o outro. E
3315 não basta dizer que, normalmente as mulheres acabam prejudicadas nessa soma.
3316 Então a gente é contrário, já existe um posicionamento do CNJ em relação a isso,
3317 existe um posicionamento da secretaria. A gente está reforçando, inclusive, as notas
3318 técnicas, renovando elas de algumas situações, não só dessa, essa é importante
3319 também para a gente poder estar trabalhando se for necessário, podemos fazer de
3320 forma conjunta, eu acho até interessante, acho que empodera bastante o comitê, o
3321 fato de a gente estar abraçando isso, podendo construir isso junto e encaminhando
3322 para os estados em relação à fiscalização, controle. Eu saí exatamente daqui
3323 porque eu tinha uma série de pequenos trabalhos, algumas entrevistas, algumas
3324 consultas públicas que eu tive que responder, exatamente em relação a alguns
3325 planejamentos. Bastante pelo ataque de um dos maiores problemas que a gente
3326 tem hoje dentro do sistema penitenciário nos estados, mesmo daqueles mais
3327 organizados, às vezes pontualmente acontece, nos que são menos organizados,
3328 claro, acontece de forma um pouco mais ampla, que é o caso da tortura e dos maus

3329 tratos. Temos um planejamento objetivo em relação a isso, já conversamos
3330 bastante, inclusive com o Ministério de Direitos Humanos, a gente trabalha
3331 atualmente em um plano comum para poder tratar, e ao qual eu convido o conselho,
3332 o mecanismo está dialogando com a gente de forma mais próxima e mais íntima em
3333 relação à construção de um planejamento para atacar primeiro as unidades que
3334 respondem por graves violações de direitos humanos, as que já são condenadas e
3335 as que estão respondendo hoje na Corte Interamericana de Direitos Humanos. São
3336 fatos que a gente tem que resolver nos estados e a gente precisa diagnosticar
3337 porque, por mais que tenham algumas violações, elas têm mais de 10, 15 anos, a
3338 gente precisa atualizar o status de cada uma dessas unidades para poder tratar,
3339 junto com os estados, os investimentos necessários para a resolução desses
3340 problemas e, de forma massificada para o Brasil, a gente tem um planejamento em
3341 relação à tortura e maus tratos. Quando a gente calcula a população prisional nas
3342 unidades, a gente tem hoje 1.485 unidades prisionais, só que 80, 85% da população
3343 prisional vai estar concentrada em 290 só e, quando a gente trata das 200 maiores,
3344 a gente está falando de quase 70% da população prisional então, tem uma série,
3345 na verdade, que não é uma ação específica, não é só tratar de se colocar câmeras,
3346 a câmera é uma ferramenta e, se a gente depender somente dela, a burla dela é
3347 muito simples para o agente público, tem uma série de medidas, São Paulo está
3348 vendo isso agora, método de trabalho, metodologia. Então, a partir do momento em
3349 que a gente consegue ter um padrão de serviço, independente se eu estou no Rio
3350 Grande do Sul ou no Rio Grande do Norte, a expectativa de atuação do agente
3351 público é a mesma, eu consigo identificar com mais facilidade a violação, agente
3352 que tem o desvio de comportamento, fica mais fácil. Tratando com as escolas de
3353 formação dos estados, onde tem estado de Polícia Penal, Polícia Penal, os que são
3354 prisional no sistema, para a formação dos agentes públicos nessa área de
3355 segurança, a gente tem um padrão de serviço, uma formação padronizada para
3356 entregar para os estados, entregar à população local um serviço que ele seja o
3357 mesmo, independente do estado, como que se algema, como que se conduz, como
3358 que se escolta um preso então, a gente tem uma expectativa de adequação desses
3359 serviços, isso precede os equipamentos a serem entregues. Investiremos esse ano

3360 entre oito e nove unidades por estado, à exceção dos estados que têm menos
3361 unidades, claro, para a gente poder equipar elas com um sistema de CFTV interno
3362 dentro das unidades prisionais, com tempo de gravação hábil, para a gente poder
3363 receber uma denúncia. Até explicava isso agora para uma repórter que não entendia
3364 muito bem, que vai ser 30 dias, em 1960, porque o preso, acontece lá a violação,
3365 ele recebe uma visita, e é a visita que vai fazer, eventualmente, essa denúncia, você
3366 tem que estar no sistema penitenciário para entender como é que funciona essa
3367 dinâmica, que ele pode até tentar fazer internamente e, às vezes, não chega. A
3368 gente sabe aqui como é que funciona dentro do estado as vezes, dependendo do
3369 estado, não chega, mas a visita consegue fazer, seja numa ouvidoria, seja na
3370 corredoria, seja no Ministério Público e, até dar tempo dessa denúncia chegar, essa
3371 gravação tem que continuar lá dentro da unidade. E para além dela, aí a câmera,
3372 porque uma te dá uma visão periférica do que está acontecendo no ambiente, e a
3373 outra vai estar gravando o áudio e a visão de frente do agente por o evento que
3374 estiver acontecendo então, são ferramentas que se encaixam e o que conecta todas
3375 elas? A conduta do agente. Então se ela é padronizada, você consegue dizer que,
3376 ele não poderia estar ali fazendo aquilo, porque está fora da doutrina, então a gente
3377 está doutrinando exatamente qual é a conduta objetiva do agente dentro da unidade
3378 prisional, aí você grava e consegue identificar com facilidade. Não tem muita
3379 escapatória do que pode ser feito. Aí a gente ataca esse problema um, que não é
3380 todo, mas é um dos maiores, pelo menos é uma coisa assim, a gente já sai do
3381 medieval para ir, pelo menos um pouquinho mais próximo do que a gente deseja.
3382 Eu estou lendo ainda o relatório da Bahia, aí tem algumas outras questões. Eu,
3383 pontualmente, depois a gente poder interdiversar juntos aqui e construir
3384 planejamentos comuns, acostumem-se a me ver mais vezes. Quando eu não vier,
3385 virá a doutora Jéssica, que está me acompanhando aqui, mas tímida não quis sentar
3386 na mesa conosco, mas eu espero que ela o faça, porque estaremos os dois aqui
3387 com muita frequência com vossas senhorias e aí eu exijo, eu não convido, nem
3388 peço, eu exijo a presença de vocês dentro da Senapem. Sintam-se em casa, a
3389 porta, que já esteve fechada por tanto tempo, não está mais. Sintam-se à vontade,
3390 sintam-se em casa, como eu já conversei com os colegas do mecanismo, eu quero

3391 vocês nove lá dentro comigo, porque a gente tem um desafio comum e vamos
3392 vencer. Obrigado, doutores.

3393 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Rafael. Vou passar para a Pagu.

3394 **Interlocutora não identificada** - Vou trazer só um aspecto em relação a essas
3395 inspeções e até perguntar, no caso da Bahia, como é que isso foi verificado. A gente
3396 não tem ainda um exato estudo sobre encarceramento indígena e, muitas vezes,
3397 não consta nas inspeções, nas notificações, é via de regra quem faz o levantamento
3398 sobre encarceramento indígena no Brasil hoje, o pouco mais cuidadosamente é o
3399 CIMI e, ainda assim não são dados oficiais, porque a gente sabe que as violações
3400 são inúmeras, se pegar o estado da Bahia, que é um dos estados mais violentos
3401 contra povos indígenas, Mato Grosso do Sul... Eu tenho acompanhado muito de
3402 perto o que está acontecendo, inclusive na situação mais específica das Guarani
3403 Kaiowá, e a gente tem Guarani Kaiowá em situação de encarceramento por
3404 homicídio, mas não só por criminalização decorrente de conflito por terra, e aí se a
3405 assistência religiosa não é prestada à comunidade afrodescendente, para nós
3406 indígenas é menos ainda, porque não se considera nem que a gente tenha qualquer
3407 tipo de espiritualidade, religiosidade, o que não é uma verdade. As violações são
3408 inúmeras em relação à população indígena e acho que vale a pena a gente construir
3409 um esforço aqui. Nós, do Ministério das Mulheres, na minha coordenação, temos
3410 construído um esforço de construir uma política nacional mais consistente para a
3411 população indígena, para as mulheres indígenas, acho que vale um esforço desse
3412 comitê aqui, nessa frente de violação de direitos, de tortura, encarceramento. Acho
3413 que a gente tem certeza de que não se tem uma noção profunda do quanto é grave
3414 o índice de violação de direitos dessas pessoas dentro do sistema carcerário e em
3415 vários sistemas, o Estado brasileiro realmente contribui com o genocídio da
3416 população indígena ainda, acho que isso, e da perspectiva da pauta mais específica
3417 do encarceramento das mulheres, a gente já se colocou à disposição desde de
3418 manhã participar do grupo de trabalho e até produzir as recomendações, protocolos
3419 necessários nesse sentido. Acho que é isso.

3420 **Interlocutora não identificada** - Obrigada. Vocês querem falar sobre isso em
3421 específico?

3422 **Interlocutora não identificada** - Eu queria fazer uma fala mais encaminhativa.
3423 Acho que a gente já teve algumas ideias muito boas de encaminhamentos com
3424 relação ao relatório da Bahia. Acho muito boa a ideia de uma resolução sobre as
3425 unidades mistas, um reposicionamento com relação a isso. Acho que o Senapem
3426 pode contribuir muito com relação a gente desmobilizar ou até mesmo fazer um
3427 movimento de que seja proibida realmente através de um instrumento administrativo
3428 ou alguma política pública nesse sentido para que a gente não tenha mais unidades
3429 mistas em nenhum lugar sob a jurisdição do Estado brasileiro. Sabemos que é um
3430 desafio imenso, mas a gente tem que realmente priorizar. Eu, enquanto ponto focal
3431 do Estado da Bahia, vou marcar reuniões com todas as entidades recomendadas
3432 no mecanismo e, o comitê está convidado a participar dessas reuniões para nós
3433 cobrarmos, botarmos na mesa essas recomendações. Não sei se vocês já definiram
3434 um ponto focal para o Estado da Bahia. Quem é? Patrícia, você é ponto focal da
3435 Bahia? Eita, que beleza! Dei sorte. Ótimo! Vamos lá, vamos fazer essas
3436 recomendações, vamos reiterá-las e fazer esse trabalho político de lutar por elas.
3437 Com relação aos protocolos de ação de uso da força tática, acho que é importante
3438 um ofício também por parte do comitê, a gente pode fazer um ofício conjunto,
3439 pedindo novamente informações. Reitero que já entrei em contato diversas vezes
3440 com a CEAP, já oficiei eles, eles não me respondem, dão até recebido, mas não
3441 respondem. E acho que é isso, a gente já tem algo para começar. Com relação ao
3442 encarceramento de pessoas indígenas, é uma coisa que já está no nosso radar já
3443 faz um tempo, eu apresentei pessoalmente para meus colegas do mecanismo o
3444 último relatório do CIMI, que é o documento mais assertivo que a gente tem com
3445 relação a dados de encarceramento de pessoas indígenas. Acredito, se não me
3446 engano, que os estados que mais têm indígenas registrados no sistema prisional
3447 são Roraima e o Mato Grosso do Sul, tem estados que a gente sabe que têm muitos
3448 indígenas encarcerados, mas que não informaram nenhum indígena, como, por
3449 exemplo, Pernambuco não informou nenhum indígena, o que é um apagamento,
3450 uma violação de um direito cultural, de você reconhecer a autodeclaração de uma

3451 pessoa, então é algo que já está no nosso radar há muito tempo. Eu tive a
3452 oportunidade de ir no ATL, me reunir com algumas lideranças Guarani Kaiowá do
3453 Mato Grosso do Sul, e a gente tem lá um cenário generalizado de encarceramento
3454 nesse contexto dos conflitos de terra, não digo que é uma guerra, porque é injusto
3455 com a população indígena, com os povos indígenas, porque é um cenário de
3456 genocídio. Garoto com 18 anos que já foi preso duas vezes, tentando permanecer
3457 no território. Lideranças que já foram presas três, quatro vezes. Ações que estão
3458 totalmente fora de qualquer protocolo por parte da Polícia Militar do Mato Grosso do
3459 Sul e, isso tem se refletido na privação de liberdade. Então é algo que, sim, está no
3460 radar do mecanismo, esses estados e essa situação dos povos indígenas.

3461 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Camila. Vou passar a palavra para a
3462 Ana Valesca. Só para esclarecer uma coisa, as pessoas que estão levantando a
3463 mão, estou dando a ordem aqui, só que se alguém fizer uma pergunta específica
3464 para quem estava lá e fez o relatório, eu estou devolvendo a palavra, porque, senão,
3465 acho que se perde no tempo e muitas pessoas falam, pode se perder alguma coisa
3466 que alguém disse. E aí vou passar para a Ana.

3467 **Interlocutora não identificada** - Só aproveitando aqui, inclusive o gancho que a
3468 Camila falou, eu estou ponto focal do Estado do Mato Grosso do Sul. Inclusive,
3469 tenho dialogado nos últimos anos com a ADPU, que iniciou também uma inspeção
3470 no sistema prisional para trabalhar a questão da população carcerária indígena, que
3471 de fato, é mais de 400 pessoas, pelo menos pelo relatório do CIM, é o último dado
3472 e, de fato Pagu, o mecanismo, como ela disse, já está há um tempo, inclusive a
3473 gente iniciou até a elaboração de uma minuta, de uma instrumental para aplicar
3474 também nas inspeções voltadas para a população indígena encarcerada, mas para
3475 falar aqui, aproveitando a presença do Rafael... Rafael, eu achei muito oportuno que
3476 você falou que quer contar com a nossa participação, a nossa presença, que a gente
3477 se aproxime mais do Senapem, nesta oportunidade, aproveito para solicitar também
3478 que você nos apresente, o Senapem, a minuta de lei ao Comitê Nacional, ao
3479 Mecanismo da Polícia Penal Federal, que é uma minuta que, inclusive gostaríamos
3480 de contribuir com sugestões, ver em que pé está, porque esta minuta vai tratar, de

3481 certa forma, não só sobre a carreira da Polícia Penal Federal, mas sobre protocolos
3482 também de trabalhos da Polícia Penal, e é importante também poder estar tendo
3483 conhecimento e se tratando aqui também de discussão do uso do protocolo, do uso
3484 da força dos policiais, porque esta lei federal vai influenciar também nos estados.
3485 Atualmente, nós temos já 14 estados que regulamentaram de forma irregular,
3486 porque também tem atuações de atribuições e usurpações de competências de
3487 outras polícias, algumas legislações estaduais e aproveitando, o mecanismo já
3488 recomendou no relatório, inclusive no relatório anterior do Rio do Norte uma
3489 legislação a 13.060, que trata sobre o uso dos armamentos menos letais, mas que
3490 até hoje não foi regulamentado pelo governo federal, e o artigo 7º da lei fala para
3491 que se regulamente como deve ser feita a utilização desses armamentos menos
3492 letais, porque atualmente vem sendo usado de forma indiscriminada. Só para
3493 ressaltar aqui e dizer o quanto é importante também nós, comitê, mecanismo, ter
3494 conhecimento desta PL, que também deve tratar futuramente sobre a
3495 regulamentação do uso da força da Polícia Penal Federal.

3496 **Interlocutora não identificada** - Obrigada, Ana. Eu vou passar para a Fernanda, e
3497 aí eu vou pedir de novo, e acho que é isso, a gente tem que ser um pouco mais
3498 encaminhativo agora, e só definir, porque tem mais um relatório para ser
3499 apresentado, e tem mais uma pessoa ali, que é Ana Cláudia, que está com a mão
3500 levantada, e daí vão ser as duas últimas falas. Se alguém quiser falar sobre o
3501 encaminhamento de fato, daí eu abro aqui.

3502 **Interlocutora não identificada** - Na verdade eu vou aproveitar que o secretário
3503 está aqui, o secretário Rafael, para fazer uma pergunta, porque até estava
3504 conversando aqui com o colega Matheus, o quantas vezes aqui no âmbito do comitê
3505 a gente fica um pouco até preso sobre soluções que possam ser efetivas em relação
3506 a tanta desgraça na verdade e, no ano passado, essa questão específica das
3507 mulheres, falo como mulher também, como todas as outras mulheres aqui que
3508 compõem o comitê, mas do quanto a gente percebeu na gestão governamental
3509 passada, uma política discriminatória para as mulheres que fazem parte do sistema
3510 prisional, seja como internas mesmo, pessoas presas, seja como familiares. Então

3511 a gente teve denúncias graves de estupro de mulheres em unidades prisionais,
3512 tivemos denúncias de mulheres sendo revistadas por policiais penais homens, e
3513 tivemos denúncias sobre o quanto o sistema recrudescer em relação a tratamento
3514 de mulheres familiares, então a gente percebeu, por exemplo, uma intensificação
3515 de busca de uniformes que marcavam corpos das mulheres, corpos das mulheres,
3516 mulheres sendo xingadas com tortura psicológica, como foi colocado aqui, como
3517 marmitta, como objetificação do corpo delas, retirada da sua dignidade. Então, eu
3518 coloco aqui perguntas sobre como o DPEM pode eventualmente auxiliar em
3519 soluções efetivas, porque aqui no âmbito do comitê, normalmente a gente
3520 encaminha ofícios pedindo para as autoridades locais adotarem providências ou
3521 pedindo correção de autoridades que se omitiram em relação a essas torturas, mas
3522 que às vezes não têm se revelado tão efetivas quanto gostaríamos. E de fato,
3523 durante esse tempo que acompanhamos todas essas denúncias, não tem como
3524 fugir de uma sistematização de uma política muito cruel com as mulheres, então
3525 ouvir hoje de novo, mulheres nuas sendo revistadas por homens é uma coisa tão
3526 absurda e tão cruel que assim, ensejaria, infelizmente, a condenação do Estado
3527 brasileiro, dada a repetição que isso se dá, inclusive em âmbito internacional, ou de
3528 denúncias em âmbito internacional. E como mulher, assim, não tem como a gente
3529 não se colocar numa situação dessas, é impossível a gente não ouvir uma denúncia
3530 dessa e não ficar chocada, não que a gente não fique chocada com todas as outras
3531 que são absurdas também. Mas a minha pergunta é, por exemplo, eu sei que o
3532 DPEM tem repasse de recursos para as unidades estaduais, não sei se essa ainda
3533 é uma política, mas a gente poderia, por exemplo, pensar unidades que têm
3534 violação de direitos humanos, de ter uma interrupção desses recursos, repasse de
3535 recursos, a gente poderia pensar, por exemplo, e falo porque do pouco tempo que
3536 atuei em unidade prisional, como coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos, eu
3537 lembro que uma coisa era a defensoria fazer fiscalização ou algum outro sistema
3538 nacional, mas quando eu vi o DPEM, por incrível que pareça, isso tinha um
3539 simbolismo muito grande, inclusive para as pessoas das unidades prisionais, então
3540 o DPEM está vindo aqui, então minha pergunta em relação, hoje SENAPEM, o que
3541 podemos fazer como política integrada desse comitê com o SENAPEM, ou pelo

3542 próprio SENAPEM, já que é membro desse comitê, para que a gente tenha uma
3543 interrupção mesmo efetiva dessa sistematização de crueldade, especificamente
3544 contra mulheres, eu acho que a gente ouvir de estupro de mulheres, ou de mulheres
3545 que não deixa de ser também uma violência física muito grande, mulheres sendo
3546 revistadas nuas por homens, isso é uma coisa que não pode passar assim só com
3547 o encaminhamento de um ofício, isso tem que ser tratado do ponto de vista como
3548 está acontecendo, isso é uma política, de fato de retirada de dignidade das
3549 mulheres, nós temos 70 mulheres no universo de 1.000, 4.000 homens, qual a
3550 necessidade de se fazer isso? Não é uma política de segurança, é uma política,
3551 realmente de retirada de dignidade de mulheres. Então, essa é a minha pergunta,
3552 há como interromper repasse de recursos? Há como fazer uma recomendação
3553 específica do Senapem para essas unidades? Há como exigir, por exemplo, que
3554 TEDs mais graves de correção de repente dos responsáveis pelas unidades? O que
3555 a gente pode fazer? Há como ter uma sistematização? Eu não sei se o Senapem
3556 tem, a gente até tentou recuperar aqui, porque da última vez a gente pediu um ofício
3557 para que fosse mandado para cada unidade prisional do país, na verdade para a
3558 cada secretaria, sobre dados de unidades que tivessem homens revistando
3559 mulheres, e a gente não conseguiu esse dado, então Brasil enorme do jeito que é,
3560 às vezes a gente fica até sem estatística, que foi o que a gente mencionou aqui,
3561 para fazer política pública mesmo necessária. Então como eventualmente, o
3562 Senapem pode auxiliar, como membro desse comitê, para que a gente possa ser
3563 mais efetivo? Além do que a gente rotineiramente vai fazer, mandar ofício, pedir
3564 resposta, cobrar as recomendações do mecanismo, o que é que pode ser feito de
3565 efetivo para a gente interromper essas violações? Obrigada.

3566 **Interlocutora não identificada** - Eu queria agradecer a Fernanda, mas eu queria
3567 dizer uma coisa antes disso, eu acho que é isso, a gente tem esses espaços que
3568 não são muito de discussão e aí quando a gente começa a discutir a gente começa
3569 a discutir vários temas, e aí, de fato, tem uma questão aqui, um pouco prática
3570 mesmo, que é a questão da pauta, são 5 horas da tarde, que seria, teoricamente, a
3571 hora que a gente vai terminar a reunião, então obviamente, a gente não vai terminar
3572 a reunião agora, aproveitando inclusive, que a gente está aqui, mas as peritas, elas

3573 têm mais um relatório para apresentar, e eu estou entendendo que obviamente, a
3574 presença do Rafael aqui, e essa sinalização de uma abertura de diálogo maior com
3575 o Senapem agora, é uma coisa que realmente gerou vários questionamentos que
3576 não tem a ver necessariamente com o tema, é óbvio que tangencia o tema, etc.,
3577 que foi tratado aqui, da inspeção específica no estado da Bahia, mas o que eu
3578 gostaria de propor é que a gente faça uma conversa, nós, o comitê, nós, o
3579 mecanismo, não sei se só com o Rafael, na pessoa do Rafael, mas já que você vai
3580 estar aqui nas próximas vezes, eu acho que isso já auxilia para que a gente possa
3581 ter esse diálogo que a gente não tinha no outro âmbito, mas que a gente possa fazer
3582 uma conversa separada, só com o Senapem para a gente discutir todos esses
3583 temas, porque senão a gente vai aqui numa infinidade de temas, e aí vai ficar uma
3584 coisa de você ter que ficar respondendo várias questões que a gente tem de coisas
3585 que não foram respondidas ao longo dos anos e de coisas muito específicas que eu
3586 acho que não é produtivo neste momento. Obviamente, eu vou abrir a palavra para
3587 você falar agora, porque eu não vou dizer que você não vai dizer agora, mas assim,
3588 eu gostaria realmente que nós nos ativéssemos aqui aos encaminhamentos finais
3589 e passássemos para a apresentação do próximo relatório. Então, eu vou abrir a
3590 palavra para o Rafael e para o Matheus, se a fala do Matheus for no sentido de
3591 encaminhamento.

3592 **Interlocutor não identificado** - A cabeça na mesa fala primeiro. Não mas a gente
3593 faz juntos, Fernanda. A gente faz juntos. É um momento diferente, não é para
3594 Senapem, é um momento diferente para o Brasil. A gente trabalha com uma frente
3595 ampla, democrática, de diálogo e, se formos fazer, é uma construção que
3596 construiremos juntos. E isso é necessário, é uma reconstrução. Não foi só para o
3597 sistema penitenciário, não foi só para as mulheres, muita coisa que foi construída
3598 ao longo dos anos foi demolida, foi ao chão, a gente está fazendo a reconstruir e
3599 não há melhor forma de se fazer isso do que se reconstruir juntos. Então, Matheus
3600 primeiro, depois eu respondo.

3601 **Interlocutor não identificado** - Pode concluir, Rafael. A minha fala seria rápida
3602 mesmo.

3603 **Interlocutor não identificado** - Está joia. O projeto da Polícia Penal já está no MGI,
3604 com o Ministro Ester. Eu trago uma cópia, a gente pode debater, mas qualquer
3605 alteração o documento é em posse dela, a gente tem que dialogar com o MGI, isso
3606 é importante. Eu tenho um posicionamento sobre revista e a forma da doutora
3607 Camila não me deixa mentir, ela pode ter diversas sobre esse caso, se seja
3608 necessário. Caso os equipamentos de segurança não estejam funcionando, a gente
3609 tem equipamentos para a inspeção mecânica das pessoas. Vamos dizer que,
3610 eventualmente por alguma hipótese muito remota, não estejam funcionando
3611 nenhum deles porque as unidades prisionais, por exemplo, as maiores, têm gerador,
3612 então vamos dizer que acontecer algo e não funcione, a gente trabalha com revista
3613 invertida. Então você faz uma revista simples no visitante, e se for para revistar
3614 alguém, revista o preso, porque ele está sob um regime de disciplina, não o familiar,
3615 não o visitante, isso é uma medida de dignidade e respeito. E sobre mulher ser
3616 revistada por homens, bem, temos pactos internacionais já interiorizados como
3617 legislação nacional que proíbem um homem revistar uma mulher e mesmo trabalhar
3618 em ambientes de circulação interna das mulheres, não podem. Por exemplo,
3619 recebemos, fui recebido no Maranhão na sexta -feira junto com a governadora
3620 Raquel Lira, que ela quis conhecer a experiência do Maranhão, como que funciona
3621 lá, visitamos a penitenciária feminina e, antes de adentrar, claro, percorre -se a parte
3622 interna avisando que um homem vai entrar ali dentro, porque só trabalham mulheres
3623 dentro da unidade. Então, onde acontece isso, aí a gente está falando de uma grave
3624 violação de um normativo interno, e a atuação não é tão somente do Senapem, a
3625 gente está falando de uma questão de Ministério Público. Não pode. Falando em
3626 milhares de servidores, você tem só 70 mulheres, nada, nada justifica esse tipo de
3627 gerência, e a gente tem que atuar incisivamente em cada um desses casos,
3628 independente do Estado que for. O diploma específico que determina o
3629 encerramento das unidades mistas já existe, e o que a gente tem que fazer é dar
3630 vazão a ele, propiciar que ele se torne um instrumento efetivo, e vamos construir
3631 isso juntos. Os documentos que forem necessários, as inspeções que eu faço com
3632 a corrigidoria, as inspeções que eu faço por meio de ouvidoria, pela coordenadoria
3633 aqui da doutora Jéssica, que está atrás de mim também, ser simpática a ela, menos

3634 quando ela está brigando, porque o pessoal, ela é a pessoa que chega na unidade
3635 prisional e eles sabem que eles têm um problema muito grande, então é esse tipo
3636 de atuação que tem que ter junto aos Estados, de fiscalizar e, da mesma forma
3637 como funciona o Conselho Penitenciário no Maranhão, a gente poder atrair esses
3638 outros órgãos aqui para o nosso Conselho Judiciário, Ministério Público, Defensoria
3639 já presente, para que possamos juntos construir um sistema penitenciário mais
3640 humano e digno. Sobre a proibição de repasses, existe uma lei complementar que
3641 determina o desembolso obrigatório para os Estados e já tem um cálculo predefinido
3642 em lei, então para poder modificar ele, a gente está falando de uma lei
3643 complementar e, se mudar uma lei no Congresso, que a gente já tem hoje, já é
3644 complexo uma lei complementar mais ainda, mas há mecanismos que a gente
3645 trabalha junto com os Estados, que não é apenas o financeiro. Não é o único
3646 desafio, é um dos muitos que a gente tem para poder encarar, mas a gente está
3647 aqui para poder fazer funcionar. Eu acho que deixei um monte de coisas a
3648 responder.

3649 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3650 Não, mas vai ter oportunidade, fique tranquilo. Matheus?

3651 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
3652 **Exteriores) –** Até a Camila antes tinha feito um gesto, não sei se era para parar
3653 aqui e já começar outro, mas só para tentar três tópicos, acho que foi meio
3654 consenso. O convite a CEAP e o MP para a próxima reunião, não sei se precisa
3655 votar nominalmente, mas se não houver discordância. Não sei se é uma resolução,
3656 se é uma nota técnica, mas o diálogo do DPEM com o Comitê Nacional para a gente
3657 avaliar essa questão da questão dos homens nos espaços femininos.

3658 **Interlocutor não identificado - Senapem.**

3659 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
3660 **Exteriores) –** Senapem, desculpe. E o terceiro seria a sugestão pela própria Camila
3661 do ofício conjunto do Comitê do Mecanismo, então pelo menos esses três
3662 encaminhamentos foram objetivos.

3663 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** O
3664 ofício em relação a perguntar para a Força Tática qual o protocolo. É isso, não é?
3665 De resto, acho que a gente pode esperar os próprios encaminhamentos que foram
3666 feitos por vocês, vocês fizeram várias recomendações, etc. Agora, acho que a gente
3667 também pode esperar.

3668 **Interlocutora não identificada –** Eu acho que o comitê... Porque é isso, aquilo que
3669 já foi falado. A principal atividade do comitê é essa atividade do trabalho político, da
3670 implementação, das recomendações, as outras coisas têm um caráter mais à
3671 margem. Então eu também não posso chegar para vocês aqui e falar que vamos
3672 esperar eles implantarem as recomendações, não vai acontecer. É preciso que
3673 vocês, para além dessas recomendações que são prioritárias, e eu destaco a
3674 desativação do caso Salvador e a desativação da Colônia Penal de Simões Filho,
3675 que vocês se apropriem das recomendações e tomem as medidas necessárias. Eu
3676 reitero o convite. Eu vou fazer reuniões com todas as entidades recomendadas e
3677 eu gostaria da presença de alguém do comitê. Até mais de uma pessoa poderia ser.
3678 É isso. Eu também gostaria de propor o convite, se vocês pudessem convidar
3679 também representantes da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia para a gente
3680 discutir a implantação do sistema e convite para o GMF também, o doutor Faisal,
3681 que está também levando à frente a questão da implantação do sistema estadual
3682 de prevenção, combate e tortura na Bahia. GMF, TJ e ALBA.

3683 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3684 Obrigada. Eu tinha falado que não era mais para falar nada, mas a Ronilda mandou
3685 um papelzinho. Não vou poder negar o papelzinho que ela mandou.

3686 **Interlocutor não identificado –** Tem data específica?

3687 **Interlocutora não identificada –** Gente eu gostaria de fazer uma sugestão, tendo
3688 em vista que esse momento de apresentação de relatório para a gente é tão
3689 importante e cada reflexão que cada um traz aqui para a gente enriquece o nosso
3690 trabalho, e talvez o comitê pudesse pensar em dia específico para a apresentação
3691 dos relatórios do mecanismo e que esteja convidando as autoridades
3692 recomendadas do Estado, o Ministério Público também, autoridades do Poder

3693 Judiciário para que vocês pudessem nos ajudar a fortalecer as nossas
3694 recomendações. Fica essa sugestão aí para que vocês possam pensar. Obrigada,
3695 Ronilda. Vocês chegaram? Conseguiram anotar?

3696 **Interlocutor não identificado** – Mandei no grupinho do zap da mesa diretora
3697 também.

3698 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3699 Então, eu vou passar de novo para o mecanismo. Vocês têm um outro relatório para
3700 apresentar, não é? Então se vocês quiserem começar a apresentação agora do
3701 relatório.

3702 **Interlocutora não identificada** – Relatório de Sergipe. Eu sou ponto focal do
3703 Estado desde o ano passado. Pode abrir para mim? De forma integral? O
3704 documento? A inspeção no Estado de Sergipe foi de 12 a 16 de setembro. Então
3705 essa é mais ou menos a estrutura do relatório, introdução, contexto, inspeções em
3706 unidades prisionais, inspeções em unidades socioeducativas e recomendação.
3707 Então foi uma inspeção regular, a gente fez diálogos com a sociedade civil de uma
3708 maneira geral.

3709 **4 - 39ª Reunião Ordinária do CNPCT-30 05 4:**

3710 **Interlocutora não identificada** – O estado de Sergipe é um estado que tem Comitê
3711 estadual de prevenção e combate à tortura. Na época, quem era Presidente do
3712 Comitê era a Iza. Então, ela nos auxiliou muito nas escolhas das unidades, para a
3713 gente definir, inclusive, quais as unidades a gente ia permanecer ou a gente ia fazer
3714 inspeção e quais as unidades da região metropolitana. Quais seriam as unidades
3715 que a gente poderia, enfim, fazer as inspeções, mas que não fosse da região
3716 metropolitana. Então, nós fizemos algumas inspeções. Dentre elas, no
3717 COPEMCAN, que é em São Cristóvão, região metropolitana. No PREFEM, que é
3718 em Nossa Senhora do Socorro, também região metropolitana. No PRESLEN, que
3719 é em Nossa Senhora da Glória, em torno de Aracaju. Na Cadeia Pública de Areia
3720 Branca, que é no município de Areia Branca, também fora da região metropolitana.
3721 E também fizemos em duas unidades de internação. Desculpa, gente, estou um
3722 pouquinho com a voz um pouquinho ruim também. Então, fomos na USIP e também

3723 fomos na UNIFEM. Como já comentei com vocês, é um estado que tem um Comitê
3724 estadual. O biênio agora, que está funcionando de 2021 até 2023, a presidência já
3725 mudou. O atual Presidente do Comitê é o Kwame. O Estado ainda não tem
3726 mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura. Então, o mecanismo não
3727 está em funcionamento. Pode mudar. A gente estabeleceu aqui mais ou menos um
3728 limite de fala de cinco a dez minutos. Como eu vou falar de duas unidades, vou falar
3729 aproximadamente sete, oito minutos. Então, falando um pouquinho do contexto do
3730 sistema prisional sergipano antes de entrar no COPEMCAN, o SISDEPEN declara
3731 que existe no sistema prisional sergipano em torno de 5.518 pessoas, sendo que
3732 3.557 são pessoas presas de forma provisória e 1.744 em regime fechado. Então,
3733 quando a gente olha para as características do sistema prisional sergipano, a gente
3734 observa que uma delas é essa característica. Existem muitas pessoas presas
3735 provisoriamente, existem mais pessoas presas provisoriamente em detrimento de
3736 pessoas sentenciadas. A gente considera isso um problema. Um outro problema
3737 que a gente observa do sistema prisional de Sergipe é a falta de infraestrutura.
3738 Então, as unidades que a gente visitou, COPEMCAN, PRESLEN, por exemplo, são
3739 unidades muito... Como que eu posso dizer? Elas estão basicamente destruídas,
3740 delapidadas. Então, esse foi um dos pontos em que a gente observou. E, quando a
3741 gente olha, por exemplo, na cadeia Pública de Areia Branca, que, em tese, é uma
3742 das unidades que é elogiada pela sua estrutura, pelo CNJ, a gente observa que é
3743 uma unidade que é completamente inapropriada, porque não tem espaço ali para
3744 os adolescentes, não, para as pessoas privadas de liberdade de tomar banho de
3745 sol. São unidades, não, são módulos muito escuros. Depois a Carol vai estar falando
3746 um pouquinho sobre isso. E uma outra questão também que a gente considera um
3747 pilar do sistema prisional de Sergipe é a sua superlotação. Tanto COMPEMCAN,
3748 quanto PRESLEN, quanto a cadeia Pública de Areia Branca são unidades muito,
3749 muito lotadas. Então, falando um pouquinho do COMPEMCAN, como vocês podem
3750 ver a primeira foto aí, é a foto da tranca. Foi um dos primeiros lugares que a gente
3751 conseguiu acessar na unidade. Foi um dos lugares de mais difícil acesso, na
3752 verdade, porque, no início da inspeção, a gente... a nossa... como se diz? A direção,
3753 ela... não que ela não tenha deixado, mas ela atrasou em torno de meia hora o início

3754 da nossa inspeção ali. Então, nessa unidade, as portas são chapadas, mas, nesse
3755 espaço especificamente de tranca, a gente encontrou 19 pessoas num local que era
3756 destinado para três, duas pessoas, na verdade. Então, as pessoas estavam
3757 trancadas ali por 24 horas, sem banho de sol, sem colchão. Elas tinham que revezar
3758 para dormir. Então, a partir da tranca, a gente pode definir como que era o restante
3759 da unidade também. Então, falta de assistência, vestimenta, higiene. As pessoas
3760 não tinham... tinham colchões em algumas outras celas, mas os colchões muito
3761 velhos, sem possibilidade de uso, roupas, uniformes muito destruídos, para quem
3762 teve acesso ao relatório pôde observar. Então, é uma unidade em que falta... existe
3763 uma falta de insumos, de entrega, de higiene, vestimenta, mas, ao mesmo tempo,
3764 a gente conseguiu detectar, olhando no almoxarifado, uma quantidade gigante, por
3765 exemplo, de colchões. Então, uma quantidade bem factível de escovas de dente,
3766 pastas, enfim. Então, é uma contradição que a gente conseguiu perceber na
3767 unidade. Em relação à alimentação, a gente percebeu, a gente obteve, muitos
3768 relatos de carnes mal cozidas, pedras na comida. E uma das questões que a gente
3769 observou, que chamou muito a atenção, é que, analisando o contrato e pesando as
3770 marmitas, a gente percebeu que essas marmitas estavam abaixo do peso, inclusive
3771 do que foi estabelecido no próprio contrato. Então, a gente observou essa
3772 incoerência não só no COPEMCAN, mas também no PREFEM. A gente observou
3773 também que não tinha na unidade, por exemplo, a entrega de saladas. E uma hora,
3774 como que eu posso dizer? Um quantitativo de horas... Desculpa, reformulando aqui.
3775 No caso da alimentação, a última refeição é entregue no COMPEMCAN em torno
3776 de 15h30. Então, as pessoas passavam 16 horas sem nenhum tipo de comida, sem
3777 nenhum tipo de lanche. Isso a gente considerou um problema também. No
3778 COPEMCAN, a gente observou também a questão do racionamento de água. As
3779 pessoas estavam recebendo água uma vez por dia, só por 30 minutos. Água para
3780 beber e também para tomar banho. A direção justificou essa questão, falando que
3781 estava tendo um problema na caixa geral da unidade. Mas, enfim, estava em
3782 processo de licitação, a situação ainda continua muito ruim no COPECMAN. Em
3783 relação a visitas, as visitas eram quinzenais e um grande número de relatos das
3784 pessoas privadas de liberdade era do que acontecia depois da revista, das visitas.

3785 As pessoas privadas de liberdade acabavam recebendo o que eles chamam de
3786 baculejo. Eram colocadas em procedimento, tinham disparos de bala de borracha,
3787 spray de pimenta, tanto fora quanto dentro das celas. No COPEMCAN, a gente
3788 também passou pelo módulo LGBTQI+, e a gente observou também, se vocês leram
3789 o relatório, está escrito lá, que não existia banho de sol para essa população. Essa
3790 população tomava banho de sol dentro do módulo, ou seja, era um banho de sol
3791 sem sol. E a gente observou, de uma maneira geral, o não cumprimento das
3792 resoluções do CNJ em relação a essa população de forma específica. Em relação
3793 ao COPEMCAN também, como eu falei para vocês ali, a gente conseguiu fotografar
3794 alguns disparos de bala de borracha, apesar de eles terem instrumentos efetivos
3795 para não ocorrer a revista vexatória. Ela ainda ocorre nas pessoas privadas de
3796 liberdade. A direção alegou que o COPEMCAN tem um quantitativo muito grande
3797 de pessoas para todo mundo passar pelo Boris Khan, por exemplo. Então, a própria
3798 direção informou que as revistas nas pessoas privadas de liberdade têm acontecido
3799 na unidade, sim. Eu acho que esses seriam alguns dos pontos principais do
3800 COPEMCAN. Agora, falando um pouquinho do PREFEM, que é o presídio feminino,
3801 o que a gente observou? A unidade foi construída para abrigar em torno de 175
3802 pessoas. No momento, ela estava com 210 pessoas custodiadas. Apenas 82
3803 dessas pessoas eram sentenciadas e 128 eram pessoas presas de forma
3804 provisória. No dia da visita, a gente observou que as celas para visita íntima foram
3805 improvisadas, ou seja, elas se transformaram em uma triagem. Como vocês podem
3806 ver nessa foto aqui da esquerda, uma cela para três pessoas, duas pessoas,
3807 estavam em torno de cinco pessoas. Então, pessoas no chão, deitadas, utilizando
3808 um vaso sanitário apenas, um chuveiro, o que a gente considerou um problema,
3809 obviamente. Em relação à estrutura, o que a gente observou, tirando a estrutura da
3810 triagem das celas, quando a gente foi adentrando a unidade mesmo? A gente
3811 observou que as pessoas não estavam dormindo no chão, elas tinham materiais de
3812 higiene. O grande gargalo da unidade, um dos grandes gargalos dessa unidade, foi
3813 em relação ao distribuímento das vestimentas. Porque existe um protocolo interno
3814 ali daquela unidade de que as mulheres têm que usar calcinhas no estilo de cueca.
3815 Então, isso gerou um efeito para essa unidade, porque o que a gente observou?

3816 Muitas mulheres reclamando que tinham que usar cueca na unidade. Então, a gente
3817 observou que existe, a partir desse protocolo da unidade um desrespeito na
3818 perspectiva de gênero, principalmente para as mulheres. Então, isso a gente
3819 considerou também um problema. Em relação às refeições, também, assim como
3820 COPEMCAN, tempo muito grande entre uma refeição e outra. A gente observou
3821 isso. A equipe não respeita também os horários. Isso de acordo com o contrato que
3822 a gente analisou também. A equipe não respeita os horários de distribuição da
3823 alimentação. O último horário de distribuição da alimentação, se não me engano,
3824 era 16 horas. Por fim, existe naquela unidade o ateliê Odara, que as mulheres
3825 trabalham lá fazendo uma produção de sacolas. Mas essas sacolas não são pagas
3826 para fazer essas sacolas. Esse trabalho só dá para elas o direito de remissão de
3827 pena, o que a gente considera um problema também. Em relação às visitas, a gente
3828 não obteve relatos de que os visitantes têm sofrido a revista vexatória, mas as
3829 pessoas privadas de liberdade são revistadas o tempo inteiro na unidade. Então, a
3830 gente colocou uma foto aí. Inclusive, de um momento, essa primeira foto, não sei
3831 se dá para vocês verem, tem uma mão de uma policial penal bem na porta. É o
3832 momento em que está sendo feita uma revista vexatória numa mulher dentro da
3833 unidade. Então, elas relataram que elas têm que tirar a roupa, elas relataram que
3834 elas têm que agachar três vezes. E essa revista é feita de maneira cotidiana,
3835 naturalizada dentro da unidade. Em relação às visitas, como falei para vocês, nessa
3836 unidade a gente não recebeu reclamações de revista vexatória nos visitantes, mas
3837 de muitas ameaças a esses visitantes. Então, os familiares que estão dentro da
3838 unidade informaram que, na verdade, as pessoas privadas que estão dentro da
3839 unidade informaram que os seus familiares sofrem xingamentos, são tratados mal,
3840 elas informaram que os policiais penais xingam, os familiares falam que elas são
3841 um lixo. Então, é algo que a gente considera muito grave. E, para elas conseguirem
3842 adentrar, passar o Body scan, elas também têm que fazer um longo período de
3843 jejum. Nessa unidade a gente também... Na verdade, no PREFEM não existe uma
3844 ala de pessoas LGBTQI. A gente visitou, na unidade a gente foi conversando com
3845 pessoas trans que não têm uma cela específica, não estão ali circunscritos em uma
3846 área específica. E elas nos relataram que elas podem ter relacionamentos, mas

3847 esse relacionamento tem regras. Só pode ser de dia, dentro dos módulos, porque
3848 existe um corredor. Então, elas podem se relacionar ali dentro daquele corredor,
3849 sair da cela, se relacionar com a companheira naquele corredor, mas, à noite, elas
3850 não podem dormir em celas de maneira conjunta. Então, efetivamente, a gente
3851 percebeu que esse direito está sendo regrado pela unidade. Não condiz com as
3852 normativas nacionais e internacionais que regem a questão da população LGBTQI.
3853 Passo agora a palavra para a Ana Valesca, que vai falar um pouco sobre o
3854 PRESLEN.

3855 **Sra. Ana Valesca** – Obrigada. Vou tentar ser bem objetiva. O PRESLEN foi outra
3856 unidade que a gente visitou, que fica no município de Glória. O PRESLEN foi
3857 construído em 1986. É uma unidade que tem 37 anos de existência e possui uma
3858 estrutura precária, insalubre, com várias rachaduras, mofos na parede. Inclusive, as
3859 celas que são utilizadas como isolamento também se encontram nessa situação
3860 também bem precária. Sem falar na superlotação também, que a gente identificou
3861 também nesta unidade. Uma outra questão importante a dizer é que esta unidade,
3862 a PRESLEN, também não dispõe de acessibilidade para as pessoas com
3863 deficiência, as pessoas privadas de liberdade com deficiência. Isso, inclusive,
3864 dificulta a locomoção dessa população, como também de pessoas que se
3865 encontram em situações de saúde bem debilitadas. Situação esta que contraria
3866 inclusive as diretrizes internacionais, como regras de Mandela, como também a
3867 Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência e a própria LEP. Uma outra
3868 questão importante também a destacar, apenas vou fazer alguns destaques
3869 importantes desta unidade, os trabalhos que são realizados, os artesanatos pelas
3870 pessoas privadas de liberdade do PRESLEN, elas não são contabilizadas para
3871 efeito de remissão de pena. Inclusive, isso viola o artigo 126 da LEP, que deve ser
3872 considerado os trabalhos, artesanatos. E até aproveito para citar aqui... Inclusive, é
3873 importante citar que o fato de não estar atestando por parte dos servidores do
3874 Estado, não atestarem, que a gente percebeu que a maior questão ali foi que não
3875 estava sendo atestado aqueles trabalhos para efeito de contagem de remissão de
3876 pena. Inclusive, há um julgado do STJ nesse sentido, que ele diz que a não
3877 eficiência em fiscalizar por parte do Estado, se esses trabalhos estão sendo

3878 contabilizados, porque não tem servidores suficientes, porque não estão fazendo
3879 esse levantamento, isso não pode ser imputado à pessoa privada de liberdade.
3880 Então, vários trabalhos estão sendo realizados ali. Há necessidade também de um
3881 compromisso de cobrar do próprio juiz, corregedor da execução penal também, que
3882 acompanhe de perto e cobre isso, que seja contabilizado a remissão desses
3883 trabalhos e o artesanato para efeito de remissão de pena. Uma outra questão
3884 importante também a relatar aqui, que é um outro caso que nos chamou a atenção
3885 na PRESLEN, foram as denominações religiosas privilegiadas na unidade. Até já
3886 foi citado aqui sobre isso, que isso inclusive desrespeita o Estado laico previsto no
3887 artigo 19, inciso I, da Constituição Federal. A gente, conforme foto... Poderia passar
3888 aí, por favor, Débora? Assim, Está. Ali a gente vê uma faixa com a denominação de
3889 uma determinada igreja, a Universal, que é importante ressaltar que a gente vê que
3890 vem crescendo e que predomina o sistema prisional nas últimas décadas, inclusive
3891 no sistema prisional brasileiro, a atuação mais da Igreja Universal dentro do sistema,
3892 que inclusive colocam programações internas, rádios instaladas, inclusive isso vem
3893 também não alcançando só presídios estaduais, como presídios federais também.
3894 A gente já teve a oportunidade de ver isso. Então, assim, é importante que haja
3895 oportunidade de outras religiões também frequentarem esses espaços. E a gente
3896 percebeu isso, inclusive tem um altar nesse local aí também de pregação. E,
3897 inclusive, eles aplicam a programação lá sobre a chamada do momento do
3898 presidiário, que é uma programação que é aplicada pela Universal em todo o Brasil
3899 no sistema prisional. Uma outra questão importante dizer é que a própria resolução
3900 também do CNPCT, a Resolução 8, ela estabelece, inclusive reforça, essa diretriz
3901 de assistência religiosa nos estabelecimentos prisionais de toda e qualquer outro
3902 segmento, outra religião. Uma outra questão importante dizer. O que a gente
3903 percebeu aí? Todo mundo, as pessoas privadas de idade que a gente visitou, as
3904 outras unidades, todos querem ser transferidos para a PRESLEN. A PRESLEN a
3905 gente percebeu que lá pode entrar sacolas, lá pode entrar, inclusive, alimentos que
3906 as próprias pessoas privadas de idade podem cozinhar. A gente viu botijão de gás,
3907 fogão, enfim, lá dentro dessa unidade. Lá o pessoal pode fazer suas refeições como
3908 uma forma de complementação, porque, de fato, as refeições do sistema prisional

3909 de Sergipe é uma refeição insuficiente e não é de boa qualidade. Uma outra questão
3910 também que a gente percebeu lá foi, além da superlotação, agora é da questão
3911 mais assim de questões preocupantes e da estrutura, a questão de saúde também.
3912 O atendimento à saúde lá também é bem precário, as pessoas têm que saírem da
3913 unidade para serem atendidas. Muitas pessoas idosas também a gente identificou
3914 naquele local. Em resumo, por a unidade ser bem antiga, apenas a RDD há pouco
3915 tempo tinha sido reformada. Antigamente, a unidade também teve histórico de
3916 fugas, morte, inclusive de pessoas privadas de idade, como também de servidores.
3917 Então, trago também aqui, destaco também isso. Em resumo, as principais
3918 questões que a gente vê é a superlotação, porque a superlotação vai desencadear
3919 um problema de falta de efetivo, de poder dar o acompanhamento efetivo à questão
3920 de saúde e outras questões que a superlotação acaba, na verdade, acarretando
3921 outras violações.

3922 **Interlocutora não identificada** – – Então, vou falar de duas unidades, vou começar
3923 pela cadeia Pública de areia branca, que é uma cadeia que a gente não ia fazer
3924 inspeção, a gente fez pela quantidade de denúncias que recebemos ao longo das
3925 outras inspeções. É uma unidade de cogestão, então, voltando naquele assunto da
3926 privatização, foi um local interessante de observar isso, que como é que funciona a
3927 cogestão? Significa que tem uma empresa que gere a unidade, apesar de ela não
3928 ser uma unidade privatizada, estrito o senso. Essa é uma unidade que possui
3929 capacidade para 490 pessoas, tinha mais ou menos 489 no dia da inspeção, embora
3930 não estivesse em números superlotados, tivemos locais superlotados, o que é uma
3931 constante, então, a gente tem uma discussão para ser aprofundada em algum
3932 momento sobre como se contam vagas, porque tem algo de errado nessa
3933 contagem, porque a gente chega em unidades que não estão superlotadas, mas
3934 com locais superlotados, então, tem algo que não fecha na conta. Essa cogestão é
3935 feita ali, era areia branca, pela empresa Reviver, uma empresa que também faz
3936 cogestão em outros estados da federação, como Amazonas. A gente observou o
3937 contrato de cogestão e, fazendo a conta do número de pessoas que ele atendia, a
3938 gente contabilizou que o custo mensal de cada preso era de R\$ 3.800,00 mais ou
3939 menos, isso em 2017, que já é um custo que é mais que o dobro do custo

3940 contabilizado pelo CNJ, o custo médio, em 2021. Então, a gente vê um custo maior
3941 do que nas unidades públicas. Também a gente pode mitigar esse discurso de
3942 diminuição de custos para o Estado, porque, na verdade, é um custo mais alto. A
3943 estrutura da unidade é bastante ruim, porque tem portas totalmente chapadas. Essa
3944 primeira fotinho aqui é uma porta, essa cinza é uma porta totalmente chapada no
3945 local que era de seguro. As pessoas estavam no escuro completo, não havia luz
3946 dentro das celas, já era de noite quando a gente estava nesse local. As pessoas
3947 que estão no seguro não saem para banho de sol, para trabalho, para visita, para
3948 nada. Tinha pessoas que estavam há meses, pessoas que tinham perdido a conta.
3949 Se eram dias, se eram semanas. Então, foi uma situação bastante impactante de
3950 encontrar essas pessoas no seguro. Elas estavam vendo a luz por... Há muito tempo
3951 não viam a luz. Tinha pessoas que estavam há um ano sem falar com suas famílias,
3952 porque não tinham visita, apenas videochamada que durava quatro minutos de 15
3953 em 15 dias. E estavam no seguro porque era um local que elas não poderiam ficar
3954 nesse local para cumprir a pena. Tanto é que foi um dos pedidos que a gente fez
3955 que elas fossem transferidas, várias foram, para locais onde elas poderiam fazer o
3956 cumprimento de pena sem estar no seguro. E é curioso que essa unidade também
3957 serve para o semiaberto em uma estrutura que de nada serve ao semiaberto. É uma
3958 estrutura totalmente fechada que não deveria atender ao semiaberto. Estruturas
3959 bastante violadoras. A privação de água é uma regra. A água aberta três vezes ao
3960 dia por cerca de cinco minutos. Muitas pessoas com sede, sem acesso a balde, sem
3961 acesso a garrafa. Algumas pessoas relataram tomar a água do vaso sanitário em
3962 momentos de desespero. A alimentação servida é a da própria reviver. Dá para ver
3963 ali naquele jantar que, só no olhar, dá para constatar que é insuficiente enquanto
3964 uma alimentação. Cinco pedaços de salsicha e macarrão. Uma característica da
3965 cogestão é que não se permite a entrada de alimentos pela família. Isso aumenta a
3966 questão da insegurança alimentar. Além de que a gente pauta muito a entrada da
3967 comida pela família. Não é para suprir a obrigação do Estado, mas para uma
3968 questão também de afeto, uma questão cultural e que, às vezes, é também
3969 importante para a manutenção desses vínculos. Então, ali fica mais evidente essa
3970 questão. Uma coisa que nos preocupou nessa unidade foi a alta saída de

3971 medicamentos, indicando uma forma de contenção química. Para vocês terem uma
3972 ideia, em um dia teve uma saída de 400 comprimidos de clorpromazina, que é um
3973 antipsicótico. Ou seja, quase para atender a unidade inteira. Dava para medicar
3974 quase todas as pessoas com essa saída diária de 400 comprimidos por uma
3975 unidade de 480 pessoas. Então, uma indicação séria de contenção química. Os
3976 relatos de uso sistemático, arbitrário e abusivo de spray de pimenta, muito
3977 espancamento... A gente fala que esses relatos são sistemáticos, porque eles são
3978 relatos que acontecem em locais diferentes, em entrevistas simultâneas e de
3979 maneira praticamente unânime. Então, não é assim uma pessoa ou outra falou, não.
3980 Foi algo que foi repetido por várias pessoas e as pessoas não sabiam que a gente
3981 ia. Estavam nas celas, não tinha como ninguém combinar nenhum tipo de discurso.
3982 Então, foi relatado que, inclusive os funcionários, os monitores da Reviver, não
3983 deveriam fazer uso de nenhum armamento menos letal. No entanto, portavam
3984 consigo o spray de pimenta. Então, eles estavam carregando isso, mesmo sem
3985 poder. Questionados, eles falaram, acho que falaram que era só para... Nem sei o
3986 que eles responderam. Foi uma coisa assim, a gente só carrega, mas não usa. Uma
3987 coisa que não fez o menor sentido, que não fechava também, no ponto de vista do
3988 discurso. O uso de cães para fazer revista nas celas, teoricamente para
3989 farejamento, apesar de não serem cães de farejamento, porque era pitbull. Então,
3990 pitbull não faz farejamento, não é uma raça para fazer farejamento. Então, várias
3991 pessoas com mordida de cães, ali tem duas pessoas com mordida de cães, porque
3992 entravam, mordiam, urinavam nas coisas das pessoas. E ali, ficou bem escura essa
3993 foto no slide, mas aquele rapaz, aquele pé, está com várias marcas de bala de
3994 borracha e ali também há um braço com várias marcas de bala de borracha, também
3995 a partir desse uso abusivo, que era feito de maneira bastante sistemática na
3996 unidade, de acordo com o relato das pessoas privadas de liberdade, de maneira, de
3997 novo, sistemática. Então, já vou passar agora da área branca, pode passar, por
3998 favor, o slide, para começar as unidades socioeducativas. Falando bastante rápido
3999 para a gente agilizar um pouco. Então, o sistema socioeducativo de Sergipe é gerido
4000 pela Fundação Renascer, que é vinculado à Secretaria de Estado da Inclusão,
4001 Assistência e Desenvolvimento Social. Essa unidade que a gente foi, que é a USIP,

4002 é de internação provisória. É uma unidade que tinha capacidade para 40 meninos,
4003 no dia da inspeção estava com 20. A unidade tem uma questão estrutural grave,
4004 que ela fica localizada do lado de uma academia de polícia, onde se realizam
4005 treinamentos. Então, a gente ouviu disparos de arma de fogo o tempo inteiro na
4006 unidade. Inclusive, ao longo da inspeção, o tempo inteiro a gente ouvia disparos de
4007 arma de fogo. E, quando questionamos o que era, era porque estava fazendo o
4008 treinamento dos policiais logo ao lado. Inclusive, o teto da quadra, eu não coloquei
4009 a foto aqui, mas está no relatório, o teto da quadra dos meninos é toda furada de
4010 projéteis por conta do treinamento que é feito ao lado na academia de polícia. Então,
4011 essa é uma questão que gera tortura psicológica você ouvir tiros o tempo inteiro. A
4012 gente se assustou durante a inspeção, imagina os meninos que estão custodiados
4013 ali. Vocês veem uma estrutura ali muito, muito degradada da unidade. Não só a
4014 degradação é o problema, mas uma questão que foi problemática nessa unidade,
4015 que estava, inclusive, em reforma, é que ela é uma unidade muito confusa do ponto
4016 de vista da estrutura. Ela tem locais muito escondidos, tem alojamentos de canto,
4017 tem um segundo andar. Então, é um local muito propício para esconder meninos
4018 ali, para fazer tortura. Então, nos preocupa um pouco também essa estrutura de
4019 muitos locais e locais um pouco escondidos. O segundo andar da unidade, que,
4020 teoricamente, estava fechado para reforma, depois de partir dos lados dos meninos
4021 e confirmado pela direção, havia um alojamento de isolamento que era usado no
4022 segundo andar. Então, não só ele ficava isolado de tudo, mas ele ficava isolado,
4023 inclusive, de atendimento porque ele ficava sozinho no segundo andar. No dia da
4024 inspeção, quando chegamos, tiraram rapidamente o menino que estava em
4025 isolamento, botaram ele no alojamento comum. E o próprio diretor, confrontado,
4026 confirmou essa informação para a gente. Não é algo que ele escondeu.
4027 Conseguimos que ele admitisse também. Algo que nos preocupa do ponto de vista
4028 da questão pedagógica é que os meninos são proibidos de levar material escolar
4029 para alojamento. E aí é algo que não tem a menor lógica. Com a socioeducação,
4030 você proibir que os meninos tenham o material escolar consigo no alojamento, como
4031 que eles vão estudar, como é que eles vão ler. E, questionada a pedagoga de por
4032 que não poderiam ter papéis, por que não poderiam ter material escolar, ela disse

4033 que tinha medo que os que eles usassem os papéis para fumar. Então, se essa é a
4034 pedagoga da unidade, imagine como não é o resto. Não, é para não fumar. Ela
4035 disse que ia fumar as páginas. Que ia rasgar o livro e fumar as páginas. Bom, o livro
4036 é um objeto. Eles são sujeitos e eu acho que se os objetos vão ser rasgados, isso
4037 não é um problema. A gente tem que cuidar dos humanos, não dos objetos. Uma
4038 coisa gravíssima no socioeducativo, as audiências estavam acontecendo todas na
4039 modalidade virtual. Todas. Inclusive, o atendimento da Defensoria Pública. E a
4040 Defensoria Pública não ia fazer atendimento dos meninos. Eles haviam tido contato
4041 presencial só no momento da apreensão. Depois, eles só viram por vídeo. Isso foi
4042 confrontado junto ao Tribunal de Justiça. Não sei se eles alteraram, talvez a Camila
4043 saiba, mas foram extremamente refratários quando dissemos da necessidade de
4044 que fossem presencialmente apresentados e que a Defensoria fizesse o
4045 atendimento presencial também. Acho que, do ponto de vista do uso da força, o
4046 spray espargidor de gengibre era usado com bastante frequência. Inclusive, o que
4047 estava ali estava acabando, o que indica que teve uso, porque eles, inclusive, iam
4048 pedir a troca. Se acabou, é porque foi usado. E a gente encontrou também escudos
4049 e algemas, tanto de pé quanto de mãos, armazenados na unidade. Não foi relatado
4050 o uso pelos adolescentes nem das tonfas nem das algemas de pé, mas estavam
4051 disponíveis. Problematizamos a disponibilização dos equipamentos, porque, se
4052 estão disponíveis, podem ser usados a qualquer momento. É só uma questão de
4053 oportunidade. E, de algum monitor que quiser fazer esse uso, eles estão lá.
4054 Inclusive, fotografamos. Essas são as principais questões da USIP. Vou passar para
4055 a Ronilda, que vai falar da feminina.

4056 **Sra. Ronilda** – Boa tarde a todos! Nós visitamos também a unidade de internação
4057 feminina Senadora Maria do Carmo, a UNIFEM. A UNIFEM é uma unidade bem
4058 antiga. Ela foi inaugurada no ano de 2005. É destinada a adolescentes de 12, a
4059 socio educandos de 12 a 21 anos do sexo biológico feminino. Essa unidade tem
4060 capacidade para 25 adolescentes, mas, no dia da nossa visita, ela tinha apenas três
4061 adolescentes. O que chamou muita atenção do mecanismo é que essa unidade
4062 também era gerida por um gestor do sexo biológico masculino. E nós notamos
4063 também a presença de diversos agentes socioeducativos do sexo biológico

4064 masculino. Detectamos também a presença de a realização de revistas vexatórias
4065 tantas adolescentes quanto nos familiares. Inclusive foi um momento bem marcante
4066 para nós quando uma das adolescentes relataram que um dos piores momentos
4067 para ela era o momento em que ela tinha que sair da unidade. Porque, quando ela
4068 voltasse, ela tinha que passar por todo aquele constrangimento de se despedir,
4069 agachamentos. E a estrutura da unidade também é bem precária, com diversas
4070 reformas inacabadas. A gente pode ver ali naquela na parte mais do canto. As
4071 janelas são bem altas e eles começaram a topar os buracos para que as
4072 adolescentes não pudessem ver a parte externa. A parte externa não dá nenhum
4073 acesso à rua. Era somente o quintal mesmo. E eles começaram a tampar esses
4074 buracos. E também nós percebemos uma grande ansiedade das meninas. A única
4075 distração, basicamente, que elas tinham era o acesso à TV. O que foi bastante
4076 marcante para nós também. Como vocês podem ver, aquela grade vermelha, elas
4077 ficam do lado de dentro. Para que elas possam assistir à televisão de forma mais
4078 visível, elas têm que ficar ou em pé naquela grade, segurada na grade, ou, então,
4079 sentada no colchão. De forma que a televisão é bem alta e o colchão tem que ficar
4080 muito tempo com o pescoço levantado. Pode passar, por gentileza? Outro ponto
4081 também que foi bem marcante para nós nessa inspeção foi um local chamado
4082 Tranca. Durante as entrevistas foi relatado que havia um quartinho supostamente
4083 utilizado para fins de castigo. E nós verificamos que são duas casas. A casa maior
4084 é onde funciona os alojamentos para os adolescentes que estão em medidas
4085 socioeducativas de liberdade. Que estão em cumprimento das medidas provisórias
4086 de internação. E a outra casa menor, que é a mais antiga, é destinada aos
4087 adolescentes em cumprimento das medidas de semiliberdade. E esse espaço, esse
4088 quartinho, fica nessa unidade de semiliberdade, separada do local principal, da sede
4089 principal. E, durante as entrevistas, nós recebemos essa informação de que havia
4090 esse quartinho. Após a publicação do nosso relatório, alguns jornalistas titularam
4091 esse espaço como quartinho de Barbie, onde foi relatado que qualquer
4092 desobediência por parte deles era encaminhada para esse espaço, ficando de três
4093 a sete dias isoladas. E, nesse espaço, tinha apenas um ventilador, aquela cama de
4094 pedra, como vocês podem ver. E, no interior, nós percebemos as paredes com

4095 algumas frases bem marcantes, possivelmente escritas por meninas em situação
4096 de isolamento. Acho que vocês não conseguem ver bem o que está escrito, mas a
4097 imagem da direita fala que aqui é puro sofrimento. E a outra fala que somos vítimas
4098 de covardia todos os dias nessa UNIFEM. Então, esse espaço afronta fortemente o
4099 artigo 48, parágrafo segundo do SINASE, que veda qualquer medida de isolamento
4100 das adolescentes. Então, no mais, foi isso.

4101 **Interlocutora não identificada** – Passando agora para as recomendações. Foram
4102 muitas as recomendações, mas a gente selecionou algumas aqui para a gente
4103 debater, fazer encaminhamentos. A primeira seria, e acho que uma das mais
4104 importantes, é o fortalecimento do Comitê Estadual de Sergipe, principalmente no
4105 que se refere à inserção de forças de segurança naquele espaço. Então, esses
4106 policiais civis ou policiais penais estão frequentando as reuniões do Comitê. Isso é
4107 muito grave, porque as pessoas, os familiares, os representantes da sociedade civil,
4108 alguns estão se sentindo ameaçados nessas reuniões. Então, eu percebo que o
4109 fortalecimento do Comitê é um ponto muito importante para a gente e, creio que,
4110 para o Presidente, para o ex-Presidente, o Kwame, e também para a Iza, é algo
4111 que, se eles se sentirem à vontade, acho que eles podem até falar, acho que eles
4112 estão presentes na reunião, podem complementar. Outros pontos é que o Comitê
4113 realmente monitore as recomendações emitidas pelo Mecanismo Nacional, dentre
4114 elas, as condições de funcionamento do Mecanismo Estadual de Prevenção e
4115 Combate à Tortura. Essa discussão está surgindo ali no âmbito do Comitê e creio
4116 que é necessário que alguém do Comitê Nacional esteja presente para, enfim,
4117 ajudar nessa concepção para que não ocorra ali, digamos assim, nenhum tipo de
4118 anomalia. Também pedimos que o Comitê ajude nessa articulação de criação de
4119 um grupo de trabalho interinstitucional no Estado, principalmente no que se refere
4120 às recomendações do Mecanismo Nacional. É importante que vocês façam,
4121 juntamente conosco, pares, que a gente possa separar nesse momento de criação
4122 de um grupo de trabalho interinstitucional. Também que monitore a criação de um
4123 ato administrativo relacionado à imediata proibição de revista vexatória nas
4124 unidades em relação ao socioeducativo. O monitoramento da vedação de uso de
4125 espargidores, marca-passos, escudos, cacetetes, estonfas, que constitui uma

4126 violação do SINASE. E também, por fim, nos ajude a construir, a monitorar e
4127 construir uma vedação da custódia de meninas por agentes homens no
4128 socioeducativo. Foi isso que a gente observou. Acho que a Ronilda falou muito bem
4129 em relação a isso. Então, isso tem ocorrido ali no Estado de Sergipe, mais
4130 especificamente na UNIFEM. Só isso.

4131 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4132 **e Cidadania – ITTC) –** Acabaram? Acabaram? Então, eu queria agradecer a
4133 Ronilda, Camila, Ana Valesca, Carol, pela apresentação do relatório e abrir aqui
4134 para as falas e encaminhamentos. E uma coisa que eu estava aqui pensando, não
4135 sei se a gente tem ao longo desse tempo aqui de Comitê, etc., mas não só essa em
4136 especial, assim como na missão anterior e outras que já foram faladas aqui, foi
4137 muito falado do uso desses armamentos menos letais. Que, na verdade, não são
4138 menos letais. Inclusive, tem até um vídeo que depois a Carol recebeu como uma
4139 denúncia hoje e a gente pode mostrar esse vídeo, que é justamente do uso de um
4140 desses armamentos que são menos letais, mas que são letais. E acho que talvez a
4141 gente tenha que trabalhar nisso. De uma recomendação aqui do Comitê, etc., para
4142 a regulamentação desse uso desses armamentos. E a gente entender também o
4143 gasto que se tem feito com esse tipo de equipamento pelo Estado. Porque é um
4144 gasto astronômico com esse tipo de equipamento em comparação com gastos com
4145 outras coisas das quais a gente, enfim, vê faltando no sistema prisional. Então, acho
4146 que talvez a gente devesse, aqui como um dos pontos, tratar dessa questão e de
4147 como são feitas também essas licitações para comprar esses equipamentos, etc.
4148 Eu vou passar a palavra para a Patrícia, para a Maria Clara e para a Fernanda e
4149 para o Caio. Tem uma pessoa que está online também? O primeiro? O primeiro?
4150 Eu não sei porque eu estava falando, etc. Então, vai ficar essa ordem. Eu não estou
4151 conseguindo ler. Quem é o nome da pessoa? Depois do Caio, eu passo a palavra
4152 para você. Patrícia. Então, está bom. Pode falar primeiro. Desculpe, eu não sei o
4153 seu nome. Se quiser falar, eu não estou conseguindo ler aqui e também acho que
4154 não sei como pronuncia. Ah, é Kwame?

4155 **Sr. Kwame Kwanzaa (Presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate**
4156 **à Tortura de Sergipe – CEPCT/SE) –** Sou eu? Kwame.

4157 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4158 **e Cidadania – ITTC) –** Isso, isso. Pode falar.

4159 **Sr. Kwame Kwanzaa (Presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate**
4160 **à Tortura de Sergipe – CEPCT/SE) –** Boa tarde, pessoal. Muito bom estar aqui. É
4161 a minha primeira reunião que eu participe do Comitê Nacional. Espero voltar em
4162 outras. Eu estou como Presidente aqui do Comitê Estadual de Prevenção e
4163 Combate à Tortura de Sergipe. E aí, eu teria alguns comentários. Vou tentar ser
4164 breve também. Sobre o mecanismo estadual, nós esperávamos a reunião do CAAT,
4165 do Comitê Nacional de Tortura da ONU, porque a Patrícia deve lembrar, a gente
4166 ficou na reunião que nós discutíamos a minuta do mecanismo aqui. Nós tínhamos
4167 algumas dúvidas. Por exemplo, se pode ou não a questão do ensino superior.
4168 Pessoas sem o ensino superior compor os mecanismos estaduais. E aí foi nos
4169 alertados que talvez saísse alguma coisa nas considerações finais, saíssem algo a
4170 respeito disso nas considerações finais do Comitê da ONU. E a gente também deu
4171 uma parada aqui pra esperar o dia 12 de maio. E eu acredito que agora na nossa
4172 reunião ordinária no dia 14, a gente toque pra frente novamente esse edital. Mas
4173 ainda fica a dúvida, então eu gostaria até de consultar aqui, se for o espaço, se for
4174 apropriado em relação a isso, porque é um ponto que está numa discussão assim
4175 dentro do nosso Comitê. Outra coisa em relação a mecanismo é que a
4176 recomendação, e como foi reafirmada aí nessas recomendações que colocaram
4177 como prioritárias, está recomendado que sejam seis vagas pra o mecanismo
4178 estadual. E aqui a gente, tanto no governo anterior quanto no governo atual,
4179 estávamos acertando pra três. E era uma coisa que tem na Lei nossa desde 2016.
4180 Então da minha parte tem um pouco esse impasse assim. Seguir aquilo que está
4181 na Lei e colocado, acordado com a gestão anterior e atual do governo estadual, ou
4182 ainda adiar fazer essa discussão aqui, é algo que eu talvez gostaria de ouvir
4183 também de vocês, o que vocês acham. Porque há um risco também da gente não
4184 fazer agora com isso que está acordado com o governo e acabar postergando a

4185 criação do mecanismo. Sobre o Comitê, no relatório há uma discussão, eu levo mais
4186 ou menos lá entre a página 17 e 20, no final da introdução, sobre a oposição da
4187 Secretaria de Justiça aqui do Estado de não reconhecer a legitimidade do Comitê
4188 em também estar nos espaços de privação de liberdade. Foi algo que surgiu no
4189 governo anterior, a Secretaria de Justiça, após uma visita conjunta que não estava
4190 só o Comitê, mas estavam outros órgãos também aqui, principalmente da Justiça,
4191 depois disso a situação foi impedida, dizendo que era atribuição apenas do
4192 mecanismo estadual quando for criado. A partir de documentações que eu li do
4193 Comitê Nacional, acho que a recomendação 7 e a 8 acho que traz, até recomenda-
4194 se que os Estados ao criarem as leis garantam isso, e por tudo que eu olhei, já
4195 estudei, me parece ser algo que é uma atribuição também, fazer esse
4196 monitoramento nos espaços de privação de liberdade. Só que isso foi questionado
4197 pela Secretaria de Justiça, por enquanto essa foi a única autoridade que nos
4198 recebeu, todas as demais, hoje eu confirmei isso, já estão sendo oficiadas para
4199 também nos receber, mas a Secretaria de Justiça que nos recebeu continuou nessa
4200 posição, ela disse que não dá para abrir esses espaços para quaisquer das 13
4201 pessoas que vierem a compor sempre o Comitê, que não é assim, e que recebe
4202 todos os dias pedidos de pessoas, de movimentos, de organizações, que querem
4203 também entrar nos presídios e não pode fazer isso, então é uma situação
4204 complicada, essa falta de compreensão por parte dessa autoridade específica,
4205 porque é quem está à frente da Secretaria de Justiça, que tem como atribuições
4206 cuidar desses espaços de privação de liberdade do sistema prisional, então é uma
4207 situação complicada, eu não sei o que vocês podem fazer, esse contato direto com
4208 a Secretaria de Justiça, tentar passar essa compreensão, é algo também que nos
4209 ajudaria até mesmo a acompanhar, fazer um monitoramento dessas
4210 recomendações, o que tem sido modificado ali no espaço mesmo, vocês viram aí
4211 as dificuldades são inúmeras, e a gente precisa acompanhar isso de mais de perto,
4212 temos essa compreensão dessa necessidade, mas há esse impedimento, e
4213 gostaríamos que vocês nos ajudassem a superar isso. Sobre os presos provisórios,
4214 eu gostaria de ressaltar que Sergipe tem, e eu também falei isso na reunião com a
4215 Secretaria de Justiça, tem o maior índice de presos provisórios no país, eu já vi isso

4216 em três fontes diferentes, pelo menos duas aí no site do CNJ, do programa Fazendo
4217 Justiça, esses relatórios, as documentações que tem lá, eu já vi em três fontes
4218 diferentes que nós temos o maior índice, sempre acima de 60% de presos
4219 provisórios, tem fontes que chegam até mais de 70% de presos provisórios, então
4220 é uma situação bastante difícil, eu vi que nessa reunião do Conselho das Nações
4221 Unidas, o Brasil recebeu elogios por ter diminuído o índice, acho em torno, estava
4222 no último relatório 40 e poucos por cento, e foi para 20 e poucos por cento de presos
4223 provisórios, se eu não estiver enganado, mas aqui a gente está em um índice então
4224 muito acima, e é uma situação preocupante, e tem que entender como é que a gente
4225 faz para diminuir essa situação. Eu acho que de início são essas as minhas
4226 preocupações maiores, por enquanto.

4227 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4228 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada, eu vou passar pela própria Patrícia.

4229 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
4230 **Desencarceramento)** – Então, o Comitê de Sergipe é um Comitê bem recente, ele
4231 foi, primeiro teve uma audiência Pública puxada pela PRDC, pela Doutora Marta, e
4232 aí a gente questionou a Lei, porque assim, a Lei é bem ruim, a Lei tem a secretaria
4233 de, chama-se penitenciário, polícia para caramba, muito, e aí aquela coisa, vamos
4234 fazer assim, mas na frente a gente conserta, e eu coloquei justamente isso na
4235 audiência Pública, isso não dá certo, a gente já tivemos outros exemplos. Mas,
4236 enfim, quem estava na audiência resolveu aceitar para mais na frente conserta, e o
4237 mais na frente conserta virou remendo. Por exemplo, eu fui para Sergipe ano
4238 passado dialogar com os membros do Comitê, para falar o que era o Comitê, o que
4239 era a atribuição. Chegando lá, os agentes penitenciários que estavam lá, estavam
4240 ali no Comitê porque eles queriam ser do mecanismo. Isso foi a fala. E aí eu falei,
4241 olha, vocês são agentes penitenciários, vocês não podem ser do mecanismo. Isso
4242 criou um alvoroço, a Delegada de polícia querendo ser do mecanismo, e aí eu falei,
4243 vocês não serão. Então, assim, acho que a gente também tem que ter esse cuidado.
4244 É uma outra coisa, não precisa ter formação acadêmica para ser do mecanismo. É
4245 a hora de acabar com isso. E falo isso sem nenhum problema. Não tem o problema

4246 de dizer que eu não tenho formação acadêmica. Para os outros é um problema,
4247 para mim não é. E vou reafirmar isso sempre. Porque o que acontece? Você está
4248 discriminando quem não tem. Então, assim, o mecanismo nacional tem? Tem. Mas
4249 o mecanismo de Pernambuco não tem? E o do Rio de Janeiro, que foi o primeiro do
4250 Brasil, não tem? E acho que é a hora de a gente dizer isso também. Porque, senão,
4251 a gente não consegue avançar. E, aí, uma pessoa que não tem formação
4252 acadêmica, que pode passar pelo caminho, não vai, porque tem que ter formação
4253 acadêmica. Não dá. Não dá. Então, acho que a gente tem que olhar e ter muito
4254 cuidado com isso. E os familiares, e os sobreviventes que quiserem e que puderem
4255 estar no mecanismo. Por exemplo, a ex-Presidente do Comitê Nacional foi uma
4256 sobrevivente do sistema, que é a Iza. E, assim, a de Sergipe não tem nenhum
4257 problema ela ter passado pelo sistema. Eu acho que a gente também, se a gente
4258 fala de sistema prisional, de recuperação, porque tem todo o diálogo da
4259 recuperação, a gente também tem que olhar por isso. Então, acho que, voltando a
4260 uma outra questão, acho que está na hora também do Comitê Nacional da gente
4261 repensar as repactuações. A gente tirou diretrizes no primeiro encontro, no segundo
4262 encontro e no terceiro encontro. E está tudo lá. Então, acho que a gente precisa
4263 voltar nisso e discutir isso. Três membros, não sei se é o ideal para Sergipe, não dá
4264 conta. Não dá conta, gente. As pessoas precisam tirar férias. No mínimo, para fazer
4265 visita é três. No Rio de Janeiro, são seis. Olhando para a gestão do Rio de Janeiro
4266 hoje, seis não dá conta. Então, assim, a gente tem que pensar que é uma política
4267 Pública. Três pessoas é inviável. Rondônia foi com três, é inviável. O do Rio foi o
4268 primeiro, Pernambuco foi o segundo, Rondônia foi o terceiro. Quarto foi da Paraíba,
4269 que é três que seguiu Rondônia. E que não dá conta. Não dá conta. Então, acho
4270 que a gente precisa pensar nisso também.

4271 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4272 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Patrícia. Acho que essa é uma discussão que a
4273 gente precisa ter no sentido de que precisam ter alguns parâmetros também, até
4274 para auxiliar os Estados na discussão para a criação dos comitês e mecanismos.
4275 Porque, senão, fica uma questão muito discricionária e cada um vai criando ao seu
4276 gosto. E aí, no final das contas, a gente não tem uma questão que, de fato, esteja

4277 de acordo com os parâmetros das normas das quais o Brasil é signatário, etc. Então,
4278 acho que isso tem vindo cada vez mais com uma demanda maior, inclusive, para
4279 pensar onde esse mecanismo vai estar instalado. Se é na Assembleia Legislativa,
4280 se não é na Assembleia Legislativa, se é no Poder Executivo, se não é. Então, essas
4281 discussões são muito importantes e acho que a gente tem que ter cada vez mais
4282 aqui. Inclusive, para ter uma salvaguarda para os Estados que queiram consultar o
4283 Comitê Nacional. Não é que nós faremos essas leis, etc. Isso é uma construção
4284 conjunta, mas acho que pode ter um tipo de parâmetro para que a gente possa
4285 conversar melhor sobre esse tema. Vou passar para a Maria Clara e para o Caio na
4286 sequência.

4287 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
4288 **Organizações Populares – GAJOP) –** É breve. Amanhã a gente vai ter esse
4289 momento para falar sobre a criação dos comitês e mecanismos estaduais e, aí, acho
4290 que a gente pode aprofundar esse debate sobre a recomendação. Sobre Sergipe,
4291 para parabenizar as peritas. Eu tinha esquecido de parabenizar no relatório anterior
4292 também, pelo trabalho de vocês, pela apresentação. Sergipe é um estado que, no
4293 âmbito do Comitê, a gente está sem ponto focal. Então, eu só queria chamar a
4294 atenção para isso. Eu? Ah, Está! Mas na planilha não está preenchido. É eu! Você
4295 está em todas, Patrícia? É isso mesmo? Então, cancela isso aí. Sugeri para definir
4296 o ponto focal, mas já é, Patrícia. Coloca na planilha, então. Atualize.

4297 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde e Sexualidade – SOMOS)**
4298 – A gente está ainda no relatório. Está. Isso. Acho que foi... Não lembro quem
4299 apresentou o PREFEM. Você falou ali sobre as pessoas terem trabalho para
4300 remissão. São costuras de sacolas, isso? Mas esse trabalho não é remunerado. E
4301 qual é o destino dessas sacolas?

4302 **Interlocutora não identificada –** São ecobags que eles vendem, se não me
4303 engano, numa loja.

4304 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde e Sexualidade – SOMOS)**
4305 – Quem vende? Você lembra quem vende?

4306 **Interlocutora não identificada** – Odara. Isso. Tem uma empresa que tem um
4307 projeto Odara que faz sacolas para vender na cidade de Sergipe.

4308 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde e Sexualidade – SOMOS)**
4309 – Essa Odara é uma empresa? É uma pessoa jurídica?

4310 **Interlocutora não identificada** – Sim.

4311 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde e Sexualidade – SOMOS)**
4312 – E o dinheiro é uma organização social cujo recurso vai para essas pessoas?

4313 **Interlocutora não identificada** – Pelo que me parece, sim. E as pessoas da
4314 unidade não têm o retorno financeiro dessas sacolas, apesar de elas serem
4315 vendidas. Só tem a remissão.

4316 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde e Sexualidade – SOMOS)**
4317 – Porque eu acho que é o caso daí, ser verificado, me passa isso em mente. Em
4318 muitas instituições, as pessoas podem ter um trabalho, podem ter uma função
4319 laboral e não serem remuneradas. Isso acontece com frequência. Normalmente,
4320 quando o trabalho diz respeito à administração da unidade. Então, a pessoa
4321 trabalha na limpeza, a pessoa trabalha na cozinha. E o trabalho é remissão e ponto
4322 final. Agora, quando o trabalho gera lucro para outra instituição, aí são outros 500.
4323 E se esse trabalho gera lucro para outra instituição e não gera remuneração, isso
4324 tem um nome? É uma situação análoga à escravidão. Então, aqui é um caso,
4325 obviamente, para a gente atuar, mas eu acho que esse ponto em específico, ele
4326 deveria ser remitido para o órgão responsável, que, nesse caso, eu acho que voltou
4327 a ser o Ministério do Trabalho.

4328 **Interlocutora não identificada** – A gente fez recomendação para a MPT.

4329 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde e Sexualidade – SOMOS)**
4330 – Isso, é. Então, acho que esse é um ponto importante. E ali, no outro caso é o
4331 contrário, no PRES LIM. As pessoas trabalham e não têm remissão. Está, mas aí é
4332 aquele tipo de atividade que a pessoa faz na unidade.

4333 **Interlocutora não identificada** – Isso. É internamente isso.

4334 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde e Sexualidade – SOMOS)**

4335 – Não tem uma finalidade de venda?

4336 **Interlocutora não identificada** – Não. Embora os artesanatos são até artesanatos
4337 bonitos, poderiam até ser colocados para a exposição. São lindos, tem aviões,
4338 caminhõezinhos que eles fazem. Não se tem notícia se isso é colocado depois.
4339 Geralmente, se há alguma parceria do próprio sistema prisional com algum órgão
4340 para fazer a exposição, reverter o lucro para o fundo ou para ele, também, e a
4341 família.

4342 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde e Sexualidade – SOMOS)**

4343 – Sim. O que mais me chamou a atenção mesmo foi o caso de um terceiro estar
4344 explorando a atividade e não um avião nenhum.

4345 **Interlocutor Não Identificado** – Posso fazer duas brevíssimas observações? Isso
4346 é bem relevante.

4347 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho
4348 E Cidadania – ITTC)** – Sobre isso que acabou de falar do trabalho?

4349 **Interlocutor Não Identificado** – Isso. Caio. Desculpe. Chamei de Igor. Mas é um
4350 elogio. É um amigo meu. Primeiro, em relação aos ecobags, sob nenhuma hipótese,
4351 remissão de pena pode se equiparar à remuneração. Em relação ao trabalho dentro
4352 da unidade prisional, nunca para a unidade prisional, para limpeza e conservação
4353 do espaço próprio. Então, se ele trabalhar na cozinha, tem que ser remunerado.
4354 Isso é importante. Separar isso. Se ele trabalha para a administração, tem que ser
4355 remunerado. Se ele trabalha para uma empresa terceirizada, é remunerado. Se
4356 produz... Acho especialmente cruel o nome do projeto e as pessoas trabalhando de
4357 graça dentro dele. Isso é um absurdo. O outro caso, que estávamos falando em
4358 relação ao artesanato, o que a legislação trata de forma bem objetiva, se tem
4359 sentido econômico, ele tem que produzir remissão de pena necessariamente. É só
4360 saber separar. Se ele está fazendo artesanato para fim de labor terapêutico, estamos
4361 falando de uma questão de saúde, ou se é para fim econômico. Se é para fim
4362 econômico, ele tem que ter a remissão da pena, ainda que ele não consiga vender

4363 o objeto. Mas se a intenção for para isso, essa observação é necessária. Desculpe,
4364 era só isso.

4365 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4366 **E Cidadania – ITTC)** – Imagina. Obrigada. Vou passar para a Fernanda.

4367 **Sra. Fernanda Da Silva Rodrigues Fernandes (Titular - Associação Nacional**
4368 **Das Defensoras E Defensores Públicos - ANADEP)** – De novo, vou ressaltar uma
4369 questão de gênero aqui nos relatórios. Agora não vou lembrar quem falou. Mas a
4370 Comissão Interamericana tem um monte de decisão sobre mulheres no sistema
4371 prisional e fala de violência de gênero no cárcere como sendo aquela violência
4372 dirigida especialmente às mulheres por serem mulheres ou que afetam as mulheres
4373 de forma desproporcional pela questão de gênero. E aí, Secretário, de novo aqui,
4374 secretário Rafael, uma questão de gênero quando as peritas falaram sobre
4375 mulheres sendo obrigadas a usar cuecas. E eu aqui conversando com o Mateus e
4376 falei, olha, imagina, só para vocês terem a proporção do absurdo disso. Imagina se
4377 fosse com homens sendo obrigados a usar calcinha. Isso não iria gerar uma rebelião
4378 assim? Imagina uma informação sobre uma unidade em que homens foram
4379 obrigados a usar calcinha.

4380 **Interlocutor Não Identificado** – Até comentei com a Doutora Jaqueline na hora, só
4381 queria entender a lógica disso.

4382 **Sra. Fernanda Da Silva Rodrigues Fernandes (Titular - Associação Nacional**
4383 **Das Defensoras E Defensores Públicos - ANADEP)** – Não tem lógica. De fato,
4384 estou trazendo novamente aqui a Luz a questão só para a gente saber como é uma
4385 questão de gênero.

4386 **Interlocutor Não Identificado** – Sim. Realmente alguém perguntou por quê.

4387 **Sra. Fernanda Da Silva Rodrigues Fernandes (Titular - Associação Nacional**
4388 **Das Defensoras e Defensores Públicos - ANADEP)** – Não, é um absurdo. É uma
4389 questão de violência de gênero. É só a gente mudar o parâmetro. Homens usando
4390 calcinha. Aí fica muito clara a violência. E, da mesma forma, a questão das
4391 adolescentes serem colocadas no quatinho, que é o quatinho da Barbie, para

4392 serem castigadas. O quanto isso também não representa uma questão de gênero.
4393 Não sei se o mecanismo hoje nas inspeções... Porque vejo que vocês têm vários
4394 critérios. Não sei se vocês têm um critério só sobre violência de gênero que tenha
4395 nos relatórios de vocês. E, caso não tenha, seria adequado ou recomendável passar
4396 a ter, já que a gente tem observado tanto como sendo uma frequência para começar
4397 a gerar informação mesmo. Violência de gênero. Foi observado XYZ. Porque vocês
4398 sempre têm os tópicos. Alimentação, saúde... De repente, a gente começar a
4399 colocar, inclusive, Secretário, nas inspeções do SENAPPEN. Porque o SENAPPEN
4400 também faz suas visitas e inspeções para que a gente tenha um tópico só sobre
4401 violência de gênero. Porque não tem como escapar. É isso. É ódio às mulheres. É
4402 ódio ao corpo das mulheres. A existência das mulheres.

4403 **Interlocutor Não Identificado** – A gente está organizando, com as ouvidorias, um
4404 instrumental objetivo para a fiscalização das unidades prisionais. Porque a gente
4405 traz, não só para a gente, mas para os Estados também, um padrão de elementos
4406 a serem observados nas inspeções. Eu vou pedir para poder incluir objetivamente
4407 esse questionamento.

4408 **Sra. Fernanda Da Silva Rodrigues Fernandes (Titular - Associação Nacional**
4409 **Das Defensoras E Defensores Públicos - ANADEP)** – É só pegar o conceito da
4410 Comissão Interamericana de Violência de Gênero em Unidade de Privação de
4411 Liberdade que eu acho que fica uma questão clara e já deixo um critério lá se vocês
4412 acharem pertinente para as inspeções de vocês, mas também para as inspeções
4413 do SENAPPEN ou visitas, como vocês mencionaram. E aí, não sei se seria
4414 necessária uma recomendação do CNPCT, Presidente, sobre isso, mas eu acho
4415 que não. Sobre isso ser incorporado nos relatórios das inspeções. Aí é outro
4416 encaminhamento. Acolher todas as recomendações do mecanismo em relação aos
4417 três relatórios para que a gente possa acompanhar. E eu não sei se vocês achariam
4418 pertinente...Quando vocês fizeram os relatórios, uma recomendação específica
4419 sobre essas duas questões das mulheres sobre as mulheres, não que sejam menos
4420 gravosas ou mais gravosas que as outras, mas, porque me parece que está nesse
4421 contexto de gênero que pode ficar um pouco de chuva.

4422 **Interlocutora não identificada** – Mais especificamente, esses pontos que você
4423 estava comentando, eu tirei também das nossas recomendações. Foi uma
4424 recomendação que a gente fez para a direção, essa questão das calcinhas, enfim.
4425 A gente recebeu uma resposta, depois eu posso encaminhar para vocês. Eles
4426 falaram que não é proibido o uso de calcinhas, é simplesmente um modelo para não
4427 ficar marcado. Eles bateram de novo nessa justificativa, que é totalmente fora da
4428 legalidade.

4429 **Sra. Fernanda Da Silva Rodrigues Fernandes (Titular - Associação Nacional**
4430 **Das Defensoras E Defensores Públicos - ANADEP)** – Só uma. Só uma pergunta
4431 sobre isso, só para entender. Eles fornecem cuecas ao invés de fornecer calcinhas?
4432 A família tem que levar uma cueca?

4433 **Interlocutora não identificada** – A família é assim, eles não fornecem calcinha.
4434 Calcinhas são usadas. A unidade fornece calcinhas usadas, certo? A família tem
4435 que levar calcinha, box ou a cueca. É isso.

4436 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4437 **E Cidadania – ITTC)** – Gente, eu vou só falar a ordem aqui de pessoas que
4438 levantaram a mão. Eu não tenho total certeza, mas eu acho que é a Jaque. Aí, na
4439 sequência, a Camila, a Vilma, que está online, Mauricleia, Nana e Mateus. Aí eu
4440 vou pedir também para que as falas, embora o tema seja difícil, a gente ter falas
4441 breves, mas que tentem ser mais breves. Então, é a Jaque primeiro.

4442 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**
4443 **Resistência Contra O Genocídio)** – De os meus questionamentos, eu me senti
4444 contemplada pela fala da Fernanda. Eu só quero... Sintam-se abraçada todas as
4445 peritas, porque eu fico pensando... Eu me arrepiei aqui diversas vezes, meu corpo
4446 todo estremeceu. Diversas vezes aqui vendo imagens. Eu fico pensando o quão é
4447 pesado para vocês... Inclusive, a violação de gênero é extrema, inclusive enquanto
4448 mulheres. Enquanto pessoas humanas já é violento, mas enquanto mulheres estão
4449 assim... Sintam-se abraçada. Acho que nem parabéns. Forças aí, porque é muito
4450 complicado, mas só reforço os questionamentos apontados pela Fernanda.

4451 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4452 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Jaque. Vou passar para a Camila.

4453 **Sra. Camila (Perita – Mecanismo Nacional)** – Eu só queria fazer um comentário
4454 rápido sobre a questão do mínimo de peritos que a gente deve ter em um
4455 mecanismo estadual. Quando fizemos a nossa incidência em Genebra, para a
4456 última sessão do CAT, tivemos a oportunidade de nos reunir com uma pessoa, um
4457 integrante da SPT, que é da Secretaria Executiva, a Virginia Thompson, que é ponto
4458 focal para as Américas. E nós pedimos à SPT que formule uma recomendação no
4459 sentido de um número mínimo de peritos para você ter uma organicidade no
4460 trabalho dos mecanismos. Por exemplo, mecanismos com três pessoas, isso expõe
4461 pessoalmente as pessoas, obriga as pessoas a ter que ter uma relação mais
4462 próxima com o governo, apenas por uma questão de sobrevivência, e você não tem
4463 uma organicidade do trabalho. Então, assim, um mecanismo com três pessoas é
4464 uma política para inglês ver. E nós precisamos urgentemente de um parâmetro, o
4465 Comitê, se puder ajudar com isso. Acho que vale a pena uma recomendação, uma
4466 resolução, uma diretriz, no sentido de a gente ter pelo menos, sei lá, seis pessoas.
4467 Acho que, para um estado pequeno, porque seis no Rio de Janeiro, só que o sistema
4468 do Rio de Janeiro é imenso. Mas, assim, para estados que têm um sistema prisional
4469 médio para pequeno, acho que seis peritos seria o mínimo para você ter uma
4470 organicidade. Então, a gente encomendou essa recomendação à SPT, espero que
4471 eles façam. Com relação à violência de gênero, a gente tem diversos gargalos que
4472 a gente identifica não só da violência de gênero, mas de outras violências
4473 específicas. E aí eu chamo a atenção para a precarização do trabalho do
4474 mecanismo nacional. Porque nós precisamos de uma assessoria de pesquisa,
4475 porque nós produzimos uma avalanche de dados primários. E esses dados, a gente
4476 tem o relatório, mas esses dados precisam de um tratamento para a gente poder
4477 ter sínteses, uma pessoa ou um grupo de pessoas que vai analisar o conjunto dos
4478 nossos relatórios. Ano passado, a gente inspecionou 44 unidades. É muito dado.
4479 Então, assim, nós vamos conversar com o Ministro Silvio Almeida sobre a
4480 necessidade que a gente tem de, por exemplo, uma assessoria de pesquisa para
4481 trazer produtos no sentido de uma sistematização dos dados primários produzidos

4482 pelo mecanismo nacional. Para que os relatórios não virem também uma letra
4483 morta.

4484 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4485 **E Cidadania – ITTC)** – Camila, só em relação a isso, é um ponto que eu tinha falado
4486 com a Carol, que eu não conversei ainda com a coordenação do ITTC, mas a gente
4487 estava falando, no Rio de Janeiro, sobre a possibilidade de relatórios temáticos. De
4488 pegar, então, os relatórios que vocês já fizeram e fizeram relatórios temáticos. E é
4489 uma das coisas que eu sugeri, e acho que isso pode acontecer com outras
4490 organizações, é óbvio que, de fato, eu acho que precisa de pessoas que sejam
4491 contratadas para fazerem isso no mecanismo de forma periódica e para que esses
4492 dados sejam produzidos e até comparados com o tempo, etc. Mas que, por
4493 exemplo, o agente do ITTC, que trabalha há mais de 25 anos com a questão do
4494 encarceramento feminino e essa pauta de gênero, que a gente auxiliasse na
4495 elaboração deste relatório, por exemplo, temático em relação a mulheres. E nós
4496 somos equipe, por exemplo, de pesquisadoras. Então, que a gente e a nossa
4497 organização possam fazer isso. E é algo que eu vou levar para a coordenação do
4498 ITTC, mas eu acho que talvez nesse sentido há até a possibilidade de pensar em
4499 organizações que trabalham com temas específicos, por exemplo, o GAJOP, que
4500 trabalha com o socioeducativo, etc., para a gente, aprofundando esses temas com
4501 lugares que já estão, já têm esse conhecimento, etc., para pegar esse material que
4502 vocês fizeram e, em conjunto com vocês, trabalhar em relatórios temáticos.
4503 Obviamente que a gente não pode tratar isso como uma política de Estado, porque
4504 isso pode até abrir um precedente para que não se contratem, então, profissionais,
4505 porque as organizações vão fazer isso. Mas, de todo modo, não se estão
4506 contratando profissionais agora e uma coisa também não exclui a outra. Então, acho
4507 que isso pode ficar como um horizonte de possibilidade e eu vou falar com o ITTC
4508 especificamente em relação a este relatório temático sobre mulheres. E vou passar
4509 aqui... Espera aí, agora... É a Vilma.

4510 **Sra. Vilma** – Gente, eu vou ser bem rapidinho. Só vou parabenizar um relatório tão
4511 diferenciado que traz luzes para a gente nem respirar, porque respirar a gente não

4512 pode depois discutir uma história dessa. Mas que traz essa possibilidade de
4513 reflexão. Para mim, isso é luz, trazer essa possibilidade de reflexão. Eu estou
4514 pasma, porque nunca vi a história das cuecas. Eu já ouvi criança nascendo dentro
4515 da unidade e filho de policial penal. É outra história. Mas essa situação também é
4516 muito... Ela me traz um olhar que agora eu também vou olhar dentro da prisão.
4517 Também ver essas situações, trazer e ver o que acontece. Mas quero agradecer.
4518 Não vou falar de muita coisa, porque a questão da religião. A gente tem unidades
4519 aqui no estado que tem mais de oito locais de cultos. E isso é uma situação que a
4520 gente tem que tratar com muito cuidado. E para que o preso também tenha a sua
4521 opção de religião, mas não da forma que está sendo feita dentro das unidades
4522 prisionais. Respeitando a todos, a todas as religiões, inclusive sempre é um serviço
4523 ecumênico de militância nas prisões. Eu quero deixar claro que isso tem que ser
4524 olhado de forma bem pontual e com muito cuidado e zelo, porque é uma coisa muito
4525 séria que está acontecendo dentro do sistema prisional. Vou me despedindo,
4526 porque um preso com problema mental foi liberado agora sem a família saber nem
4527 onde ele foi e se ele sabe voltar para casa. Estou me comunicando e, por isso, peço
4528 desculpas, mas vou sair do ar, está bom?

4529 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4530 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Vilma, pela sua presença, pela sua presença tão
4531 aguerrida aqui em todas as nossas reuniões. Vou passar a palavra para a
4532 Mauricleia, mas a Jaque falou que tinha esquecido um ponto muito rápido. Não foi
4533 isso? Então, você fala e depois a Mauricleia.

4534 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**
4535 **Resistência Contra O Genocídio)** – Na verdade, só uma questão no relatório que
4536 me causou uma certa inquietação talvez é o lance da questão racial. Nós falamos
4537 anteriormente em relação à questão da mulher indígena. Nós da Rede, por exemplo,
4538 que atuamos nos casos de prisões forjadas, a incidência, inclusive, sem pesquisa,
4539 o que a gente observa é que a maioria das prisões forjadas são jovens prédios
4540 periféricos. E aí, nos relatórios, eu não vi nenhum momento de apontamento em
4541 relação à questão racial, só senti essa ausência, era esse o apontamento.

4542 **Sra. Mauricleia Soares Dos Santos (Titular – Conselho Federal De Serviço**
4543 **Social – CFSS)** – Bom, boa noite. Primeiro, agradecer a exposição de vocês, o
4544 relatório. Eu acho que vocês trazem temas bem amplos para a gente fazer o debate.
4545 Não é só as recomendações. Essas recomendações, elas vêm recheadas de certo
4546 debate que nós temos que fazer nesse Comitê. Nós temos que fazer o debate de
4547 orientação ou de uma proposição de normativa por mecanismo, por comitês, porque
4548 vocês apontam isso. Nós temos que diferenciar o que é, e aí eu vou pegar
4549 exatamente a fala aqui da companheira, porque eu escrevi aqui e o quesito racial,
4550 porque se vocês prestarem atenção, os dois relatórios, eles falam exatamente disso.
4551 A maioria da população que vocês colocaram aqui no diagnóstico, inclusive eu
4552 marquei, são de pessoas negras. Porque se a gente pegar os dados do IBGE, os
4553 pardos e os negros, são de pessoas negras. Tanto o de Salvador como o de
4554 Sergipe. Então, eu até coloquei aqui o quesito raça e cor. Cor. Porque é uma coisa
4555 que me chamou atenção. No nosso grupo foi colocado o material do IML, onde eles
4556 não identificam as pessoas nem pelo nome, pelo sexo. Eles colocam indefinidos,
4557 alguns. Eu nunca vi isso, não ter definição. E a raça, a cor, não aparece em lugar
4558 nenhum. E nós sabemos, diante disso aqui, que a companheira Jaque falou. Então,
4559 eu acho que nós temos muito trabalho para fazer isso. uma coisa é o GT que foi
4560 criado com a questão da mulher, que a gente vai ter que trabalhar. E a outra coisa
4561 é que eu apoio o que vocês vêm trazendo de ter uma equipe de pesquisa. Porque
4562 esses dados vão dar exatamente subsídio para nós aqui no Comitê. Então, eu acho
4563 que é de extrema importância essa pauta de vocês terem. Porque eu também fico
4564 me perguntando por que tanta produção e onde estão esses dados? Uma outra
4565 coisa que eu participei aqui de uma atividade com a Patrícia, era de um negócio de
4566 um relatório, ajuda aí vocês, informatizado. E aí, uma discussão que, acho que era
4567 do Ministério Público, do trabalho, trouxe muito interessante. O que era muito
4568 interessante é a discussão do que é trabalho. Eu estava olhando aqui esse negócio
4569 do Odara, é um projeto do secretário de Justiça para dizer que é tudo lá, um negócio
4570 da própria... Inclusive, contando a música do Gilberto Gil. Então, acho que tem uma
4571 questão aqui que é muito séria, que é a discussão do que é o trabalho. Eu acho que
4572 ele se perde nesse contexto e que a gente tem que se debruçar sobre esse tema.

4573 Não é só trazer as questões. Por isso que eu digo, quando vocês apontam as
4574 situações, apontam um leque muito grande. Por isso que a gente se estende nas
4575 falas, desculpe aí a mesa, mas que há uma necessidade da gente pontuar. Nós
4576 temos que discutir aqui o que é o trabalho. O que é o trabalho nesse lugar. Certo?
4577 Eu acho que isso é importante. Isso somos nós que temos que discutir para dizer
4578 isso aqui não. Isso aqui é exploração, isso aqui é trabalho... Ricardo Antunes,
4579 análogo à... à escravidão e tudo mais. Mas é trabalho. Então, acho que a gente tem
4580 que fazer um debate aqui. A gente tem que aprofundar esse debate. Essa é a nossa
4581 contribuição nessa parte que cabe nesse latifúndio. Obrigada.

4582 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4583 **e Cidadania – ITTC) – Obrigada.**

4584 **Interlocutora não identificada – Posso responder?**

4585 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4586 **e Cidadania – ITTC) – Pode.**

4587 **Interlocutora não identificada –** Carol, você começa depois. Ah, Está. Pode
4588 começar. Depois eu falo. Eu complemento. Ah, Está. Olha... Ai, meu Deus! Jaque,
4589 essa questão... Está me ouvindo? É uma questão que a gente debate. Eu sou a
4590 única mulher negra no órgão. Então, a gente questiona isso em vários níveis. Tanto
4591 nos nossos formulários, para a gente obter esses dados. Eu acho que esse é um
4592 primeiro problema que a gente encontra quando a gente vai até a unidade prisional.
4593 Onde estão esses dados? Então, a gente vai, a gente faz as nossas entrevistas, a
4594 gente pergunta como aquela pessoa se identifica e a gente vai conversar com a
4595 direção no segundo momento. É óbvio, tem os dados do SISDEPEN que a gente
4596 coloca no relatório. Maravilhoso. Mas aí, quando a gente pergunta para a direção,
4597 eles não têm os dados contabilizados. O pior, eles criam uma classificação inclusive
4598 diferente da que está no IBGE. Especificamente no caso de Sergipe, eles criaram
4599 uma nova modalidade, o par do claro e o par do escuro em uma das unidades.
4600 Inovando. Então, é algo inclusive que a gente colocou no nosso relatório. Não
4601 lembro exatamente qual. Foi no Areia Branca. Então, para a gente, é um trabalho
4602 que a gente tem feito. É um olhar que a gente tem aprimorado. Mas aí, quando a

4603 gente chega na ponta, a gente percebe que eles não têm interesse em quantificar
4604 ou em qualificar esses dados. Então, acaba que, por mais que a gente faça esse
4605 trabalho de perguntar, de entender, de perguntar para além da raça, da
4606 autodeclaração, se ele sofreu injúria racial naquele espaço, como é essa relação
4607 com a direção, se tem um tratamento diferenciado. Observa se ele tem ou não um
4608 letramento racial em relação à temática. Para além disso, a gente não tem a
4609 resposta da unidade. Então, a gente tem relatos das pessoas que são presas, que
4610 muitas vezes se identificam, se autodeclaram, informam situações de preconceito,
4611 injúria, racismo que sofrem na unidade. Mas isso não reflete... A gente não
4612 consegue esse quantitativo para compreender como esse processo acontece
4613 dentro da unidade. A unidade não nos dá a resposta. É algo que a gente vê de
4614 maneira pontual. Quando a gente recebe nos documentos, a gente não tem dados.
4615 A gente não tem dados para iniciar uma discussão sobre isso dentro dos relatórios.
4616 Esse é um problema que talvez a gente tenha que visibilizar um pouco mais nos
4617 relatórios. Não tem dados, não tem como discutir. Não tem dados, não tem como
4618 aprofundar a discussão. Talvez seja esse o indicativo que a gente, a partir de agora,
4619 possa dar nos nossos relatórios. A necessidade de aprofundar... Sim, exato.

4620 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4621 **e Cidadania – ITTC)** – E, mesmo porque não ter dado, é um dado. É um dado.

4622 **Interlocutora não identificada** – Exatamente.

4623 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4624 **e Cidadania – ITTC)** – Carol.

4625 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
4626 **Democracia)** – Então, só para complementar, Camilinha, a gente não consegue
4627 fazer um censo durante as inspeções. A gente não tem estrutura para isso. O mundo
4628 ideal é a gente chegar na unidade e conseguir se distribuir para 100% das pessoas
4629 ou passar um a um. A gente não consegue fazer isso. Muitas vezes as entrevistas
4630 são coletivas, é na cela, é com um monte de gente ao mesmo tempo. Então, nem
4631 sempre a gente vai conseguir, um a um, fazer a pergunta e aplicar o formulário. Na
4632 verdade, se você for um dia fazer a inspeção, é algo... As pessoas vêm falando,

4633 várias pessoas ao mesmo tempo, e a gente tenta organizar aquelas informações.
4634 Não é algo muito simples de individualizar tanto. E a gente não tem uma equipe
4635 para isso. Algo que a gente tem pautado no mecanismo é a necessidade de fazer
4636 um censo penitenciário com as pessoas presas já. Não é a justiça dizendo quem é
4637 que é negro ou indígena, etc., porque os dados da justiça já vêm falhos. Então, é o
4638 censo ir nas unidades e fazer esses dados, tanto para as indígenas como para as
4639 pessoas todas, não só de raça, cor, de renda, escolaridade, porque também são
4640 dados de classe que ficam invisibilizados e têm um atravessamento ali fortíssimo.
4641 O que a gente faz? A gente pede sempre os registros das pessoas privadas de
4642 liberdade com dados raça, cor. Pouquíssimas unidades têm esse registro. E aí a
4643 gente se pergunta como chegam os dados, então, da secretaria para o SISDEPEN,
4644 porque, se as unidades não têm o dado, como é que esse dado chega lá em cima?
4645 Então, é algo que a gente tem dificuldade de compreender como é que ele foi
4646 produzido, o dado, ao fim e ao cabo. Se as unidades não têm, a maioria não tem.
4647 São registros só de nomes, fulano, ciclano, beltrano. Não tem raça, cor, não tem
4648 renda, não tem nada. E, quando tem os dados, são bastante esquisitos, tipo esse
4649 do Areia Branca, que tinha categorias inovadoras, que era negro, pardo -claro e
4650 pardo escuro. Não lembro se tinha preto também. Mas, assim, eram... E é categoria
4651 inutilizável, porque como é que você vai colocar isso? O que é pardo claro? O que
4652 é pardo escuro? O que é isso? Então, assim, são categorias que, como é que depois
4653 elas são interpretadas e levadas para o SISDEPEN? Não sei. Não sabemos dizer.
4654 Então, o que a gente faz na falta disso é a consulta realmente ao CISDEPEN, que
4655 é o dado geral daquele estado, às vezes, mas não tem. Sócio educativo não tem
4656 SISDEPEN. Não tem nada. Não existem dados. Não sabemos. Então, o que eu fiz
4657 em Minas, por exemplo, foi eu fiz uma live e pedi os dados. Me entregaram os dados
4658 dos meninos e das meninas por raça e cor. Mas, porque eu fui e fiz uma live, porque
4659 não existe um sistema tipo SISDEPEN para o sócio educativo. E o último
4660 levantamento do SINASE é de 2017. Então, assim, o censo é algo que a gente está
4661 pautando. Acho muito importante o SENAPPEN se colocar nisso, junto com o MIR,
4662 junto com povos originários, porque é fundamental, mulheres, evidentemente, para

4663 a gente ter isso um pouco mais balizado e ter um... tirar um pouco dessa
4664 invisibilização que a gente percebe de maneira muito forte.

4665 Obrigada, Carol e Camila. Só que tem uma ordem aqui. A Nana, Mateus, Ronilda e
4666 Iza.

4667 **Interlocutora não identificada** – Em relação a Sergipe, em específico,
4668 respondendo um pouco à questão do Presidente do Comitê de Sergipe. Na verdade,
4669 esse questionamento da Secretaria de Justiça de Sergipe é de um cinismo único.
4670 Porque, efetivamente, ele surgiu exatamente para impedir que se fiscalizasse o
4671 PREFEM. Em específico, para impedir a Iza que entrasse no PREFEM. Então,
4672 assim, às vezes a gente tem que ter um pouco mais de maldade política para
4673 entender que, por trás de um recurso técnico, tem um objetivo político muito
4674 explícito. E o objetivo político era tanto deslegitimar a Iza enquanto Presidente do
4675 Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, por ser uma sobrevivente do
4676 cárcere, quanto impedir a fiscalização no PREFEM, onde as mulheres, quando nós
4677 fomos até lá, e eu fui, eu estava lá, ninguém me contou, estavam se alimentando
4678 de farinha com água, porque a comida era impossível de comer. E a gente chegou
4679 lá no horário do almoço e viu a comida. Ninguém contou para a gente também. E,
4680 para castigar essas mulheres e esses familiares, deixaram elas, no final de semana,
4681 sem comida. E, por isso, na segunda, nós recebemos a denúncia da situação do
4682 PREFEM. Na reunião do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de
4683 Sergipe, enquanto eu falava, o sujeitinho que representa a secretaria, que é um
4684 agente penitenciário, e a palavra é sujeitinho, filmava a minha fala para mandar para
4685 a secretária. Ou seja, se ele não teve constrangimento em intimidar eu, que não sou
4686 nem de lá, imagina quem é de lá. Então, assim, é muito importante, a partir do
4687 Comitê, da coordenação, da SANAPEN, que a gente se organize e produza
4688 normativas conjuntas orientando os estados, porque todos os estados, mesmo os
4689 pontos de governo, pontos focais de governo, que é com quem eu tenho
4690 conversado, porque eu entendo que os pontos focais de sociedade civil é a
4691 atribuição do Comitê e do mecanismo, têm pedido que saiam normativas a partir da
4692 esfera federal, orientando a atuação, tanto como fazer os comitês, composição,

4693 sistema estadual de prevenção e combate à tortura, número de peritos, essa
4694 questão, quando ainda não existe o mecanismo, se o Comitê pode ou não
4695 inspecionar em caso de uma denúncia urgente, grave, ou se deixa as pessoas
4696 morrerem lá mesmo, até o Ministério Público resolver aparecer por lá, coisa que em
4697 muito estado não vai acontecer essa desculpa, ah, então vou ter que deixar tudo
4698 quanto é entidade da sociedade civil entrar, não é qualquer entidade, é a Presidente
4699 do Comitê estadual de prevenção e combate à tortura do estado dela. Então, assim,
4700 isso é inaceitável, sabe, inclusive eu acho que cabe uma nota desse Comitê em
4701 relação a esse tipo de postura, uma nota dura, porque a gente não pode aceitar
4702 esse tipo de comportamento por parte de um representante de um órgão público
4703 isso foi um comportamento preconceituoso e racista, porque a Iza é uma mulher
4704 negra. Então, a gente precisa dar nome às coisas, sabe, eu fico muito indignada
4705 com essas coisas e não é porque eu estou no governo que eu vou deixar de falar
4706 essas coisas que eu não ligo para isso, mas, então essa é a desculpa de Sergipe,
4707 outros estados vão usar essa desculpa. Em relação à questão do ensino superior,
4708 de precisar ou não ter ensino superior para fazer parte do meu mecanismo, eu
4709 entendo que não tem nenhuma necessidade, mas a gente também tem que pensar
4710 na estrutura de funcionamento desse órgão, porque vai ser preciso escrever
4711 relatórios, vai ter que ser, precisa acessar conhecimentos que muitas vezes uma
4712 familiar não teve acesso, não porque ela não é capaz, mas porque ela não teve
4713 oportunidade, e a gente tem que trazer as pessoas para junto de nós, garantindo
4714 condições delas desempenharem as suas funções e não serem massacradas
4715 porque não deram conta. Então, a gente tem que ter responsabilidade com os
4716 nossos muita responsabilidade, mas é importante que a gente faça esse processo
4717 de inclusão, é importante, é necessário, é central, e a gente não pode abrir mão
4718 dele. É uma pena que, no nacional, isso é previsão legal, e a gente não vai dar uma
4719 de doida e tentar mudar a Lei agora a conjuntura não permite. Mas, assim, é uma
4720 pena a gente espera construir um caminho para modificar isso, para que, de fato, a
4721 participação seja plural, democrática, equitativa e diversa. É isso.

4722 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4723 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Nana. Vou passar para o Mateus.

4724 **Sr. Mateus Moro (Suplente – Associação Nacional das Defensoras e**
4725 **Defensores Públicos - ANADEP)** – Pessoal, acho que todas as pessoas estão
4726 cansadas já. Vamos ver se eu consigo lembrar tudo que eu tinha me... Então,
4727 pessoal, vamos lá. Tentar até primeiro para a Jaque contextualizar um pouco a fala
4728 da Jaque. Jaque, você... Ah, ela saiu. Então, fica para depois. Sobre a questão dos
4729 presídios de Sergipe. Caótico, assim, difícil falar o que funciona, mas vamos lá.
4730 revista vexatória chama a atenção. A questão das roupas, e aqui eu abro um
4731 parêntese a própria Camila estava comigo em Votorantim. Não sei se a Camila
4732 lembra se ela chegou aí no semiaberto. Ficou só no fechado. Cheguei no
4733 semiaberto. E o foco lá não era nem a questão das mulheres, mas questões LGBT.
4734 Num presídio feminino e num masculino, naquela época, as inspeções. E teve uma
4735 cena ali que até a gente fotografou e está no relatório da Defensoria de São Paulo,
4736 uma mulher obesa. Porque a gente fala assim, a música do Racionais da Brasil, o
4737 país da calça bege. Até falava aqui com a Fernanda que não é o país do vestido
4738 bege enfim, pra mulheres ou população LGBT, enfim. E aí, essa senhora obesa, no
4739 semiaberto de Votorantim, que é ali na região de Sorocaba, o que acontece? Não
4740 tinha roupa pra ela, nem calça. Então, assim, ela usava, em vez de uma camisa,
4741 um lençol como camisa. E a calça, não sei se ela mesma ou alguém ajudou a
4742 costurar, ela usou três calças pra fazer uma calça pra ela. Claro, é um exemplo
4743 limite, mas eu acho que esses limites são o cotidiano das inspeções. Enfim, esse
4744 caso me chamou muita atenção na época. Ah, já que voltou ali. Aí, o que eu ia falar
4745 também, já que você, quando você falou dos relatórios também, eu deixo os elogios
4746 aqui pras peritas, é que você vê as fotos e fala nossa, já a gente se sente mal.
4747 Então, assim, você não imagina o cheiro. Você não imagina o cheiro das inspeções.
4748 Porque foi mostrado ali, acho que era um associado educativo feminino, em que
4749 tampou as janelas. Em São Paulo, os quatro CDPs de Pinheiros, e um deles teve
4750 inspeção, não estava eu, estava o Thiago, existiam janelas e o estado, a Califórnia
4751 é brasileira, o estado mais rico. Então, da parte de fora da parede, eles tamparam
4752 com metal. Então, assim, teve uma estagiária que desmaiou ali, porque não
4753 aguentou o cheiro. É uma coisa surreal. O que mais que eu ia falar? Enfim, foi falado
4754 já do trabalho escravo, da remissão, acho que o Caio falou um pouco, o Rafael falou

4755 um pouco. E o que acontece? Claro, o foco aqui é certinho, mas o que acontece em
4756 São Paulo, o estado mais rico e tal? Existe um rateio ali de quem trabalha em
4757 empresas e as pessoas que trabalham na cozinha ou, enfim, no setor administrativo.
4758 E aí o que acontece? As pessoas ganham cinco ou dez reais por mês. As pessoas
4759 ganham cinco ou dez reais por mês. É trabalho escravo. Eu acho que a situação
4760 brasileira é mais ou menos nisso. E apenas 11% das pessoas trabalham em São
4761 Paulo. E as 11% que trabalham, boa parte dela é trabalho escravo. O que mais? A
4762 questão da congestão. Acho que a Carol destacou. Eu acho importante também a
4763 questão de como é que se contam as vagas. Até foi uma pergunta retórica que a
4764 Carol trouxe. E São Paulo é muito criativo. O que eles fizeram em alguns presídios?
4765 Tiraram os beliches... Tiraram, não. Tinham beliches e fizeram triliches. Numa cela
4766 onde era para dez seres humanos, virou para vinte. Sem contar a superlotação. Mas
4767 olha a criatividade aqui nazifascista. E tem a questão das celas dos faxinas, que
4768 são as lideranças. Então, você entra num raio. E aí o que acontece? São doze
4769 camas, tem doze caras, que são lideranças, e as outras celas estão superlotadas.
4770 Por quê? Porque não é o Estado que organiza. Quem organiza é a facção, porque
4771 o Estado se omite. Essa questão das portas não gradeadas, que acho que a Carol
4772 também são chapeadas, é surreal. A Varé é assim, Venceslau é assim também,
4773 São Paulo é assim. Imagina com a pandemia. E a questão da água também,
4774 recorrente também. E das balas de borracha também, que é surreal. Desculpa me
4775 alongar, mas essas questões são chocantes. E aí também, não sei a respeito de
4776 aquela reflexão também em relação a Bahia, o que poderia ser feito, além de
4777 aguardar as respostas do mecanismo. Realmente eu fico às vezes meio sem saber
4778 qual órgão está e etc. O que eu ia falar mais? E da questão dos dados, eu acho
4779 difícil numa inspeção, ainda que tivesse uma pesquisadora e tal, eu acho difícil
4780 numa inspeção, com todos esses elementos que são trazidos aqui, a gente se
4781 aprofundar em algumas questões mais de estatísticas e etc. Eu não sei os demais
4782 estados, mas São Paulo, por exemplo, abrindo um documento aqui recente, que
4783 tem os dados, chegou a 240 mil em 2017, agora está com 196 mil. E aí, por exemplo,
4784 a gente tem aqui 61,2 de pessoas negras, ou seja, a própria SAP levanta esses
4785 dados. E aí constariam aqui de 13,5 que seria cor, ração e etnia preta e 40,7 pardas,

4786 o que dá aí a 61,2. Eu não sei como é que funciona nos outros estados, eu sei que
4787 lá em São Paulo a própria SAP pode fornecer para a gente. Não sei, pessoal, eu
4788 queria destacar, acho que era isso, nada muito de encaminhamento, mas, enfim,
4789 chocante o cenário de Sergipe também.

4790 **Interlocutora não identificada** – Então, eu queria rapidamente compartilhar com
4791 os senhores que foi perguntada a questão da exigência do nível superior para o
4792 cargo de perito, tanto estadual quanto no âmbito nacional. Eu queria dizer que,
4793 enquanto perita do mecanismo, eu tive a oportunidade de fazer algumas inspeções
4794 com sobreviventes do cárcere e que contribuíram de forma muito profícua tanto no
4795 nosso relatório quanto durante as inspeções. E, antes de entrar no mecanismo, eu
4796 já tinha feito inspeções fora do mecanismo com diversos donos de títulos, doutores,
4797 magistrados, defensores, enfim, só para dizer que a exigência do nível superior para
4798 ocupar esse cargo acredito que não seja o requisito principal para isso, porque, de
4799 fato, as pessoas sobreviventes do cárcere têm as suas especialidades. Elas têm a
4800 especialidade que talvez uma pessoa de nível superior não tenha. Elas têm aquele
4801 contato de saber como que acontece dentro do sistema. Então, só para dizer para
4802 vocês que nós, durante as inspeções do mecanismo que eu participei, nós tivemos
4803 diversos convidados do Poder Público e também tivemos diversos convidados
4804 sobreviventes do cárcere. Principalmente das pessoas que eu participei, todas as
4805 pessoas que não tiveram nível superior contribuíram muito com o relatório.
4806 Contribuíram de forma substancial, tanto, até mesmo na escrita, sabe? Enfim, é só
4807 para passar essa experiência para que vocês possam refletir. Está bom?

4808 **Interlocutora não identificada** – Oi, gente. Oi.

4809 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4810 **e Cidadania – ITTC)** – A Iza está falando? Está? Não, sim, pode seguir. Está.

4811 **Sra. Iza Jakeline Barros (ex-Presidente do Comitê de Prevenção e Combate à**
4812 **Tortura de Sergipe – CEPCT/SE)** – Então, boa noite. Eu sou Iza, sou daqui de
4813 Sergipe. Eu sou a ex-Presidente do Comitê de Previsão e Combate à Tortura aqui
4814 no meu estado. Participei também da inspeção e é um dos motivos pelo qual estou
4815 aqui participando dessa reunião. Muitos apontamentos, realmente, mas eu,

4816 enquanto sobrevivente também, busco essas respostas do governo aqui do estado
4817 de Sergipe, sabe? Infelizmente, as pessoas que receberam esse relatório ainda não
4818 deram nenhuma resposta em relação a tudo que a gente apurou por aqui, né? E
4819 sim, como Nana falou, aí mesmo, sim, eu sofri muitas retaliações e ainda sofro, né?
4820 Não assim de colocarem a arma na minha cara e dizer, olha, não façam isso, mas
4821 por algumas questões, né? Como, por exemplo, a frente pelo desencarceramento
4822 ao qual eu faço parte aqui, a gente tinha uns trabalhos dentro de algumas unidades,
4823 alguns trabalhos importantes, inclusive, e que a gente não pode mais, né? Adentrar
4824 ali, mas tudo isso partiu a partir da denúncia das alimentações, né? De uma
4825 inspeção que a gente fez, que, inclusive, Nana também estava, né? E foi muito bom
4826 ela ter falado que ela também estava aqui, porque eu, enquanto sobrevivente do
4827 cárcere, às vezes enquanto, quando eu falo, as pessoas duvidam, né? Talvez seja
4828 porque eu não tenho fé Pública pra isso, né? Como, por exemplo, numa reunião
4829 que a gente estava com a secretária de Justiça, ela cogitava e duvidava que aquela
4830 foto da capa da inspeção tivesse sido o mecanismo nacional, o órgão do governo
4831 tivesse feito isso, né? Provavelmente ela achou que tivesse sido eu, né? Então,
4832 assim, é muito difícil aqui, né? Eu decidi, quando teve a eleição do Comitê, eu tive
4833 uma conversa com o pessoal da frente pelo desencarceramento, eu decidi me
4834 afastar um pouco das atividades também do Comitê, então eu não concorri à eleição
4835 justamente por conta disso, porque o novo governo é um governo muito difícil, muito
4836 militarizado, a maioria das secretarias são compostas por delegados e delegadas,
4837 e quando você não está falando com o Delegado, você está falando com a família
4838 do delegado nas secretarias, e aí eu digo pra vocês, se colocarem assim no meu
4839 lugar, sendo uma sobrevivente do cárcere, que tem esse papel do enfrentamento
4840 ao governo, tendo o governo todo militarizado, praticamente, e tendo também os
4841 altos índices de violência policial, de letalidade policial. Então, no Sergipe, nós
4842 estamos no menor estado do Brasil, onde a gente tem a polícia mais letal do Brasil,
4843 né? Então, assim, eu tive que dar um passo pra trás, porque realmente também não
4844 sei se as pessoas votaram em mim, não sei, mas eu tive alguns apontamentos, sim.
4845 Não adianta a gente dizer que não foi, porque foi. Então, alguns olhares dizem
4846 algumas coisas, algumas situações dizem outras coisas também, mas é isso, né?

4847 A luta não é fácil, né? A gente sabe que esse preconceito, infelizmente, existe dentro
4848 dos espaços, e aí eu não falo só dentro do Comitê, existe dentro dos espaços de
4849 militância também, e aí não estou falando só de raça, estou falando enquanto raça,
4850 enquanto sobrevivente do cárcere, enquanto uma mulher também, porque também
4851 tem espaços que são liderados por mulheres negras e as pessoas não têm esse
4852 entendimento e acham que a gente tem que abaixar a cabeça o tempo inteiro e não
4853 é assim, né? Quando eu tomei essa posição de me posicionar, porque antigamente
4854 eu ficava calada, e quando eu tomei essa posição de me posicionar, então eu fui
4855 privada de estar em alguns locais, né? Então, assim, eu fico muito triste com essas
4856 coisas que o governo tem feito, né? Inclusive, ontem aqui foi o lançamento do
4857 PRONASCI, né? Não vi ninguém, nenhum, nem... Voltou, gente, não sei o que
4858 aconteceu, o que caiu, mas enfim. Ontem foi a reunião do PRONASCI, né? Para o
4859 lançamento de governo aqui, o lançamento do PRONASCI, né? E aí o Ministro de
4860 Justiça estava aqui e trouxe mais armamentos para o estado de Sergipe. Eu não vi
4861 nenhum representante do Comitê nessa reunião, nem os próprios representantes
4862 do governo. Eu estava, porque eu estava trabalhando também, né? E aí, trazendo
4863 muito mais armamentos, né? E aí eu fui lá cobrar a questão das câmeras, né? Dos
4864 uniformes, cobre tudo direitinho, né? Mas eu acho importante a gente ter esse
4865 posicionamento enquanto sociedade civil também, né? Porque a sociedade civil, a
4866 gente sabe, a letalidade policial aqui no nosso estado, né? O racismo estrutural,
4867 onde é que ele atinge, né? Então, se a gente não tiver esse posicionamento de
4868 entender quem é que essa bala tem alvo, tem cor, o governo vai tomar conta, né?
4869 Então, a gente já tem acompanhado a militarização, o que é que tem acontecido, e
4870 eu acho que a sociedade civil tem que tomar uma posição nesse sentido de
4871 entender, né? Quais são os espaços que nós vamos estar e quais os apontamentos
4872 que nós devemos fazer, sim, ao governo, sem temer, né? Eu falo muito essa
4873 questão de que a gente, quando nasce negro, a gente sabe que não vai ser fácil,
4874 então, é seguinte, né? Então, assim, eu tenho acompanhado por muito pouco,
4875 agora, o Comitê até pra dar um pouco de tempo, assim, pra minha saúde mental
4876 também, né? Que não foi fácil, eu tive, foi mais de um ano, né? De Presidência, mas
4877 com muitos apontamentos, mas também com muita reflexão, né? Do que é

4878 necessário melhorar, do que é necessário, onde a gente vai entrar, de que maneira
4879 nós vamos fazer isso enquanto sociedade civil, sabe? Mas é isso, né? Então, eu
4880 fico muito feliz de a gente estar aqui nessa reunião de hoje e que outras pessoas
4881 tenham visto, também, com esses olhos, que é necessário mudar no Estado do
4882 Sergipe, né? Há oito anos atrás, a gente recebeu o mecanismo aqui em Sergipe,
4883 também, há oito anos atrás, e ainda, passando esses oito anos, a gente ainda
4884 encontra um sistema prisional muito mais precário, né? Hoje, eu tive uma reunião
4885 com a Defensoria do Estado, também, com a que fez pelo desencarceramento, e a
4886 gente falou, o teto do COPEMCAN está caindo, gente, o pavilhão está lá escorado
4887 com pau e ninguém faz nada, né? Então, assim, o Ministério Público escuta as
4888 nossas demandas, mas não dá um encaminhamento, a gente procura a Defensoria,
4889 vocês mesmos viram, e viram com seus olhos, né? A dificuldade que a gente tem
4890 com a Defensoria do Estado, né? O GMS, que não recebe a sociedade civil, né?
4891 Então, é necessário muito mais que uma revolução aqui no Estado do Sergipe, né?
4892 Então, é isso, gente. Então, assim, continuo fazendo meu trabalho, enquanto fez
4893 pelo desencarceramento, se não conseguir entrar dentro das unidades, a gente faz
4894 trabalho fora, porque os familiares também precisam dessas formações, nós
4895 precisamos formar defensores dos direitos humanos, e que sejam familiares,
4896 pessoas privadas de liberdade, sim, que sejam sobreviventes do cárcere, sim, né?
4897 E caminhando, né? Devagarinho, a gente vai chegando lá. Então, é isso. Queria
4898 agradecer pelo espaço, né? Agradecer também pelo relatório, porque a gente via
4899 clamando isso há algum tempo, né? E que bom que deu certo, e que venha essas
4900 respostas, né? Para a gente construir políticas públicas, né? Voltadas para as
4901 pessoas sobreviventes do cárcere, né? E abolir as prisões do Brasil. É isso.

4902 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4903 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Iza. Vou passar para o Caio e para a Ana.

4904 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
4905 – Na verdade, eu não lembro exatamente porque eu levantei a placa, Está? Porque
4906 faz bastante tempo, mas eu acho que foi... Exato. Eu acho que foi enquanto a Marie
4907 Claire falava, porque tu falaste de que a gente precisa implementar questões de

4908 como estimular a criação de mecanismos nos estados, e aí foi só para salientar que
4909 existe uma recomendação, é número 5 daqui, que tem, basicamente, é quase um
4910 modelo de Projeto de Lei que pode ser aplicado. Ele não entra na questão de... Ele
4911 detalha uma série de qualificações desejáveis dos peritos. Ele não fala sobre a
4912 escolaridade dessas pessoas, mas é um documento bem completo, assim, um guia
4913 de como implementar um mecanismo. O site da APT, ele tem uma aba específica
4914 sobre projetos no Brasil. Então, ele tem também um passo a passo de como
4915 implementar um mecanismo nos estados, tem ali um breve monitoramento. E ele
4916 tem uma plataforma com alguns cursos. Alguns estão disponíveis em português, eu
4917 estou traduzindo para LGBT, e eu acho que em breve a gente vai traduzir também
4918 o principal ali, que é a introdução ao PCAT, e o de fundamentos de monitoramento
4919 de detenção também. Então, eu acho que é algo que a gente pode passar a
4920 recomendar também enquanto estímulo para o pessoal nos estados. Claro que isso
4921 não substitui ou advogasse a incidência direta naqueles locais.

4922 **Sra. Ana Karenina De Melo Arraes Amorim (Titular - Universidade Federal do**
4923 **Rio Grande do Norte – UFRN)** – Bom, gente, é só assim, eu tenho uma sugestão
4924 de encaminhamento diante de tudo que eu estou escutando. Desde quando a gente
4925 estava discutindo a coisa das denúncias, até agora, ouvindo os relatórios, eu sou
4926 uma pesquisadora, minha cabeça funciona como pesquisa na cabeça o tempo todo.
4927 A gente tem um grande banco de dados aqui que a gente está perdendo e a gente
4928 já tem uma clareza do que a gente quer gerar de visibilidade com esses dados. A
4929 gente pontuou algumas coisas, a questão de gênero, a questão racial, a questão,
4930 eu acho, regional, que eu acho que é importante colocar. Enfim as desigualdades
4931 sociais de toda a ordem que atravessam os sistemas. Então, eu levantei para
4932 cochichar ali com o Alex, porque ele também faz pesquisa na vida, né? Então, a
4933 gente pensou, o que a gente faz com isso? Eu fico pensando que o Ministério de
4934 Ciência e Tecnologia não está aqui, mas é o Ministério que induz processos de
4935 pesquisa de acordo de cooperação específica entre ministérios. Isso é possível
4936 produzir. A gente produzir um edital específico junto a um órgão como a Capes, por
4937 exemplo, a gente induzindo um encontro com a gente pedir uma pauta com o
4938 Ministério de Ciência e Tecnologia, mecanismo e Comitê, para a gente ter uma

4939 conversa, para gerar um edital específico de acordo de cooperação em que a gente
4940 possa ter pesquisas voltadas para o sistema de prevenção e combate à tortura, com
4941 essas temáticas específicas. Ou seja, a gente induz as pesquisas que a gente quer.
4942 E eu acho que isso é uma conversa que a gente pode produzir, que é muito
4943 importante, porque a gente precisa gerar dossiês, a gente precisa gerar informação
4944 para a gente se apresentar para o mundo como o que é que, afinal, a gente tem?
4945 Que tipo de problemas a gente tem? Então, assim, fontes de financiamento existem,
4946 mas, assim, é preciso colocar isso como pauta prioritária do Estado. Hoje, acho que
4947 a gente tem uma ministra de Ciência e Tecnologia, que foi minha contemporânea
4948 na universidade, que é a Luciana, do PCdoB, enfim, é uma pessoa sensível a essas
4949 questões. A questão de gênero, por exemplo, ela é fundamental. Ela é uma mulher
4950 que vive há muito tempo pautando essa questão. Então, assim, acho que a gente
4951 está num momento em que isso é possível, de a gente pedir esse tipo de acordo,
4952 que haja um acordo de cooperação interministerial para a produção, para a indução
4953 de editais específicos da Capes para o nosso sistema. É isso.

4954 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4955 **e Cidadania – ITTC)** – Eu acho uma ótima ideia essa, Ana. Eu acho que a gente
4956 tem que ir pensando nessas ideias e pensar como a gente operacionaliza-las
4957 também fora daqui do âmbito da reunião. Eu queria perguntar se alguém tem um
4958 encaminhamento específico em relação a Sergipe. Pode.

4959 **Sra. Camila (Perita – Mecanismo Nacional)** – A gente está esperando as
4960 respostas dos órgãos que a gente encaminhou. A gente já sabe de algumas notícias
4961 de que, enfim, a gente encaminhou para todos os órgãos, mas alguns disseram que
4962 não receberam e que só vão receber se a gente provar, através de uma numeração
4963 que a gente enviou. Então, assim, a SEAP é um desses órgãos, a Secretaria de
4964 Justiça também. A gente encaminhou por e-mail para algumas... É, então, mas eles
4965 não acusam o recebimento e dizem que não receberam. Então, a gente vai
4966 encaminhar novamente e aí seria interessante que a gente conseguisse fazer em
4967 conjunto uma reunião com o pessoal do governo de Sergipe para pensar esse grupo
4968 interministerial... Interministerial não, né? Esse grupo aí de trabalho, o GT, para a

4969 gente pensar como é que a gente implementa as nossas recomendações. E, assim,
4970 eu vou ter a confirmação do recebimento, aí depois eu provoço vocês, provoço a
4971 Patrícia, que é ponto focal do Estado, para ver como a gente dá encaminhamento.
4972 Acho que, inicialmente, seria isso, assim, de maneira mais objetiva. E aí eu
4973 encaminho a minha apresentação para vocês no grupo, porque ali tem algumas...
4974 Coloquei, enfim, as recomendações focadas para o Comitê, aí para a gente dar uma
4975 olhada e pensar, está bem?

4976 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4977 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Camila. Eu acho que, então, a gente aguarda as
4978 respostas e a Patrícia, especificamente, vai ficar mais atenta porque é ponto focal.
4979 Em relação a isso, então, em relação ao relatório, a gente acabou aqui na pauta, e
4980 daí são 19h15, né? A gente não terminou a nossa pauta, e aí eu vou falar o que
4981 ficou faltando e a gente delibera aqui o que fazer com isso. Porque, certamente,
4982 amanhã também não vai dar tempo. Então, o que ficou faltando? Ficou faltando o
4983 repasse sobre a portaria da VEP. Ficou faltando a aprovação da recomendação de
4984 instalação de câmeras nos uniformes da polícia penal e policiais. E a discussão da
4985 resolução mais recente do CNJ. Aí, eu não sei, eu acho que... A Debora falou que
4986 ela acha que talvez dê tempo amanhã, no período da tarde, a gente tratar esses
4987 temas. Eu só queria saber uma coisa, acho que está todo mundo cansado e, de
4988 fato, já fica difícil pensar. Mas, se vocês concordam em tudo, a gente ia encerrar
4989 hoje e aí tentar alocar esses temas para amanhã. Eu só queria entender uma coisa.
4990 O Alex ficou aqui o dia inteiro. Você ficou aqui o dia inteiro porque você queria falar
4991 sobre essa resolução também do CNJ? Então, acho que você pode falar agora, se
4992 você quiser falar, porque daí a gente... Porque aí a gente pode discutir. E a gente
4993 pode discutir isso amanhã. Você pode voltar amanhã também? Você quer? Não,
4994 mas se você quiser falar agora, Alex, fala, porque daí você participa um pouquinho
4995 também, encerra a reunião.

4996 **Sr. Alex** – Dos dados e das informações e uma composição, que acho que... Aí,
4997 uma sugestão que eu faço. Primeiro, em relação aos dados, a gente faz uma coleta
4998 de dados no sistema penitenciário. O SISDEPEN, que vai online, disposto para todo

4999 mundo, é só uma parcela. Na verdade, são 1.400 dados diferentes que a gente faz
5000 dentro dos sistemas penitenciários. E um dado muito interessante que afeta
5001 exatamente o debate que estava sendo realizado aqui hoje em relação à raça. Sob
5002 autodeclaração, 25% dos presos aproximadamente não se autodeclararam. E isso é
5003 muito grave. Você tem um recorte social muito amplo. A gente está falando de mais
5004 de 200 mil pessoas que se recusam a se autodeclarar em diversos dos estados.
5005 Então, tem estados e hoje a gente está fazendo um tratamento junto com os estados
5006 sobre metodologia de coleta de dados para tentar melhorar isso, porque tem uma
5007 relação muito forte sobre quem faz a coleta de dados e a resposta obtida para a
5008 gente ter um pouco mais de isonomia em relação ao que se recebe. Mas já há uma
5009 massificação no estudo de dados que é realizado conosco. Em relação aos dados
5010 ainda, a gente tentou um TED junto com o IBGE. O IBGE não conseguiu fazer isso
5011 junto conosco em função das próprias atividades que eles terão que desenvolver
5012 nos próximos anos. Então, a gente está tentando formalizar nesse momento um
5013 TED com o IPEA para fazer a coleta de dados dentro do sistema penitenciário. Isso,
5014 para a gente poder ter um levantamento de dados. Mas lembrando que o sistema
5015 penitenciário não é um retrato. Ele é um filme. Ele é uma onda de pessoas que
5016 entram e saem o tempo todo. Então, quando a gente fala sobre o perfil do preso, a
5017 gente tem que lembrar que você vai ter margens de perfil de preso, mas não um
5018 dado concreto e absoluto, porque ele muda de um dia para o outro. São entradas e
5019 saídas do sistema penitenciário do ano em torno de 125 mil pessoas que entram e
5020 saem. Então, o perfil muda ao longo do ano diversas vezes. Ainda sobre coleta de
5021 dados, é uma sugestão que eu faço não só para o mecanismo, mas também para
5022 nós aqui no Comitê. Eu participei, alguns anos atrás, em 2012, 2011, de um
5023 treinamento específico para a coleta de dados em modelo ISO, em que você aponta
5024 em conformidade, conformidade, com base em regras, instrumentais, objetivos e
5025 traz um dinamismo e uma assertividade bem grande. Talvez a gente consiga fazer
5026 isso aqui dentro. Enquanto o Comitê todo mundo topa, eu dou um jeito de formalizar
5027 isso conosco, para a gente poder, aí sim, a gente ter um dado com um pouco mais
5028 de consolidado em relação às equipes, independente da equipe, a gente ter um
5029 consolidado mais objetivo em relação aos dados. Gostei bastante do relatório, não

5030 estou criticando o relatório de ninguém. Gostaria de recebê-los ainda hoje, se
5031 possível. Exatamente para a gente poder ter um pouco mais de harmonia e
5032 homogeneidade em relação aos dados, aí sim, a gente tem dados que podem ser
5033 dados gerenciais mais úteis, porque a gente consegue ter um padrão mais
5034 específico e é uma coisa relativamente barata para se treinar. Me propõe, eu
5035 proponho isso porque é o que faremos na nossa ouvidoria, o que faremos no nosso
5036 serviço de expressão e observação também, para a gente ter um padrão em relação
5037 à coleta e observância de dados. Aí eu sugiro, que quando a gente tiver a próxima
5038 reunião em que façamos ela online, se não vai dar para, se houveram tópicos hoje
5039 que a gente não vai conseguir fazer e provavelmente amanhã também, a gente
5040 coleta esses tópicos, marca já uma reunião para a gente fazer online e trazer esse
5041 debate. Extraordinário. Sugestão para a gente fazer uma online extraordinária para
5042 poder debater o que faltou hoje e o que provavelmente vai faltar amanhã, porque
5043 são debates acho que até mais intensos que os de hoje. Obrigado, querida. Muito
5044 bom. Quem está online e não ouviu, os relatórios estão no Drive, mas acho que sou
5045 eu que não sabia. Obrigado, Presidente.

5046 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5047 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Rafael. Eu acho que certamente a gente vai
5048 pensar a partir daqui, acho que a nossa primeira reunião de fato de trabalho, porque
5049 a última a gente fez, tiveram muitas questões burocráticas e também tinha ausência
5050 de alguns membros do governo, mas a partir daqui acho que a gente vai ter que
5051 pensar, além de criação de grupo de trabalho, de reunião extraordinária para tratar
5052 desses temas aqui, porque não vai dar para tratar só numa R.O. Então, acho que a
5053 gente tem que ir pensando aqui e entre nós os temas que também podem ser
5054 tratados, acho que principalmente com o Rafael, numa reunião extraordinária. Vou
5055 passar para a Dora, que levantou a plaquinha dela, e depois para o Alex, finalmente.

5056 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
5057 **Democracia)** – Eu só quero falar um pouquinho, que não falei nada, agradecer o
5058 convite aqui, a acolhida de vocês. Para mim, foi um dia longo, cansativo, mas de
5059 muito aprendizado. Fiquei muito fã de vocês, admiro muito, e eu represento a

5060 Associação Juízes para a Democracia e só posso dizer para vocês que se é
5061 consolo, há 361 juízes da JD que não promovem o encarceramento, que tentam
5062 trabalhar na mesma perspectiva de vocês, e é essa a razão de eu estar aqui. Mas,
5063 realmente, o juiz não pode fazer nada, vocês fazem muito mais. Impressionante,
5064 parabéns, muito obrigada.

5065 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5066 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Dora. Alex, a palavra está com você.

5067 **Sr. Alex** – Obrigado, Sofia. Boa noite, então, a todas, todos e todos. É um grande
5068 prazer voltar aqui a esse Comitê. Agradeço a oportunidade de poder trazer aqui
5069 uma preocupação já expressa no início, inclusão da pauta, da questão da resolução
5070 487 do CNJ, uma resolução editada depois de um grupo de trabalho que
5071 estabeleceu a política antimanicomial para o judiciário. É importante referir que esse
5072 Comitê tem a possibilidade de apreciar e tomar uma posição justamente porque ela
5073 tem sido duramente atacada. E atacada por questões que envolvem a acusação de
5074 que, por exemplo, ela criaria outros procedimentos quando, na verdade, ela é
5075 saudada justamente por fazer chegar os direitos humanos à reforma psiquiátrica,
5076 também amparada na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a
5077 Lei Brasileira de Inclusão e um conjunto de diplomas legais, nacionais e
5078 internacionais, mas, finalmente, fazer chegar para uma população que não tem esse
5079 tipo de atenção. Então, se esse Comitê, junto com o trabalho do mecanismo
5080 também, já tem, pelo conjunto de inspeções e de apreciações, verificado que esses
5081 espaços são espaços estruturalmente violadores de direitos humanos, não só de
5082 oportunidade, mas justamente por serem espaços que promovem uma prática
5083 asilar. Então, é muito importante que esse Comitê possa se pronunciar porque essa
5084 resolução tem sido duramente atacada e a gente entende que ela é, sim, um
5085 instrumento do judiciário que amplia o direito para um conjunto bastante
5086 negligenciado historicamente, até no âmbito da própria luta antimanicomial. Talvez
5087 seja a população cujos direitos ainda esperam por um longo tempo que, finalmente,
5088 sejam cumpridos o seu direito a cuidado, muito mais do que o encarceramento, por
5089 vezes até um período maior do que se tivesse sido condenado a uma pena, mas

5090 trata-se de pessoas com sanção de uma medida de segurança. Então, agradecer
5091 esse espaço e dizer que é também um grande prazer e uma honra poder voltar aqui
5092 a esse espaço, nos colocando à disposição.

5093 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que isso que Alex traz, traz para a gente
5094 uma necessidade que tem uma certa urgência porque a coisa está borbulhando de
5095 uma incidência política do Comitê com uma nota, no mínimo uma nota. É isso que
5096 eu acho que ele está propondo, não é isso? A gente fazer uma nota. Tem uma nota
5097 que o Conselho Federal de Psicologia já propôs, mas existem outras. Eu acho que
5098 a gente somando notas e tirar um encaminhamento da proposição de uma nota.

5099 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-Presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5100 **e Cidadania – ITTC)** – Mas essa nota, por exemplo, teria a possibilidade de trazer
5101 a minuta dela para amanhã?

5102 **Interlocutora não identificada** – Eu posso tentar esboçar alguma coisa. Não sei
5103 se eu consigo ela perfeitamente. Porque daí já pode ser aprovada aqui pelo pleno
5104 da BR. Está. Pode ser uma coisa bem curta. Não seria uma nota técnica, seria uma
5105 nota de apoio à resolução. Ok.

5106 **Interlocutor não identificado** – Pessoal, no regimento, até agora há pouco, o Caio
5107 tinha aberto até aqui, no regimento tem esse tipo de nota de repúdio, de apoio, tem
5108 alguma coisa nesse sentido. E eu sei que todo mundo quer ir embora, mas, se eu
5109 puder fazer um ganchinho rápido com a fala do Alex, a gente está tentando já
5110 aplicar, por exemplo, em São Paulo. Eu tive um plantão no sábado. Chegou uma
5111 moça esquizofrênica, primária, nitidamente, com discurso desorganizado, etc. Fiz o
5112 requerimento e, nessa linha que você falou, que estão falando que a resolução
5113 inova, ela não inova. Tem uma Lei que está em vigor há 22 anos. E a juíza até tirou
5114 um salto da minha cara, falou, doutor, quem legisla ainda é o legislativo. Eu falei,
5115 não, eu sei. Na verdade, como você falou, tem o diploma nacional, internacional e
5116 o que a resolução faz é apenas criar procedimentos para facilitar para o juiz. E eles
5117 não entendem, não conseguem entender isso. Hoje é terça, estou meio perdido.
5118 Ontem eu tive uma audiência de um cara que teria tentado, eu trabalho com júri,
5119 tentado matar o pai. Ele não usou arma, ele teria agredido o pai com socos. O laudo

5120 do incidente, que até a resolução fala que só a defesa pode pedir, mas na época,
5121 no ano passado, foi a acusação que pediu, fala que ele seria semi-imputável, não
5122 seria nem imputável e recomenda o tratamento ambulatorial. Aí, para chocar, o que
5123 aconteceu? Eu lá, lendo a resolução lá e tal, e a juíza foi bem de boa, no caso, de
5124 manhã mandei para a resolução, ela falou que ia dar uma estudada e tal. Mas, em
5125 resumo, eu pedi a absolvição imprópria, a pessoa não conseguia entender o que eu
5126 falava e a juíza falava. Falei para o promotor e para a juíza, falei assim: Se esse
5127 senhor tivesse tido um ataque cardíaco, vocês iam chamar o SAMU. É uma
5128 emergência de saúde mental, é a mesma coisa. Se eu tiver uma crise renal que cair
5129 no chão, vocês vão chamar o SAMU. Então, é a mesma coisa, é uma questão de
5130 saúde. Em resumo, o cara foi pronunciado. Então, vai chegar um cara que não
5131 consegue falar, não entende e vai ficar na frente de sete jurados, uma coisa
5132 absurda. Então, assim, o que a gente já imaginava, porque a gente vem debater na
5133 Resolução faz uns três meses, salvo engano, só que ela entrou em vigor agora faz,
5134 sei lá, quatro ou cinco dias, não sei. Isso, depois de 60 dias, não sei, de 90, entraram
5135 em vigor. Então, ela entrou em vigor e as dificuldades que a gente já imaginava que
5136 teríamos, estamos tendo.

5137 **Interlocutora não identificada** – Só para falar que a gente já está encerrando, só
5138 queria pedir para todo mundo amanhã chegar às nove, para a gente poder não se
5139 atrasar, porque a gente tem uma pauta longa, entendeu?

5140 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
5141 Então, se a gente chega às nove, é que a gente consegue dar conta. Se a gente se
5142 atrasa igual atrasou hoje, vai. E tem gente voltando amanhã de noite. Não, o meu
5143 voo é 10 horas da noite, que eu já joguei para cima. Entendeu, então? Entendeu?
5144 Então, gente, eu acho que é isso. Amanhã, então, e aí essa questão que a gente
5145 tem que sempre conversar, que amanhã é um dia mais curto de todos, porque daí
5146 todo mundo vai embora e aí as pessoas precisam chegar antes e etc. Então, já é
5147 um dia mais disperso. E acho que quando a gente organizar as pautas, no
5148 cronograma, todo mundo tem que olhar com bastante atenção, inclusive para essas
5149 questões de tempo e etc. Então, é isso. Amanhã a gente começa às nove. Queria

5150 agradecer a presença de todos, todas, todos. Vocês querem passar o vídeo que
5151 vocês iam passar? Ou vocês querem passar amanhã? Então, eu queria agradecer
5152 a presença também de todo mundo que está online e aí amanhã a gente volta às
5153 nove da manhã. E agradecer também Débora, Tamires e Nana aqui da coordenação
5154 por, enfim, darem todo o apoio aqui para a gente. Obrigada.

5155 **5 - 39ª Reunião Ordinária do CNPCT-31 05 1:**

5156 **Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
5157 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – De tornar bastante objetiva essa reunião,
5158 para que nós possamos discutir os assuntos mais importantes, para que eu possa
5159 ouvir a sociedade civil. Eu vou declarar abertos os trabalhos e vou passar a
5160 presidência e a condução dessa reunião para o Sofia, para que eu possa me inteirar
5161 de todas as questões, ouvir tudo aquilo que tem sido dito, poder intervir quando for
5162 necessário, quando for pertinente, mas reiterar o compromisso do Ministro, do
5163 Ministério, para com o aprimoramento do sistema de prevenção e de combate à
5164 tortura no Brasil. Então, Vice-Presidente, passo a...

5165 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5166 Bom dia a todos e todas. Eu queria, enfim, acho que é muito importante que o
5167 senhor esteja aqui hoje com a gente. Espero que... Eu sei que você tem uma agenda
5168 muito cheia, mas que nas próximas reuniões, em algum momento, eu também
5169 possa estar, porque essa pauta é muito importante e muito invisibilizada, de um
5170 modo geral. Bom, acho que a gente pode começar aqui com o registro do quórum.
5171 Vou pedir para a coordenação me ajudar aqui para a gente fazer esse registro.

5172 **Interlocutora não identificada** – Bom dia, gente. Vou iniciar com a verificação da
5173 instalação do quórum. Representantes do governo. MDHC, SNDH, SENAPPEN,
5174 SENASP, Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do
5175 Desenvolvimento Social.

5176 **Interlocutora não identificada** – Bom dia, eu estou online.

5177 **Interlocutora não identificada** – Ministério da Saúde, Secretaria de Relações
5178 Institucionais. Agora os representantes da sociedade civil. ITTC, ANADEP, GAJOP,

5179 EDI, Somos, Grupo de Amigos e Familiares, Educafro, UFRN, AJD, UFEM, Agenda
5180 Nacional, CEFSS. Temos um total de 15.

5181 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5182 Deixa eu só perguntar uma coisa. São 11 da sociedade civil e 4 do governo? São 4
5183 e isso.

5184 **Interlocutora não identificada –** Exatamente.

5185 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5186 Está bem. Mas é que vocês ainda não precisam dar a mudança legislativa aí na
5187 próxima, se já perguntaram. Mas não, com certeza. A presença de todo mundo.
5188 Aqui tem vários peritos e peritas também do Mecanismo Nacional de Prevenção do
5189 Combate à Tortura. E online tem algumas outras pessoas também. Imagino que
5190 tenham pessoas dos comitês estaduais também. E aí eu queria começar aqui
5191 dizendo que, Ministro, só para te inteirar, que ontem também na reunião a gente só
5192 tinha 3 presentes do governo, 3 representantes do governo presentes. E hoje a
5193 gente tem 4, que é um número muito insignificante para toda a sociedade civil que
5194 está aqui em peso. E a gente precisa que o governo não esteja nas reuniões,
5195 porque, afinal de contas, o governo faz parte também do Comitê. E a gente não está
5196 conseguindo entender muito bem por que os membros do governo não têm
5197 participado da reunião, uma vez que eles fazem parte aqui do Comitê. Inclusive,
5198 ontem a gente fez uma votação de uma resolução que a gente tinha feito no
5199 momento da pandemia, que permitia que as reuniões acontecessem de forma
5200 híbrida. E aí, ontem com a votação, a gente revogou esse pedaço da resolução.
5201 Então, as reuniões para as pessoas que são membros do governo e que fazem
5202 parte do Comitê, elas têm que acontecer de forma presencial também, a não ser
5203 com justificativas de saúde, etc. E com exceção da sociedade civil ou de convidados
5204 que não tenham condição de estar aqui fisicamente e presencialmente, que podem
5205 estar online. Esse é só um informe. E aí eu vou ler aqui os pontos da pauta e vou
5206 propor já uma inversão aqui, porque o primeiro ponto seria das diárias e passagens.
5207 E eu acho que a gente pode inverter esse ponto com o segundo ponto. Então, o
5208 primeiro seria a apresentação do Comitê nacional, que vai ser feita pela Patrícia. A

5209 apresentação do mecanismo nacional, que vai ser feita pela Camila. Não sei se
5210 mais alguém, mas você também, Camila Carol. Depois, um levantamento da
5211 coordenação e do mecanismo também, em relação aos comitês e mecanismos
5212 estaduais. É um informe. Na sequência, seria a recomendação da CAT para a
5213 criação dos mecanismos estaduais. O quinto ponto é o envio da EFTIP para
5214 Pernambuco. E o sexto ponto seria o repasse da missão do Rio Grande do Norte.
5215 Acho que a gente pode começar. Eu ia pedir só para a gente... Ontem a gente teve
5216 uma questão aqui com o tempo, etc. E a gente já está começando a reunião um
5217 pouco atrasada, 44 minutos atrasados. Então, se... Obviamente que a gente tem
5218 um monte de coisa para falar e...

5219 **Interlocutor não identificado** – Sim. Bom dia. A minha sugestão seria, justamente
5220 para aproveitar a presença do Ministro, que eu acho que tem maior interesse na
5221 pauta temática do que na pauta administrativa. E, levando em conta o dia de ontem,
5222 que a gente demorou bastante para avançar na pauta temática, a minha sugestão
5223 é que a gente suba, faça uma inversão de pauta e suba a pauta temática.
5224 Especialmente os pontos 5 e ponto 6, que são os pontos que tratam da
5225 materialidade da vida real das pessoas e de inspeções que aconteceram e que a
5226 gente poderia aqui apreciar com a presença do Ministro para ele se inteirar melhor
5227 do que está acontecendo nesses locais. E as pautas administrativas a gente poderia
5228 deixar para depois, porque eu acho que são de mais fácil resolução. Então, eu acho
5229 que a gente poderia privilegiar isso à apresentação do Comitê, à apresentação do
5230 mecanismo, que eu suponho que a gente já tenha conhecimento do funcionamento
5231 desses órgãos. Vou passar a palavra para o Mateus.

5232 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
5233 **Defensores Públicos - ANADEP)** – Eu acho importante a fala do Caio. Eu só ia
5234 sugerir uma ideia intermediária. Tinha sido combinado o mecanismo com o Comitê
5235 da gente fazer essa pauta 3 da apresentação. Então, o que eu sugeriria? A gente
5236 fazer a 3 e aí a 5 e a 6, como o Caio colocou. Vocês estiverem de acordo? A 2, a 2
5237 .2. Obrigado. A 2 .2, a 5 e a 6. Obrigado.

5238 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5239 **e Cidadania – ITTC)** – Só uma questão, gente. Tem algumas coisas aqui como
5240 pauta, mas elas são mais informes. Elas vão ser bastante breves. Por exemplo, a
5241 questão do levantamento é mais um informe. Acho que pode estar, inclusive, na fala
5242 do mecanismo. Então, eu acho que a gente coloca aqui uma breve apresentação
5243 dos dois órgãos, que eu acho que é importante, e é importante para todo mundo
5244 que está chegando. E a gente tinha feito esse planejamento. E aí, enfim, talvez nas
5245 falas a gente possa incluir a recomendação do CAT para a criação do mecanismo
5246 estadual. A Patrícia pode falar sobre isso. E aí depois a gente passa para o envio
5247 da FTIP para Pernambuco e para o repasse da missão. Então, eu vou passar agora
5248 para as peritas e para a gente tentar CAT aqui a um tempo rápido. Obrigada.

5249 **Interlocutora não identificada** – Então, bom dia a todas, todos e todes. A gente
5250 fez uma apresentaçõzinha de PowerPoint e pedi para a Débora colocar, por favor.
5251 Já pode passar para o primeiro? Então, primeiro, cumprimentar o Ministro,
5252 agradecer a presença, falar da importância. A ideia é a gente apresentar um pouco
5253 os órgãos para o senhor. A gente sabe que o senhor também está chegando, então
5254 talvez contextualizar um pouco a atuação, a origem histórica e como a gente se
5255 pauta na nossa atuação. Várias coisas que a gente vai dizer, talvez muitos aqui já
5256 saibam, mas a gente reforça algumas questões importantes. O Mecanismo Nacional
5257 de Prevenção e Combate à Tortura, ele faz parte de um sistema que é formado pela
5258 ONU, a partir da Convenção contra a Tortura e outros tratamentos apenas cruéis,
5259 desumanos ou degradantes. E depois, a partir do protocolo facultativo, essa
5260 convenção. A gente traz o conceito de tortura da convenção, mas no sentido de a
5261 gente saber melhor qual é a delimitação da nossa atuação. Diferentemente do
5262 conceito brasileiro de tortura na criminalização da legislação nacional, na legislação
5263 internacional, a tortura é considerada um ato típico de funcionário público. Por quê?
5264 Essa é uma questão que tem uma perspectiva histórica e uma perspectiva política
5265 de compreender que a tortura é ato típico daquele que possui o monopólio do uso
5266 da força, que é o Estado. E, no Brasil, a gente tem uma visão que mitiga isso
5267 bastante, dilui o lugar do Estado a partir do momento que se conceituou a tortura
5268 como uma prática que pode ser também em locais privados, em locais domésticos.

5269 E isso acaba, de certa forma, diluindo qual é o lugar do Estado historicamente nessa
5270 atuação da tortura. A gente, como faz parte do sistema ONU, assim como o Comitê,
5271 se pauta por essa conceituação. Então, a gente não trata de tortura em locais
5272 privados, não tratamos de tortura em ambientes domésticos ou relações privadas
5273 apenas quando esses locais estão cumprindo uma função, de um exercício de uma
5274 função Pública. Como, por exemplo, comunidade terapêutica, que é um lugar que é
5275 privado, mas que tem o exercício de uma função Pública que faz parte da atenção
5276 psicossocial. Então, pretende cumprir uma função que seria pública. Da mesma
5277 forma que presídios privados, a gente tem a atuação que se expande, mas por essa
5278 questão da atuação e da função. Pode passar, por favor, para mim? E também outro
5279 conceito que a gente se pauta bastante é da Convenção Interamericana, que tem
5280 uma perspectiva bastante interessante, de novo trazendo o lugar do Estado como
5281 ente que pratica tortura, mas tem também algo que a gente acha bastante
5282 interessante nessa conceituação, que são os métodos tendentes a anular a
5283 personalidade da vítima. E isso nos remete bastante, inclusive, a essa questão da
5284 mortificação do eu, que o Goffman trabalhava, porque isso é uma forma de tortura.
5285 Não é uma forma de tortura que pode, às vezes, deixar marcas físicas no corpo,
5286 mas ela deixa marcas na personalidade e na desarticulação dessa personalidade,
5287 e que é algo profundo e que a gente tem percebido que marca aquele sujeito e a
5288 trajetória dele de vida para sempre. Ele nunca vai se desfazer disso que foi feito no
5289 seu íntimo. Talvez as marcas corporais desapareçam, mas as marcas que ficam na
5290 alma não desaparecem. Pode passar para mim, por favor, Débora? Então, temos
5291 alguns órgãos que conformam esse sistema, o CAT, o Comitê Contra a Tortura, que
5292 participamos, inclusive, recentemente da revisão, e o CAT, que trabalha de maneira
5293 articulada com o Subcomitê de Prevenção à Tortura, que, diferentemente do CAT,
5294 o subcomitê faz visitas em loco. O CAT não faz esse trabalho de visitas em loco,
5295 ele trabalha daquela forma a partir dos relatórios, inclusive os relatórios do próprio
5296 SPT, mas o SPT é como se fosse um mecanismo internacional. Ele faz as visitas,
5297 faz as inspeções em loco, claro, com muitas limitações, considerando que é um
5298 órgão internacional para o mundo inteiro. Atualmente, são vários signatários do
5299 protocolo facultativo. No Brasil, já tivemos três visitas do SPT e é o único país que

5300 já recebeu três visitas do SPT, justamente pela questão que tivemos no último
5301 governo de desarticulação e desmonte da política, que o SPT, então, sentiu a
5302 necessidade de vir aqui e fazer essa incidência que acabou trazendo uma virada
5303 para a gente e um precedente importantíssimo do STF em relação à importância do
5304 nosso trabalho e necessidade que esse trabalho seja remunerado. Pode passar,
5305 por favor, para mim? Só para complementar em relação ao protocolo facultativo, ele
5306 vem com a ideia de como que vamos fiscalizar a Convenção contra a Tortura,
5307 porque uma coisa é dizer que a tortura precisa ser erradicada, outra coisa é você
5308 visualizar um sistema para fiscalizar isso. Então, o protocolo facultativo traz o
5309 próprio SPT, que é esse órgão internacional que vai fazer as inspeções, mas
5310 também ele disciplina a criação dos mecanismos preventivos nacionais nos estados
5311 que assinaram o tratado, mecanismos esses que devem ser órgãos autônomos,
5312 órgãos de estado, mas órgãos autônomos, e que fazem o trabalho de fazer as
5313 inspeções regulares em uma perspectiva preventiva, muito embora, no contexto
5314 brasileiro, a gente entenda a dificuldade de uma perspectiva preventiva se isso já
5315 está instalado de maneira tão estrutural e isso permeia a rotina das unidades
5316 prisionais socioeducativas e de locais de tratamento psiquiátrico, isso permeia de
5317 maneira tão profunda, estrutural e sistêmica que até a perspectiva preventiva fica
5318 um pouco comprometida e difícil de se realizar. Mas a ideia, justamente, de visitas
5319 regulares é a ideia de que aquele lugar pode estar sempre sujeito a um olhar e isso
5320 deveria criar a noção da prevenção, justamente você ter essa possibilidade. Vou
5321 passar para a Camila que ela vai continuar a apresentação.

5322 **Sra. Camila (Perita – Mecanismo Nacional)** – Bom dia a todos, todas e todes. Vou
5323 dar continuidade à nossa apresentação. Com relação aos mecanismos preventivos
5324 nacionais, entendendo que o mecanismo nacional é esse mecanismo preventivo
5325 nacional com base no OP-CAT, então nós temos um sistema de visitas não
5326 anunciadas, inclusive isso foi um debate dentro do órgão, mas, de acordo com, por
5327 exemplo, a doutrina privilegiada para a implementação do OP-CAT, que é o Manual
5328 de Implementação do OP-CAT da APT, nós, por um consectário lógico, temos que
5329 fazer as nossas visitas de forma não anunciada, de forma que a administração das
5330 unidades de privação de liberdade não tenha conhecimento, porque nós temos que

5331 pegar a situação assim como ela é. Se existem pessoas machucadas, se a unidade
5332 não está de reforma, nós precisamos chegar lá de maneira não anunciada. Temos
5333 a prerrogativa de inspecionar qualquer instituição de privação de liberdade sob a
5334 jurisdição do Estado brasileiro sem prévia autorização. Qualquer lugar do nosso
5335 mapa do Brasil onde tiver pessoas privadas de liberdade, existe a nossa Lei federal
5336 e existe o OP-CAT que nos autoriza a adentrar naquela unidade e ter acesso a
5337 qualquer espaço que a gente queira ter acesso. Isso geralmente é uma fonte de
5338 conflito no âmbito do nosso trabalho. O Estado parte, no caso do Brasil, deve
5339 garantir a independência funcional dos MPNs. Por exemplo, o Comitê, no nosso
5340 caso, é responsável por garantir a independência do mecanismo. Então, a partir do
5341 momento, como, por exemplo, ontem, que foi votado que a comissão de seleção
5342 será a maioria de sociedade civil, isso é uma coisa boa, porque isso é uma maneira
5343 formal de a gente ter uma divisão e não ter uma influência política de governos,
5344 independente de qual que seja o governo, na composição desse órgão que deve
5345 ser, sobretudo, independente e autônomo. Prerrogativa de solicitar quaisquer
5346 documentos nas instituições de privação de liberdade. Nós também geralmente
5347 temos dificuldade com isso. Às vezes temos que dizer que vamos denunciar o
5348 Ministério Público Federal e tudo mais. Também é uma outra luta que a gente tem
5349 no sentido de conseguir essas documentações. Prerrogativa de entrevistar
5350 reservadamente qualquer pessoa privada de liberdade. Prerrogativa de utilizar
5351 câmeras fotográficas, que, inclusive, foi uma fonte de conflito até aqui nesse
5352 território, no Distrito Federal, com relação à portaria ilegal do TJDF, que já foi
5353 suspenso de seus efeitos pela Corregedoria Nacional de Justiça. Esse conflito
5354 girou muito em torno da questão de nós termos levados as nossas câmeras e termos
5355 feito fotos de ferimentos, de machucados, de balas de borracha e, geralmente,
5356 também é uma outra fonte de conflitos que nós temos no desempenho do nosso
5357 trabalho. Estabilidade durante a vigência do mandato. Eu queria chamar a atenção
5358 para a importância dos mandatos dos peritos. Por exemplo, no mecanismo estadual
5359 de Pernambuco, a Lei é omissa. Nós não temos mandatos previstos para os peritos
5360 de Pernambuco e isso gera uma situação de acomodação institucional. O mandato
5361 é um instrumento que vai, ao mesmo tempo, garantir a estabilidade do perito,

5362 qualquer que seja a arquitetura, seja cargo comissionado, seja contrato e, ao
5363 mesmo tempo, vai garantir a renovação do órgão, também é uma estrutura no
5364 sentido de se garantir uma independência formal. A composição deve buscar o
5365 equilíbrio de gênero e representação adequada de grupos étnicos e minorias do
5366 país. O equilíbrio de gênero é uma coisa muito importante no desempenho do nosso
5367 trabalho porque temos que ter aproximação com tanto a população feminina como
5368 a masculina. Tem pessoas privadas de liberdade que não vão se sentir à vontade,
5369 por exemplo, um homem, de falar certas coisas com uma mulher por uma questão
5370 moral, por uma questão de regras. É importante que tenhamos pessoas de gêneros
5371 diferentes nas nossas equipes e na composição geral do órgão. Também queria
5372 chamar a atenção para a diversidade cultural, a diversidade étnica no âmbito do
5373 mecanismo. É preciso que a gente tenha pessoas que tenham diferentes
5374 pertencimentos culturais, geográficos para que a gente possa entender mais o
5375 nosso país e ter uma política Pública mais assertiva. Competências mínimas para...
5376 Então, isso aí é o piquete que nos fala, competências mínimas para visitas em
5377 instituições de privação de liberdade, fazer recomendações às autoridades, que é a
5378 nossa principal função. Submeter propostas e observações acerca da legislação
5379 existente ou em projeto. Nós também temos uma incidência legislativa.
5380 Funcionamento e atual estrutura do mecanismo, regulado pela Lei nº 12.847, que é
5381 a Lei nacional do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Temos 11
5382 peritos, com uma data de três anos. Atualmente, só temos nove no órgão. Inspeções
5383 nas 27 unidades federativas. Tivemos 54 relatórios publicados desde 2015 e 17
5384 notas técnicas sobre diferentes temas que dizem respeito aos direitos das pessoas
5385 privadas de liberdade. No ano passado, nós tivemos 46 inspeções em unidades de
5386 privação de liberdade, em oito unidades federativas, dos quais tivemos sete missões
5387 regulares e uma missão conjunta com o Conselho Nacional de Justiça. Aí já entra
5388 uma pequena demanda nossa, a ausência de assessoria técnica, que nós vamos
5389 aprofundar daqui a pouco. E temos, contamos com também duas servidoras
5390 terceirizadas da R7 no âmbito do mecanismo. Por fim, algumas demandas
5391 estruturais que a gente tem. Eu gostaria, desde já, de sinalizar que este governo
5392 tem realmente colaborado com o mecanismo. Nós tivemos o nosso orçamento

5393 100% aprovado. Nós vamos ter condição de estruturar o órgão, inclusive do ponto
5394 de vista de patrimonial. Por exemplo, nós precisamos de instrumentos para medir a
5395 temperatura de uma cela. Nós precisamos de uma trena digital para medir o espaço.
5396 Precisamos de coisas assim para qualificar a nossa abordagem e agora nós vamos
5397 ter a oportunidade de adquirir esses materiais, mas tem coisas também que a gente
5398 gostaria só de brevemente dar uma pincelada aqui, aproveitando a presença do
5399 eminente Ministro. Nós precisamos de uma assessoria administrativa para dar conta
5400 da nossa relação com a administração Pública. Atualmente, o desempenho desse
5401 trabalho tem sido feito, sobretudo, pela coordenação do órgão, o que faz com que
5402 quem esteja na coordenação do órgão tenha que deixar de exercer uma parte de
5403 suas tarefas como peritos e, conseqüentemente, contribuir menos. Então, nós
5404 entendemos que precisamos de uma assessoria administrativa para otimizar a
5405 nossa relação com a administração. Precisamos, de forma bastante dramática, de
5406 uma assessoria de comunicação porque o principal produto do nosso trabalho são
5407 os relatórios. Os relatórios são documentos frequentemente com mais de 150
5408 páginas, muito analíticos, e nós precisamos de uma assessoria de comunicação
5409 para tornar esse conteúdo palatável para a sociedade. Uma pessoa com perfil de
5410 comunicação social, que tenha condições de escrever artigos sobre os dados que
5411 encontramos, que tenha condição de mexer com redes sociais, que nós estamos
5412 vivendo a era das redes sociais, que tenha condição de executar um plano de
5413 comunicação para o mecanismo a fim de que o resultado do trabalho do mecanismo
5414 esteja na sociedade e as pessoas entendam o que está acontecendo na privação
5415 de liberdade do nosso país. Então, isso é uma coisa extremamente urgente para
5416 nós, essa questão da assessoria de comunicação. Também precisamos de uma
5417 assessoria para revisão e formatação de textos, talvez uma pessoa, um profissional
5418 com perfil de letras, que nós produzimos diversos, esse mês mesmo vamos
5419 produzir, publicamos o relatório da Bahia, vamos publicar o levantamento nacional
5420 do sistema, vamos publicar o relatório anual e precisamos de um profissional para
5421 nos auxiliar nesses documentos públicos que vão ficar aí durante anos para
5422 subsidiar as políticas públicas e eles não podem ir de qualquer forma. E, por fim,
5423 uma assessoria de pesquisa que já conversamos um pouco antes sobre essa

5424 necessidade de ter profissionais de pesquisa lidando com esses dados primários
5425 que são produzidos pelo mecanismo, que seja capaz de, por exemplo, produzir um
5426 produto com relação à violência de gênero, baseado nos dados do mecanismo, que
5427 seja capaz de produzir um estudo sobre a questão racial, que é uma questão
5428 premente quando a gente trata de privação de liberdade do sistema criminal. E, em
5429 síntese, acredito que essas são as nossas demandas mais urgentes, essa questão
5430 da assessoria. No mais, essa é a arquitetura administrativa e jurídica do mecanismo
5431 e nós nos encontramos à disposição. Maria vai apresentar o vídeo agora ou vocês
5432 vão se apresentar?

5433 **Sra. Ana Luíza Zago (Diretora de Defesa dos Direitos Humanos – Secretaria**
5434 **Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – MDH) – Obrigada.**
5435 Primeiro eu vou me apresentar. Eu sou Ana Luíza Zago, diretora de defesa de
5436 direitos humanos. Dentro do guarda-chuva da diretoria, dentro da Secretaria
5437 Nacional de Promoção e Defesa de Direitos Humanos. O mecanismo não é
5438 vinculado a essa diretoria. O mecanismo tem uma vinculação administrativa
5439 diretamente com a secretaria, mas eu queria fazer uma troca aqui de questões
5440 estruturantes mesmo. Então, é uma troca. O que não temos, o que não existe hoje,
5441 são cargos comissionados, cargos em comissão. Eu tenho acompanhado uma luta
5442 no sentido de expandir, de solicitar novos cargos para o Ministério. Então, é uma
5443 realidade de deficiência de cargos mesmo. Nós estamos tentando resolver em
5444 relação ao próprio apoio administrativo do Comitê, apoiando os cargos que já temos,
5445 que é o cargo de apoio do Comitê, o cargo de apoio da Coordenação Geral também.
5446 Estamos tentando a via das requisições, essa janela das requisições. Conseguimos
5447 um edital. Eu digo porque é uma realidade um pouco parecida da deficiência dos
5448 cargos. Há uma janela de requisições aberta até a metade do ano e aí por via de
5449 um edital interno, estamos fazendo um edital de seleção e houve, sim, mais ou
5450 menos umas 40 pessoas inscritas para requisições. Eu não sei se vocês já
5451 passaram. É só para a gente verificar. Já tentaram a via das requisições em relação
5452 a essas pessoas e o que não exclui também é a tentativa de novos cargos para o
5453 Ministério e aí sim solicitar quando o mecanismo seja contemplado.

5454 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular -**
5455 **Ministério Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Só reforçar o que disse aqui a
5456 diretora. Acho que todos aqui sabem como se deu a realidade da formação dos
5457 Ministérios. Aliás, hoje é um dia bem importante a respeito disso. 37 Ministérios, só
5458 que sem aumento de cargos. Então, eu diria o seguinte, sendo muito transparente
5459 aqui. Nós do Ministério, do mandato geral, estamos trabalhando no limite. A situação
5460 é muito difícil. Eu, particularmente, meu gabinete eu praticamente não tenho
5461 assessoria no meu gabinete. Não temos um servidor de carreira própria do
5462 Ministério. Dentro do meu gabinete, por exemplo, todos são requisitados,
5463 terceirizados, enfim, essa situação. E ainda assim é uma situação, acho que todos
5464 devem saber aqui, que quando houve a repartição dos Ministérios, do Ministério da
5465 Mulher, do Ministério da Igualdade Racial, houve também com muita justiça, a
5466 necessidade de haver uma repartição dos terceirizados. O que torna a situação
5467 ainda mais difícil. Então, quero dizer que o que for possível nós faremos dentro
5468 dessa realidade. E acho que a diretora explicou muito bem a situação. Isso é pra
5469 dizer caso essas requisições elas não possam ser atendidas de imediato ou, enfim,
5470 em um período que seja razoável, essa é a situação que se encontra o Ministério.
5471 Em relação, também tenho que dizer isso, em relação à participação dos outros
5472 Ministérios, de fato, acho que é um problema muito sério. Já pedi à diretora pra
5473 através do gabinete oficial os demais Ministérios pra saber o porquê a não
5474 participação nas reuniões, sendo que esse tema é um tema crucial pro Estado
5475 brasileiro. Então, vamos esperar a resposta. Eu, como Ministro, vou pedir pra
5476 diretamente que os outros Ministros dos Ministérios que participam pra que eles
5477 sejam informados, que provavelmente talvez não saibam que não está havendo
5478 essa participação que deve ocorrer nas reuniões do Comitê. Obrigado.

5479 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5480 **e Cidadania – ITTC)** – Vocês queriam mostrar um vídeo antes? Está bom. Só queria
5481 aqui parabenizar o trabalho dos peritos e das peritas do Mecanismo, que é um
5482 trabalho muito importante e muito extenuante e mentalmente extenuante. E eu
5483 estive com as peritas na última missão aqui no Rio de Janeiro. E eu pude entrar
5484 com elas e também com o Rogério, que é o único perito homem. E a realidade é

5485 realmente muito brutal dentro do sistema prisional. E o que eu estava falando até
5486 com a Carol, que é isso, a gente sai desgastado, etc., mas é isso, é a
5487 responsabilidade de quem viu. Então, quem viu tem uma responsabilidade muito
5488 grande com aquilo, porque são pessoas que estão passando por torturas absurdas,
5489 desde falta de alimentação adequada, não ter água, viver numa cela que teria
5490 capacidade pra oito pessoas e viver 26 pessoas nessa cela. Então, realmente, a
5491 gente tem que ter um compromisso muito grande com essa população. Então, eu
5492 queria parabenizar o trabalho aqui. E aí, rapidamente, eu vou falar os nomes aqui,
5493 aí vocês levantam as mãos, só para eu saber quem é a perita. A Ronilda, Bárbara,
5494 Ana Valesca, Camila, Rogério, Cecília, Camila e Carol. E aí agora eu vou passar
5495 aqui a palavra para a Patrícia, que vai fazer uma breve apresentação também.

5496 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
5497 **Desencarceramento)** – Bom dia a todos e todas. Meu nome é Patrícia de Oliveira.
5498 Estou aqui representando a Agenda Nacional pelo Desencarceramento. Sou do Rio
5499 de Janeiro. Sou da Rede de Comunidades em Movimento contra a Violência, que
5500 constrói a Frente Estadual pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro e constrói a
5501 Agenda Nacional pelo Desencarceramento e constrói a Rede Nacional de
5502 Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado. Então, queria dizer da importância
5503 dessa reunião hoje, até porque é a primeira reunião que o Ministro participa do
5504 Comitê Nacional. O Comitê Nacional tem uma atribuição que é importante. Primeiro
5505 que ele precisa zelar pelas prerrogativas dos membros do mecanismo. Então, todos
5506 os membros do Comitê têm que ter isso na sua mente. O Comitê faz a seleção dos
5507 peritos ou membros de mecanismo, porque o Rio de Janeiro é membro, não é perito.
5508 O primeiro mecanismo foi o do Rio de Janeiro. O primeiro Comitê foi o do Rio de
5509 Janeiro, em 2010. Então, a gente precisa entender o nosso espaço e a nossa
5510 participação. Zelar pelas prerrogativas, assegurar as prerrogativas do mecanismo é
5511 a atribuição dos membros do Comitê, e aí o Ministro, enquanto Presidente do
5512 Comitê, precisa estar mais inteirado nisso. A mesma coisa quando o mecanismo é
5513 impedido de fazer fiscalização. Compete ao Comitê defender isso. E a gente não
5514 pode permitir a quebra de prerrogativa. Recursos e autonomia funcional também é
5515 muito importante. E cabe aos membros do Comitê assegurar tudo isso. Quando o

5516 Brasil ratifica a Convenção contra a Tortura, cria obrigações. O Estado parte na
5517 União. Então, quando a gente entende o nosso papel e entende a nossa
5518 participação, e aí também os outros ministérios precisam estar aqui, e como o
5519 senhor falou que vai conversar com os outros ministros, isso é super importante. O
5520 senhor poder ligar para os seus pares e pedir para eles participarem da reunião,
5521 porque é fortalecimento do Comitê. É fortalecimento do sistema Nacional de
5522 Prevenção e Combate à Tortura. E está dizendo para o mundo que o Brasil não
5523 aceita tortura. Porque a gente pode achar que a tortura é só aquela tortura quando
5524 coloca um saco plástico na cabeça. Não. Falta d 'água na cadeia é tortura.
5525 Alimentação estragada é prática de tortura. Então, tem várias coisas que é prática
5526 de tortura. E é isso que o mecanismo faz quando entra nos espaços de privação e
5527 liberdade. Por isso que também fiscaliza abrigo. E aí pode dizer que abrigo não é
5528 um sistema prisional, não é um socioeducativo. Mas os adolescentes não podem
5529 sair dali. Se eles não podem sair dali, eles estão impedidos. Então, esses locais o
5530 mecanismo precisa fiscalizar. O Comitê Nacional tem reuniões. A última reunião foi
5531 em março. Tem essa reunião agora. Já tem um calendário até o final do ano. Então,
5532 é importante também o senhor se fazer presente até porque o Ministério dos Direitos
5533 Humanos tem uma força política, tem um poder. Então, deixar só com a sociedade
5534 civil não é bom. Porque fragiliza o Comitê e fragiliza o sistema. Não existe dois
5535 Comitê. Um Comitê só da sociedade civil e outro dos órgãos do governo. Só existe
5536 um Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura no Brasil. Então, a gente
5537 precisa estar muito aqui. E a gente tem cobrado, e esse é o papel da sociedade
5538 civil, cobrar. Às vezes, as pessoas não gostam, mas esse é o nosso papel, cobrar.
5539 Porque, se a gente não cobra, as coisas não andam. A gente está numa gestão
5540 nova de governo. Inclusive, votei. Votei porque achei que tinha que ter a mudança.
5541 Mas, em cem dias de governo também, a gente não viu nada de Sistema de
5542 Prevenção e Combate à Tortura. E isso tem que ser prioridade. Prioridade. Porque,
5543 se não adianta, a gente... E aí, quando eu falo Brasil ir para o CAT da ONU para
5544 fazer a defesa, e, na prática, a gente não conseguir demonstrar mudanças. Precisa
5545 ter mudança. Precisa ter recursos para o Comitê Nacional. Precisa fazer um
5546 seminário do sistema, que a gente já conseguiu o recurso para isso. Mas, o Comitê

5547 precisa se fazer presente. O Comitê precisa se fazer conhecido. O Comitê está
5548 funcionando desde 2013. Muita gente nem sabe o que é o Comitê Nacional de
5549 Prevenção e Combate à Tortura. Uma outra coisa no Comitê... Forças de Segurança
5550 não podem compor Comitê. Nem estadual, nem nacional. Vai contra as regras do
5551 CAT da ONU, vai contra as regras da Convenção contra a Tortura. E a gente tem
5552 visto muita força de segurança. O Comitê de Sergipe tem até a Secretaria de
5553 Administração Penitenciária. Então, assim, acho que a gente precisa também ter
5554 esse esforço e dizer que a gente não vai permitir isso. Porque não adianta dizer que
5555 está criando um Comitê e um mecanismo só para ter no papel. Porque, na prática,
5556 é outra história. E, como eu falei, o do Rio de Janeiro foi o primeiro do Brasil. E o do
5557 Rio de Janeiro, durante muitos anos, foi conhecido como o melhor Comitê e
5558 mecanismo que seguia as regras da Convenção contra a Tortura. Então, assim, o
5559 Comitê Nacional e o mecanismo têm atribuição de criação de comitês e
5560 mecanismos. E a gente, agora, vai incidir com muita força nisso. Não queremos
5561 Comitê com forças de segurança, porque quem comete a tortura é o Estado.
5562 Obrigada.

5563 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5564 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Patrícia. Vocês querem mostrar o vídeo? A
5565 Patrícia acabou de apresentar. Se vocês quiserem... Se vocês querem
5566 contextualizar o primeiro vídeo e mostrar o vídeo para todo mundo.

5567 **Interlocutora não identificada** – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes.
5568 Excelentíssimo Ministro. Uma das pautas é o Rio Grande do Norte, que, inclusive,
5569 teve uma delegação importante com a qual o governo federal se fez presente junto
5570 ao Comitê Nacional, a Defensoria Pública da União e o Conselho Nacional de
5571 Direitos Humanos. E ontem, nessa oportunidade de estarmos reunidas aqui, nós
5572 recebemos um pouco do que é o cenário do Rio Grande do Norte, que continua sem
5573 compromisso com a pauta de direitos humanos e praticando uma violência extrema,
5574 não só tortura, mas todo tipo de violência extrema física e psicológica contra as
5575 pessoas custodiadas. Nós gostaríamos de veicular, porque, muitas vezes, até um
5576 bom relatório não vai refletir o que esse vídeo é capaz de demonstrar. Espero que

5577 seja possível a presença de vossa excelência aqui quando a gente trate essa pauta
5578 do Rio Grande do Norte, inclusive porque o apoio do governo federal foi muito
5579 importante no retorno ao Estado. Então, a gente quer começar mostrando esse
5580 vídeo. Uma pena que o Rafael da SENAPPEN não está aqui agora, mas, de
5581 qualquer forma, fica o registro. Obrigada. Esses vídeos são de unidades prisionais
5582 do Estado do Rio Grande do Norte. Observe que a pessoa já foi pegada rendida, já
5583 estava no chão. Cinco policiais penais vão em cima dessa pessoa. Um está de
5584 posse de um SPARC, que é uma arma de eletrochoque, sobre a qual a gente
5585 conversou um pouco. É uma arma que propicia a tortura no âmbito da privação de
5586 liberdade e não tem nenhum uso legítimo para os fins da segurança Pública dentro
5587 de uma unidade de privação de liberdade. Ele está sendo asfixiado. A gente
5588 percebe, assistindo esse vídeo, que há uma deliberada intenção de matar essa
5589 pessoa, como vocês vão perceber, andando pela vida dele. Levou um choque. O
5590 choque leva a pessoa a perder o controle de tudo, mas, depois, ele já começa a
5591 voltar. A gente vai ver com um pouco mais de clareza o que está acontecendo. Ali,
5592 eles continuam tentando asfixiar essa pessoa. Com claro o intuito de matar. Eu
5593 queria chamar a atenção para a asfixia, que geralmente é uma prática feita para
5594 matar e que, depois, ela pode passar como suicídio. Ele já está bem roxo. A gente
5595 percebe ali que ele já está bem roxo. Levando o mata-leão com o intuito de asfixia
5596 é algo que a gente sempre encontra. Às vezes, foi suicídio, mas não foi. Foi uma
5597 situação como essa. A gente passou esse vídeo. O vídeo mexe um tanto com a
5598 nossa humanidade. A gente fica bastante impactado, mas a gente preferiu passar
5599 esse vídeo porque, acredito que o mecanismo muitas vezes é um órgão
5600 incompreendido. Às vezes, somos chamados de fazer acusações levianas. Mas é
5601 porque, quando a gente entra na privação de liberdade, a gente se depara com
5602 indícios de situações como essas. A gente sente o cheiro de situações como essas.
5603 Gostaria de reiterar que o nosso trabalho não é um trabalho leviano. Ele é um
5604 trabalho que vai nos calabouços, onde ninguém vai e se depara com situações
5605 como essas. Gostaria muito também, Bárbara, que o Rafael Velasco estivesse aqui
5606 para assistir esse vídeo, para saber por que são tais os nossos posicionamentos
5607 com relação, por exemplo, à atuação da FTIP.

5608 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5609 **e Cidadania – ITTC) –** Tenho... Desligou. Eu queria agradecer por vocês mostrarem
5610 o vídeo e acho que é importante porque, às vezes, a gente precisa ver, por mais
5611 difícil que seja, e isso não é um caso isolado. É a realidade do sistema prisional.
5612 Isso acontece a todo momento no sistema prisional. É importante que a gente
5613 mostre esses vídeos e também existe em alguns estados que os policiais estão
5614 usando câmeras nos coletes, identificação. Então, isso é muito importante também
5615 que aconteça em todos os estados porque esse tipo de violência acontece com
5616 bastante frequência e as pessoas precisam ser responsabilizadas e o Estado
5617 precisa estar inteirado do que está acontecendo através dessas imagens. Para a
5618 gente dar sequência aqui na pauta, eu só vou fazer esse informe rápido do ponto 3
5619 e do 4, que os dois têm a ver um com o outro e que a Patrícia falou um pouco aqui,
5620 que é a realidade, o Comitê Nacional não dá conta de todos os estados, assim como
5621 o Mecanismo Nacional não dá conta de todos os estados. São 11 peritos, tem nove
5622 peritas aqui. Então, é muito importante que se tenha o fortalecimento e a criação
5623 dos comitês nos estados e isso, inclusive, a senhora ministra estava lá, que foi uma
5624 das recomendações da CAT para a criação dos comitês e mecanismos no Estado.
5625 A gente tem pensado aqui no Comitê, e a gente discutiu isso ontem também, de
5626 como pensar num parâmetro também para a criação de leis para o Comitê e
5627 mecanismo, de entender junto com uma articulação local, com a sociedade civil,
5628 com os movimentos sociais, com a Defensoria Pública, enfim, como a gente pode
5629 criar e fortalecer esse sistema como um todo. E acho que é muito importante
5630 também que o Ministério de alguma maneira, e a gente, enfim, óbvio, nós somos
5631 um órgão que estamos dentro do Ministério, mas que possa nos ajudar nessa
5632 articulação para a criação dos comitês e mecanismos para que o trabalho possa ser
5633 mais fiscalizado. Eu vou passar para a Fernanda, e aí é isso, a gente às vezes
5634 levanta a plaquinha aqui para falar. Vou passar aqui a palavra para a Fernanda.

5635 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Titular - Ministério dos Direitos Humanos e**
5636 **da Cidadania – MDHC) –** Eu entendi que a gente já está entrando no ponto 3, é
5637 isso? Ok. Bom, em relação ao cumprimento do compromisso internacional que o
5638 Brasil assumiu e da nossa legislação nacional, que é a implantação dos comitês

5639 estaduais e dos mecanismos, bem como a realização do Encontro Nacional do
5640 Sistema, na verdade a reativação do sistema, que todos nós sabemos que está
5641 praticamente morto e enterrado. A gente vai fazer um processo de ressuscitar o
5642 sistema. Estamos fazendo um processo de ressuscitar o sistema e o Encontro
5643 Nacional dos Comitês, porque às vezes eu acho que existe uma confusão entre
5644 uma coisa e outra. A gente conseguiu garantir que o Comitê tivesse o orçamento
5645 suplementado. Então, o Ministério garantiu essa suplementação que previu recurso,
5646 tanto para o Encontro do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que
5647 é uma coisa, quanto para o Encontro dos Comitês Estaduais de Prevenção e
5648 Combate à Tortura. Então, nós temos recursos para fazer os dois eventos.
5649 Considerando a existência de recursos para fazer os dois eventos, a Coordenação
5650 Geral de Combate à Tortura, e aí a ideia inclusive é essa troca para que a gente se
5651 alinhe junto com o mecanismo e com o Comitê Nacional de Prevenção e Combate
5652 à Tortura, para fazer um trabalho conjunto, a Coordenação Geral de Combate à
5653 Tortura tem realizado reuniões com os pontos focais de governo dos estados para
5654 entender, a gente chama de reunião de ambientação, para entender como está o
5655 compromisso desses estados com a política de prevenção e combate à tortura e,
5656 por consequência, a construção dos comitês e dos mecanismos, construção e
5657 funcionamento, porque a gente sabe que tem alguns que existem, mas como a
5658 Patrícia bem disse, o funcionamento é bem complicado ou inclusive afronta os
5659 compromissos por nós assumidos. E a partir dessa conversa com esses estados,
5660 com esses pontos focais de estado, estamos entendendo e nos ambientando em
5661 relação a isso e já apresentando a ideia do encontro dos comitês estaduais de
5662 prevenção e combate à tortura. Por questões orçamentárias, nos foi solicitado que
5663 de execução orçamentária, para a gente ter dinheiro para o ano que vem, nos foi
5664 solicitado que esses orçamentos sejam executados antes do final do ano. O
5665 mecanismo também recebeu a mesma orientação. Então, a ideia seria fazer o
5666 encontro dos comitês, a proposta, seria fazer o encontro dos comitês por volta de
5667 outubro, porque a gente não fica tão em dezembro, mas a gente também tem um
5668 folegozinho para mobilizar, porque foi uma crítica recebida, inclusive dos pontos
5669 focais de estado, que nos encontros anteriores a sociedade civil não teve a

5670 representação que deveria ter tido. Em relação ao Sistema Nacional de Prevenção
5671 e Combate à Tortura, iniciamos também, a nossa coordenadora assumiu agora, a
5672 Daniela, iniciamos também a rearticulação com os quatro que compõem, os quatro
5673 membros principais do sistema, que está previsto no artigo 2 da Lei, que são o
5674 Comitê, o mecanismo, já conversei com o mecanismo, estava esperando aqui a
5675 reunião do Comitê, a SENAPPEN, representando através do Ministério da Justiça,
5676 e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que eu também participei
5677 da última reunião, convidando e convocando para essa rearticulação do sistema.
5678 Estamos também tomando o pé dos documentos que existem dos períodos
5679 anteriores em relação ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O
5680 sistema não chegou nem a ter um regimento aprovado, existe apenas uma minuta
5681 de regimento, ou seja, não andou nada. Temos que fazer tudo, assumir que é tudo
5682 recomeçando mesmo. E a partir da rearticulação do sistema, convidando também
5683 o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, porque
5684 nós sabemos da dificuldade com os ministérios públicos estaduais, para essa
5685 composição do sistema, para essa participação mais próxima do sistema, a nossa
5686 intenção é, a partir dessa reativação nacional do sistema, conseguir capilarizando
5687 para os estados, para os atores que deveriam compor os sistemas estaduais e para
5688 que eles funcionem de fato. A gente percebe também uma dificuldade de
5689 compreensão entre sistema, Comitê e mecanismo. Faça uma grande confusão nos
5690 estados entre as coisas, o mecanismo também deve perceber isso, e nós temos
5691 feito o trabalho de explicar os pontos focais de governo, inclusive pessoas que estão
5692 nos governos não sabem exatamente o que é. Então, apesar de já ter muito tempo
5693 de existirem documentos, a gente percebe que as pessoas ainda têm uma
5694 dificuldade de compreensão, então esse trabalho não está findo, a gente continua
5695 tendo que ter esse trabalho de formação, de explicação, de esclarecimento para as
5696 pessoas. E aí, trazendo para cá uma proposta, a gente não precisa definir isso de
5697 imediato, a gente pode refletir, em agosto nós fazemos 10 anos da Lei. E aí, a gente
5698 gostaria de propor, enquanto diretoria e coordenação e o Ministério, a realização
5699 em agosto do encontro do sistema nacional de prevenção e combate à tortura para
5700 marcar esses 10 anos da Lei, sem claro abrir mão do encontro dos comitês

5701 estaduais em outubro, que a gente acha extremamente importante, muito na linha
5702 do que a Patrícia falou, para afinar essas diretrizes de funcionamento, composição,
5703 e ir trabalhando uma análise qualitativa das leis que existem e que estão sendo
5704 propostas, que muitas vezes enfiam a Secretaria de Segurança Pública no Comitê,
5705 e a gente sabe o quanto isso é prejudicial para o funcionamento do órgão e para a
5706 credibilidade da política de prevenção à tortura nossa. É isso.

5707 **Sra. Carol (Perita – Mecanismo Nacional)** – Então, só complementando um pouco
5708 aqui a fala de Nana, foi uma demanda muito, inclusive da coordenação de combate
5709 à tortura, mas também da sociedade civil, de pesquisadores, a impressionante
5710 quantidade de demanda que a gente tem recebido em relação ao levantamento e o
5711 mapeamento do sistema no Brasil. Então, a gente fez isso em conjunto com os
5712 mecanismos estaduais, a gente está para publicar esse documento, a gente deve
5713 fazer um eventozinho online rápido, porque não é simples um mapeamento como
5714 esse, demanda análise das leis, adequação das leis ao OP-CAT. Então, é um
5715 documento de umas 70 páginas que a gente vai, Estado a Estado, analisando o
5716 arcabouço legal, não só, analisando também a prática, como tem sido
5717 implementado e atuado, e as previsões legais de mecanismo, para a gente ter uma
5718 ideia da confusão que se faz aqui no Distrito Federal, por exemplo, que tem um
5719 Comitê distrital, os representantes da sociedade civil são indicados a título
5720 personalíssimo, só que isso não representa a sociedade civil, representa pessoas,
5721 indivíduos, porque a representação de sociedade civil é uma representação de
5722 entidades. Então, para começar, pessoas indicadas pelo governador a título
5723 personalíssimo não têm independência, não representam a sociedade civil
5724 organizada, segunda questão aqui do DAF também, que é previsto para o Comitê
5725 as prerrogativas do mecanismo. Então, não faz o menor sentido dizer que a
5726 Secretaria de Administração Penitenciária tem prerrogativa de entrar na unidade
5727 para fazer fiscalização, não faz sentido, porque é algo que ela gere. Então, se ela
5728 já está na unidade, ela não precisa de uma prerrogativa para isso e, muito menos,
5729 o fiscalizador não pode ser fiscalizado. Então, tem uma confusão grande. No Mato
5730 Grosso do Sul, quem preside o Comitê é um coronel da PM. Então, são situações
5731 desse nível que a gente tem encontrado nos estados, numa dificuldade de

5732 implementação desse sistema. Dizer também que, em agosto, a gente vai fazer o
5733 lançamento do relatório anual num evento presencial. A gente espera que o Ministro
5734 possa comparecer. Eu já falei com você. A data, exatamente. Já reservamos a data,
5735 exatamente. Então, e a gente vai trazer, então, a partir do nosso relatório anual todo
5736 o trabalho do ano passado e, também, em dezembro, a gente vai fazer o encontro
5737 dos mecanismos do Brasil todo, inclusive com um mecanismo novo do Acre, um
5738 mecanismo renovado de Pernambuco, que a gente espera que esteja até lá. E essa
5739 questão dos dez anos, Nana, também foi uma demanda do SPT e da APT. Então,
5740 acho que uma articulação com o Juan Pablo, com a Sílvia, da APT, eu acho
5741 interessante para fazer esse evento, que também foi chamada atenção à questão
5742 dos dez anos. E eu acho que aí pode fazer um evento grande, trazendo esses
5743 órgãos internacionais, trazendo essas representações da APT, que é um órgão
5744 fundamental. Então, são esses os informes que a gente tem. Obrigada.

5745 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5746 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Carol. Tem uma pessoa online que está com a
5747 mão levantada, o Érico, e eu vou pedir para as falas serem mais curtas, um tempo
5748 de três minutos, e aí depois a gente segue a pauta. Pode falar, Érico, está com a
5749 palavra.

5750 **Sr. Érico (Presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura**
5751 **do Mato Grosso)** – Bom dia. Estão me ouvindo?

5752 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5753 **e Cidadania – ITTC)** – Bom dia, sim.

5754 **Sr. Érico (Presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura**
5755 **do Mato Grosso)** – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Érico, eu sou da
5756 Defensoria Pública aqui de Mato Grosso. Estou hoje na presidência do Comitê
5757 Estadual. Foi criado pelo governador, a partir de uma determinação meio uma
5758 determinação do PNPf. Estamos aqui hoje também com a nossa secretária, Ana
5759 Cláudia, da Paz Foral, que faz parte do Comitê do Serviço Estadual de Leis
5760 Humanas. E pegando só um gancho aqui na fala que foi dita, acho que seria muito
5761 importante para os comitês estaduais que nós estamos aqui num processo de

5762 implantação do Comitê do Mecanismo com a legislação, que ainda não foi enviada
5763 para a Assembleia. Estamos na fase de finalização técnica da Lei, inclusive aqui
5764 agradecendo a Cecília do Mecanismo, a Bárbara, que foram importantíssimas para
5765 que a gente conseguisse, inclusive, numa votação muito apertada, retirar a
5766 Secretaria de Segurança Pública da composição do Comitê na legislação. Mas
5767 talvez seria se fosse possível também dar uma notificação ao Ministério, ao próprio
5768 Comitê Nacional, talvez em conjunto, enviarem aos estados, nesse caso o Comitê
5769 do Mato Grosso, que já está em viés de implantação, vários continuam enviando
5770 essa legislação, uma notificação recomendatória da necessidade importante, da
5771 urgência de regulamentar e implantar o Comitê e o Mecanismo nos estados.
5772 Basicamente, Cecília, a minha fala é essa. E agradecer aqui nas pessoas da
5773 Pesquisa e da Bárbara e o Mecanismo Nacional por todo o apoio que deu até o
5774 Estado do Mato Grosso. E também, rapidamente, aqui no Mato Grosso, nós temos
5775 um projeto da Secretaria Pública do Comitê do Nacional de Justiça, e, por favor, a
5776 sociedade civil, começando pela Ana Cláudia também, de um projeto permanente
5777 de fiscalização das unidades prisionais nos últimos três anos, que deu muito certo
5778 o termo de melhorias das unidades prisionais e na redução de delusos de casa e
5779 tortura. Nós, inclusive, vamos enviar ao Ministério dos Humanos, para que o
5780 conhecimento, talvez seja uma prática, seja interessante replicar a todos os estados
5781 do país. Basicamente é isso. Bom dia a todos.

5782 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5783 **e Cidadania – ITTC) – Obrigada, Érico.**

5784 **Sra. Helena – Sofia.** Uma questão de ordem. Talvez o Doutor defensor não tenha
5785 ficado sabendo, eu fiz uma reunião com a Defensoria Pública da União do Mato
5786 Grosso e com o ponto focal do Estado. Então, nós já estamos acompanhando essa
5787 questão do projeto de Lei. Foram duas reuniões muito boas. E o projeto também
5788 chegou pra gente. A gente vai encaminhar algumas observações em relação ao
5789 projeto, bem dentro do que acabou de ser debatido aqui.

5790 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5791 **e Cidadania – ITTC) – Obrigada, Helena.** Eu vou propor aqui uma inversão da

5792 pauta. Então, agora a gente estaria no ponto cinco, mas eu vou inverter com o ponto
5793 seis. Então, a gente pode começar agora o repasse da missão do Rio Grande do
5794 Norte. E aí eu vou passar a palavra, não sei se é a Bárbara na palestra ou a Maria
5795 Clara. Enfim, vocês estão com a palavra agora.

5796 **Sra. Bárbara** – Bom dia novamente. Eu vou começar falando, só para falar para
5797 vocês que cada perito e perito aqui do mecanismo é ponto focal de três estados,
5798 como foi apresentado o relatório ontem, a partir dos pontos focais. E um dos estados
5799 que eu sou ponto focal, além do Acre, Santa Catarina e Rio Grande do Norte. Por
5800 isso que eu começo essa apresentação. Vou dividir a apresentação com as
5801 participantes, a Maria Clara, a Anne e a Ana Valesca. Bom, tudo começa com a
5802 inspeção de novembro de 2022. Importante também a presença do Alex aqui, que
5803 foi um grande articulador com a gente no estado do Rio Grande do Norte, a partir
5804 das instâncias locais. E o que levou o Mecanismo Nacional a escolher essa
5805 inspeção foi a última do ano passado, para o Rio Grande do Norte, foi o excesso de
5806 denúncias de extrema violência, como aquele vídeo que mostra um pouco o extrato
5807 do que eles passam no Rio Grande do Norte. E também, além dessa pauta da
5808 extrema violência e da miserabilidade das pessoas custodiadas, também a
5809 ampliação do hospital de custódia. Super atual essa temática, inclusive com a
5810 resolução nº 487 do CNJ. Então, contrariando completamente a Lei da reforma
5811 psiquiátrica e, inclusive, uma Lei estadual do próprio Rio Grande do Norte sobre
5812 essa questão de ampliação desse tipo de equipamento de instituição total. Então,
5813 essas duas pautas nos levaram em novembro do ano passado para o estado do Rio
5814 Grande do Norte e a gente teve uma ampla participação. Queria muito deixar o
5815 registro também do trabalho brilhante que é feito pelo Comitê Estadual de
5816 Prevenção, Combate à Tortura, um trabalho muito aguerrido e são as instituições
5817 que nós podemos contar, além do Comitê Estadual com a Defensoria Pública,
5818 porque a gente vai ver e o relatório traz isso, traz uma grande inoperância de outras
5819 instituições como Tribunal de Justiça e Ministério Público. Bom, então, depois das
5820 nossas inspeções, nós tentamos dialogar muito com as autoridades locais. Não
5821 tivemos êxito nos diálogos que nós propusemos a partir das inspeções que nos
5822 deixaram muito preocupadas com a situação completamente caótica e eu quero

5823 resumir. O funcionamento do sistema prisional potiguar, o modus operandi desse
5824 funcionamento pré-sistema prisional é baseado na prática de tortura física e
5825 psicológica sistemática. Essa é a frase que tem que ficar desse relatório. Então, a
5826 partir dessa preocupação do mecanismo nacional, tivemos esse insucesso em
5827 relação aos contatos com as autoridades e ainda queria registrar que fomos
5828 recebidas, à época, pelo vice-governador e secretário da SEAP, que, basicamente,
5829 não só desmereceu o trabalho feito do mecanismo, não ouviu os alertas e ainda
5830 chancelou e naturalizou a prática da violência no sistema prisional. Então, assim, é
5831 importante deixar esse registro porque, quando a gente tem as autoridades maiores
5832 do Estado despreocupadas, inclusive, sem nenhum pudor, falam sobre essa prática
5833 da violência como eles falaram, a gente fica duplamente preocupada. Quando o
5834 relatório do mecanismo estava em vias de aprovação, acontece casualmente a crise
5835 no Rio Grande do Norte de 14 de março. Já estava encaminhado para aprovação
5836 da plenária e, aí, começamos de novo a tentar esses diálogos com as autoridades,
5837 chamando a atenção para essa extrema violência e o que isso poderia ocasionar.
5838 Em tese, uma das questões relacionadas à crise no Rio Grande do Norte foi a forma
5839 caótica e de muita prática de violência, de miséria no sistema prisional e, por isso,
5840 a gente novamente tenta, com outras parcerias desta vez, tratar do assunto do Rio
5841 Grande do Norte com as autoridades e sociedade civil. Então, a partir desse
5842 momento, a gente pensa em não voltar, não o mecanismo sozinho voltar para o Rio
5843 Grande do Norte, mas a gente pensa, e a Maria Clara vai falar com mais detalhe,
5844 em fazer uma delegação porque é muito maior do que o Rio Grande do Norte que
5845 acontece lá. E a gente pensa em nacionalizar essa questão e gostaria de registrar
5846 a grande e importantíssima participação do governo federal nessa delegação
5847 através da Ouvidoria de Direitos Humanos, da Coordenação de Combate à Tortura,
5848 a Coordenação de Segurança Pública e Direitos Humanos e a Articulação
5849 Federativa, além do Comitê Nacional, Defensoria Pública da União, CNDH e o
5850 Comitê Estadual. Então, queria, assim, agradecer aqui, aproveitando a presença do
5851 excelentíssimo Ministro, a parceria com o governo federal. Nós estamos alinhadas
5852 novamente, ainda bem, estamos alinhadas novamente, temos o Ministério, de fato,
5853 de Direitos Humanos e Cidadania. Então, nesse momento, a gente quer, enfim,

5854 fazer esse registro de como é importante que a gente continue. Temos autonomia
5855 no exercício das funções? Temos. Isso não fere nossa autonomia. Fazer
5856 articulações alinhadas com o governo federal é muito importante nesse momento,
5857 após os últimos anos que foram desastrosos e desarticulados. Então, a partir desse
5858 momento, a gente faz essa delegação com todas essas instituições e retorna ao Rio
5859 Grande do Norte. Nós tivemos vários tipos de agendas. A primeira delas foi ouvir os
5860 familiares, quando a gente chega no sábado, com a delegação de aproximadamente
5861 13 pessoas. Depois, no domingo, a gente faz a inspeção ao Cassus, inclusive com
5862 a preocupação muito grande da atuação da FTIP, que agora é a FOCOPEN, Força
5863 de Cooperação Nacional, mas é a mesma coisa. Inclusive, os uniformes eram da
5864 FTIP. E, assim, a gente já tratou em todos os relatórios do mecanismo muito sobre
5865 essa força. E é importante a gente lembrar que, além das forças especiais dos
5866 estados – agora eu li para o Mateus, lembrei do Giro, que a gente já falou
5867 amplamente e cada estado vai ter a sua configuração –, essa FTIP, no
5868 entendimento do mecanismo nacional, devia ser extinta. A gente já falou isso
5869 diversas vezes, já recomendou isso diversas vezes. É uma força a mais para
5870 massacrar as pessoas. Não existe, de fato, uma necessidade. Já existem as forças
5871 estaduais que já são bastante massacrantes. E, assim, só para deixar o registro de
5872 que, realmente, é uma força-tarefa que não existe um objetivo que não seja
5873 massacrar, torturar física e psicologicamente as pessoas. Não tem outro objetivo. É
5874 esse o objetivo dessa força, por isso deve ser extinta. E aí, só para ir terminando,
5875 porque vou passar a palavra para a Maria Clara dizer que depois fizemos várias
5876 agendas e ela vai falar também um pouco mais disso com o Tribunal de Justiça,
5877 Ministério Público, com a perícia lá, porque nós vimos muitas questões de mortes
5878 suspeitas e de supostos suicídios que o mecanismo está acompanhando caso a
5879 caso, porque, quando a gente foi no Instituto de Perícia, a gente percebeu que tinha
5880 muita inconsistência e tinham laudos muito inconclusivos. Inclusive, um dos laudos
5881 vai ser refeito, porque não deu as respostas que nós precisávamos. Eu só queria
5882 dizer que a gente saiu um pouco triste de lá, que, de tudo que nós pedimos, nós
5883 pedimos, senhor Ministro, a gente sabe que tem questões que são de curto, médio
5884 e longo prazo. E nós pedimos para as maiores autoridades lá liberarem, pelo menos,

5885 o afeto, porque lá as visitas não podem ser feitas com o toque dos filhos, das
5886 esposas, dos maridos. E a gente só pediu esse compromisso. Falou de tudo que a
5887 gente pediu, que vai ser a longo e médio prazo, no relatório, que se libere o afeto,
5888 porque, sem o afeto, a gente não pode pensar sequer, ousar pensar em qualquer
5889 processo de ressocialização. E nem isso nós podemos voltar à Brasília com esse
5890 compromisso. Queria dizer para o senhor que aí a gente fica muito triste e olha para
5891 essa questão do sistema prisional como, realmente, É uma questão estruturante de
5892 estigma, de marginalização das pessoas que estão presas no nosso país. E só
5893 queria dizer, uma pena que o Rafael da SENAPPEN não está aqui, mas queria só
5894 fechar dizendo que é muito importante o diálogo, é fundamental. Essa postura do
5895 Rafael, ela deixa a gente um pouco mais animada, talvez, né? Mas essa postura,
5896 senhor Ministro, ele falou muito ontem, o tempo todo, que é os nove do mecanismo
5897 lá, que essa postura, ela esteja alinhada, de fato, porque o que nós recebemos
5898 recentemente foi uma nota da SENAPPEN dizendo que o nosso trabalho não é
5899 verdadeiro, que não é um trabalho qualificado, ou seja, que esse diálogo esteja bem
5900 alinhado, inclusive nos documentos oficiais, porque não adianta vir aqui no Comitê
5901 Nacional e dizer que estamos abertos ao diálogo e depois enviar uma nota daquela
5902 horrorosa, desrespeitosa, em relação ao trabalho sólido e técnico deste mecanismo,
5903 há oito anos, porque, senão, as coisas não funcionam dessa forma, né? Então, eu
5904 queria dizer que bom que ele tem essa postura, espero que a gente mude e construa
5905 um novo caminho de diálogo com o SENAPPEN e com outras tantas instituições
5906 importantes, mas que seja, de fato, um diálogo justo, honesto e coerente. Vou
5907 passar a palavra para a Maria Clara.

5908 **Sra. Maria Clara** – Bom dia a todas e todos. O Comitê, como a Patrícia falou no
5909 início, ele tem essa importante missão que é fazer com que sejam implementadas
5910 as recomendações do mecanismo. Diante da ocasião da nossa última reunião
5911 ordinária, nós... Estavam bem recentes os fatos acontecidos no Rio Grande do
5912 Norte. Foi apresentado o relatório do Rio Grande do Norte e também nós
5913 convocamos a presença... E nós convocamos a presença de familiares que estavam
5914 denunciando a situação. E, portanto, foi decidido, na época, o próprio CNDH
5915 também estava querendo fazer alguma ação também no local para se reunir com

5916 as autoridades. O mecanismo apontou essas questões bem emergentes, porque
5917 qual foi a peculiaridade desse relatório com a explosão de uma crise generalizada
5918 que impactou a segurança Pública? Os eventos foram muito próximos e nós
5919 tínhamos que tirar um encaminhamento muito emergente de que essas
5920 recomendações precisam ser implementadas imediatamente, porque isso só está
5921 acontecendo porque as recomendações não foram cumpridas. Então, foi decidido
5922 pela criação de um grupo de trabalho interinstitucional. Então, foi uma missão
5923 conjunta com o mecanismo, com o Conselho Nacional de Direitos Humanos e
5924 também do próprio Ministério de Direitos Humanos. Foi muito importante essa
5925 participação do governo federal, através da sua ouvidoria dos direitos humanos,
5926 através da coordenação de combate à tortura, porque nós pudemos tanto constatar
5927 em loco as violações, mas também nos reunir imediatamente com todas as
5928 autoridades necessárias no local. Então, nós falamos com o Tribunal de Justiça,
5929 com a Defensoria Pública, com o Ministério Público, com o Governo do Estado, com
5930 a Secretaria de Administração Penitenciária. Não sei se eu esqueci alguma. E,
5931 dentre as principais recomendações, nós tentamos fazer por dois caminhos. Um
5932 primeiro, a adoção de medidas emergenciais, que não demandariam sequer
5933 questões orçamentárias, porque o governo do Estado, inclusive, explicou as
5934 dificuldades que o Estado estava enfrentando com as questões orçamentárias. Mais
5935 medidas emergenciais, que envolviam muitas violações também contra familiares,
5936 que estavam sendo criminalizados por denunciar toda essa situação, que estavam
5937 tendo acesso impedido, tinham questões muito básicas envolvendo alimentação e
5938 acesso à água, que também não dependeriam de um grande aporte orçamentário,
5939 porque poderiam simplesmente ampliar a entrada de alguns alimentos. Eu acho que
5940 foi a Carol que falou aqui no início, ou foi ontem, mas que a entrada dos alimentos
5941 não é necessariamente terceirizando essa obrigação do Estado de fornecer
5942 alimentação, mas também poder ampliar essa aproximação das famílias. A Bárbara
5943 também falou aqui da questão do afeto. As famílias estavam entrando e continuam
5944 entrando apenas uma vez por mês. E precisa ser somente uma pessoa. Então, se
5945 vai a mãe no dia, a avó ou a companheira só pode ir no mês seguinte e aí só pode
5946 entrar com um filho. Então, se ela tem dois filhos, precisa escolher qual filho vai na

5947 visita. É uma questão muito grave que a Secretaria de Administração penitenciária
5948 poderia resolver no dia seguinte. E por isso que a gente está trazendo aqui hoje
5949 para debate esse repasse, para saber qual foi o impacto disso. De que forma essas
5950 recomendações seguem sendo descumpridas. Não houve nenhuma modificação
5951 em relação à questão das visitas, por exemplo, no Estado, que poderia ser resolvido
5952 muito facilmente. Houve, de fato, uma abertura do governo e das instituições a nos
5953 receberem. Houve um compromisso do governo do Estado com o enfrentamento da
5954 tortura, com o envio do projeto de Lei. A Ana vai falar um pouco mais sobre a equipe
5955 A, do projeto de Lei para a criação do sistema estadual. Mas, em relação às medidas
5956 emergenciais, o que nós notamos é que não houve, de fato, a adoção. Já a segunda
5957 recomendação principal foi a criação de um fórum interinstitucional para o
5958 acompanhamento das medidas. Nós chegamos a... A Ana Valesca vai falar um
5959 pouco mais sobre a reunião com o Tribunal de Justiça. Mas chegamos a criar um
5960 plano de trabalho com medidas de curto, médio e longo prazo para a implementação
5961 das recomendações e modificações estruturais no sistema penitenciário. E nós
5962 gostaríamos aqui, inclusive, de perguntar de que modo o governo federal e o
5963 Ministério dos Direitos Humanos vai participar da implementação desse fórum
5964 interinstitucional. Porque esse foi um compromisso também que o próprio governo
5965 levou nas reuniões que nós participamos. Então, a gente queria aqui mais realmente
5966 debater de que forma a gente vai criar esse fórum interinstitucional, qual vai ser o
5967 papel da ouvidoria que se colocou também nisso, da coordenação de combate à
5968 tortura, enfim, para que isso, de fato, seja levado a cabo. A gente evidenciou uma
5969 grande resistência, principalmente por parte do Poder Judiciário, de implementar as
5970 medidas. Isso, de fato, é uma resistência. Mas, do âmbito da Secretaria de
5971 Administração Penitenciária, por exemplo, nós precisamos ter essa força do
5972 governo federal para poder impactar, de alguma forma, o governo estadual. Então,
5973 assim, bem resumidamente, queria colocar isso para a discussão. Agradecer mais
5974 uma vez essa parceria. Foi uma força realmente conjunta que, de fato, vimos muito
5975 impacto. E aí, agora, é trabalhar para que, de fato, tenham mudanças. Porque
5976 também é muito ruim a gente fazer toda essa mobilização, ir até o local, conversar
5977 com familiares e não vermos nenhuma mudança, nem a mais simples que seja.

5978 Então, vou passar para a Ana Valesca para falar um pouco... Ah, desculpe. Primeiro
5979 para a Ana Karenina falar sobre o restante da missão e, depois, para a Ana, das
5980 recomendações. Obrigada.

5981 **Sra. Ana Karenina de Melo Arraes Amorim (Titular - Universidade Federal do**
5982 **Rio Grande do Norte – UFRN)** – Bom dia a todas as pessoas presentes. Sou Ana
5983 Karenina, sou da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, trabalho no campo
5984 dos direitos humanos e saúde mental. E eu vejo também, queria registrar com muita
5985 alegria a sua presença, Ministro, na nossa reunião, tendo em vista que é um longo
5986 caminho que percorremos no campo dos direitos humanos e da sua invisibilização.
5987 E a presença de um governo que, de fato, nos afirma, nos fortalece. Em relação à
5988 situação do Rio Grande do Norte, eu entendo que é uma situação emblemática,
5989 tanto do ponto de vista institucional como do ponto de vista político. A gente enfrenta
5990 hoje... Estamos com o governo do Partido dos Trabalhadores. Eu queria colocar
5991 isso, a Alex está aqui para não me deixar mentir, que sua governamentalidade, sua
5992 governabilidade está atrelada a uma aliança com as forças conservadoras no
5993 âmbito da segurança Pública. Isso coloca uma situação que eu penso que não é
5994 uma situação exclusiva do Rio Grande do Norte, é uma situação de um debate
5995 político difícil que a gente tem que enfrentar, mas que é preciso falar sobre ele.
5996 Então, o que a gente assiste hoje no sistema aprisional do Rio Grande do Norte é
5997 um agravamento do conservadorismo das forças de segurança no âmbito aprisional
5998 e não só no âmbito aprisional. Eu queria dizer de tudo aquilo que diz respeito às
5999 liberdades, porque a gente tem também um agravamento da situação, por exemplo,
6000 do processo de manicomialização do Estado. Então, com sucessivos investimentos
6001 em instituições de privação de liberdade, tanto no âmbito do sistema socioeducativo
6002 quanto no âmbito dos hospitais psiquiátricos, da unidade de custódia e tratamento,
6003 eu queria destacar que, no relatório do mecanismo, a gente tem o apontamento de
6004 como a instituição da unidade de custódia e tratamento está sendo ampliada no Rio
6005 Grande do Norte. E acabamos de ter uma resolução do Conselho Nacional de
6006 Justiça que impede essa ampliação e induz à desinstitucionalização. Então, a gente
6007 tem um trabalho hercúleo para fazer no Estado, tendo em vista essa posição. Então,
6008 o desafio que a gente encontra no Comitê Estadual – sou membro do Estadual e

6009 aqui do Nacional – é o desafio de, de fato, conseguir sustentar diálogo com as
6010 instâncias governamentais locais para conseguir alterar esse processo. A gente só
6011 conseguiu acesso à governadora, por exemplo, com a presença da missão. A gente
6012 já vinha fazendo sucessivas denúncias de todo esse processo no sistema
6013 penitenciário e nas unidades de privação de liberdade como um todo, mas a gente
6014 não era escutado. Então, acho que a presença da missão foi muito importante
6015 porque a gente se fez escutar. E a gente também, de alguma maneira, fortalece
6016 também o contato com as forças parlamentares, porque a gente fez uma conversa
6017 com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Estadual e, nessa conversa,
6018 a gente pediu a celeridade na aprovação da Lei estadual que institui o sistema local,
6019 o sistema do Rio Grande do Norte. Mas, até o momento, essa Lei ainda não foi a
6020 plenário. A gente sugeriu uma série de modificações no texto original dela que ainda
6021 não foram feitas. Então, a gente tem aí uma dificuldade de produzir, no nível local,
6022 essas modificações. Então, a gente está encontrando, o que acho que não é uma
6023 exclusividade nossa também, barreiras regionais para a implementação do sistema.
6024 Isso, acho, barreiras locais, quer dizer, dessas forças políticas na implementação
6025 do sistema. Então, acho que o desafio que a gente tem hoje é de como, do ponto
6026 de vista nacional, das forças federais, a gente consegue induzir os processos locais.
6027 Então, a questão da instituição do fórum, vejo que a gente não vai conseguir instituir
6028 o fórum interinstitucional, como sugeriu o André, que é Presidente do Conselho
6029 Nacional de Direitos Humanos, a partir da experiência de Pernambuco, como uma
6030 experiência exitosa nesse sentido. Mas acho que a configuração de forças é
6031 diferente. E a gente não vai conseguir instituir esse fórum interinstitucional sem a
6032 presença efetiva do Ministério lá, quer dizer, das forças do governo federal lá. Então,
6033 temo que é isso, a gente nade, nade, nade e morra na praia. Porque a gente está
6034 vendo... E que essas crises retornem. Então, acho que a gente tem alguns
6035 encaminhamentos, que já vemos trabalhando com eles, sobre a instituição, por
6036 exemplo, de um Comitê de trabalho lá, para que o processo, por exemplo, de
6037 desmanicomialização da unidade de tratamento e custódia seja feito. A gente tem
6038 um trabalho incidente e persistente do Comitê estadual na fiscalização e no
6039 acompanhamento do que acontece no sistema prisional, mas é muito difícil. Nós

6040 tivemos agora há pouco, para o senhor ter uma clareza do que acontece, em função
6041 dos ataques nas escolas, a gente teve o arrestamento, vou chamar assim, de
6042 adolescentes suspeitos de planejar ataques nas escolas. Isso está acontecendo no
6043 Brasil inteiro. E aí a incidência do Comitê para impedir que isso aconteça se
6044 fazendo. Então, é um trabalho todo dia, e o dia todo, a gente não para. Mas eu
6045 queria destacar esses aspectos do ponto de vista local, e a gente está em um dos
6046 estados mais pobres do país, em que a gente, de fato, tem um orçamento muito
6047 difícil para executar. Enfim, eu conto com o apoio desse Comitê, do mecanismo, a
6048 gente já tem essa articulação, mas conto, sobretudo, com o apoio do Ministério,
6049 porque acho que essa é uma função fundamental, esse apoio é fundamental para
6050 que a gente consiga ver efeitos das coisas que a gente está propondo. Porque a
6051 indução, a análise, as evidências já estão produzidas. A gente só precisa fazer as
6052 coisas, as instituições operarem como têm que operar. E essa força se trata
6053 efetivamente de uma força política mesmo. Obrigada.

6054 **Interlocutora não identificada** – Bom dia a todos e todes. Primeiramente,
6055 agradecer aqui também a presença do senhor Ministro de Direitos Humanos e
6056 Cidadania, nessa segunda reunião e primeira reunião, com a sua presença aqui no
6057 Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Para complementar as
6058 informações das minhas colegas, considerando que participamos do mecanismo,
6059 tanto da primeira missão quanto dessa missão de retorno, vou destacar aqui,
6060 colegas e Ministro, algumas recomendações importantíssimas que nós trouxemos
6061 nesse relatório, nesse segundo, considerando a necessidade de termos um
6062 acompanhamento tanto do Ministério dos Direitos Humanos como do Comitê
6063 Nacional e do Mecanismo Nacional. Destaco aqui as principais recomendações em
6064 relação, principalmente, da aplicação dos recursos do FUPEN que foram destinados
6065 ao sistema penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte. E aí é importante
6066 ressaltar também, Ministro, que o nosso artigo 9º da Lei nº12.847 diz também que
6067 o mecanismo pode também incidir, avaliar projetos quando forem aplicados
6068 recursos do FUPEN. E uma das recomendações importantíssimas que nós
6069 solicitamos foi o levantamento aos órgãos, principalmente ao governo do Estado do
6070 Rio Grande do Norte, cópia do plano de aplicação dos recursos federais que vão

6071 ser aplicados no sistema prisional do Rio Grande do Norte. Solicitamos também que
6072 nos sejam enviados a todos os órgãos que estiveram nessa missão, inclusive o
6073 Ministério dos Direitos Humanos, cópias do plano de trabalho elaborado por parte
6074 da Secretaria de Administração Penitenciária. E uma questão muito importante aqui,
6075 ressaltar, Ministro, também, e demais colegas, é a atuação do Poder Judiciário
6076 Potiguar como também do Ministério Público Potiguar. A gente identificou uma
6077 ausência desses órgãos de fiscalização da execução penal dentro do sistema. E aí,
6078 razão disso, inclusive, além da fiscalização, ausência, mas também de análises de
6079 direitos, de benefícios das pessoas privadas de liberdade. A superlotação é uma
6080 coisa que nós identificamos gravíssima, além das questões graves de desastres à
6081 saúde. Muitas pessoas morreram de meningite e tuberculose. E pessoas que teriam
6082 direito já à progressão de regime. Então, nós recomendamos, e tivemos uma
6083 reunião com o Poder Judiciário, destacando a importância de aplicação de medidas
6084 desencarceradoras. Inclusive, a aplicação daquela decisão da Corte Interamericana
6085 também de considerar o cômputo da pena em dobro. Em que, pese, nós sabemos
6086 que temos apenas jurisprudências e algumas decisões. Não temos isso ainda
6087 regulamentado na nossa legislação penal. Mas é importante destacar que nós
6088 solicitamos na recomendação aqui esse levantamento, de fato, que medidas
6089 desencarceradoras o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte aplicou diante
6090 desse cenário de violação de estado de coisas inconstitucionais. Inclusive, nós
6091 temos a nossa ADPF 347, que em breve será pautada no STF, que é importante
6092 acompanharmos. Também solicitamos os últimos relatórios de inspeção do TJ, foi
6093 uma recomendação. E ao Ministério Público, que também é bastante resistente em
6094 analisar também benefícios e pedidos já de direitos e pendentes às pessoas
6095 privadas de liberdade, que poderiam favorecer o desencarceramento e diminuir a
6096 superlotação nessa unidade prisional. E uma outra questão também que a gente
6097 resalta aqui também é que tivemos também uma reunião com o CNJ, inclusive com
6098 o CNMP, destacando a importância de acompanhar essas recomendações dos
6099 relatórios do mecanismo como também dessa visita institucional em relação ao
6100 cumprimento por parte do judiciário, principalmente dos órgãos de execução penal
6101 e também das varas criminais, porque também esse sistema prisional tem pessoas

6102 privadas de liberdade provisoriamente como também sentenciadas. E, para
6103 destacar aqui, nós também destacamos e acho importante, Ministro e demais
6104 membros, trabalharmos também que haja um debate maior com membros do
6105 Ministério Público, membros do judiciário, principalmente os que atuam na área
6106 criminal e execução penal, a importância da política de prevenção e combate à
6107 tortura. Nós temos legislações, temos diretrizes internacionais e a importância de
6108 ser investigado exaustivamente os casos de tortura e denúncias de maus-tratos,
6109 como também aplicar diretrizes e resoluções também e decisões jurisprudenciais
6110 que temos para aplicar medidas desencarceradoras para tentarmos diminuir a
6111 superlotação, porque a superlotação é o principal problema que desencadeia a
6112 questão da falta de assistência à saúde, a falta de efetivo, enfim, desencadeia várias
6113 outras violações de direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade.
6114 Então, também a gente reforça aqui nessa recomendação que o CNMP e o CNJ
6115 acompanhem e monitorem as recomendações que forem emitidas às autoridades
6116 locais do Estado do Rio Grande do Norte. E destaco aqui, para finalizar, a
6117 importância deste Comitê, deste mecanismo do Ministério de Direitos Humanos,
6118 contando com o apoio também, de acompanharmos julgamentos importantes no
6119 STF, da ADPF 347, como também da outra ADPF, também em relação à revista
6120 vexatória. Tivemos, tínhamos uma ADPF em relação à visita íntima, é importante
6121 destacar que o Estado do Rio Grande do Norte, as pessoas ali, como a Bárbara
6122 falou, estão sem afeto, mas, assim, de reforçar esse retorno do afeto, seis anos sem
6123 visita íntima. Inclusive, o mecanismo nacional tem acompanhado e incidido em
6124 projetos de Lei que alguns estados têm elaborado projetos de Lei para proibição de
6125 visita íntima e inconstitucional. Então, assim, trago aqui também a importância de
6126 acompanharmos isso, como também projetos de Lei que visam atacar a nossa Lei
6127 de execução penal e como também precisamos acompanhar de perto a reforma do
6128 Código de Processo Penal. Obrigada.

6129 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos e**
6130 **da Cidadania – MDHC)** – Eu vou dar uma devolutiva, se me permite, senhor
6131 Ministro. Muito obrigada. Várias das questões que foram trazidas aqui, até numa
6132 forma de vocês entenderem um pouco do que tem sido feito pela diretoria, pela

6133 secretaria, pela coordenação geral, a incidência legislativa é feita no sentido de que
6134 os projetos de Lei que envolvem superencarceramento, segurança Pública, sistema
6135 prisional, inclusive eles são monitorados pelo Ministério e as áreas técnicas se
6136 manifestam. Mas não é só isso. Existe uma incidência legislativa nos temas e, por
6137 exemplo, a questão da visita íntima. É um ponto de atenção que nós solicitamos
6138 para a assessoria parlamentar. Todos os projetos que envolvessem visita íntima
6139 merecessem uma especial atenção e que nós pudéssemos incidir, inclusive com
6140 reuniões com os parlamentares. Então existe uma incidência legislativa que nos
6141 demanda bastante tempo, bastante dedicação e é um trabalho que é feito com a
6142 assessoria parlamentar deste Ministério. E, quando há uma delicadeza, uma
6143 urgência, as instâncias sobem, o próprio Ministro se manifesta, inclusive já tratou
6144 do tema do superencarceramento perante o Congresso Nacional. Então a
6145 incidência legislativa é um grande trabalho que nós temos feito. E, claro, o que nós
6146 poderíamos traçar são estratégias de trabalhar de forma conjunta nessas
6147 incidências legislativas. Como a gente daqui a pouco pode fazer uma nota conjunta.
6148 Eu acho que isso reforça, dá importância. E a gente pode ajustar isso. Enfim, se
6149 seria um caso de fazer, por exemplo, assinar junto a coordenação geral,
6150 mecanismo, secretaria, Ministro, enfim.

6151 **Interlocutora não identificada** – Em relação às incidências políticas, essas
6152 incidências políticas também são feitas. Então existe essa delicadeza de dialogar
6153 com os secretários estaduais. Inclusive, na semana passada, houve uma grande
6154 agenda com os secretários em que as pautas de direitos humanos foram
6155 dialogadas. Inclusive, implementação de Comitê, implementação de mecanismo,
6156 questões sensíveis do sistema prisional. E são tratadas também em forma de uma
6157 articulação política. Mas também as áreas técnicas são apresentadas e são
6158 convidadas a dialogar diretamente com as áreas técnicas dos estados. Então, por
6159 exemplo, na semana passada, a diretoria dialogou com áreas técnicas de três
6160 estados. O Rio Grande do Norte não foi incluído, mas a Fernanda estava
6161 acompanhando e também fazendo uma articulação nesse aspecto. Em relação ao
6162 Fórum Interinstitucional para a Implementação das Recomendações, estamos à
6163 disposição para participar. Inclusive, a Fernanda, acho que seria o caso de retornar,

6164 organizar um retorno ao Rio Grande do Norte. Acho que manter o contato contigo,
6165 Ana Karenina, para rearticular a rede local, para fazer esse retorno, acho que é bem
6166 relevante. Em relação à pauta do desencarceramento, a pauta do
6167 desencarceramento é uma pauta que tem sido articulada com o CNMP, com o CNJ,
6168 inclusive. O Ministério de Direitos Humanos está pautando um projeto que também
6169 é vinculado à dignidade do ser um prisional de uma forma geral, mas também com
6170 esse viés da redução do superencarceramento. É um projeto que já tem um nome,
6171 o Projeto Mandela, que é um projeto que tem sido tratado nas instâncias superiores
6172 do Ministério, mas também envolvendo as áreas técnicas com um recorte muito
6173 importante que é do Ministério, que é o monitoramento do cumprimento das
6174 decisões das Cortes Internacionais. Então, a Assessoria Internacional do Ministério
6175 tem um mapeamento das cautelares, tem um mapeamento das decisões, inclusive
6176 da compensação penal. A compensação penal é uma pauta que é levantada pelo
6177 Ministério em todas as oportunidades quando vai tratar das cautelares, das decisões
6178 das Cortes Internacionais, com ênfase no sistema interamericano. Até porque é uma
6179 atribuição do Ministério de Direitos Humanos, o acompanhamento, o monitoramento
6180 disso tem sido feito e articulado. Então, o que talvez a gente poderia, daqui a pouco,
6181 combinar, enfim, é uma forma de prestação de contas, não só da Coordenação
6182 Geral, mas também da própria diretoria que compareça e faça a prestação de
6183 contas e a gente consiga articular. Até porque, como a gente tem esse marco
6184 importante do mês de agosto, que é o mês dos 10 anos do CNPCT, é importante
6185 que a gente já esteja bem alinhado para, de fato, fazer um marco, porque, claro, a
6186 gente tem uma disputa de diálogo, uma disputa semântica mesmo, de nos fazer
6187 entender da importância da pauta, da importância da articulação e da importância
6188 do próprio sistema. Então, trabalhar esse marco como uma estratégia também de
6189 comunicação do sistema é bem relevante. Então, é importante a gente manter essa
6190 articulação para, no mês de agosto, fazer esse grande marco, para, no mês de
6191 agosto, de fato, marcar, olha, nós temos o CNPCT, o CNPCT está dialogando de
6192 forma articulada, entendemos os diferentes papéis, mas, ao mesmo tempo, quando
6193 há grandes questões, como, por exemplo, a questão do Rio Grande do Norte, tratar

6194 no CNPCT e pautar nesse sistema. Enfim, eu acho que é bem relevante mesmo.
6195 Obrigada.

6196 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6197 **e Cidadania – ITTC)** – Eu vou passar aqui para as pessoas que levantaram e, daí,
6198 vou pedir para a CAT aqui, todo mundo que, em um tempo de três minutos, eu sei
6199 que é muito chato, eu não gosto de fazer isso, mas, no final das contas, a gente vai
6200 ter que fazer isso. Então, eu anotei um pouco a ordem aqui de quem tinha levantado
6201 a plaquinha primeiro. Eu vou passar primeiro para o Mateus e, aí, depois, só para
6202 saberem a sequência, a Nana, a Patrícia e a Bárbara.

6203 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional das Defensoras e**
6204 **Defensores Públicos - ANADEP)** – Bom dia a todas as pessoas presentes. Queria
6205 dar as boas-vindas ao Ministro Silvio, a Ana também, Ana Zago. Queria dizer que,
6206 acho que muita gente falou da importância da presença de vocês aqui, mas queria
6207 dizer que eu fico feliz, realmente, eu tenho amigos aqui no Ministério, Isadora,
6208 Toshiko, Erica e sei que de todas as dificuldades que vieram no governo anterior,
6209 Ministro. Acho que, Sofia, eu vou falar mais sobre essa parte do RN. Eu tinha
6210 levantado a placa antes, mas, depois, acho que, num intervalo de uma pauta para
6211 a outra, eu posso voltar para aquele combinado que a gente tinha feito. Em relação
6212 ao Rio Grande do Norte, pegando um gancho na fala da Ana Valesca, em relação
6213 ao desencarceramento, não tenho fé que o Ministério Público Estadual e o Judiciário
6214 Estadual vão fazer alguma coisa. Então, a reflexão que eu trago, e acho que, salvo
6215 engano, o IBCCRIM fez um encaminhamento para o governo, era de um pedido de
6216 indulto, um decreto de indulto. E aí, esse decreto de indulto, não que esse decreto
6217 de indulto seja aplicado pelo Ministério Público Estadual e pelo Judiciário Estadual,
6218 a gente sabe como é que funciona, mas eu queria destacar que talvez fosse um
6219 instrumento verdadeiro para a gente tentar o desencarceramento, ainda que focado
6220 apenas, claro, no Brasil inteiro a gente passa para as situações, mas ainda que
6221 focado no Rio Grande do Norte. Tenho dúvidas, Ana, se a ADPF 347 será pautada.
6222 Depois dela, a gente teve uma ADPF escrita pela Defensoria Pública de São Paulo
6223 e outros parceiros também, durante a pandemia, que nunca foi pautada. A ministra

6224 Celso aposentou e aquela ADPF nunca foi pautada. E também destacar a
6225 importância que você falou do agravo em RE da Registra Vexatória. E também
6226 contextualizar um pouco a fala da Ana. Se a gente tivesse a regulamentação do uso
6227 e da venda de drogas no Brasil e se para o crime de furto não houvesse prisão, a
6228 gente tem alguns países, por exemplo, como a Alemanha, em que o crime de furto
6229 até demanda prisão, mas é um crime de ação privada. Não consegue entrar na
6230 minha cabeça como é que uma instituição estatal, o Ministério Público, ele tutela o
6231 patrimônio de grandes empresas como Carrefour, enfim. Então, o que eu quero
6232 dizer, por exemplo, no Estado de São Paulo, a gente tem 200 mil pessoas presas.
6233 Se a gente tirasse da prisão paulista as pessoas presas por tráfico e por furto, a
6234 gente teria 100 mil pessoas presas, já seria a metade. Então, acho que nesse ponto
6235 de pauta, acho que o que eu tinha a dizer era mais ou menos isso.

6236 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Titular - Ministério dos Direitos Humanos e**
6237 **da Cidadania – MDHC) –** Resgatar alguns informes. Primeiro, em relação ao PL do
6238 Comitê Mecanismo do Rio Grande do Norte, eu tenho dialogado com a ouvidora da
6239 CEAP lá, a Carla, e ele está de novo na Comissão de Constituição, Justiça e
6240 Redação, exatamente por causa das alterações que foram propostas e foram
6241 acolhidas. Então, ele reiniciou o trâmite. E aí, eu estou acompanhando com ela
6242 porque o site da Assembleia do Rio Grande do Norte, você não tem como
6243 acompanhar online o projeto de Lei. Não me perguntem por quê, mas é isso. É a
6244 vida. Eu acho que é importante resgatar, na reunião que nós tivemos com a
6245 governadora e com todo o secretariado, questões que nos foram apresentadas que
6246 podem ser solucionadas por decisões administrativas que não envolvem nenhuma
6247 única moeda de recurso público. São decisões administrativas ainda que a gente
6248 compreenda todas as questões políticas do Estado e que eu acredito que podem
6249 ser tomadas exatamente com esse apoio institucional do governo federal para que
6250 exista força política por parte do governo do Estado do Rio Grande do Norte tomar
6251 essas decisões especificamente da governadora. E eu apresentei isso no final da
6252 reunião com a governadora e são questões que são relevantes, senhor Ministro.
6253 Primeiro, restabelecimento das visitas sociais no patamar mínimo de duas horas a
6254 cada 15 dias. Isso não depende de dinheiro porque foi uma fala recorrente da

6255 governadora Fátima. Restabelecimento da entrega denominada lá, eles denominam
6256 feira ou sacola que está proibida há seis anos e é necessário porque a comida não
6257 tem condição de comer. Eu não sou uma pessoa que eu como qualquer coisa e na
6258 hora que se tampou a marmita eu tive que sair de perto. A gente só foi comer no
6259 final da tarde nesse dia e antes eu não teria condição de comer. Restabelecimento
6260 da visita de todos os filhos. A mãe tem que escolher qual filho ela leva para visita.
6261 Se ela tiver três, ela só pode levar um. E se uma visita mensal, os filhos veem o pai
6262 ou a mãe, pouquíssimas vezes por mês. Acesso a livros. Só pode ter a Bíblia dentro
6263 da cela. Uma Bíblia numa cela com 33 presos em média. Estabelecimento e
6264 fornecimento regular de água. A água é liberada vinte minutos três vezes por dia e
6265 tem um único balde grande dentro da cela que tem que ser usado para beber, para
6266 lavar, para tomar banho, para dar descarga, para tudo. Alimentação, que eu já falei
6267 que é impossível de se comer. As televisitas que são realizadas com agente
6268 penitenciário acompanhando a pessoa e além disso, durante a televisita, se quem
6269 cadastrou para visitar foi a mãe, os filhos pequenos não podem participar da
6270 televisita porque senão eles desligam. O famoso procedimento do Rio Grande do
6271 Norte, que os presos permanecem por horas sentado no chão, pernas flexionadas,
6272 mão na cabeça, de costas para as grades e os agentes policiais penais fazem
6273 questão de passar pelo corredor, engatilhando a doze o tempo inteiro, apavorando
6274 as pessoas. E isso quando não atiram e jogam bombas, apavorando as pessoas
6275 dentro da cela, vários presos marcados com balas de borracha, várias paredes de
6276 cela marcadas com balas de borracha. Suspensão de proibição das pessoas presas
6277 se deitarem durante o dia. Os colchões todos têm que ficar dobrados durante o dia,
6278 a pessoa não pode deitar durante o dia, ainda que ela fique o dia inteiro na cela,
6279 sem o que fazer. E a cadeia não tem uma estrutura ruim, fisicamente falando. E o
6280 controle rigoroso dos armamentos não letais. Não existe nenhum controle no Rio
6281 Grande do Norte do uso de armamento. Nenhum controle. E isso não precisa de
6282 recurso público. Então é algo que já poderia estar sendo feito desde que nós fomos
6283 lá e que a gente sabe que não está, porque se estivesse, e eu acho que é importante
6284 destacar isso, essa coordenação, assim como o mecanismo, assim como o Comitê,
6285 a gente está em permanente contato com os familiares e com os movimentos

6286 sociais do Rio Grande do Norte. Então, a gente sabe praticamente em tempo real
6287 quando as coisas acontecem, assim como foi ontem. Então nós temos, eu falo isso
6288 enquanto militante também, além de coordenadora, nós temos o compromisso de
6289 combate à tortura real e esse acompanhamento é feito 24 horas por dia.

6290 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6291 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Nana. Eu acho que o que você falou é importante,
6292 porque são rituais perversos que em nada têm a ver com, enfim, a gente já sabe
6293 que obviamente que o único direito que a pessoa perde quando ela está presa é a
6294 liberdade, mas fica a cargo de cada administração, de cada espaço, de cada
6295 estabelecimento prisional ou de cada agente prisional implicar mais um
6296 procedimento de tortura para aquelas pessoas. Vou passar para a Patrícia.

6297 **Sra. Patrícia de Oliveira da Silva (Suplente – Agenda Nacional Pelo**
6298 **Desencarceramento)** – Então, eu me inscrevi para falar algumas coisas. Assim, é
6299 importante destacar que, assim, o que vai fazer o fortalecimento do mecanismo?
6300 Uma sugestão para o Ministro. O Ministro pegar todos os membros do mecanismo
6301 e apresentar a todos os órgãos de governo e dizer o mecanismo nacional trabalha
6302 e é importante vocês conhecerem. E estou falando isso porque o que fortaleceu o
6303 mecanismo do Rio de Janeiro, que é sediado na presidência da NERD, foi quando
6304 o deputado André Siciliano se colocou para, digamos, avaliar o mecanismo e fez
6305 uma reunião com todo mundo e disse se vocês não respeitarem o mecanismo,
6306 vocês não estão me respeitando. E daí para cá o tratamento mudou. Uma outra
6307 coisa importante, projetos de Lei, o mecanismo tem que estar junto com a
6308 assessoria parlamentar. Não pode ser uma coisa separada. Porque é atribuição
6309 também do mecanismo ajudar em projetos de Lei. Então, se tem uma assessoria
6310 parlamentar sobre isso, tem que consultar o mecanismo. O mecanismo pode ajudar
6311 na redação, pode ajudar em várias recomendações. Então, acho que essas
6312 sugestões precisam ser ditas. O mecanismo do Rio de Janeiro já construiu vários
6313 projetos de Lei. Inclusive o projeto de Lei da Revista Vexatória. O projeto de Lei que
6314 coloca guardas, mulheres com adolescentes. A redação foi feita pelo mecanismo.
6315 Acho que precisa ser dito isso porque parece que é uma separação. E não ficou

6316 claro que o Comitê tem essa atribuição, o Ministério tem essa atribuição. Então,
6317 estou falando isso porque na fala da Ana Zargo percebi que a gente está falando e
6318 ela está colocando no esclarecimento. Mas acho que é porque é a primeira reunião
6319 com todo mundo. Então, a gente não conseguiu ter esse diálogo mais próximo de
6320 dizer que o papel do mecanismo é esse, o Ministério está apoiando aqui, está
6321 reafirmando. Vou dar um exemplo que não foi dito. O governo do Rio Grande do
6322 Norte é do PT. A Presidente do Sindicato dos Policiais Penais disse que o
6323 mecanismo fazia parte de facção criminosa. Tem um vídeo. Então, isso é muito
6324 grave. Isso é muito grave. O desrespeito é muito grave. E aí, para concluir, eu queria
6325 lembrar que o Presidente Lula ficou preso. Ele não ficou preso num presídio, mas
6326 ele ficou preso. Ele é um egresso do sistema, um sobrevivente do sistema. Então,
6327 essa é uma pauta importante. E essa é uma pauta que a gente tem que ter todo
6328 cuidado, porque a cadeia pode chegar um dia para todo mundo.

6329 **Sra. Bárbara** – Perdi até o fôlego aqui com essa fala da Patrícia. Desculpe. Eu
6330 queria dizer, senhor Ministro, eu tive o prazer, enfim, não só o prazer, mas o grande
6331 desafio de estar no mecanismo na primeira turma, lá de 2015. E eu voltei em 2019.
6332 E 2019 foi um cenário bem complicado. Na verdade, a gente passou por tudo de
6333 2015 a 2017. Mas por que eu quero dizer isso? Porque eu vi muita evolução desse
6334 mecanismo, vivi muita história nesse mecanismo nacional. E eu queria dizer que
6335 todas as entradas em qualquer local de privação de liberdade nunca foram por mim
6336 naturalizadas e sempre foram experiências muito fortes. E o Rio Grande do Norte,
6337 para mim, tem um significado diferente, porque, infelizmente, eu acompanhei o Rio
6338 Grande do Norte após o massacre de 2017, assim como Amazonas. Mas o que nós
6339 encontramos no Rio Grande do Norte foi algo que particularmente marcou muito
6340 para mim a vivência nesse estado. Então, voltar para lá foi uma experiência muito
6341 única. E eu fiquei pensando... O Rio Grande do Norte mexeu muito comigo, acho
6342 que por todo esse histórico. E, a partir desse momento, dessa inspeção, e vendo
6343 como nada avançou, como, inclusive, houve um recrudescimento, porque a Força-
6344 Tarefa é criada inicialmente com o objetivo de controlar uma crise no sistema
6345 penitenciário, mas, com o passar do tempo, inclusive em 2019, com o então Ministro
6346 da Justiça, Sérgio Moro, ele amplia essas atribuições para, inclusive, dar

6347 treinamentos e fazer com que um local que tenha que ter um atendimento pelo
6348 policial penal, que é um atendimento rotineiro, vire um campo de guerra e ele está
6349 sendo treinado para atuar como se estivesse em constante crise, o que é um
6350 absurdo e o que vai resultar numa extrema prática de violência e tortura. Fiquei
6351 olhando muito para esse relatório e capturei de uma forma diferente. A garantia
6352 mínima para a privação de liberdade no país, na minha opinião, vai se basear em
6353 seis As. No afeto, no ar, porque a gente tem superlotação no Brasil inteiro, na
6354 alimentação, na água, nas atividades escolares, laborais e no acesso da saúde,
6355 psicossocial e jurídico. E aí eu fico pensando que, desses seis As que nós temos,
6356 que é um grande desafio estruturante em todo o país, e, senhor, desculpe, queria
6357 até pedir desculpa pela ânsia que a gente tem quando vê o senhor aqui, quando vê
6358 que, para o senhor, é importante essa pauta e como a gente ficou tão desassistido,
6359 desabrigado desse Ministério tão importante que é dos direitos humanos do nosso
6360 país. Então, desculpe essa ansiedade que nós temos por ver mudanças e por
6361 darmos as mãos novamente. Mas eu queria dizer que, de todas essas As, o que eu
6362 mais escutei no Rio Grande do Norte foi o desespero pelo afeto, de fato. E, como
6363 eu já pedi isso em tantos lugares, eu queria aqui tentar estabelecer esse
6364 compromisso com o senhor. Porque essa questão de não permitir o toque, isso está
6365 virando uma tendência no Brasil, das estruturas prisionais serem construídas sem
6366 o toque, aos moldes do violador-sistema prisional federal do nosso país. A questão
6367 da visita íntima, tudo isso, de fato, a gente acha muito ousado pensar qualquer
6368 processo de ressocialização, de reintegração, se você não consegue exercer o
6369 afeto. Então, eu queria fechar a minha fala, novamente, agradecendo muito a
6370 presença do senhor, a importância que o senhor dá para essa pauta e dizer, vamos
6371 trabalhar pelo menos de todas essas As que nós precisamos para ter minimamente
6372 a dignidade na privação de liberdade do país. Vamos trabalhar forte para garantir o
6373 afeto, tão essencial para qualquer um e para todos nós e todas nós aqui. Queria
6374 esse compromisso do senhor e, mais uma vez, muito obrigada pela presença.

6375 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada, Bárbara. Eu acho que é isso. Você fica
6376 aqui até ouvindo todo mundo falando e realmente, porque o senhor é uma figura
6377 muito importante, muito importante politicamente. Então, o peso do Comitê é muito

6378 importante também quando a figura do senhor Ministro está aqui. Porque somos
6379 nós, da sociedade civil, que estamos aqui. Enfim, a Patrícia aqui relatou a história
6380 dela de luta e de tantos familiares ou de outras pessoas que estão aqui. Temos
6381 grupos bastante heterogêneos que compõem o Comitê, inclusive grupo de
6382 familiares de pessoas presas. Mas é isso. Quando a gente entende que,
6383 politicamente, quando tem a presença do senhor aqui ou, por exemplo, quando a
6384 gente assina um ofício e quem assina um ofício, por exemplo, é o senhor e não eu
6385 enquanto vice-presidenta, tem um peso diferente. E a gente precisa trabalhar em
6386 conjunto também para que essas pautas que a gente esteja discutindo, elas de fato
6387 tenham alguma mudança. É prática, ainda que a gente saiba que é muito complexo
6388 essas mudanças, mas que a gente possa observar isso ao longo do tempo. Vou
6389 passar agora para a Camila, para a Maria Clara na sequência.

6390 **Sra. Camila** – Queria comentar algumas coisas aqui rapidamente. Com relação ao
6391 projeto Mandela, nós fomos convidados pelo governo para oferecer subsídios para
6392 esse projeto. Nós temos muita fé de que esse projeto possa representar alguma
6393 virada estrutural no âmbito do sistema prisional. Eu só queria sinalizar que a gente
6394 fez uma reunião com representantes do governo, da Secretaria Executiva, do Fórum
6395 Brasil de Segurança Pública para pensar o projeto Mandela. A gente enviou os
6396 subsídios, mas a gente não tem ouvido mais coisas. A gente não foi... Não teve
6397 retorno com relação aos desdobramentos. E a gente gostaria de reiterar nosso total
6398 interesse em participar de todas as etapas da consecução desse projeto, que tem
6399 bastante potencial. Eu queria fazer um comentário com relação à RN, que a gente,
6400 enquanto sociedade em geral, tem que entender que a tortura que acontece na
6401 privação de liberdade não é uma coisa que vai terminar ali. Ela é algo que vai
6402 resvalar fora da situação intramuros. Nós tivemos uma situação muito grande de
6403 insegurança social no estado do Rio Grande do Norte, mas que tem, como pano de
6404 fundo, uma reiterada violação sistemática de direitos básicos da população
6405 carcerária do Rio Grande do Norte. E é aí que está o seu cerne e a sua pedra de
6406 toque. Acho que é isso que a gente deve... Exatamente. A gente deve não tirar a
6407 responsabilidade do Estado com relação a esses desdobramentos daquilo que
6408 acaba acontecendo a partir do momento em que não existe um respeito aos direitos

6409 básicos das pessoas que estão custodiadas pelo Estado. Gostaria de reiterar
6410 também que o problema da prisão não vai ser resolvido na prisão. O problema da
6411 prisão vai ser resolvido a partir do momento em que o Estado garante as condições
6412 básicas do exercício da cidadania para todas as pessoas. Nós somos
6413 veementemente contra essa noção de progresso que é baseada na construção de
6414 novas unidades, construção de novas unidades. Inclusive, na Lei complementar do
6415 FUNPEN, nós temos um dispositivo que determina que 30 % da verba desse fundo
6416 multimilionário deve ser investido na construção de novas unidades e reformas, o
6417 que faz com que o nosso sistema prisional esteja em constante expansão sem que
6418 haja um debate ampliado sobre para quem serve essa expansão. Muito se fala do
6419 teto de gastos do governo, do tamanho da máquina Pública, mas não vemos muitas
6420 pessoas refletindo sobre o teto do número de unidades prisionais que devemos ter
6421 no nosso país. A quantidade de unidades prisionais deve ser algo que devemos
6422 sempre jogar na retranca e ter uma contenção com relação a isso, porque o
6423 problema da prisão, reitero, não vai ser resolvido na prisão. Eram esses meus
6424 comentários. O

6425 **Interlocutora Não Identificada** – brigada, Camila. Vou passar para Maria Clara e
6426 pedir para a gente de novo se ia ter aqui ao tempo de fala.

6427 **Sra. Maria Clara** – É só para fechar mesmo os encaminhamentos. Eu acho que,
6428 seguindo o que a Fernanda colocou, as medidas emergenciais que nós apontamos
6429 em todas as reuniões, principalmente com o governo do Estado e com a Secretaria
6430 de Administração Penitenciária, isso foi colocado nas reuniões e foi reiterado no
6431 relatório que já foi enviado, mas eu acho que seria bom como uma dessas medidas
6432 para induzir a implementação das recomendações se nós enviássemos, e se fosse
6433 aprovado aqui já no plenário, uma recomendação com o conteúdo que foi apontado
6434 pela Nana, sobre o reestabelecimento da água, sobre o reestabelecimento das
6435 visitas, a autorização de entrada de alguns alimentos, sobre o reestabelecimento da
6436 frequência das visitas e ampliação da quantidade de pessoas que poderiam entrar,
6437 em relação à visita por teleconferência, só acrescentando que, complementação a
6438 esse relato que a Nana fez, além da presença dos policiais, eles também são

6439 obrigados a permanecer algemados com a mão para trás durante a teleconferência
6440 também. Então, isso também foi apontado por várias pessoas, com uma situação
6441 extremamente vexatória, violenta, e aí eu acho que essa recomendação poderia ser
6442 enviada à Secretaria de Administração Penitenciária, ao governo do Estado, como
6443 a Nana falou, são decisões administrativas que não dependem de maiores
6444 questões, elas não infringem nenhuma Lei, não afrontam Lei penal, Lei processual
6445 penal, não afrontam normativas do Estado. O secretário, ele se comprometeu a
6446 analisar a questão, a partir da criação de um conselho de... Um conselho
6447 penitenciário foi criado no âmbito local, mas nós não temos notícias sobre esse
6448 andamento. E, ao nosso entender, eu acho que a Patrícia lembrou bem, a
6449 Presidente do sindicato, ela parece exercer muita influência no âmbito da Secretaria
6450 de Administração Penitenciária. E, portanto, eu acho que essa recomendação ela
6451 teria uma força ainda maior para pressionar que essas medidas sejam tomadas,
6452 para que não fosse só questões que foram colocadas nas reuniões e morre por ali,
6453 um compromisso que foi assumido pelo secretário e morre por ali. E ele ficou de
6454 fazer reuniões com esse conselho, que só tem a presença de forças de segurança.
6455 Então, eu coloco aqui para encaminhamento a aprovação dessa recomendação a
6456 ser enviada ao Governo do Estado e à Secretaria de Administração Penitenciária
6457 sobre as medidas emergenciais a serem tomadas sobre visitas, alimentação, água
6458 e uma recomendação ao Ministério Público porque, realmente, como foi falado, é
6459 muito séria a situação das torturas que nós evidenciamos, aqui a gente pôde ver o
6460 vídeo, isso retrata o que nós vimos em loco dos relatos que foram falados e o
6461 Ministério Público arquiva todas as denúncias, ele não respondeu nenhum dos
6462 ofícios que foram enviados. E a reunião lá foi muito ruim, eles negaram todas as
6463 denúncias, eles falaram que não existe muito bem um protocolo, é realmente muito
6464 difícil o contato com o MP, é difícil a gente pressionar para que ele tome a atitude
6465 de apuração das denúncias, a gente sabe que investigação das violações, ela por
6466 si só não vai acabar, é preciso a adoção das medidas de caráter preventivo, mas é
6467 também importante que as denúncias que a gente identificou e elas eram muito
6468 evidentes e tinham pessoas dispostas, assim, a levar a cabo as denúncias, elas
6469 sejam apuradas. Então, a aprovação de duas recomendações, a Secretaria de

6470 Administração Penitenciária, ao Ministério Público, para que responda sobre as
6471 denúncias que foram encaminhadas e para saber quais são os procedimentos
6472 tomados, quais casos foram investigados e também sobre os arquivamentos, vocês
6473 perguntaram sobre os casos arquivados. Por fim, sobre o Fórum Interinstitucional,
6474 eu queria saber como ele vai ser criado, assim, a gente pode contar com o Ministério
6475 de Direitos Humanos para a emissão de uma normativa para a criação desse
6476 Fórum, eu acredito que a gente pode contar com o Conselho de Direitos Humanos
6477 para a gente fazer isso conjuntamente, mas só para entender realmente como que
6478 seria o procedimento para a criação desse Fórum e o papel, como a Ana falou,
6479 precisa desse papel do Governo Federal para induzir realmente esse processo.
6480 Então, seria esses três encaminhamentos e entender melhor como que a gente faz
6481 esse Fórum Interinstitucional, porque ele seria bem importante.

6482 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada, Maria Clara. Então, eu ia pedir para
6483 elas continuarem se atendendo ao tempo aqui, daí eu depois comecei a calcular o
6484 tempo exatamente e que também tenham mais encaminhamentos. A Maria Clara
6485 propôs aqui três encaminhamentos, mas que tenham encaminhamentos aqui sobre
6486 o repasse do Rio Grande do Norte. Vou falar rapidinho.

6487 **Interlocutora Não Identificada** – Eu queria acrescentar a essa fala da Maria Clara,
6488 que a Fernanda fez antes, e a Bárbara e a Ana Waleska, essa preocupação com
6489 temas que, na verdade, a gente tem verificado aqui que estão acontecendo em
6490 âmbito nacional. Achei muito pertinente o que a Ana trouxe aqui sobre a
6491 preocupação do Ministério e as providências já adotadas, Ana, mas o que a gente
6492 verifica é que, infelizmente, nesses quatro anos de gestão governamental do
6493 governo Bolsonaro, a gente teve uma verdadeira política de ódio que foi
6494 sistematizada. Então, a Ana colocou aqui a questão da água do Rio Grande do
6495 Norte, mas se a gente for ver, não só em todos os presídios do país inteiro, mas
6496 também no socioeducativo, que é onde tem adolescentes, isso está acontecendo
6497 como prática de tortura que, infelizmente, foi implementada e que precisa ser visto
6498 do ponto de vista nacional mesmo. Não só a questão da água, a Bárbara trouxe
6499 aqui a questão do parlatório. Realmente, na pandemia, houve essa sistematização

6500 da proibição de contato físico e, infelizmente, essa regulamentação foi sedimentada.
6501 Acabou a pandemia, mas em âmbito nacional, o que a gente vê é essa política de
6502 ódio que foi implementada para retirar a humanidade das pessoas, retirando o afeto,
6503 porque você tira o afeto do ser humano, você tira a sua dignidade e, no país inteiro,
6504 você vai ver que as pessoas estão sendo proibidas de terem esse contato. Então,
6505 de repente, analisar isso eventualmente se for instituído o Fórum Intersectorial,
6506 analisar esses pontos que foram, de fato, implementados como uma política,
6507 infelizmente, mas que realmente a gente vê como uma política de ódio que foi
6508 sedimentada no país inteiro, que foi inclusive estendida para o socioeducativo e
6509 precisaria dessa análise. Então, repito, não só a questão da água, do parlatório, da
6510 revista vexatória, que a gente já tinha conseguido suplantar a revista vexatória como
6511 defensora Pública fazia algum tempo, já que a gente não via, infelizmente, isso
6512 também está sendo visto no país inteiro e no socioeducativo também. Ontem, no
6513 relatório de vocês, vocês trouxeram coisas bem graves. E, de novo, repito, a água,
6514 a revista vexatória, repitam a questão de gênero das mulheres. Então, ontem a
6515 gente percebeu aqui algumas coisas muito graves, mas que a gente percebe como
6516 sendo uma política vista em todo o país relacionada a uma política para as
6517 mulheres, não só internas do sistema, adolescentes e adultos, mas também os
6518 familiares. Só contextualizando aqui rapidamente, presidenta, para Ana e para o
6519 Ministro. Ana, no final do ano passado, a gente teve, e falo seu nome porque sei
6520 que você é mulher e sei que, quando a gente fala do lugar de fala, a gente consegue
6521 se sensibilizar mais do que... Já gera sensibilização. Mas, ano passado, a gente
6522 teve aqui denúncias de estupro de mulheres em Minas Gerais. Nós tivemos ontem
6523 aqui... ano passado, nós tivemos notícias de que mulheres familiares eram
6524 obrigadas a retirarem absorventes quando passam pelo sistema de fiscalização e,
6525 depois disso, eram obrigadas a fazer a visita sangrando, o que, para mim, é muito
6526 representativo desse sistema de ódio contra as mulheres. Ontem, nós tivemos aqui
6527 uma denúncia muito grave de meninas, adolescentes, sendo obrigadas a usar
6528 cuecas para não marcar seus corpos. E tivemos aqui denúncias relacionadas a
6529 uniformes que foram estabelecidos para mulheres familiares que marcam seus
6530 corpos. E elas são xingadas, hostilizadas por agentes policiais penais em todo o

6531 Brasil. Então, trago aqui essas considerações porque são denúncias muito graves
6532 do Rio Grande do Norte, mas que, infelizmente, têm esse retrato nacional e que
6533 talvez possam, pelo Ministério de Direitos Humanos, já que já tem toda essa
6534 iniciativa de, infelizmente, reconstruir essa política do chão, mas já que tem toda
6535 essa energia sendo colocada para que a gente possa, eventualmente, nesse fórum
6536 interministerial, tratar dessa questão sob o ponto de vista nacional. Obrigada.

6537 **Interlocutora Não Identificada** – Bom dia. Na verdade, é muito rápido, acho que
6538 nem gasto três minutos, mas é só um certo desconforto, uma certa inquietação que
6539 me causou aqui no decorrer das falas. Ontem, inclusive, nós fizemos uma discussão
6540 em relação à necessidade de dar maior ênfase à questão racial enquanto falamos
6541 da população carcerária. Eu sou o que faz a defesa de que a questão racial tem que
6542 estar na centralidade de qualquer debate. Vejo a questão do sistema prisional como
6543 completamente racializado. Não quero ser repetitiva com a discussão de ontem,
6544 mas considerando essas questões e partilho da minha inquietação, me recordo
6545 quando foi a nomeação do Ministro, de eu chorar horrores, inclusive foi na minha
6546 casa essa mesma situação, de muita emoção um homem preto com letramento
6547 racial à frente do Ministério dos Direitos Humanos. Trago a minha questão. Eu sei
6548 o quanto é quando tem uma pessoa preta à frente de um lugar de poder de decisão,
6549 o quanto a cobrança é muito maior, o quanto você tem que ser perfeito, o quanto você
6550 tem que ser eficiente, e isso me causou uma preocupação agora. Considerando
6551 essa necessidade, inclusive, de fazer esse outro direcionamento nos relatórios e
6552 quando o Ministro traz, por exemplo, não tem o pessoal, não tem o efetivo, e a gente
6553 tem esse tamanho de demanda, essas violações graves, eu penso que, antes, e
6554 também conjuntamente de apresentar as peritas do mecanismo e de falar da
6555 importância do Comitê, de falarmos da importância dos peritos, das peritas do
6556 mecanismo, acho que é necessário também que a gente evite a composição de
6557 cargos, porque não adianta a gente trazer uma demanda gigantesca, sendo que, de
6558 fato, inclusive, o que diz, a norma que regulamenta a existência do Comitê é desse
6559 apoio técnico prestado pelo governo. Então, se a gente não tem essas pessoas que
6560 vão prestar esse apoio, acho que as nossas demandas e o conhecimento ficam
6561 prejudicados, e eu sei o quanto essa sociedade é racista e o quanto o racismo nos

6562 atravessa, o quanto ela é cruel. Então, acho que a gente também tem que tirar como
6563 uma forma efetiva de encaminhamento das nossas demandas à exigência da
6564 composição de cargos. Era isso. Obrigada.

6565 **Sr. Coutinho** – Senhor Ministro, sou o enfermeiro Coutinho, aqui representando o
6566 Conselho Federal de Enfermagem no Comitê, como membro efetivo do Comitê. Eu
6567 estou participando aqui da reunião presidencial primeira, a anterior foi por via
6568 remota. Eu tenho, assim, observado, senhor Ministro, aprendido bastante aqui com
6569 a fala dos nossos colegas e companheiros daqui. O buraco que existe nessa
6570 questão do sistema prisional em nosso país. Obviamente que nós não somos
6571 alienados a todas as notícias que nos chegam através das informações dos jornais,
6572 mas você ouvindo e tendo informações concretas feitas pelos nossos parceiros do
6573 Comitê e também do mecanismo, a gente fica muito mais impactado com todas
6574 essas informações. Sobre o aspecto que eu vejo aqui, ontem eu fiz uma pergunta
6575 aos meus colegas, como funciona dentro dos presídios o atendimento aos presos
6576 em suas demandas de saúde e a gente percebe que existe falhas neste
6577 atendimento. Ou seja, no Conselho Federal de Enfermagem, que é responsável
6578 pela regularização do exercício da profissão da enfermagem, nós recebemos lá
6579 demandas dos profissionais que trabalham também nesses locais onde eles relatam
6580 não conseguir fazer de forma adequada o exercício da sua profissão que é
6581 justamente o cuidar, o acolhimento às pessoas que os procuram nestes
6582 ambulatorios ou postos de atendimento dentro dos presídios. E isso que nos
6583 inquietou para poder estar conhecendo a realidade, por isso nós estamos aqui
6584 participando do Comitê. Então eu percebo, senhor Ministro, que nós que também
6585 existe esta demanda para estruturar esses setores internos dos presídios, no
6586 sentido de não só o profissional de enfermagem, que é o técnico de enfermagem
6587 ou o enfermeiro que lá trabalham, apenas fazer o atendimento do acolhimento, o
6588 atendimento curativo, porque os presos ou as mulheres que chegam para este
6589 atendimento, por alguma demanda, dor, passando mal, de alguma forma,
6590 representando ali, que muitas vezes, aquilo é fruto de uma violência cometida dentro
6591 do presídio por alguém. E aí, nós vamos passear aí na psicológica, nos maus tratos,
6592 como já foi colocado aqui, esse tipo de violência. Mas, também, a gente encontra

6593 as pessoas vítimas de violência, realmente, com trauma, lesões, hematomas,
6594 quedas dentro do presídio, caiu, e aí levam para a enfermaria, lá para o local, para
6595 ser atendido, e o relato é que caiu. E que aquele profissional que atende este preso,
6596 esta presa, ele fica muito limitado, apenas, ao trabalho curativo. O que nós
6597 percebemos, senhor Ministro, é que precisa, que a gente precisa ter um outro olhar,
6598 ou seja, este profissional de enfermagem, tendo a capacidade e a capacitação, na
6599 verdade, de ter um olhar forense para estas lesões, para esta demanda, poderá
6600 oferecer à segurança Pública, às autoridades de segurança Pública e ao judiciário,
6601 elementos de prova que poderá subsidiar tudo isso que está sendo posto aqui e
6602 tudo isso que é relatado dentro dos presídios. Nós temos as peritas que fazem parte
6603 deste processo, mas que, muitas vezes, o perito, quando chega, a violência já se
6604 antecedeu a isso. Então, quando aquele profissional atende estas pessoas, nestas
6605 enfermarias, dentro do presídio, se puder ter um relato detalhado do que ocorreu,
6606 isso vai ajudar muito, lá na frente, os peritos e vai ajudar, lá na frente, é buscar os
6607 culpados, os culpados desta agressão, dessa violência. Portanto, senhor Ministro,
6608 estou concluindo aqui meus cinco minutos, é justamente colocar esta necessidade,
6609 também, de estruturar estes setores internos dos presídios, onde faz o atendimento
6610 de saúde aos presos que buscam estas enfermarias, estes locais, para que tenha
6611 um olhar forense sobre essas lesões, estes traumas que sofrem no dia a dia. Muito
6612 obrigado.

6613 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada. Eu vou passar para a Ana e para o
6614 Mateus, na sequência, que são as duas últimas pessoas que estão aqui com as
6615 plaquinhas levantadas, e aí a gente, na verdade, tem uma terceira ali que eu não
6616 sei quem que... quem que... da saúde, desculpa, a gente não sabia, que levantou a
6617 plaquinha, e aí a gente pode, enfim, também se encaminhando aqui para o final,
6618 porque eu também acho que o Ministro tem outros compromissos, e pensar aqui
6619 numa fala de fechamento e tal, para a gente continuar esse nosso diálogo aqui.
6620 Então, eu vou aqui, estes três últimos que estão escritos aqui. Então, eu vou passar
6621 primeiro para a Ana.

6622 **Sra. Ana** – Terá o pedido de mais microfones. E só para a sugestão de
6623 encaminhamento, já para a gente fechar o ponto, que bom que a representante do
6624 Ministério da Saúde chegou porque eu iria justamente colocar a questão, eu acho
6625 que esse é um ponto que eu esqueci na minha fala é da ausência de equipes de
6626 saúde no sistema penitenciário do Rio Grande do Norte. Então, assim, é de uma
6627 gravidade enorme, assim, a gente não tem atendimento, o SUS não tem nenhuma
6628 interface com o sistema penitenciário. São pontuais o que é uma presença de
6629 prescritores, que eu não chamo essas pessoas de médicos, a gente não pode
6630 chamar isso de médico, é prescritor de medicamento, medicamentos, inclusive, de
6631 alta toxicidade, que exigem um acompanhamento de exames sistemáticos, dados
6632 efeitos que têm no corpo das pessoas, eu estou aqui falando, por exemplo, da
6633 clorpromazina medicamentos psiquiátricos que medicalizam, entorpecem,
6634 anestesiaram as pessoas em privação de liberdade, isso acontece em todas as
6635 instituições de privação de liberdade, e aí eu queria reforçar também o que
6636 Fernanda trouxe em relação que não é uma questão exclusiva do Rio Grande do
6637 Norte, de fato, a gente tem um fascismo institucionalizado ainda mas é uma questão
6638 que ganha destaque dado o paralelismo da proposição de um governo e da política
6639 Pública da segurança, como está sendo colocada eu queria só destacar isso porque
6640 há uma, que não é uma contradição isso, é um paralelismo de modelos a gente vive
6641 modelos paralelos no sistema prisional, a gente vive modelos paralelos de indução
6642 de políticas que se contradiz o tempo inteiro, mas eu acho que é mais do que uma
6643 contradição, acho que é, de fato, a divisão, a concorrência de modelos, então acho
6644 que a gente está num momento em que a gente precisa afirmar que modelo que a
6645 gente quer, precisa afirmar a indução de processos de modelos que a gente quer,
6646 então, nessa direção, eu queria, assim, só a caráter de urgência, porque eu acho
6647 que são questões muito urgentes, só quem participou das escutas das familiares,
6648 eu estava aqui contando para a Mirian como que foi horrível, foi um dos momentos
6649 mais difíceis que eu passei na minha vida, foi escutar aquelas familiares falando do
6650 que elas vivem, no sistema prisional do Rio Grande do Norte e com seus filhos,
6651 enfim, e eu ia sugerir que a gente fizesse uma recomendação, estava falando ali
6652 com o Naná, para a gente fazer uma recomendação com esses pontos

6653 emergenciais, porque ninguém vai ler o relatório, as pessoas não estão lendo o
6654 relatório que a gente faz, tem que ler a gente. Então, assim, é destacar os pontos
6655 que você colocou como decisão, e que Naná colocou como decisões
6656 administrativas, indo na linha do que Maria Clara sugeriu, mas eu acho que é uma
6657 coisa, assim, mais de dar um destaque, que pontos são esses que a gente quer,
6658 pedindo um prazo para a resposta. E aí, na sequência, a gente pode usar outros
6659 mecanismos de acompanhamento das questões menos urgentes, mas eu acho que
6660 essas questões que têm um caráter de decisão administrativa e que têm um caráter
6661 de urgência, a gente precisa encaminhar como uma recomendação do Comitê,
6662 assinada pelo Ministro, pedindo uma resposta com um prazo para resposta, porque
6663 as pessoas, de fato, estão morrendo enfim, eu queria, essa é a proposição.
6664 Obrigada.

6665 **Interlocutora Não Identificada** – Eu queria aqui dizer que a gente tem um Plano
6666 Nacional de Atenção às Pessoas Privadas de Liberdade, à Saúde e a PNAISP, que
6667 deve ser aderido pelos estados, e isso acho que é muito importante a gente pensar
6668 aqui da aderência dos estados ao plano a gente, quando eu fui aqui fui no Rio com
6669 as peritas e peritas do mecanismo, a gente pode ver como faz diferença ter uma
6670 equipe de atenção primária do SUS dentro das unidades prisionais e como isso é
6671 muito importante esse trabalho em rede, que o SUS já faz e, aliás, as pessoas que
6672 estão presas também estão no cálculo das pessoas da população ali nos
6673 municípios, etc., no SUS, então a gente tem que pensar de como a gente pode
6674 aplicar, de fato, PNAISP em todos os estados. Eu vou passar Sara representante,
6675 isso, vou, vou passar a palavra pra você e depois na sequência para o Mateus.

6676 **Sra. Sara (Coordenadora Nacional de Saúde da Secretaria Nacional de**
6677 **Políticas Primárias)** – Oi, pessoal, bom dia, eu sou a Sara eu estou como
6678 coordenadora nacional de saúde da Secretaria Nacional de Políticas Primárias,
6679 mais especificamente na Diretoria de Políticas Penitenciárias. É, quero reiterar aqui
6680 a minha, os meus agradecimentos estou muito feliz de estar compondo essa mesa,
6681 eu acho que, pegando um pouquinho da fala de todo mundo aqui, a gente Está mais
6682 que claro que execução penal é, não dá pra falar em execução penal sem ser com

6683 várias mãos vários olhos, várias mãos hoje eu estou na Coordenação de Saúde,
6684 mas venho da ouvidoria entendo a, entendo e fico muito feliz de termos vários,
6685 vários representantes aqui da sociedade civil sei que essa construção é feita a partir
6686 dos olhares, muitas vezes é o olhar da sociedade civil, é o olhar dos familiares, é o
6687 olhar das pessoas que vão representar a sociedade que ajuda a construir as
6688 principais pautas e isso muito bom ver isso aqui inclusive, a partir de recorte de
6689 gênero, como foi falado, recorte de raça, como foi falado e como eu venho
6690 representando a saúde prisional aqui, a saúde prisional é um bom exemplo disso,
6691 como a gente está falando aqui a saúde prisional, não é só a responsabilidade da
6692 administração penitenciária a CEAP tem ali o seu papel, mas a Secretaria de Estado
6693 de Saúde tem o seu papel, as secretarias municipais, a nível de PNAISP, como a
6694 gente acabou de adentrar esse assunto, tem o seu papel então, assim, também,
6695 acho que a saúde prisional é bem característica de quanto cada um tem uma
6696 responsabilidade bem clara e bem delimitada e bem importante na garantia desse
6697 direito, que é o direito ao acesso à saúde. Eu vim apresentar, na verdade, uma ação
6698 que nós fizemos no Rio Grande do Norte, agora em abril agora em abril, que a gente
6699 fez do dia 17 ao dia 21, no RN, para contextualizar um pouquinho nós fomos lá, nós
6700 chegamos no RN no fim de março, quase encontramos com a Fernanda lá,
6701 voltamos, ela estava chegando, para conhecer, para, fruto dessa demanda de que
6702 a gente precisava prestar um apoio ao Estado, a nível, a nível de saúde ali, as
6703 ações, as ações de cidadania surgem também, no sistema penitenciário do Rio
6704 Grande do Norte, em 2017, mas, dessa vez, ela tinha uma característica diferente,
6705 que era, nós não estávamos em crise no sistema penitenciário naquele momento
6706 ali, não existia uma rebelião, não existia um massacre, mas existia extramuros a
6707 gente viveu isso, extramuros por algumas semanas. Então, nós pensamos numa
6708 ação em Alcaçuz, mais especificamente, no complexo de Alcaçuz, nas três
6709 unidades que nós temos lá, para que aquelas pessoas fossem atendidas, para
6710 aquelas pessoas, para que todas aquelas pessoas passassem por atendimento de
6711 saúde e isso aconteceu, vou apresentar aqui um pouquinho, mas preciso logar
6712 primeiro. Foram quase 2.700 pessoas privadas de liberdade atendida nesse

6713 momento e, aí, eu vou passar aqui um pouquinho das imagens, um pouquinho do
6714 que foi realizado nessa ação de cidadania, um minuto.

6715 **Interlocutora Não Identificada** – Sara, só vou te interromper um minuto, porque o
6716 Ministro vai precisar sair, que ele tem uma outra agenda, mas a gente continua aqui
6717 com a sua apresentação e com os encaminhamentos do Rio Grande do Norte,
6718 queria agradecer de novo.

6719 **Interlocutor Não Identificado** – Ministro aqui, recém-combinado um tema para a
6720 sua servidora, eu tinha ficado encarregado de falar agora com a sua ausência, só
6721 para concluir bem rapidamente a gente tinha conversado já com a Isadora, numa
6722 reunião mais fechada com a Rita, na reunião anterior o que alguns colegas
6723 trouxeram aqui hoje foi do desmonte que, enfim, que é notório dos últimos quatro
6724 anos talvez até mais do que quatro anos aí, por exemplo, no último ano, houve uma
6725 demora para dar posse aos membros do Comitê, então, o Comitê ficou, de certo
6726 modo, há alguns meses, ou, talvez, um ano, aí, meio que parado, né. Pela nossa
6727 Lei federal de 2013, a presidência cabe ao, ao, ao Ministro dos Direitos Humanos
6728 do Comitê e a vice-presidência, ela é rotativa ela seria um mandato da sociedade
6729 civil e outro do governo o compromisso que a gente tinha passado anteriormente, a
6730 gente traz aqui para o senhor, também seria, se o, se o, enfim, uma proposta que a
6731 gente fez já na reunião anterior, reforça aqui, se o governo aceitaria, não que só
6732 tenha que dar, obviamente, a resposta agora, mas trazer a reflexão, se o governo
6733 aceitaria que o próximo mandato continuasse com a sociedade civil, a vice-
6734 presidência, até pelas lacunas dos meses anteriores, então, enfim, só queria
6735 registrar isso, Ministro, agradecer a atenção, queria também, na presença do
6736 senhor, fazer um elogio aqui à Nana, a Débora, que estão no dia a dia com a gente,
6737 da mesa diretora, e reforçar, como vários colegas falaram, é importante o
6738 compromisso do senhor de conversar com os demais ministérios, para a gente ter
6739 a equipe completa nas próximas reuniões. Muito obrigado, Ministro.

6740 **Interlocutora Não Identificada** – Pode retomar a sua apresentação.

6741 **Sra. Sara (Coordenadora Nacional de Saúde da Secretaria Nacional de**
6742 **Políticas Primárias)** – Obrigada, Ministro. Continuando, e aí, a partir dessa ação

6743 de cidadania, a gente precisou contar com esse apoio e, aqui, eu gostaria de
6744 enfatizar que nós tivemos muito apoio do Estado do Rio Grande do Norte na
6745 execução dessa ação. Nós tivemos várias reuniões, reuniões semanais, às vezes,
6746 mais de uma por semana, porque foi uma ação realizada em tempo recorde. Em um
6747 mês, a gente conseguiu fazer a ação. Então, a gente contou demais com essa
6748 interdisciplinaridade, a gente contou demais com o auxílio do Estado do Rio Grande
6749 do Norte para conseguir executar essa ação nesses 30 dias que foi feito. Aí, vou
6750 expressamente aqui dizer da Secretaria de Saúde Estadual, da Secretaria Municipal
6751 de Nísia Floresta, que é onde está localizado o Complexo de Alcaçuz. O Complexo
6752 de Alcaçuz fica na cidade vizinha, bem pertinho, mas é a responsabilidade do
6753 município de Nísia Floresta. No Complexo de Alcaçuz, são três unidades, mas nós
6754 temos duas equipes de saúde, são duas equipes PNAISP. Como foi falado aí, a
6755 PNAISP, a gente está vendo aqui no nosso levantamento, eles têm sete equipes
6756 hoje no Rio Grande do Norte inteiro, são em oito municípios, são equipes de
6757 diferentes tamanhos, mas são sete equipes credenciadas e sendo financiadas ali
6758 pelo Ministério da Saúde nesse momento. Então, é isso, gostaria, super entendo
6759 que existam questões a serem faladas, inclusive no âmbito do Judiciário, Ministério
6760 Público, Defensoria Pública, mas na execução da ação, foi realmente uma execução
6761 a muitas e muitas e muitas mãos, foram equipes gigantes trabalhando para fazer a
6762 execução dessa ação. Então, você consegue voltar para a fotinha? Pronto, essa
6763 somos nós, lá no Rio Grande do Norte, nós fomos com a equipe total, tinham 70
6764 profissionais total, entre profissionais de saúde, administrativo, enfermeiros,
6765 médicos, nós totalizamos uma média de 70 pessoas por dia para atender essas
6766 pessoas. Boa parte, uma grande parte, fomos nós que mobilizamos, mas também
6767 tivemos profissionais da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária,
6768 Secretaria Estadual de Saúde e a equipe PNAISP, que trabalha na unidade, que
6769 ficou com a gente em tempo integral nessa semana. Pode falar. Novamente, eu sou
6770 míope, mas acho que eu decorei tudo o que está aí. Enfim, a ação de cidadania
6771 aconteceu nessa data ali, do dia 17 ao dia 21, foi um esforço conjunto entre as
6772 esferas estadual, municipal e federal, aqui com a MJSP, na figura da SENAPEN,
6773 nós atendemos ali o Complexo Penitenciário de Alcaçuz, que é conhecido como

6774 Complexo de Alcaçuz. E aí, eu coloquei ali todos os parceiros que participaram
6775 ativamente, nós tivemos outros, mas acho que esses foram os principais. Fomos
6776 aqui, a SENAPEN, com a MJSP, a Fundação Osvaldo Cruz, a Fiocruz, que atua
6777 com a gente, por meio de um TED, que está em vigência, e são nossos parceiros
6778 incondicionais ali na ação, participou ativamente. Aí, o Ministério da Saúde, na figura
6779 da Secretaria da Vigilância em Saúde, da SVS, da Secretaria de Atenção Primária
6780 em Saúde, da SAPS, a Secretaria SESAP, que é estadual lá, que trata da saúde
6781 prisional, que tem a competência, e a Secretaria Municipal, Diniz e Floresta, que
6782 foram os principais atores. Aí, a gente colocou aí como que funciona. Eu vou
6783 explicar porque eu não consigo ler e acho que eu já decorei. A ação de cidadania é
6784 uma ação pensada para atender um grande número de pessoas e, para isso ser
6785 operacionalizado de uma forma fluida, a gente trabalha com estações. Então, assim,
6786 é sim uma ação de mutirão, a princípio, nos dias ali, e a gente faz estações em que
6787 os presos, em sua totalidade, todos os presos do complexo foram atendidos. Todos
6788 os presos do complexo foram atendidos. E aí, a gente construía estações de
6789 atendimento, que passavam desde a primeira estação, que é uma estação de
6790 recepção, onde os presos recebiam ali o seu prontuário. Esses prontuários,
6791 inclusive, ficaram disponíveis lá, ficaram com a equipe de saúde. Então, todos foram
6792 triados, todos passaram por esse momento de ter o prontuário. Era feita uma
6793 triagem de saúde. Eram nove estações de triagem de saúde. Eram aferidos ali os
6794 sinais vitais. Feito aquela anamnese. Inclusive, a gente tem esse prontuário na
6795 coordenação de saúde, com os sinais e sintomas de tuberculose. E era feito à
6796 escuta. Realmente, esse primeiro atendimento era uma triagem completa de estado
6797 de saúde dessa pessoa privada, de liberdade. E aí, ele passava por uma estação
6798 de testagem rápida, em que eram feitos os testes de HIV, sífilis, hepatite B e hepatite
6799 C. O resultado sai ali na hora, são aqueles testeinhos rápidos. Os que precisariam
6800 de contra testes também eram feitos no dia da ação, imediatamente. Se houvesse
6801 necessidade de atendimento à saúde, esses presos na triagem eram encaminhados
6802 também para o atendimento em saúde, que foi realizado por médicos todos os dias.
6803 Nós tínhamos uma equipe de médicos que atuaram com a gente. Foi realizada a
6804 vacinação da totalidade de pessoas privadas de liberdade. Nós, na ação, optamos

6805 por fazer a bivalente de Covid, a vacina de gripe atualizada e a de febre amarela.
6806 Foram as escolhas que foram feitas para a imunização naquele momento. Isso tudo
6807 em parceria com a Secretaria de Estado. Eles que fizeram toda a disponibilização
6808 desse grande montante de vacinas. Para os casos em que havia sinais e sintomas
6809 de tuberculose, lá nós fizemos a coleta de carro para identificar se existia ou não a
6810 presença da doença. E, em meio a tudo isso, nós tínhamos a estação de educação
6811 e saúde. Nós temos uma técnica que é nossa parceira do Ministério da Saúde, da
6812 SVS, que estava conversando com os presos sobre diversos temas em saúde.
6813 Então, enquanto prevenção, promoção de saúde, identificação de sinais, tudo isso
6814 era feito com eles, enquanto uma parte passava pelo atendimento, era feita essa
6815 educação e saúde com os que não estavam em atendimento. Então, é isso. As
6816 situações são essas. O total quantitativo foram 2.620 pessoas no total, divididas
6817 entre as três unidades. A maior, que é a Francisco Nogueira Fernandes, quase
6818 1.800 pessoas foram atendidas. Ali eu tenho os quantitativos, isso está em relatório,
6819 quem quiser pedir esses dados, a gente já está com isso tudo relatado. Os testes
6820 rápidos, que foram HIV, sífilis e hepatite, a gente já também está com o quantitativo.
6821 Os casos positivos mais altos foram os de sífilis e, nesses casos de sífilis, para
6822 esclarecer, foi dada a primeira dose do tratamento durante a ação de cidadania. O
6823 tratamento de sífilis é feito em três semanas. Esse primeiro momento, essa primeira
6824 dose, a primeira dose foi realizada ali no momento da ação e a gente já deixou
6825 disponível, já ficou disponível para a equipe de saúde as próximas doses a serem
6826 aplicadas. Os resultados positivos de ITP não foi um número tão alto, foram, no
6827 máximo, 12 ali, na maior. A gente entende a ação de cidadania como uma ação que
6828 deve ter uma continuidade. A gente entende que as ações de mutirão têm ali
6829 pontualmente sua eficácia, sua efetividade, ela funciona para fazer essa triagem
6830 ampla, essa vacinação ampla, mas a gente sabe que ela não resolve, ela nem
6831 pretende esgotar as necessidades de saúde de um complexo como o complexo de
6832 Alcaçuz. Aí, nesse sentido, nós temos feito acompanhamento de pós-ação, a gente
6833 continuou com as reuniões semanais para entender, apoiar e ajudar no que for
6834 preciso. Quanto aos tratamentos que foram prescritos pela equipe médica, os de
6835 sífilis e outros, tiveram outros casos que precisavam de acompanhamento médico,

6836 a gente tem observado como isso tem sido feito, a necessidade de exames
6837 complementares que não puderam ser feitos ali na ação, mais detalhados. Então, a
6838 gente tem feito essas reuniões para verificar a reposição dos insumos que foram
6839 utilizados. O Ministério da Saúde, como foi uma ação em 30 dias, parte desses
6840 insumos foi utilizado do estoque que o Estado tinha. Então, o Ministério da Saúde
6841 já fez o repasse, já repôs esses insumos que foram utilizados. Com relação às
6842 especialidades médicas, aos encaminhamentos que os médicos fizeram naquele
6843 momento, a gente ajudou ali a fomentar uma parceria de teleconsultas com o
6844 Projeto Telenordeste do Ministério da Saúde, mais especificamente com o Hospital
6845 Moinhos de Vento, que é um hospital do Rio Grande do Sul. Então, eles têm ali
6846 umas especialidades, a gente utilizou as especialidades de cardiologia, psiquiatria,
6847 endocrinologia e neurologia. Esses atendimentos já têm feito, já têm sido feitos
6848 desde então, essas consultas. São consultas que necessitam do acompanhamento
6849 da equipe, da unidade também. Então, a equipe da unidade, o médico, o enfermeiro,
6850 estão presentes nas teleconsultas de especialidades para fazer o acompanhamento
6851 dessas necessidades de saúde, de cardiologia e endocrinologia que for preciso.
6852 Com relação aos positivos, a gente tem acompanhado, já foram iniciados os
6853 tratamentos dos novos positivos de HIV e já foram realizados os exames de carga
6854 viral de hepatite B e C, que é para comprovar realmente que existe a doença para
6855 iniciar o tratamento. Nós estamos organizando um ciclo de capacitação com o
6856 Ministério da Saúde, de atualização dos protocolos, com a equipe de saúde que
6857 esteve presente, mas a gente pretende ampliar para todas as equipes de saúde do
6858 Estado para que todas tenham esse ciclo de capacitações, atualização dos
6859 protocolos do Ministério da Saúde. E a gente também, durante a ação, fez doação
6860 de medicamentos e de insumos. Os insumos que a gente utilizou ficaram para o
6861 Estado, o que ficou lá, e a gente levou boa parte da medicação que foi utilizada. Eu
6862 vou falar um pouquinho mais para frente o porquê.

6863 **Sr. Caio** – Para aproveitar que estava falando de teste rápido, de ações em HIV,
6864 ETB, essas unidades distribuem preservativo?

6865 **Sra. Sara (Coordenadora Nacional de Saúde da Secretaria Nacional de**
6866 **Políticas Primárias)** – Caio. No complexo de Alcaçuz, a gente pode dizer que não,
6867 eles não têm acesso a preservativo. Os preservativos são disponíveis pelo
6868 Ministério da Saúde, mas o Rio Grande, uma questão administrativa deles, eles não
6869 fazem distribuição de preservativo. Eu acredito que seja no Estado inteiro, em todas
6870 as unidades do Estado.

6871 **Sr. Caio** – Porque isso se repete em várias unidades, em vários Estados. As
6872 administrações consideram um problema de segurança as pessoas receberem
6873 preservativo porque elas pressupõem que ninguém transa na unidade prisional ou
6874 que todo mundo é heterossexual convicto. Então, acho que isso tem que começar
6875 a ser tensionado entre a saúde e a segurança. Porque de nada adianta ficar
6876 fazendo... Quer dizer, adianta alguma coisa, obviamente, fazer testagem, mas a
6877 gente sabe que a principal possibilidade de prevenção é... Ou comecem a medicar.
6878 Comecem a medicar com grande intensidade essa população, distribuam para
6879 essas pessoas.

6880 **Sra. Sara (Coordenadora Nacional de Saúde da Secretaria Nacional de**
6881 **Políticas Primárias)** – Perfeito, Caio. A gente não é uma especificidade só do Rio
6882 Grande do Norte, essa questão dos preservativos, mas realmente é um bom
6883 apontamento.

6884 **Interlocutora Não Identificada** – Eu queria só também fazer umas perguntas.
6885 Porque eu entendo que a ação de cidadania e saúde tem um papel de levantamento
6886 de demanda e indução de política. Não ação. Você vai lá, resolve os problemas...
6887 Bom, pelos SUS eu entendo que é esse o papel. Então, a minha questão é assim.
6888 A gente tem um sistema prisional que boa parte dos sistemas estaduais não tem
6889 equipes de saúde de referência nos presídios, nas unidades de privação e liberdade
6890 em geral. Então, eu queria saber qual é a política que está sendo feita para a
6891 indução dessa interface com o SUS e o sistema penitenciário. Porque isso a gente...
6892 É como se essa política até hoje não acontecesse. A gente observa isso. Tenho
6893 certeza que a SESAP recebeu muito bem vocês. É uma secretaria muito
6894 comprometida. A secretaria estadual sempre foi com o sistema único de saúde. Mas

6895 a gente não tem a efetivação de uma política de saúde no sistema prisional. Então,
6896 isso produz as violações que a gente apontou. E isso não é uma questão exclusiva
6897 do Rio Grande do Norte. A ação de cidadania precisa induzir continuidade de
6898 cuidado. Então, como a gente não tem equipe, que continuidade de cuidado vai ter?
6899 Eu fico preocupada com os casos, sobretudo de tratamentos específicos, que
6900 exigem a continuidade, a sífilis, a tuberculose. Enfim, tem uma série de outros
6901 tratamentos que exigem uma continuidade. E aí a prática de saúde, que se diz de
6902 saúde efetiva, é a medicalização, quer dizer, a centralidade do uso de
6903 medicamentos, sobretudo em psicotrópicos. É o que a gente mais vê no sistema.
6904 Então, eu queria realmente saber como é que o Ministério hoje está vendo, agora,
6905 a indução da política, de fato a concretização da política. E um ponto importante é
6906 a geração de perfil epidemiológico. Eu queria muito ver no relatório se vocês
6907 geraram perfil epidemiológico, se puder mandar para a gente aqui do Comitê, para
6908 a gente fazer um acompanhamento, inclusive, desse perfil, também pelo Comitê
6909 estadual, a gente conseguir fazer cobranças da SESAP para acompanhamento das
6910 pessoas a partir do perfil. Porque eu acho que, também, a gente precisa ter a
6911 informação para poder produzir um acompanhamento.

6912 **Interlocutora Não Identificada** – Ana, eu entendi que ela é do SENAPEN, da
6913 saúde do SENAPEN. Saúde do SENAPEN, não é do Ministério da Saúde. É do
6914 SENAPEN. Mas, eu acho que a gente pode falar um pouquinho disso, não é? É
6915 saúde, só que é saúde do sistema prisional.

6916 **Interlocutora Não Identificada** – Eu não tinha entendido. Então, melhor. Porque,
6917 então, vocês... Acho que a gente pode responder um pouco. Vamos induzir isso.
6918 Porque vocês estão na saúde, não é?

6919 **Interlocutora Não Identificada** – E a gente está em constante diálogo com eles. A
6920 saúde prisional e o Ministério da Saúde tratam...

6921 **Interlocutora Não Identificada** – E, por favor, ajudem eles a chegarem aqui porque
6922 o Ministério da Saúde, até hoje, não participou das nossas reuniões.

6923 **Interlocutora Não Identificada** – Tem uma representante aqui. Ela estava aqui.

6924 **Interlocutora Não Identificada** – Está vendo, gente?

6925 **Interlocutora Não Identificada** – Mas, eu acho que a gente pode responder um
6926 pouquinho também. Acho que essa interface com a saúde prisional a gente vai
6927 tentar... Mas, claro que isso é construído junto. Inclusive, o Ministério da Saúde é
6928 um grande parceiro. Nessa ação de cidadania, por exemplo, foi um parceiro
6929 encantado.

6930 **Interlocutora Não Identificada** – Eu queria solicitar essa apresentação para o
6931 Comitê. Acho que é importante a gente ter ela para guardar, para a gente debater,
6932 para a gente conhecer melhor.

6933 **Interlocutora Não Identificada** – A gente pode enviar o relatório, é verdade. Acho
6934 que o relatório está completo. Estão todos os dados. Lá no relatório, a única coisa
6935 que ainda não está atualizada são os positivos de TB, porque alguns foram
6936 reavaliados. Mas, acho que essa semana talvez a gente já consiga enviar
6937 atualizado. E a gente manda a apresentação também sem problemas. Acho que
6938 reforçando o que a Ana disse, é muito importante as interfaces com o SUS. De
6939 verdade, a gente entende isso. E essa é a política. A política é que a educação
6940 através do MEC, que a saúde, através do SUS, permeie o sistema prisional. Que o
6941 sistema prisional não seja uma caixinha isolada, que ninguém entra e faz tudo aqui.
6942 Acho que vai na contramão do que se preconiza. E, nesse sentido, até... Mesmo lá
6943 no complexo de Alcaçuz, tem duas equipes. Tem uma equipe em Rogério Continho,
6944 que é aquela de trás, e tem a do PEA. Eles estão lá desde 2017. 14. É difícil.

6945 **Interlocutora Não Identificada** – Mas, acho que é sintomático que, quando vocês
6946 estavam, eles estavam. Desculpe, tive que sair. Só não peguei um pedaço aqui.
6947 Quando vocês foram fazer a visita, essa visita foi combinada? Foi agendada? Ou
6948 não?

6949 **Interlocutora Não Identificada** – A gente fez a visita agendada porque a gente
6950 precisava falar da ação. Então, ela foi agendada.

6951 **Interlocutora Não Identificada** – Então, é isso. Mas estou só falando isso porque
6952 existe uma diferença. Claro que vocês foram lá e, obviamente, no dia em que vocês
6953 foram lá, se era uma ação combinada...

6954 **Interlocutora Não Identificada** – Mas foi diferente quando teve a missão, em
6955 relação à equipe de saúde.

6956 **Interlocutora Não Identificada** – Deixa eu só responder isso porque acho que,
6957 talvez, faz até a gente evoluir na discussão. As equipes de saúde que são
6958 habilitadas no sistema prisional, e daí não é só Rio Grande do Norte, é no Brasil
6959 inteiro, a PNAISP é um complemento. A gente tem uma política de saúde, a gente
6960 tem um regulamento e, talvez, a gente nem precisaria de uma política específica no
6961 sistema prisional porque o SUS é universal. Ele tem todos os... A gente está falando
6962 de espaços de prisão que estão no município e que devem fazer parte, devem
6963 acessar todos os mecanismos e instrumentos da política Pública e não só de saúde.
6964 A gente está falando apenas de um SEP diferente. Essa unidade prisional é
6965 enxergada como espaço de saúde. A gente tem ali... Não são ambulatórios, são
6966 unidades básicas de saúde. A diferença é que o SEP delas é ali dentro de uma
6967 unidade prisional. Então, essas equipes, elas trabalham como no posto que a gente
6968 acessa. A gente não tem um posto de saúde 24 horas. A gente está falando de
6969 atenção primária, a urgência e a emergência devem ser atendidas fora daquele
6970 espaço. Essas equipes, elas são habilitadas e financiadas com recurso do Ministério
6971 da Saúde e esse recurso repassado e Rio Grande do Norte recebe mais que 400
6972 mil para isso e aí, a depender da produção, nem sempre é mensal. Mas, essas
6973 equipes são habilitadas com profissionais do SUS e aí, a partir de cada desenho, a
6974 gente vai ter no Brasil inteiro várias formatações. Mas, essas equipes, elas estão ali
6975 para fazer um pedaço do que a gente chama de atenção integral. Esse pedaço que
6976 essa equipe responsável é pela atenção primária é muito difícil que numa estrutura
6977 de tantas mil pessoas presas e com um sistema difícil e carente que a gente tem de
6978 SUS, que esse atendimento seja 24 horas, por exemplo. A gente tem médicos em
6979 municípios que não tem infectologistas no município e a gente tem a previsão de
6980 infectologistas no sistema prisional. A gente está falando de especialidades de uma

6981 atenção primária que tem que acontecer naquele espaço de prisão e que poderia
6982 ser muito melhor. A gente tem trabalhado muito nessa articulação, mas tem
6983 acontecido e a gente viu isso no Rio Grande do Norte. De forma nenhuma, a gente
6984 está querendo tapar o sol com a peneira, não é isso. Mas, a gente tem equipes que
6985 trabalham bastante ali dentro e o trabalho delas não pode ser desmerecido porque
6986 com carga horária num juízo de valor grande ou pequena, isso depende, elas
6987 trabalham bastante e a gente vê pela produção, a gente vê pela articulação que elas
6988 fazem. Então, em geral essas ações acontecem em unidades que têm equipes e é
6989 isso que a Sara tem dito. Toda articulação que o Ministério da Saúde faz para que
6990 a gente tenha equipes em todos os espaços de prisão. Inclusive cadeias públicas
6991 que, em geral, não tem uma longa permanência de pessoas. Esse é o caminho da
6992 política e isso é o que a gente tem conversado desde 2014 com a PNAISP, desde
6993 o ano passado com a reestruturação da política. Então, acho que vale esse desenho
6994 porque pode ter tido desencontros de pessoas, mas essa oferta de saúde existe lá
6995 dentro.

6996 **Interlocutora Não Identificada** – Tem algumas pessoas que querem falar aqui
6997 também e acho que a gente pode limitar um tempo de fala. Eu acho que tem uma
6998 incongruência do que vocês viram para o que as pessoas que estavam lá viram. E
6999 ainda que, eu entendo e a gente não está falando dos profissionais de saúde
7000 especificamente porque é um trabalho extremamente extenuante e, de fato, para
7001 você trabalhar na humanidade prisional e que seja um profissional que é do SUS,
7002 etc., existem diversas especificidades. Não é só um lugar de privação de liberdade
7003 que a segurança está posta em xeque o tempo inteiro em relação ao trabalho
7004 desses profissionais o tempo inteiro. Então, não é um trabalho como trabalhar numa
7005 UBS fora desse contexto. É um trabalho completamente diferente e os agravos de
7006 saúde dentro da humanidade prisional são completamente diferentes também de
7007 uma UBS, do atendimento de atenção primária, ainda que sejam as mesmas
7008 pessoas que circulem nesse espaço fora da humanidade prisional e dentro da
7009 humanidade prisional. Então, eu acho que isso é importante e também a gente ficou
7010 aqui na dúvida e eu vou passar aqui para a Bárbara que levantou a plaquinha. Se

7011 você estava dizendo de uma equipe do PNAISP que é volante ou de uma equipe
7012 que está lotada na unidade prisional.

7013 **Interlocutora Não Identificada** – Não existe equipes volantes. Existem equipes
7014 fixas. Essa equipe, ela pode, no seu contrato de jornada de trabalho, dividir cargos
7015 em outro local que ela trabalha, mas não existem equipes volantes, existem equipes
7016 fixas. Pode acontecer da descontinuidade de uma equipe por alguma razão, pela
7017 saída de um médico ou porque ela não colocou a produção dela ali no sistema e ela
7018 pode ser descontinuada.

7019 **Interlocutora Não Identificada** – Mas tem unidades que dividem a equipe do
7020 PNAISP.

7021 **Interlocutora Não Identificada** – A cargo-horária apenas, porque ela pode ser
7022 entendida como um complexo e aí o tipo 1, tipo 2, toda a dinâmica de repasse de
7023 recurso vai considerar isso, para que essa equipe seja ampliada.

7024 **Interlocutora Não Identificada** – Eu acho que tem uma coisa só na sua fala, Sofia,
7025 que a gente vê que as experiências são diferentes também a partir de grupos que
7026 chegam em momentos diferentes e tudo. Eu acho que esse descompasso a gente
7027 pode pontuar também. A nossa visita não só foi agendada. A nossa visita foi a partir
7028 de um posicionamento de cooperação para realizar uma ação. Eu não sei se na
7029 minha fala talvez eu tenha dado a entender de que a gente chegou lá e viu uma...
7030 A nossa ação é estruturada sabendo que os atores estão cientes de que vai ser
7031 realizada uma ação de saúde e que eles vão estar... As reuniões já estavam
7032 agendadas, os atores já estão brifados sobre o que vai ser. Eu não lembro se a
7033 gente fez uma reunião pré, mas, assim, quando a gente chegou lá, a gente já tinha
7034 uma agenda de reuniões para que todo mundo pactuasse quem ficaria com qual
7035 responsabilidade na ação de cidadania. A ouvidoria esteve lá acompanhando e
7036 participando de todo o movimento que estava sendo feito ali, mas a nossa ação foi
7037 bem pontual nesse sentido. Eram agendadas. A gente tinha reuniões e agendas
7038 com pessoas, atores-chaves, para a realização de uma ação de cidadania. Para
7039 além das equipes, claro.

7040 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada. A gente vai passar a palavra para a
7041 Bárbara. Eu vi que... Não sei se a Carol levantou a mão. Não, mas eu só queria falar
7042 porque daí acho que a gente pode... Eu sei que vocês trouxeram uma apresentação,
7043 mas a gente está aqui atrasado também no nosso tempo, no nosso cronograma, e
7044 a gente tem alguns encaminhamentos para fazer do Rio Grande do Norte antes de
7045 sairmos para o almoço, porque todo mundo também vai embora mais cedo hoje.
7046 Então, eu ia pedir para a Bárbara falar, a Carol fala, e daí a gente faz o
7047 encaminhamento final.

7048 **Sra. Bárbara**– A gente podia fazer essa fala tipo mecanismo, rapidinho, porque tem
7049 objetividade, mas é importante. Gente, eu acho que em 2023 eu queria fazer uma
7050 fala para a gente prestar atenção, que é o seguinte. Comparar que não existe um
7051 posto de saúde 24 horas no mundo livre com as pessoas privadas de liberdade é
7052 um equívoco muito grave, porque eu aqui no mundo livre, se não tiver um posto de
7053 saúde de 24 horas, eu vou para uma UPA, eu vou para onde eu quiser, eu vou para
7054 a casa de uma amiga. Eu não sei. Eu tenho um milhão de oportunidades diferentes
7055 de buscar socorro. Eu tenho. Então, eu acho que a gente tem que estar um pouco
7056 alinhado nesse sentido, não comparar o mundo livre com as pessoas privadas de
7057 liberdade, porque eu posso ir para a casa de uma amiga que pode me socorrer.
7058 Enfim, são milhões de opções. Então, não vamos comparar o que é o sistema
7059 prisional, o que é a pessoa privada de liberdade com o mundo livre. É um grande
7060 erro. Outra coisa, eu acho incrível que, toda vez que a gente vai na unidade de
7061 privação de liberdade, você não encontra o médico, ele é quase um fantasma. Você
7062 não encontra ele no Brasil inteiro. E, especialmente, com o caso gravíssimo do Rio
7063 Grande do Norte, as pessoas estão ali tiradas para morrer e muitas morrem. Eu vi
7064 o caso de um rapaz, coisas que a gente não trata no relatório pela delicadeza, mas
7065 eu vou falar aqui, morreu de tuberculose. Aí, você vai olhar, eu fui ver, eu fui no
7066 instituto lá no ITEP de perícia ver o corpo dele. Eu nunca tinha visto na minha vida.
7067 Olha que eu ando em IML há muito tempo. O rapaz era uma tábua. Na verdade, ele
7068 morreu pelo quadro grave de desnutrição, gente. Espera aí, assistência da saúde é
7069 a falta de alimentação, uma engrenagem de morte, por favor. Eu quero também
7070 saber, essas ações são interessantes, mas eu quero saber qual é a sistematicidade

7071 de saúde que o Rio Grande do Norte vai ter, porque as pessoas estão lá morrendo,
7072 não estão só esperando a morte, elas estão morrendo. Então, assim, eu quero saber
7073 qual é o plano efetivo, porque essas ações aí, inclusive, eu queria sugerir que esse
7074 material seja enviado anteriormente, para que a gente esteja aqui já preparado para
7075 fazer uma leitura disso breve e poder fazer um debate mais qualificado, porque
7076 gastar o tempo apresentando slide, a gente já tem que ter lido quando a gente vem
7077 para reunião, né? A gente já traz as dúvidas, já traz proposição. Então, eu queria
7078 pedir que esses envios sejam feitos de forma anterior. E eu queria dizer também
7079 que eu gostaria muito, aproveitando aqui até o Rafael, que voltou, Rafael, é o
7080 seguinte, quando a gente fala de diálogo, a gente precisa pensar algumas palavras-
7081 chave, Rafael, que é a inclusão, que é a participação e que é essa troca de
7082 informação através de material oficial também, porque toda vez a gente precisa de
7083 uma reunião dessa, que ocorre a cada dois meses ou a cada ano, para dizer a gente
7084 está aberto ao diálogo. Mas que abertura é essa, né? Que vem uma nota depois
7085 falando que o nosso trabalho não presta, que o nosso trabalho é um efeito de forma
7086 técnica e adequada? Quer dizer, tem que ser um diálogo não só de promessa, mas
7087 um diálogo de participação sobre tudo. E, como o Brasil é signatário do governo
7088 aberto, que seja uma participação também da sociedade civil. E a gente tem aqui
7089 várias instituições super capacitadas para fazer essa participação. Também quero
7090 pedir que, sobretudo, o Comitê Estadual de Prevenção, Combate à Tortura do Rio
7091 Grande do Norte esteja incluído sistematicamente nessas ações. Até para tirar
7092 essas fotos bonitas, vocês estejam lá presentes, pelo menos em algum grau,
7093 estejam acompanhando, já que não podem construir essas propostas,
7094 acompanhando em loco o que está acontecendo. E que isso não seja só esse
7095 momento da foto. O meu sonho, antes de terminar o meu mandato, era chegar num
7096 lugar e ter uma foto linda dessas para estampar o relatório. Gente, é o meu sonho.
7097 Eu entro nas unidades de privação de liberdade do Brasil, não só prisionais,
7098 querendo achar alguma coisa linda para colocar no relatório. A gente, às vezes, se
7099 esforça para achar uma boa prática. Agora, não venho falar de boa prática, o que
7100 está previsto na Lei. O que está previsto na Lei é obrigação, não é boa prática. Boa
7101 prática é o que você cede. É o que, de fato, você faz pensando numa melhoria,

7102 numa garantia de direitos humanos. Então, assim, só para dizer que o meu sonho
7103 é encontrar os médicos que, supostamente, estão nos quadros pelo Brasil inteiro.
7104 E, inclusive, no Rio Grande do Norte, ele falou, Está, mas que dia ele vem? Já que
7105 ele vem todo dia, duas horas, a gente volta, não é, Cecília? A gente quer falar com
7106 esse homem. Porque, tipo assim, olhe as pessoas morrendo desse jeito. Você
7107 entrevistando uma pessoa, ela catarrando sangue. Eu saí com bota, respingada de
7108 sangue. É esse nível que a gente está falando, gente. Então, assim, a gente chegou
7109 até a falar que dia que ele vem que a gente quer vir. Não teve resposta, porque não
7110 tem. Vocês estão falando de equipe itinerante. Que itinerante, gente. Não tem
7111 equipe. E, quando você coloca um médico para 1 .800 pessoas, duas horas por dia,
7112 você continua não tendo equipe. Isso e não ter nada é a mesma coisa. É a mesma
7113 situação da alimentação. Se ela chega imprópria para consumo, você não tem
7114 alimentação. Não é insuficiente. Você está negando o direito de se alimentar da
7115 pessoa. Então, vamos olhar como que essa engrenagem de saúde, dessa ausência
7116 de saúde, uma pessoa duas horas, nem que ele estivesse lá duas horas por dia, é
7117 a mesma coisa que não dar o acesso à saúde às pessoas custodiadas.

7118 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada, Bárbara. Eu sei que... Mas, se
7119 pudesse, breve. Eu sei que realmente o tema...

7120 **Interlocutora Não Identificada** – É rápido. É que mexe. Com certeza. Por isso que
7121 eu também não fico cortando. Eu sou da área da saúde também. Voltei indignada,
7122 principalmente, quando se fala de Alcaçuz. Então, o que eu queria passar para
7123 vocês, assim, vocês fizeram essa ação anunciada. Nós chegamos sem avisar. E a
7124 realidade é completamente outra. Não existe cuidado de saúde. O que a Bárbara
7125 falou é isso. A gente viu vários presos vomitando sangue, vários presos com
7126 tuberculose. Fiquei até assustada com o número ali de resultado positivo, porque
7127 nós vimos muitos, muitos presos com tuberculose e pasmem sem medicação. A
7128 própria pessoa da equipe de saúde falou que remédio vem de vez em quando para
7129 tuberculose. Então, é uma realidade que vocês falaram e a que a gente viu é
7130 completamente outra. A gente acompanhou também um caso que é outro desse
7131 que a Bárbara falou, de uma pessoa que morreu por falta de socorro médico. Ele

7132 ficou durante seis dias passando mal. Seis dias ele não foi atendido. No dia que o
7133 médico atendeu, ele foi para um socorro e morreu. Então, eu não estou entendendo,
7134 sabe, essa diferença. Talvez, eu acho que tem que ter uma maior fiscalização,
7135 porque se essas equipes estão sendo pagas, alguém está sendo lesado, que é o
7136 povo. Não teria muito mais coisa para falar, mas eu acho que a gente está com o
7137 tempo esgotado.

7138 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada. Eu vou ceder a palavra aqui para
7139 vocês, porque elas falaram algumas coisas, mas também pedi para vocês serem
7140 muito breves.

7141 **Interlocutora Não Identificada** – A gente tinha uma apresentação ali, tinha alguns
7142 pontos que a gente queria levantar, inclusive para construir junto com vocês, mas,
7143 assim, acho que em resposta às pontuações, acho que a primeira coisa, com
7144 certeza, não dá para comparar o mundo livre com as pessoas privadas de liberdade,
7145 mas o SUS, a própria PNAISP tem instrumentos, tem equipes pré-determinadas. É
7146 claro que a gente, acho que a SENAPEN, o Ministério da Saúde, a SAPS, fomenta
7147 o credenciamento dessas equipes, que os municípios atuem e invistam e coloquem
7148 essas equipes para trabalhar. Tem alguns Estados que já conseguiram amplamente
7149 fazer esse credenciamento, alguns nem tanto, mas é o caminho, o caminho é via
7150 PNAISP. A gente acredita muito na política como um todo e acredita muito nos
7151 instrumentos que ela tem, inclusive na capacidade desses instrumentos de acionar
7152 uma rede de urgência e emergência. A gente tem que confiar que a equipe PNAISP
7153 que está na unidade, vai triar e vai fazer os acompanhamentos para saber quando
7154 acionar uma rede de urgência e emergência. Acho que esse é um ponto. Eu imagino
7155 que existe esse descompasso que vocês estão pontuando, mas com relação ao
7156 ATB, por exemplo, foram 700 amostras colhidas de escarro, do total de pessoas
7157 que apresentaram algum sintoma. E, realmente, foi aquele número. Agora, com
7158 relação à continuidade, eu acho, Ana, que é isso. A gente precisa, de fato,
7159 acompanhar, a gente precisa, de fato, articular essa rede, fomentar essa rede de
7160 diálogo, essa questão, por exemplo, da medicação. A gente colocou ali os atores
7161 para conversar naquele momento e, bom, nas nossas reuniões de

7162 acompanhamento, isso não tem sido um problema mais, no sentido a pessoa
7163 representante do tratamento estadual e do Ministério da Saúde e da equipe que vai
7164 receber essa medicação estão presentes nas nossas reuniões. Mas eu entendo e
7165 compactuo totalmente de que ações de saúde são ações a longo prazo, são ações
7166 permanentes, elas nunca acabam, não tem como você parar de acompanhar ações
7167 em saúde. O paciente não forma no ensino médio, ele vai estar ali e ele vai estar
7168 precisando do acesso e a garantia do direito. A gente... Sim. A gente, inclusive, fez
7169 uma reunião com a Fernanda antes. Perfeito. Vamos lá, gente.

7170 **Interlocutora não identificada** – Sim. Eu acho que é isso. A gente está aqui falando
7171 de várias questões que eu acho que têm várias articulações que são feitas de
7172 formas individuais. E isso é um problema muito sério, porque o Comitê e o
7173 mecanismo precisam estar à par dessas articulações, porque a gente tem que
7174 trabalhar em conjunto. Porque, senão, fica um trabalho que é um retrabalho, porque
7175 você vai lá e faz uma coisa e daí... Vamos lá. Eu só estou falando isso, porque é
7176 isso. Aí parece que um trabalho vale menos do que o outro, e aí o trabalho do
7177 mecanismo vale menos do que o trabalho que foi feito pela SENAPEN. E eu não
7178 estou falando que vocês que estão dando esse juízo de valor ou não. Eu não estou
7179 falando isso. Mas a gente sabe como é esse tema do sistema prisional. Então, de
7180 fato, é isso. Se tem uma nota, depois da inspeção do mecanismo, desqualificando
7181 o trabalho do mecanismo, que é um órgão sério, isso tem que ser feito em
7182 articulação conjunta. E isso não serve só para isso. Aqui o Ministro falou, não sei
7183 qual é o nome, Mandela, alguma coisa, Projeto Mandela. Isso tem que ser feito em
7184 conjunto. Isso tem que ser feito em conjunto com o Comitê também. Não só com o
7185 mecanismo. A gente tem que ser convidado. E tem que ser convidado porque nós
7186 somos os órgãos que integram o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à
7187 Tortura. Então, a gente não tem que estar fora da articulação. A gente tem que estar
7188 dentro da articulação. Então, dito isso, eu acho que isso é importante inclusive para
7189 os encaminhamentos. Eu vou lembrar aqui o encaminhamento que a Maria Clara
7190 fez para a gente colocar aqui numa votação, que é uma recomendação. Maria Clara,
7191 se você puder me ajudar a lembrar exatamente todos os pontos que você colocou.

7192 Lembro que era o restabelecimento das visitas, a questão da alimentação. Se você
7193 quiser falar.

7194 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
7195 **Organizações Populares, GAJOP)** – Vou pedir para a Nanda também ajudar a
7196 complementar. Acho que ela está até com a plaquinha levantada. Então, ampliação
7197 dos alimentos que podem entrar, considerando a insuficiência da alimentação
7198 permitida. Reestabelecimento regular das visitas semanais. Ampliação também do
7199 rol de pessoas que podem entrar nas visitas, incluindo os filhos, as mães, sem
7200 nenhum limite para filhos, enfim. Reestabelecimento do fornecimento de água em
7201 período integral ou, pelo menos, ampliação desse limite, porque é absolutamente...
7202 Em relação às visitas mediante a teleconferência, que sejam realizadas sem a
7203 presença de agente prisional e sem o uso de algemas durante a visita. Essa
7204 recomendação vai ser específica para o Rio Grande do Norte.

7205 **Interlocutora não identificada** – Só falando do Rio Grande do Norte. Não, imagina.

7206 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
7207 **Organizações Populares, GAJOP)** – Só contextualizando. É uma recomendação
7208 com o desdobramento da missão para que sejam cumpridos os compromissos
7209 assumidos lá pelas autoridades. É uma forma de a gente cobrar esses
7210 compromissos que foram colocados lá. E o retorno da visita íntima e sem retirar a
7211 proibição do toque durante as visitas, porque as visitas são proibidas de tocar a
7212 pessoa privada de liberdade. Pode falar, Patrícia.

7213 **Sra. Patrícia** – Deixar claro que televisita não é visita, gente. Vamos começar a
7214 excluir isso. Sim. Sabe, assim, visita é você estar presencial na pessoa. Esse
7215 negócio de ficar vendo as coisas através do computador, isso não dá certo.

7216 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
7217 **Organizações Populares, GAJOP)** – Sim, sim. Mas é porque lá é permitida a visita,
7218 mas ela é realizada uma vez por mês. Mas os familiares que querem fazer televisita,
7219 que seja realizado sem essas restrições. Sim, deixar isso claro. É. Também tem
7220 várias restrições na televisita. Pelo que a gente conversou com as pessoas
7221 privadas, elas não são contra, não, as televisitas. Tem parentes que não conseguem

7222 ir até o local. É só retirar... É, exato. A forma como ela é feita. Exato. Aí, em relação
7223 à televisita, retirada das algemas e também tem uma restrição de quantidade de
7224 pessoas que podem aparecer no vídeo. Então, por exemplo, se está a mãe, ela não
7225 pode mostrar o filho. Enfim, é uma coisa bem absurda, mas precisa constar.

7226 **Interlocutora não identificada**– Vou complementar. Aproveitando até que a
7227 SENAPEN está aí. Muitas pessoas já tiveram o direito de...

7228 **6 - 39ª Reunião Ordinária do CNPCT-31 05 2:**

7229 **Interlocutora não identificada** – – Deferido para transferência do Rio Grande do
7230 Norte para outras unidades prisionais de outros estados e, até agora, a CEAP não
7231 ofereceu isso, inclusive familiares nos procuram bastante, entram em contato
7232 pedindo apoio nesse sentido que o estado ainda não tem escolta, não foi feita
7233 transferência dessas pessoas e considerando, inclusive, a superlotação do Alcaçuz.

7234 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que é isso, a gente não vai se estender,
7235 eu acho que a gente vai reiterar as recomendações do relatório, mas são as
7236 medidas mais emergenciais para a Secretaria de Administração Penitenciária.

7237 **Interlocutora não identificada** –O Mateus tinha falado do indulto.

7238 **Interlocutora não identificada** – Está bem, mas isso é... Mas não é para a
7239 Secretaria, né? É, não é para o Governo do Estado, né? Sim, mas aí a gente
7240 encaminha isso através de uma outra recomendação ao Governo do Estado, né?
7241 Está, então é um outro encaminhamento, é só para fechar esse. Está aprovado
7242 esse, da recomendação à Secretaria de Administração? O indulto, a gente está com
7243 a representante aqui do Ministério da Justiça, acho que a gente envia a proposta de
7244 indulto ao Ministério da Justiça para ele aprovar, não é isso?

7245 **Sra. Ana** – Gente, questão de ordem, na verdade, não. Vamos lá. O indulto, a
7246 formulação do indulto é a atribuição do Conselho Nacional de Política Criminal e
7247 Penitenciária. Por isso que eu pautei que vocês precisam que o Comitê, nós, o
7248 Comitê, eu estou acompanhando, mas era interessante que tivesse mais pessoas,
7249 o Rafael estava na última reunião também, nós estejamos lá. Existe uma comissão
7250 dentro do Conselho para essa formulação do indulto. E aí isso passa pelas

7251 estruturas do Ministério da Justiça, vai ter nota técnica da SENAPEN, vai ter nota
7252 técnica nossa e tal, mas a Casa Civil, mas quem formula, é a atribuição legal de
7253 formular, é do Conselho. E aí o Presidente edita o decreto, é diferente. Então vamos
7254 entender como, os caminhos que a gente precisa percorrer.

7255 **Interlocutor não identificado** – Ana, não é que eu discorde você, acho que talvez
7256 seja a maneira de explicar. Eu acho que, até coloquei na reunião, se alguém tiver
7257 interesse, eu coloco para dar uma exposição para acompanhar o outro Comitê, mas
7258 eu acho que a gente pode oficiar o Presidente da República e pela Constituição é
7259 quem vai fazer o indulto. Claro, o Presidente tem todo um arcabouço atrás, o
7260 Ministério da Justiça, o Comitê, às vezes tem audiência Pública e tal, mas eu acho
7261 que a grande força aqui do Comitê, independente de Silvio e Sofia assinarem, é a
7262 gente oficiar a presidência pela necessidade do indulto. Vamos lá, a gente sabe
7263 que... Oi? Então podemos oficiar os dois, se for... É que assim, o IBCCrim já
7264 encaminhou e também foi insuficiente. A gente sabe que eles não vão fazer, mas a
7265 gente tem que fazer a nossa parte.

7266 **Interlocutora não identificada** – A gente pode colocar para votação, então, o envio
7267 do ofício para o Presidente da República.

7268 **Interlocutor não identificado** – Sim, está na pauta, está na pauta, a gente nos
7269 colocou à disposição.

7270 **Interlocutora não identificada** – Então vamos lá, uma questão de ordem aqui. Isso
7271 foi uma questão que estava na pauta ontem e o Mateus se comprometeu a
7272 acompanhar. Então isso já vai acontecer, o Mateus já vai acompanhar, e a gente
7273 não sabia o que estava acontecendo, a Nana falou para a gente, a gente indicou o
7274 Mateus. Agora, voltando para os encaminhamentos aqui. A reunião do conselho é
7275 aberta. Sempre. Eles são supertranquilos com isso, não tem nenhuma dificuldade.

7276 **Interlocutora Não Identificada** – Então, dos encaminhamentos, a gente vai fazer
7277 essa recomendação, com esse ponto que a Maria Clara falou, para a Secretaria de
7278 Administração Penitenciária. E aí tem essa questão do indulto. A questão do indulto,
7279 se a gente mandaria uma recomendação para o Presidente, especificamente,
7280 embora talvez não tenha eficácia de fato, mas que seria um posicionamento político

7281 do Comitê. Então, em relação à primeira, a questão da recomendação em si, com
7282 os pontos para a Secretaria de Administração Penitenciária, alguém aqui tem
7283 alguma coisa, algum ponto que queira acrescentar? Alguém é contra essa
7284 recomendação? Não, né? Então, está bem. Agora, em relação... Está bem.
7285 Obrigada, Rafael. E agora, em relação a essa outra recomendação, que seria
7286 especificamente para o Presidente da República, a gente pode fazer o
7287 encaminhamento dessa recomendação também? O que vocês acham? Acho que
7288 não tem uma questão de oposição em relação a ela

7289 **Sra. Ana** – Só para complementar, já que vai uma recomendação, em que pese a
7290 gente já tem o não, lembrar que não é só o Rio Grande do Norte que se encontra
7291 em estado inconstitucional de coisas. Temos Ceará, Amazonas, e acho que
7292 fortalece mais um olhar, se realmente vocês enviarem esse ofício, também
7293 contemplando mais estados em situação de violação de direitos fundamentais
7294 gravíssimos.

7295 **Interlocutor Não Identificado** – Perfeito, Ana. O que acho que a mesa diretora se
7296 compromete com a coordenação a escrever o oficiozinho, memorando, não sei o
7297 nome, através da recomendação, destacar a situação do Rio Grande do Norte, um
7298 parágrafozinho ali, ontem teve também Bahia e Sergipe, a gente pode destacar e
7299 pedir um indulto de forma nacional. Eu que sou de São Paulo, que é a Califórnia
7300 brasileira, o estado que mais prende, eu também sinto falta, e vocês estiveram em
7301 São Paulo recentemente, eu não conheço a situação dos outros estados, através,
7302 obviamente, só do relatório de vocês. E também acho ali como a Ana colocou, a
7303 questão nacional, uma dezena de questões também.

7304 **Interlocutora Não Identificada** – Eu tenho uma outra recomendação. Em relação
7305 à decisão da corte, que fala sobre a contagem em dobro do tempo de pena, porque
7306 é isso, a gente precisa inserir, enquanto Comitê Nacional de Prevenção e Combate
7307 à Tortura, nesse debate de política criminal. Então a gente tem que começar, no
7308 período passado a gente tinha dificuldade de usar esse instrumento de
7309 recomendação, porque a ilustre ministra não assinava, mas agora a gente tem como
7310 fazer. Recomendar aos judiciários estaduais que apliquem a contagem em dobro,

7311 considerando o estado de coisas inconstitucionais do sistema prisional brasileiro a
7312 superlotação carcerária. A gente sabe que isso, por si só, não vai provocar uma
7313 aplicação, mas isso é um instrumento, inclusive, para subsidiar os pedidos da
7314 Defensoria Pública, dos advogados particulares. Então é importante.

7315 **Interlocutora Não Identificada** – Alguém é contra? Fazer um diálogo com o CNJ
7316 para sair alguma resolução, alguma normativa nesse sentido? Se mandar para
7317 todos os juízes do país, eles não cumprem. Sem falar que a quantidade de juízes é
7318 muito grande. Como é que vai mandar? Para os tribunais?

7319 **Interlocutora Não Identificada** – Para os tribunais, óbvio. Eu acho que para a
7320 Defensoria.

7321 **Interlocutora Não Identificada** – Isso a gente já faz. Eu já fiz pedido disso em
7322 relação até ao socioeducativo.

7323 **Interlocutora Não Identificada** – Mas eu acho que, em âmbito estratégico, eu acho
7324 que, assim, vai um pouco na linha do que você trouxe sobre a recomendação e os
7325 procedimentos. Em âmbito estratégico, é o que a gente quer. O que a gente quer?
7326 Só chamar a atenção ou a gente quer realmente fazer uma construção?

7327 **Interlocutora não identificada** – Como eu disse anteriormente...

7328 **Interlocutora Não Identificada** – Porque a decisão da comissão já existe. Isso a
7329 gente pede quanto defensor.

7330 **Interlocutora Não Identificada** – Sim.

7331 **Interlocutora Não Identificada** – Uma resolução do CNJ mais ainda. Por isso que
7332 eu falo. Ainda que queira fazer... E também não somos os juízes. Eu estou falando
7333 da efetividade. Eles vão continuar descumprindo. A minha pergunta é se,
7334 eventualmente, uma estratégia com o CNJ, ou talvez em outro canal, até com o
7335 CNPCP, ou em outra coisa, se seria também mais eficiente.

7336 **Interlocutora Não Identificada** – Uma coisa não exclui a outra. Eu estou propondo
7337 que o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura se insira de forma mais
7338 forte nesse debate de política criminal. É um dos instrumentos para a gente se
7339 inserir nesse debate, se fortalecer nesse debate e ocupar um espaço de

7340 protagonismo é começar a usar esses instrumentos de recomendações em relação
7341 à política criminal em específico. Principalmente no que se reflete no número de
7342 pessoas encarceradas. Essa é a minha proposta. Dentro dessa proposta, há uma
7343 recomendação em cima da decisão da corte que pode servir como subsídio para os
7344 pedidos tanto das defensorias públicas quanto dos advogados particulares. Ainda
7345 que exista já a decisão. Mas, se esse Comitê entende que não é relevante essa
7346 inserção ou que ela não é suficiente, que é melhor aguardarmos uma articulação
7347 com o CNJ que não sabemos o tempo que vai demorar e que reduz o nosso
7348 protagonismo, tudo bem.

7349 **Interlocutor Não Identificado** – Pessoal, se me permite aqui, Fernanda, Nana,
7350 demais pessoas. Eu acho que a ideia da Nana é boa. Entendo o que a Fê traz aqui
7351 na questão de não cumprir. Mas é igual o indulto que a gente fez agora. A gente
7352 sabe que não vai cumprir e vamos falar que há uma brega ideológica com a direita
7353 e não vamos cumprir. Mas, enfim, eu acho importante que a Nana traz do
7354 protagonismo, do Comitê e, no CNJ, eu não sei se é um GT, se é uma comissão
7355 interseccional, mas existe algum grupo de trabalho que faz o monitoramento do
7356 cumprimento dessas decisões das Cortes. Então, assim, aí eu não sei, Nana, se
7357 seria o caso de a gente oficial todos os TJs e TRFs do Brasil com a nossa
7358 recomendação ou se oficial o CNJ e pedir para eles enviarem, mas eu acho bom,
7359 sim, a gente fazer essa recomendação. Enfim, então, acho que seria mais ou menos
7360 isso. Não sei se a sugestão seria oficial todos os TJs e TRFs ou mesmo oficial o
7361 CNJ, mas eu acho que vale muito a pena essa recomendação que vocês sugerem.

7362 **Interlocutora Não Identificada** – Bom, então, como o encaminhamento ficou a
7363 recomendação da Maria Clara com os pontos específicos para a Secretaria de
7364 Administração Penitenciária, o indulto para o Presidente, o pedido de indulto e essa
7365 sugestão aqui da Nana do encaminhamento para os tribunais. Eu acho que a gente
7366 tem que pensar várias articulações aqui, inclusive uma conversa maior com o CNJ.
7367 A gente pode convidar o CNJ para estar aqui nas nossas reuniões e para pautas
7368 específicas que a gente queira tratar também. E não só essa, mas, por exemplo, a
7369 audiência de custódia também, a outra recomendação que a Ana e a Alex trouxeram

7370 em relação à saúde mental ontem. Então, eu acho que é isso. A gente pode fechar
7371 aqui o nosso ciclo neste período da manhã. E aí a gente são 12h54. A gente pode
7372 voltar às duas horas da tarde, em ponto, porque muitas pessoas vão embora hoje
7373 e as pessoas têm seus voos e vão sair mais cedo. Então, eu ia pedir para que, se
7374 possível, ninguém atrasasse. Obrigada, gente. E para todo mundo que está online,
7375 obrigada também. E a gente volta às duas da tarde.

7376 **7 - 39ª Reunião Ordinária do CNPCT-31 05 3:**

7377 **Interlocutora não identificada** – Que talvez não dê tempo, mas para dar mais
7378 tempo, tem alguns pontos que ficaram de ontem, que eu acho que a gente pode
7379 colocar esses como os primeiros pontos aqui, se todo mundo concordar, que era a
7380 questão que já está, uma delas é que já está passando por várias ROs aqui e não
7381 aconteceu, a gente não conseguiu olhar, que é a recomendação de instalação de
7382 câmera no uniforme dos policiais, que a gente precisava da nossa votação,
7383 aprovação. Outra questão era a nota da recomendação do CNJ, que a Ana tinha
7384 ficado de fazer um esboço para a gente já aprovar essa nota. E a outra coisa seria
7385 a resolução da comissão que vai elaborar o edital para o chamamento dos peritos
7386 e peritas. Então, talvez a gente pudesse tratar esses três pontos primeiros, se vocês
7387 concordarem. Tem esse ponto que a gente não tratou na parte da manhã, que foi o
7388 único ponto, que era das diárias e passagens. Esse ponto é bem breve e não sei
7389 muito bem qual é a relatividade, mas acho que a gente tem que deixar aqui na ata.
7390 E aí, depois, os pontos seriam as denúncias recebidas pelo CNPCT, o ofício do
7391 Sedeca do Ceará e uma outra denúncia, que eu não sei exatamente do que é, acho
7392 que imagino que seja a partir desse ofício, a criação do mecanismo estadual do
7393 Ceará, resolução conjunta sobre a prevenção e combate à tortura de crianças e
7394 adolescentes e a resolução conjunta sobre o procedimento de segurança no
7395 SINASE. E aí a Nana só lembrou uma coisa aqui, que a gente acabou não vendo
7396 isso, porque o mecanismo apresentou aquele vídeo agora, daquela violação dos
7397 policiais, e aí a gente teria que fazer um encaminhamento para essa denúncia
7398 específica. Então, talvez a gente possa começar com isso e daí a gente segue para
7399 a aprovação ou não aprovação, enfim, da resolução da instalação de câmera nos

7400 coletes. Aí, na sequência, a aprovação da resolução em relação à comissão para
7401 criar o edital e aí depois a da nota. E aí a gente vai seguindo aqui e aí, o que der
7402 tempo, a gente vai e aí, para a gente acabar a reunião às cinco, porque as pessoas
7403 vão pegar avião e tal, então a gente tem aqui umas três horas, um pouco menos de
7404 três horas para a reunião. A gente pode fazer assim, então? A gente pode colocar
7405 isso enquanto gestão. Por exemplo, para assessoria de comunicação, qualquer
7406 coisa assim. Então, na real, a gente teria que pensar no âmbito do Comitê, por
7407 exemplo. Assim, eu não sei, eu acho que já está tendo esse processo, pelo que a
7408 Nana falou, de contratação de pessoas aqui no Comitê, de requisição de pessoas,
7409 mas que é um pouco difícil, porque teriam que ser... Ah, mas a Nana sabe explicar
7410 melhor do que eu, não é?

7411 **Sra. Fernanda** – Estou aprendendo esse rolê aí. Na verdade, a gente abriu um
7412 edital para requisição. Eu acho válido uma, não sei se uma recomendação, mas um
7413 pedido de atenção, alguma coisa nesse sentido. Pelo seguinte, a gente abriu o edital
7414 e a gente teria o direito de requisitar seis pessoas para a diretoria inteira. Por que
7415 decidiram isso? Seis pessoas, que são a Coordenação Geral de Combate à Tortura,
7416 a Coordenação Geral de Combate ao Trabalho Escravo, a Coordenação Geral de
7417 Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, a Coordenação Geral de Proteção
7418 à Vítima e Testemunha e a Coordenação de Segurança Pública e a Diretoria. Ou
7419 seja, seria uma requisição para cada uma. A gente está fazendo de doida e vamos
7420 requisitar todo mundo que a gente achar que vale a pena e vamos ver o que
7421 acontece. Entendeu? Então, o ritmo é assim, estamos fazendo de louco e vamos
7422 requisitar. Então, assim, é uma chamada de atenção para a importância, porque,
7423 por exemplo, a Coordenação Executiva do Comitê é a Tamires e a Tamires tem
7424 como apoio a Débora, que é terceirizada. O ideal era que tivesse pelo menos mais
7425 uma pessoa, porque se pensar nessa questão, querendo fazer um Instagram para
7426 o Comitê, ter uma pessoa que pudesse colaborar nessa construção ajudaria muito,
7427 porque senão uma pessoa só não vai dar conta. E toda a emissão de diárias,
7428 passagens, toda a burocracia monumental do Ministério dos Direitos Humanos,
7429 quem faz é a Débora. Então, fica complicado. Da mesma forma, a Coordenação da
7430 SNPCT é só a Daniela, ela não tem nenhum servidor terceirizado e nenhum servidor

7431 requisitado. E eu tenho a Luana como servidora terceirizada e não tenho outro
7432 servidor requisitado. Então, o ideal era pelo menos três pessoas para cada uma
7433 dessas funções para garantir um funcionamento célere das coisas. A gente tem um
7434 problema também que a gente não tem onde pôr as pessoas. Então, se chegasse
7435 seis pessoas para trabalhar na minha coordenação, ia ficar alguém na minha
7436 cabeça. Não tem onde pôr, literalmente. Não tem computador, não tem mesa, não
7437 tem nada, não tem nem sala, inclusive. Então, tem todo esse problema de estrutura.
7438 Então, o Comitê, no sentido que a Jaque falou, que eu acho extremamente
7439 relevante, se posicionar em relação a essa falta de estrutura para o Ministério dos
7440 Direitos Humanos funcionar a contento, é importante. O mecanismo funciona de
7441 forma super precária. Precisava de um revisor de texto, precisava de alguém para
7442 fazer diagramação, precisava de alguém para o site. A gente não conseguiu ainda
7443 nem que eles liberassem o contrato de estagiário, que muita coisa a gente poderia
7444 trabalhar com mão de obra de estagiário, que é o processo de aprendizado, mas
7445 nem isso a gente pode fazer. Então, a situação é essa.

7446 **Interlocutora Não Identificada** – Sofia, vai falar sobre o RN? Sobre o vídeo?
7447 Porque eu acabei de receber uma notícia aqui.

7448 **Sra. Sofia** – Sobre esse ponto, acho que a gente tem que encaminhar um ofício
7449 para o Ministério e colocar ponto a ponto o que a gente precisa, o que está faltando,
7450 o que a gente precisa. Ou a gente encaminha para o Presidente? Pode ser. Vamos
7451 encaminhar. Quem está na Casa Civil? A Rui Costa, da Bahia? Vamos mandar para
7452 ele, vamos fazer uma sensibilização, vamos marcar reunião online, vamos
7453 mobilizar.

7454 **Interlocutora Não Identificada** – Para isso ser mais efetivo, a coordenação podia
7455 fazer esse trabalho de pensar exatamente o que falta. A gente colocou uma
7456 demanda, faltaria uma assessoria para fazer, por exemplo, a comunicação do
7457 Comitê, mas eu não sei, de fato, na operacionalização do trabalho, quais são esses
7458 cargos que são faltantes. Então, se a coordenação puder elencar esses cargos para
7459 a gente mandar com má precisão. Quantas pessoas precisariam para essas
7460 funções? Coisas que acho que a gente não tem essa capacidade técnica de

7461 compreender do dia a dia de vocês. Mas encaminhar isso para a Casa Civil pode
7462 ser um ofício. E agora essa questão do RN, você quer falar, Bárbara?

7463 **Sra. Bárbara** – Eu estava pensando, alguns encaminhamentos, acabou de chegar
7464 aqui um ofício da CEAP. Então, tinha pensado, o vídeo a gente precisa encaminhar,
7465 obviamente, para o Ministério Público Arquivador do Rio Grande do Norte, porque
7466 a gente pega todas as... Inclusive o mecanismo teve que pedir vários tipos de
7467 imagens de câmeras de violações para entregar na mãozinha deles para eles
7468 trabalharem. Então, o que a gente manda para o Ministério Público com cópia para
7469 a governadora, a CNJ, todo mundo, porque a gente precisa copiar essas pessoas.
7470 Acho que foi o que respaldou um pouco o nosso trabalho, foi que todas as
7471 autoridades estavam avisadas. E também encaminhar esse vídeo para a
7472 SENAPEN, respondendo a nota que diz que o mecanismo faz um trabalho
7473 mentiroso, e toda aquela história. Então, a gente encaminha para eles como
7474 resposta da nota e também para o MP. E aí eu quero dizer para vocês que chegou
7475 aqui agora da CEAP um ofício, a gente nem teve tempo de provocá-los, mas só
7476 para vocês saberem que esses vídeos foram veiculados, eu recebi, sem brincadeira,
7477 de pelo menos 30 pessoas diferentes em grupos. Então, eles realmente ficaram
7478 bem públicos. E aí eles falando aqui que o secretário de Administração Prisional,
7479 através da CEAP e blá-blá-blá, a partir dessas supostas imagens do Rogério
7480 Coutinho, possivelmente em fevereiro, tem a data lá nitidamente, não tenho dúvidas
7481 disso. Sendo assim, foi determinada a Corregedoria Geral do Sistema Penitenciário
7482 a abertura de procedimento para apuração das supostas violações ocorridas, bem
7483 como referente à hipótese de vazamento das imagens do circuito interno desta
7484 secretaria. Então, eles já se antecederam, porque a gente está bem em cima do Rio
7485 Grande do Norte, com todo esse apoio do Comitê e outras instituições, mas eu não
7486 quero saber de Corregedoria da CEAP, quero saber do Ministério Público e de
7487 outros órgãos independentes para fazer essa verificação. Mas só para vocês
7488 saberem que já chegou, e eu acho incrível que, mesmo a gente vendo aquele nível
7489 de imagem, a gente ainda está tratando em tese de supostas surreal.

7490 **Interlocutora Não Identificada** – Eles são atores e estavam fazendo um teatro, na
7491 verdade, mas a gente podia fazer um ofício conjunto, então, Comitê e mecanismo
7492 para encaminhar para as três autoridades que você mencionou.

7493 **Interlocutora Não Identificada** – Perfeito. Acho que a gente puxa. O que você acha
7494 também?

7495 **Interlocutora Não Identificada** – Posso só complementar? Quando a gente estava
7496 lá, tinha representantes do CNPCP também fazendo uma fiscalização e eles se
7497 colocaram bastante à disposição no sentido de instaurar procedimentos de
7498 representação contra promotores de justiça que estão fazendo arquivamentos das
7499 denúncias. Então, acho que vale também comunicar ao CNPCP nesse sentido,
7500 enviar exatamente essa resposta, eu acho, da SAP e copiá-los na comunicação
7501 para o Ministério Público. CNPCP, isso. Desculpa, desculpa. Não, gente, desculpa,
7502 desculpa. CNMP. Estão muitas siglas aí. CNMP.

7503 **Interlocutora Não Identificada** – Mas, olha só, mesmo que mande para o Conselho
7504 Nacional do Ministério Público, ele vai acionar a Corregedoria Local. Então, acho
7505 que vale a pena mandar também para a Corregedoria Local, entendeu? Por
7506 exemplo, eu sei porque eu fiz uma denúncia de um promotor e aí, quando eu fiz, eu
7507 fiz já as duas. Quando chegou, já estava lá.

7508 **Interlocutor Não Identificado** – Bárbara e demais peritos e peritos. Só para
7509 entender, o MP tinha arquivado alguma denúncia que vocês fizeram, é isso?

7510 **Interlocutora Não Identificada** – O MP arquivava todo tipo de denúncia em relação
7511 à tortura, historicamente.

7512 **Interlocutor Não Identificado** – Mas foi arquivado o inquérito policial, o inquérito
7513 civil, vocês sabem dizer?

7514 **Interlocutora Não Identificada** – A gente teve notícia lá que as denúncias
7515 encaminhadas pelo Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura estavam
7516 sendo arquivadas. Então, foi solicitado informações sobre que investigações são
7517 essas. O Comitê Estadual ficou de fazer esses repasses. Então, eles se colocaram

7518 à disposição para verificar, apurar a omissão. A gente ainda não tem a comprovação
7519 dessa omissão, mas é necessário que se faça essa investigação.

7520 **Interlocutor Não Identificado** – Entendi, porque a dúvida era o seguinte, se houve
7521 um inquérito policial que foi arquivado, uma prova nova podia desarquivá-lo. Mas,
7522 na verdade, a gente não sabe o que, de fato, foi arquivado.

7523 **Interlocutora Não Identificada** – O Comitê sabe, eles têm essas informações.

7524 **Interlocutora Não Identificada** – Só para complementar, alguns casos, eles abrem
7525 apenas notícia de fato e depois eles arquivam. Até porque o próprio Comitê
7526 denunciou isso porque o Ministério Público oficia a direção da unidade pedindo
7527 informações sobre a suposta tortura nas unidades prisionais de Alcaçuz. E aí, só
7528 com base na resposta da direção, eles arquivam.

7529 **Interlocutor Não Identificado** – Eu entendi, porque como é que nasce... Eu até
7530 conversava com a Fernanda de manhã aqui sobre eu não acreditar no direito penal,
7531 que, às vezes, ela tem uma emissão de improbidade e outra coisa. Mas, enfim,
7532 deixando isso de lado, quem instaura o inquérito policial é o delegado, que pode ser
7533 a pedido do MP. Então, se a gente não sabe exatamente o que foi instaurado, talvez
7534 fosse o caso de, antes de oficialar a corregedoria do CNMP, a gente oficialar o MP
7535 estadual. E o MP estadual responder a gente.

7536 **Interlocutora Não Identificada** – É um dos que eu falei, de imediato ativar o MP,
7537 pedir investigação sobre essa situação. Mas acho que não prejudica fazer
7538 paralelamente o envio do pedido para o CNMP.

7539 **Interlocutor Não Identificado** – Beleza, beleza.

7540 **Interlocutora Não Identificada** – O que eu anotei aqui? Só para vocês me
7541 ajudarem aí, relatoria. Encaminhamento, então. Enviar ofício com essa situação dos
7542 vídeos e com pedido de investigação para o Ministério Público Estadual com cópia
7543 para o CNMP, para o NPCP, para o SENAPEN também, governador. Enfim, a gente
7544 faz uma lista de cópias de autoridades porque isso foi o que deixou o mecanismo
7545 mais forte. Tudo que a gente enviou de ofício, a gente fez cópia para todas as
7546 autoridades para que eles depois não alegassem desconhecimento de tudo que a

7547 gente estava alertando sobre questões de violações e violências. Acho que foi esse
7548 encaminhamento para essas autoridades. Nana, que acho que está aí na relatoria,
7549 é isso, não é? Tamires. PP, SENAPEN, Ministério Público Estadual. E aí com cópia
7550 para a CNJ, para a governadora. A gente tem feito cópia para todas as autoridades,
7551 inclusive nacionais, para ficarem atentas ao caso do RN.

7552 **Interlocutora Não Identificada** – Para acrescentar uma coisa, a própria pastoral
7553 carcerária do Rio Grande do Norte já encaminhou várias denúncias, várias. Foi feito
7554 um relatório de, sei lá, 40 páginas lá e o Ministério Público disse que não tinha caso
7555 de tortura nenhum. Então, assim, nem abriu. Tem o fato de não abrir também,
7556 entendeu? Então, o promotor, em tese, corre lá em probidade administrativa. Então,
7557 acho que tem que dar aquela provocada porque o Ministério Público só se move
7558 quando é provocado. Prevaricação, não é?

7559 **Interlocutora Não Identificada** – Bom, acho que a gente já fez o encaminhamento
7560 aqui. Podemos, então, passar para a próxima. Acho que a gente podia projetar...
7561 Quer dizer, todo mundo tem um papel, mas a gente pode projetar também para ficar
7562 mais fácil. Mas o de ontem, que tem a recomendação da instalação das câmeras
7563 nos coletes. E aí talvez a gente pudesse, enfim, ler essa recomendação aqui e
7564 entender se tem algum ponto que a gente pode mudar alguma redação, alterar,
7565 enfim, suprimir. E aí a gente pode colocar aqui para votação.

7566 **Interlocutora Não Identificada** – A gente pode registrar, mas aí o quórum para
7567 votação já foi de manhã. Mas a gente pode registrar quem está. Quem que está
7568 online? O SENAPEN está aqui. E online tem alguém? É, mas eu não sei se online
7569 tem alguém. Porque tinham pessoas que estavam online e... Mas acho que não,
7570 né? As pessoas não estão respondendo nada, né? Ou elas estão online, mas não
7571 estão lá, né? A Ana Lúcia também estava de manhã, mas ela não está.

7572 **Sr. Augusto** – Alô, alô?

7573 **Interlocutora Não Identificada** – Alguém está... Quem que está falando?

7574 **Sr. Augusto** – Olá, é o Augusto, da Rede de Proteção e Resistência contra o
7575 Genocídio. Parece que há algum problema no chat. O que a gente escreve não
7576 aparece, a mão não levanta.

7577 **Interlocutora Não Identificada** – Está bem, obrigada. Não, mas ele está falando
7578 em relação aos outros. Mas tem alguém que está aí com o negócio ligado?

7579 **Interlocutora Não Identificada** – Eu estou aqui. Eu não sei se vocês estão me
7580 vendo ou me ouvindo, mas eu estou aqui.

7581 **Interlocutora Não Identificada** – Oi, boa tarde. Oi, boa tarde.

7582 **Interlocutor Não Identificado** – Dúvida se tem alguém do governo. Algum membro
7583 do governo. Boa tarde. Existe algum membro do governo? Alô?

7584 **Interlocutora Não Identificada** – Acho que não. A Domitila está aqui? Não. Então,
7585 não temos nenhum membro do governo online, que faz parte do Comitê. Está bem.
7586 Obrigada. Então, a gente pode projetar a recomendação?

7587 **Interlocutor Não Identificado** – A minha dúvida é se essa... Câmeras do grupo de
7588 intervenção rápida. Eu tenho uma...

7589 **Interlocutora Não Identificada** – Eu vou fazer, então, um pedido, que foi a mesma
7590 coisa que a gente fez na última reunião do ano, que não compareceram nenhum
7591 dos membros do governo. Além de fazer um pedido de registro específico na ata
7592 sobre tanta quantidade de manhã como agora na parte da tarde, pedir para que seja
7593 encaminhado um e-mail a cada um dos membros que recebeu o convite, com a
7594 justificativa do porquê não compareceu na reunião para os fins regimentais do que
7595 está exigido lá na nossa resolução. Obrigada.

7596 **Interlocutora Não Identificada** – Outra coisa, Nana, sabe que a gente podia
7597 também acompanhar, sim, você que está mais próximo do Ministro, ele disse que
7598 ele faria essa conversa com os ministérios para entender por que os representantes
7599 não estão vindo e a gente podia ter um retorno depois, não sei como que ele vai
7600 fazer essa conversa, meio formal, enfim, não sei o que é exatamente, mas para a
7601 gente ter um retorno também disso. Então, eu não sei, vocês acham que a gente
7602 faz uma leitura aqui em voz alta ou alguém já tem algum ponto? Eu vi que o Caio

7603 levantou a plaquinha dele ali, mas aí eu não sei como vocês preferem fazer essa
7604 organização, a gente lê aqui ou a gente... Não, mas tem impresso. A de ontem,
7605 gente, naqueles papéis que foram entregues ontem para a gente, a gente tem a
7606 recomendação impressa. Pode falar, Augusto. Augusto, se quiser falar. Você que
7607 redigiu a redação aqui. Redigiu a redação não, redigiu a resolução.

7608 **Sr. Augusto** – Então, valorizando o nosso tempo, eu peço licença, agradeço a sua
7609 chance de participação e tenho acompanhado desde o início do dia os trabalhos.
7610 Essa resolução me parece bastante simples, ela está na nossa... Essa
7611 recomendação está na nossa linha de trabalho, já há quase um ano, quando ela foi
7612 apresentada. Ela foi trazida pela rede, em boa parte do seu texto, mas contou com
7613 algumas participações. A Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio, a
7614 entidade antirracista que já trazemos ao Comitê, e baseia-se nessa ação civil
7615 pública, que iniciou em 2018, o número está no parágrafo inicial, e a ação continua
7616 tramitando. Como faz cerca de um ano que trouxemos o texto, acho que vale a pena
7617 apenas atualizar alguma coisa. O primeiro ponto que surgiu na ACP foi um
7618 questionamento do Ministério Público quanto ao item 6, que fala do uso da
7619 convocação, não sei nem que verbo usar quando trazem os animais para esse
7620 contexto, mas fala da presença de cães farejadores nos estabelecimentos de
7621 privação de liberdade e como havia na redação original uma possibilidade que eles
7622 fossem usados para a imobilização das pessoas. Isso foi questionado pelo
7623 Ministério Público na ACP, aqui em São Paulo, e antes disso foi questionado pelos
7624 peritos do mecanismo, quando a gente conversava antes de apresentar essa
7625 recomendação. E já retiramos, portanto, da redação. Essa redação que vocês veem
7626 já não traz essa parte da imobilização e traz apenas um pequeno erro de ortografia,
7627 onde se lê em significantes, o S deve ser trocado por um D, ficando em
7628 indignificantes. E, por fim, me parece que hoje demos um passo no sentido de
7629 fortalecer a legitimidade, a imagem, a presença do Comitê realizando
7630 recomendações diretas. Então, no parágrafo inicial, depois do número da
7631 recomendação e da sementa que diz sobre o que é, há ali um endereçamento. Essa
7632 recomendação é pensada especialmente ao CNJ, porque no ano passado
7633 avaliamos que aí haveria maior chance de ecogênica, e acredito que isso, de

7634 alguma maneira, permanece. Mas hoje, havendo a afirmação de que é importante,
7635 nós também, enquanto Comitê, fazemos recomendações diretas, acredito que isso
7636 também muda um pouquinho a natureza da recomendação, porém não, talvez, o
7637 texto, pois nesse parágrafo inicial já está as autoridades competentes em todo o
7638 território nacional. Então, talvez seja uma modificação mais de encaminhamento
7639 depois que a recomendação estiver pronta. Portanto, assim concludo, já tendo havido
7640 bastante tempo para apreciação e sabendo da extensão da pauta de hoje. Gratidão.

7641 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada, Augusto. Acho que a gente pode...
7642 Não, acho que é para manter. É para manter, é para manter. Enfim, se vocês
7643 quiserem, eu vou passar primeiro para o Caio, depois para a Patrícia, mas também
7644 tenho uma observação aqui.

7645 **Sr. Caio** – Os apontamentos que eu faria, alguns são de conteúdo mais geral.
7646 Então, acho que uma recomendação nossa é importante incluir considerandos,
7647 inclusive o próprio texto dessa ação. Eu estava lendo aqui a ementa da decisão e
7648 realmente me soltou aos olhos essa questão de mobilização de cães, mas que
7649 agora o colega já elucidou a questão. Então, eu incluiria outros considerandos para
7650 a questão de estilo mesmo, mas tem dois pontos que eu trago para a gente refletir
7651 um pouco. Para mim, o ponto 7 é especialmente confuso e problemático porque ele
7652 fala estabelecer processo seletivo específico, o que eu acho ok, para recrutamento
7653 dos agentes dos referidos grupos, apurando-se dentro dos agentes penitenciários,
7654 que eu incluiria ou policiais penais, porque isso em cada estado muda, aqueles que
7655 detenham um perfil psicológico mais adequado. Eu não sei definir o que é um perfil
7656 psicológico adequado para um agente penal. E aí segue, para situações de estresse
7657 e tensão inerentes às funções daquela força. Todas essas forças têm essas
7658 situações de estresse. Para que saibam evitar reações violentas e criminosas contra
7659 as pessoas que lhes incumbe proteger. Todos os agentes da Lei devem evitar
7660 reações violentas e criminosas. Então, eu acho que a gente pode, de alguma forma,
7661 melhorar o texto, porque parece permissivo de que o giro não deve violentar as
7662 pessoas, os outros talvez. Exato. E aí, para mim, as duas questões são essas, do
7663 perfil psicológico. Exato, o pessoal da psicologia às vezes se revira com a ideia do

7664 perfil psicológico. Então, eu acho que aqui a gente poderia qualificar um pouco o
7665 texto, especialmente contando com a ajuda do pessoal da área. O outro ponto, para
7666 mim, é o ponto 6. Eu não me sinto confortável em recomendar qualquer uso de
7667 cães, qualquer tipo de cães. Eu acho, inclusive, se for para fazer alguma
7668 recomendação, é de que unidades prisionais não tenham qualquer tipo de cães.
7669 Assim, eu não sou completamente contrário ao uso de animais em questões de
7670 investigação, mas as forças que utilizam animais, por exemplo, Polícia Federal,
7671 Polícia Aduaneira, são destacamentos, são setores específicos de cães. Tem
7672 treinadores de cães, tem local para condicionar os animais. Os animais só servem
7673 para aquilo, eles só farejam. Eles não são animais que vivem em condições
7674 estranhas dentro de uma unidade prisional. Os animais são bestializados, eles são
7675 muitas vezes criados para atacar. Então, eu acho que não dá para a gente
7676 recomendar que tenha qualquer tipo de animal. Mas eu entendo que, na realidade
7677 dos fatos, talvez se usem animais farejadores, mas não me sinto confortável em
7678 recomendar que algum animal esteja lá. Aí estão esses dois pontos, os seis e os
7679 sete, e também acho que, normalmente, a gente inclui mais considerandos. Acho
7680 que deve, aquele preâmbulo que tem ali antes do título, deve vir para baixo, como
7681 um considerando citando essa decisão judicial.

7682 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada, Caio. Eu, particularmente, estou de
7683 acordo com o que você falou aqui. E, rapidinho, antes de passar para a Patrícia, o
7684 que eu acho que deveria ter aqui nessa recomendação também é que a resolução,
7685 não sei como eles chamam, mas para o funcionamento desses grupamentos ela
7686 fosse publicizada e enviada. Então, a forma de como eles vão agir, porque ontem a
7687 gente viu que, não sei se era no Dabaí, não lembro qual deles, que vocês pediram
7688 o regimento interno deles e eles não tinham regimento interno, mas para que tenha
7689 um regimento interno de modo de funcionamento e operação que seja publicizado.

7690 **Sra. Patrícia** – Minha fala vai nesse sentido. Acho que a gente precisa colocar
7691 também algumas informações. O que me chamou a atenção é que usar cachorro é
7692 prática e tortura. Quem entra numa unidade prisional e que tem um canil do lado
7693 sabe como é que é. Eu já entrei numa unidade no Rio de Janeiro que tem um canil

7694 e o cachorro, um Rottweiler, ele me olhava querendo pular em cima de mim. Eu não
7695 consegui me mexer porque a minha sensação é que, se eu me mexesse, ele pulava
7696 aquele alambrado. E o diretor chegou e falou porque os presos estão acostumados.
7697 E aí, do lado que é onde ele ficava, no isolamento. A gente, enquanto Comitê
7698 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, colocar uma recomendação nisso vai
7699 contra o Comitê. Não sei em que momento isso foi feito, mas vamos saber onde a
7700 gente está. Banir isso aqui. Nem cachorro, nem gato, nem rato, nada disso. Sabe?
7701 Então, acho que a gente tem que ter muito cuidado. A gente está falando do espaço
7702 de privação de liberdade. Então, a gente tem que ter cuidado com isso. Uma outra
7703 coisa que está focada muito no GIR, mas tem outros grupos de intervenção tática.
7704 Por exemplo, no Rio de Janeiro tem o SOI, tem o GSE, tem a RECAP, que é o
7705 grupamento de recaptura. Desde que criou a Polícia Penal, tem o grupamento de
7706 recaptura. Todos os estados estão criando. A RECAP do Rio de Janeiro é o modelo.
7707 Então, acho que é importante ter, principalmente, o regimento interno. Porque é
7708 isso, os grupos, muitas vezes, são grupos que são treinados. Vou dar um exemplo.
7709 O BOPE do Rio de Janeiro treinou o SOI, treinou o GIT, e vai treinando o Brasil
7710 todo. O Rio de Janeiro é exemplo, às vezes, para muita coisa que não é boa. Então,
7711 acho que a gente precisa ter o regimento interno todo certinho, porque, às vezes,
7712 nem com o regimento interno é aplicado. Por exemplo, o socioeducativo tem o GAR,
7713 que é um grupo de intervenção também, criado por uma pessoa que implementou
7714 o GIT no Rio de Janeiro, que foi o Badaró. E ele foi para o sistema socioeducativo
7715 e fez esse grupo lá. Então, acho que a gente precisa... E acho que colocar também
7716 aqui não só a Defensoria Pública, o Ministério Público, mas, por exemplo, dar
7717 ciência a outros comitês do Brasil, informar que o Comitê Nacional está criando essa
7718 recomendação e encaminhar também para os outros comitês. Porque é importante
7719 forçar o sistema de prevenção e combate à tortura do Brasil.

7720 **Sra. Vilma** – Eu posso? Não sei se posso. Não sei.

7721 **Interlocutora Não Identificada** – Pode, pode, pode. Eu não sei se posso.

7722 **Sra. Vilma** – Estava aberto. Posso falar sim?

7723 **Interlocutora Não Identificada** – Pode, Vilma. Pode falar assim.

7724 **Sra. Vilma** – Desculpe, eu falei alto. Então, eu acho muito importante essa história
7725 dos canis. A gente já encontra dentro das unidades prisionais aqui em Pernambuco.
7726 Algumas unidades têm canis. Entendeu? E cada cão pior que outro quando olha
7727 para a gente assim. E é como se fosse uma medalha aquilo ali. Então, eu concordo
7728 plenamente que a gente já conseguiu tirar do complexo do curado. Porque no início
7729 a gente tinha cães dentro do complexo do curado. Mas, com a decisão, como somos
7730 petionários das medidas provisórias da Corte, a gente conseguiu tirar. Não tem
7731 mais. Mas nas outras unidades tem. Eu acho isso muito importante. Todos os
7732 assuntos. Um dos principais assuntos.

7733 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada, Vilma. Eu vou falar a ordem aqui das
7734 pessoas que estão inscritas. A Maria Clara, a Camila, a Carol, a Mauricléia e o
7735 Mateus. E só um ponto aqui. No número 10 aqui, eu não sei se é caso de expandir
7736 esses atores que deveriam ser comunicados em 24 horas. Não sei se incluir, por
7737 exemplo, o mecanismo também que fosse comunicado. Mas vou passar para a
7738 Maria Clara.

7739 **Sra. Maria Clara** – Acho que agora melhorou. Eu ia falar sobre a alteração. Primeiro
7740 é que a ementa que fala especificamente sobre o uso de câmeras e acaba que na
7741 resolução dispõe sobre outros tipos de regulamentação sobre esse grupo. E aí
7742 queria colocar aqui em questionamento se realmente vai ser uma resolução só
7743 sobre o uso de câmeras ou vai ampliar para a regulamentação dos grupos táticos.
7744 Inclusive de alterar o nome aqui do grupo de intervenção rápido, uma vez que não
7745 é só esse o nome como foi falado. Em cada estado tem diversos tipos de grupos. E
7746 aí realmente para trazer esse questionamento se vai ampliar ou se vai tratar só do
7747 uso de câmeras, porque talvez tenha outras coisas a acrescentar se for ampliar
7748 sobre uma resolução que é sobre procedimentos, sobre a entrada desses grupos
7749 de intervenção táticas, enfim. Eu tenho um questionamento sobre essa utilização
7750 da máscara transparente ou translúcida, se é o caso também de tirar. Eu não sei se
7751 tem algum tipo de previsão da necessidade de uma máscara e nem sei como que
7752 seria uma máscara translúcida também. Eu não sei se é por conta do gás, mas acho
7753 que também não é o caso de a gente recomendar o uso de máscara, talvez o

7754 contrário, justamente o contrário, proibição de qualquer tipo de impedimento de
7755 visualização, identificação do policial. Sobre a gravação, eu sei que existe um
7756 debate sobre a questão do armazenamento, proteção de dados. Eu não sei se seria
7757 interessante acrescentar algum tipo de ressalva de onde vai ser o armazenamento
7758 desses vídeos, por quanto tempo, porque tem sempre aquela questão, a grava, mas
7759 com 24 horas já não tem mais. Então, de ter também essa salvaguarda de por
7760 quanto tempo que tem essas durações e aí ter esse equipamento que garanta uma
7761 grande quantidade de tempo para não ser uma coisa que se expire rápido. Também,
7762 sobre essa questão da proteção, fico nessa dúvida. Vai ser para a Secretaria de
7763 Administração Penitenciária, Vara de Execução Penal? Como? Como que vai enviar
7764 todo tipo de vídeo às varas? Então, não sei se seria um local mais adequado para
7765 enviar todos os vídeos ou se seria uma comunicação. Concordo com a Sofia de
7766 acrescentar outros órgãos, além disso, um pouco mais especializados. Concordo
7767 que tem que ser o Ministério Público, mas talvez alguma outra instituição de garantia
7768 de direitos humanos, não sei, Secretaria de Direitos Humanos, ou enfim, algum
7769 destacado para isso. Aí, concordo com a total retirada sobre o uso de câes.
7770 Concordo sobre essa questão do processo seletivo que o Caio falou. Sobre a
7771 comunicação das incursões, acredito necessário ter, além da comunicação prévia,
7772 que eu acho interessante, a comunicação posterior também, no sentido do antes e
7773 depois. Então, incluir a posterior, qual foi o resultado, se pessoas foram
7774 apreendidas, quem foi, enfim, ter esse controle também após. E aí, sobre as
7775 revistas, obstáculos agentes, a realização de revista pessoal e demais familiares.
7776 Ontem a gente teve nos relatórios apresentado a questão da revista íntima que era
7777 praticada. Então, acho que seria o caso mesmo da proibição da realização de
7778 revistas íntimas por essas forças. Uma coisa que a gente verifica muito em
7779 Pernambuco é a destruição de pertences pessoais também nesses tipos de
7780 operações. Então, acrescentaria algo nesse sentido dos pertences. Não podem ser
7781 destruídos nesse tipo de operação. Enfim, obstar também a questão, além da
7782 proibição da revista íntima, a questão dos agentes masculinos com mulheres. E aí,
7783 sobre o envio ao Conselho Nacional de Justiça, também não sei se é uma resolução
7784 para o Conselho Nacional de Justiça. Acho que é uma resolução geral mesmo e a

7785 gente pode encaminhar para todas as autoridades competentes, mas acho até que
7786 não só eles que seriam os únicos responsáveis, pelo contrário. Acho que é uma
7787 questão também para Secretarias de Segurança Pública, Ministério da Justiça,
7788 Reverberar, Secretarias de Administração Penitenciária. Lembrando que existem
7789 esses tipos de grupos no processo educativo também. Então, acho que é realmente
7790 uma coisa mais geral. Além disso, acredito que tenham mais coisas, reiterando,
7791 para a gente falar sobre os grupos de intervenção tática. Também não acho que é
7792 o caso de a gente dispensar esse esforço. A gente está, desde o ano passado,
7793 querendo pautar essa questão. Então, talvez, agora, falar sobre a questão do uso
7794 das câmeras e aprofundar, se for o caso, de acrescentar outras questões
7795 relacionadas aos grupos de intervenção tática, aprimorar essa recomendação sobre
7796 esses grupos. Não sei se atrasaria mais, mas acho que é realmente uma das
7797 principais questões que a gente tem visto nesse Comitê, são as práticas de tortura
7798 por esses grupos. E aí, talvez, é o caso de uma resolução bem robusta e bem
7799 fundamentada.

7800 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada, Maria Clara. Acho que a gente devia
7801 pensar nisso, porque aqui, por mais que a resolução, primeiro, fale de câmeras, ela
7802 está falando de outras questões também. Essa questão da revista é outra questão.
7803 E também da contratação, que o Caio apontou, a redação, etc. Então, talvez, a
7804 gente possa pensar nisso, que é uma resolução, na verdade, que diz sobre a forma
7805 como se regulamentam esses grupamentos de força militar e tática. Então,
7806 pensando nessa perspectiva também, acho que os nossos encaminhamentos aqui
7807 podem ser na construção de uma redação. Enfim, acho que é isso. Talvez, se não
7808 der tempo de a gente construir essa redação dessa maneira agora também, a gente
7809 leva para a próxima RO para, de fato, ter uma recomendação que seja bem... Eu
7810 acho que tem que ser mais amplo, mas você acha que não tem que ser amplo?
7811 Então, fala você, Mateus. É só uma questão para delimitar. Porque, se ele é
7812 contrário a ser amplo, e todo mundo aqui estava dizendo que pode ser amplo, acho
7813 que a gente poderia entender só para delimitar. Mas, se vocês quiserem seguir a
7814 ordem das pessoas... Então está bem, segue a ordem. É a Camila. Camila e Carol.

7815 **Interlocutor Não Identificado** – Não, só pela ordem. Porque, se a gente quer fazer
7816 o ato da recomendação, a gente pressupõe que seja um ato mais robusto,
7817 aprofundando o tema. O que a gente pode fazer é uma nota. Se a gente quiser falar
7818 só sobre câmara. Então, o comitê pede uma nota Pública dizendo que é favorável
7819 ao uso de câmeras nesses grupos, nessas situações, de acordo com tal precedente
7820 judicial. E, ao mesmo tempo, a minha sugestão seria indicar um relator e um revisor
7821 para revisar esse texto e, na próxima, traz um texto de recomendação mais amplo.
7822 Sabe?

7823 **Interlocutora Não Identificada** – Camila e Carol. Na sequência.

7824 **Sra. Camila** – Então, agora estou um pouco na dúvida porque, assim, algumas falas
7825 fazem sentido se for realmente uma recomendação mais ampla porque, se não for,
7826 eu não vou nem falar. Porque, se vai ser só câmara, então é só câmara. Então, é
7827 importante delimitar porque, senão, o debate fica um pouco... A gente não sabe
7828 muito bem o objeto. Então, está bem. Eu também concordo bastante com tudo que
7829 já foi falado. Substituir o 2 pela vedação do uso de balaclava, qualquer coisa que
7830 não posso identificar. Retiraria dos cães também. Perfil psicológico também
7831 concordo. Eu substituiria esse do perfil psicológico pela elaboração de um protocolo
7832 de entrada. E aí até tem uma recomendação aqui do relatório de Minas que já está
7833 bem prontinha e que é que elabore um protocolo de entrada das forças especiais
7834 detalhando os critérios objetivos para que sejam convocados pela direção, os
7835 procedimentos que poderão ser adotados dentro da unidade em relação à revista
7836 das pessoas e dos espaços físicos, assim como ao deslocamento e à contenção
7837 das pessoas, os tipos de armamentos que podem ser usados durante a operação,
7838 a vedação expressa de desnudamento, vedação expressa de uso de cães e a forma
7839 minuciosa de registro das ações, constando a identificação de todos os profissionais
7840 envolvidos, armamentos utilizados e suas respectivas responsabilidades durante a
7841 ação. Então, talvez o protocolo de entrada seja mais importante do que a questão
7842 de perfil psicológico. E é um protocolo que não existe e o registro das ações, que
7843 também geralmente é extremamente falha, não existe também. Essa questão de
7844 onde a gravação fica, em geral, e aí eu acho que até a Paula do SENAPEN que

7845 está aqui, certamente vocês têm uma compreensão melhor que a gente sobre isso,
7846 porque eu sei que o MJ está no esforço de implementação de câmeras, porque
7847 geralmente você faz com empresas e essas imagens ficam armazenadas, se não
7848 me engano, na própria empresa que é das câmeras contratadas. Porque a VEP não
7849 vai ficar assistindo imagem de toda incursão do GIR, isso não é algo factível, nem
7850 o MP, nem o CEAP. Então, assim, eu acho que é uma questão de entender que tem
7851 um local de armazenamento, tem uma filtragem dessas imagens que vai ser feita e,
7852 a partir dessa filtragem ou de eventos específicos, aí sim essas câmeras chegam,
7853 essas imagens vão chegar nos órgãos, mas os órgãos em si não têm capacidade
7854 nem estrutura e nem saber técnico para ficar assistindo horas e horas de filmagens,
7855 assim, isso não vai acontecer. Então, é mais uma questão de cadeia de custódia,
7856 de ter uma cadeia de custódia que seja independente, de ter uma equipe
7857 especializada em fazer a filtragem dessas imagens e aí acho que a Paula pode nos
7858 ajudar a pensar numa redação que faça algum sentido e que tenha efetividade, já
7859 que vocês estão nesse esforço.

7860 **Interlocutora Não Identificada** – Carol, rapidinho, uma questão aqui, só, rápida. A
7861 gente está fazendo uma recomendação aqui do Comitê, mas não sei se seria
7862 interessante, por exemplo, fazer uma recomendação conjunta, Comitê e
7863 mecanismo, já que vocês estão aqui também dando opiniões, etc., talvez a gente
7864 pudesse fazer em conjunto, não sei o que vocês concordam, o que o Comitê acha,
7865 mas...

7866 **Interlocutora Não Identificada** – Eu queria propor uma sugestão de recomendação
7867 ou então que seja agregado que, quando forem criadas essas tropas táticas, que a
7868 criação seja precedida pela adição de instrumento normativo de modo a balizar a
7869 atuação executiva dessas tropas com publicação anterior. Por exemplo, como a
7870 gente comentou ontem na Bahia, a GEOP, que é o grupo tático dos agentes
7871 penitenciários, não tem nenhum documento administrativo, pelo menos publicado,
7872 que determine as balizas de atuação e as hipóteses de atuação dessa tropa. Então,
7873 a recomendação seria nesse sentido, que antes da tropa entrar em ação ou dela
7874 existir, que seja publicado o instrumento normativo administrativo referente.

7875 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada. Mauricleia.

7876 **Sra. Mauricleia Soares Dos Santos (Titular – Conselho Federal De Serviço**
7877 **Social – CFSS)** – Olha, eu tenho bastante acordo com o que foram colocados aí,
7878 mudanças dessa apresentação que foi colocada para a gente como uma
7879 recomendação para uso, pelo menos era o que estava na pauta. Eu acho que a
7880 mesa, surgiram outras propostas e a mesa tentou, inclusive, encaminhar. Eu falei,
7881 não, tem que escutar todo mundo que a gente não sabe onde as pessoas vão
7882 intervir, o que é que elas vão falar. Mas, na verdade, eu tenho um entendimento,
7883 talvez um pouco diferente do que o Mateus já expressou ali, de que, assim, se é
7884 uma recomendação e se a gente parte do princípio que essa recomendação pode
7885 ser bem mais ampla, bem mais robusta, eu acho que a necessidade da gente
7886 aprovar uma coisa numa correria que pode ser melhor trabalhada, para mim, eu
7887 acho que ela dá mais consistência de sair daqui uma coisa mais trabalhada.
7888 Algumas coisas, inclusive, me deixaram dúvida. Quando a Carol fala da questão
7889 das imagens, quem é que faz a triagem, eu fico com muito medo dessas histórias
7890 de quem faz a triagem. Então, assim, eu fiquei aqui pensando, entendeu?
7891 Pensando, na verdade, eu nem me inscrevi para isso, eu me inscrevi para dizer de
7892 que eu tenho um acordo com uma série de coisas, eu acho que tem que ser uma
7893 recomendação mais robusta do que a Patrícia traz, dizendo, olha, tem vários outros
7894 grupos, e a gente se debruçar um pouco mais. Então, a minha proposta seria que a
7895 gente tirasse daqui como encaminhamento duas ou três pessoas e aí com o
7896 mecanismo que já foi proposto, junto, de trabalhar isso aqui melhor, de enviar antes
7897 para a gente e a gente poder aprovar na próxima reunião. A segunda coisa que eu
7898 acho que é importante, porque na fala da manhã, quando o mecanismo apresentou
7899 o que que eles fazem e a gente quer reforçar, quer dar apoio ao trabalho do
7900 mecanismo, é sempre nas considerações ter o que a gente defende em relação à
7901 questão do que é a tortura. Então, aquele conceito, aquele princípio lá da questão
7902 da tortura tem que vir como uma consideração nos nossos documentos, porque aí
7903 reforça exatamente isso que a gente está querendo martelar, entendeu? Todo
7904 mundo sabe, sabe, mas a gente vai repetir. Todo mundo acha que sabe, mas nós
7905 vamos repetir. Então, eu acho que é um considerando nessa lógica que o Caio está

7906 falando, que é importantíssimo, é o primeiro que tem que vir aqui. Então, eu acho
7907 que nesse sentido, eu pediria para que a gente pensasse um pouco melhor,
7908 constituísse duas ou três pessoas que pudessem retrabalhar esse texto, levando
7909 em consideração todas as contribuições aqui e fizesse algo mais robusto, porque é
7910 uma recomendação, recomendação, recomendação do Comitê. Vai ser para vários,
7911 já foi dito aqui, vai para Deus e o mundo, apesar de não... Não, era isso, mas eu
7912 não queria terminar, mas eu não queria terminar e você já concluiu aí minha fala.
7913 Obrigada, Mateus.

7914 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada, Mauricleia, Mateus.

7915 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
7916 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Bom pessoal, pedi a presidência, eu já disse
7917 na hora do Ministro, mas assim, eu tenho um vídeo aqui também, se eu podia passar
7918 esse vídeo, vocês saberem o que é o Giro. Se concordarem, acho que tem uns três
7919 minutinhos. Débora, posso compartilhar? Tá. Então, assim, aquela famosa frase,
7920 quem tiver o estômago fraco sai da sala. Basicamente é o seguinte, os agentes
7921 jogam gás de pimenta e uma bomba de efeito moral na cela, a cela pega fogo, em
7922 vez de prestar socorro médico, as pessoas saem são espancadas pelo Giro. São
7923 Paulo. Deixa eu ver. Compartilhar tela. Respeito à morada. Pessoal, mas eu acho
7924 que não tem prejuízo ser sem som, pode ser sem som? As pessoas presas não
7925 queriam sair da cela, jogaram alguma bomba de efeito moral agora. Aí começa a
7926 pegar fogo junto com o gás de pimenta. As pessoas saem da cela, em vez de ser
7927 socorridas, elas são espancadas. Você vê a pele saindo da pessoa. Aconteceu em
7928 2008, mas foi mantido em segredo absoluto. Depois do incidente que deixou os
7929 presos queimados e sufocados, teve nisso um segundo drama. O atendimento
7930 médico ou a ausência de atendimento médico. Eu acho que é a dois. Os detentos
7931 recebem ordem para tirar a roupa. Tira a blusa. Os agentes querem fazer uma
7932 revista. Queimaduras pelo corpo. Esse não consegue levantar. Ai, ai, ai. Ele está
7933 em pé e sem roupa. Mas cai. O preso parece respirar com dificuldade. Mário Abana.
7934 Com uma calça nele e tentaram levá-lo. Ele é algemado na maca. Sem médico.
7935 Falta de estrutura. Um problema grave que persiste no sistema previsional de São

7936 Paulo. Não há treinamento dos agentes penitenciários. Enfim, pessoal. São dois
7937 vídeos na mesma reportagem. Eu vou fechar esse aqui e vou tentar mostrar o outro
7938 que tem alguns detalhes. Esse aqui tinha mais um minuto e pouco. Esse fato
7939 aconteceu em 2008, na P2 de Venceslau. Eles alegam que as pessoas presas não
7940 queriam sair da cela. Ele explica. É o Giro, uma espécie de tropa. Pela pequena
7941 janela. E fala que os presos colocaram fogo. Mas pelo que eu entendi, na verdade,
7942 é o gás de pimenta junto com a bomba que traz o fogo. Gás de pimenta pela fresta.
7943 A porta está fechada e são portas não gradeadas, como vocês falaram ontem.
7944 Chapeadas. Eles falam que as pessoas presas colocaram colchões para impedir a
7945 passagem. A bomba de efeito moral piora o fogo. O extintor de pó química é usado
7946 contra as pessoas e os colchões. Mas não adianta. As chamas só aumentam. As
7947 pessoas presas nas outras celas batem nas portas de ferro. Sem proteção
7948 nenhuma, um agente tenta puxar o colchão. Agora o extintor de água. Em São
7949 Paulo, apenas 30% das unidades prisionais têm laudo do corpo de bombeiro. O
7950 fogo, enfim, é apagado. E agora, em vez de socorro, os detentores começam a ser
7951 torturados. Foram quase 3 minutos de agonia. É a P2. E quando os detentos saem,
7952 são espancados. Os presos feridos e dominados ainda são agredidos sem parar.
7953 Algema aí, algema aí. Ameaças são feitas. Você vai morrer. Quer morrer? Não quer
7954 morrer? Não quero morrer. Algemados, os detentos são arrastados. O que a gente
7955 vai falar depois disso? O que a gente fala depois disso? A escravidão acabou?

7956 **Interlocutora Não Identificada** – E o pior, Mateus, é que a gente ouve o tempo
7957 inteiro que a gente é leviano, que a gente está distante da realidade, que a realidade
7958 é outra coisa. Não, isso é a realidade que está retratada nos nossos relatórios. E a
7959 gente ouve da secretaria, ouve inclusive agora, a gente ouviu isso agora do
7960 SENAPEN, infelizmente, que é leviano. A realidade, que a gente está distante da
7961 realidade, que a gente não conhece a realidade. Não, a gente conhece a realidade,
7962 essa é a realidade que a gente retrata, mas é uma realidade incômoda, não é bonita,
7963 não. Ela é muito feia, porque ela demonstra perversidade humana em um nível
7964 absurdo.

7965 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
7966 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Então, pessoal, a minha intenção aqui,
7967 obviamente, não era... Enfim, mas, assim, a gente passou esse vídeo numa
7968 audiência Pública que a gente fez em 2018. Minha solidariedade à Carol e aos
7969 demais peritos, que, para mim, é muito fácil fazer esse debate. Por quê? Porque eu
7970 faço inspeção há dez anos em presídio. Presídio, hospital de custódia, também tem
7971 três em São Paulo, tem duzentas mil pessoas presas em São Paulo. Eu queria ter
7972 passado aquela hora, mas aquela ânsia, ah, o Ministro tem que ir embora, tem que
7973 acabar a pauta da reunião, mas porque eu acho que contextualizava muito com o
7974 vídeo que vocês trouxeram. Dito isso, o que eu queria trazer aqui? Primeiro,
7975 parabenizar o Augusto e a Rede por trazerem esse debate. Eu vou contextualizar
7976 por quê? Essa ação aqui, ação 37 de 2018, a Defensoria Pública de São Paulo,
7977 núcleo que eu coordenava com o Tiago Culel, a gente não quis assinar a petição
7978 inicial junto com o Ministério Público. Por quê? Essa ação, ela é de 2018. A PEC,
7979 que cria a polícia penal, ela é de 2019. O que acontece? Na nossa visão, a gente
7980 fez umas três ou quatro reuniões com o Ministério Público de São Paulo, e aqui eu
7981 vou elogiar o doutor Eduardo Valério. A gente costuma criticar o Ministério Público,
7982 mas, assim, ainda existem promotores que trabalham com tela coletiva, não são
7983 aqueles promotores que atrapalham coisas que são penais ou com acusação. E a
7984 gente tinha uma relação muito boa, até dizia em algumas oportunidades que eu
7985 conseguia conversar mais com o Eduardo Valério do que muitas vezes dentro da
7986 Defensoria Pública de São Paulo, mas enfim. Qual era a posição da Defensoria
7987 Pública de São Paulo no núcleo do sistema carcerário, que eu coordenava com o
7988 Léo e com o Tiago? O pedido que tinha que ter na Ação Civil Pública, na nossa
7989 visão, era a distinção do giro, só que, assim como a gente sofre, enfim, a Carol
7990 trouxe aqui o sofrimento dos peritos dentro do arcabouço que ele está, eu também
7991 sofro dentro da Defensoria Pública, ou seja, a gente não tem apoio. A gente tem
7992 que colocar fogo no cabelo e fazer as coisas, mas a gente não tem apoio. Então, o
7993 que o Ministério Público trouxe? Que talvez, se ele fizesse uma Ação Civil Pública,
7994 com todas as provas que ele fez, e na inicial do MP, se você apertasse o Ctrl -F, a
7995 Defensoria Pública era citada 56 vezes. Por quê? Porque toda a ação que o

7996 Ministério Público fez foi baseada nos nossos relatórios. Pois bem, a gente fez um
7997 acordo que a gente não ia assinar junto, por quê? Porque o Ministério Público trouxe
7998 todos esses pedidos aqui que o Augusto trouxe, e a gente tinha o pedido que era a
7999 extinção do giro, e sim, se o giro não fosse extinto, todos esses pedidos. Só que aí,
8000 durante a ação, veio a PEC da Polícia Penal. Então, a gente não podia mais pedir
8001 a extinção do giro. Então, a gente continuou pedindo esses pedidos que foram
8002 trazidos pelo Ministério Público na inicial, porque, juridicamente, muito da questão
8003 do campo do direito, a gente entrou como assistente litisconsorcial. Era como se
8004 fosse o autor da ação, só que vem depois. Então, e aí a gente juntou mais uma
8005 dezena de relatórios, enfim, para poder protocolar foi uma dificuldade, porque
8006 protocolo digital, enfim, eram milhares de documentos. Então, só para tentar
8007 entender essa contextualização da PEC e da atuação do Ministério Público e da
8008 Defensoria Pública. Em relação à recomendação, eu até inicialmente,
8009 contextualizando com a fala da Mauricléia, eu acho que daria para fazer alguns
8010 ajustes aqui, trago umas reflexões, mas também acho que dá para a gente seguir
8011 na linha do que a Mauricléia falou. Estou à disposição para colaborar, se quiserem
8012 fazer um grupo aí com duas, três pessoas. A gente pode trazer isso pronto na
8013 próxima reunião. Vamos lá. Aqui, quando ele diz... Porque, assim, ele fala do giro,
8014 e acho que até a Patrícia falou agora há pouco, e desculpe-me por tomar tanto
8015 tempo, mas eu acho que era importante. Por isso que ele falou do giro, porque é a
8016 dominação de São Paulo, mas acho que ele abarca todos os grupos, Patrícia.
8017 Dispõe sobre o uso de câmeras específicas nos colégios dos agentes dos grupos.
8018 Eu acrescentaria militarizados, grupos militarizados de intervenção rápida. Abre
8019 parentes de giros similares. Então, acho que, nesses similares, pegaria os demais
8020 grupos. Atuando, estabelecimento de profissão de liberdade. E acrescentaria outras
8021 providências cautelares, que não seriam só câmeras. O número dois, como alguns
8022 já falaram, eu recomendaria não a utilização de máscaras ou qualquer outro material
8023 que impeça a identificação. Porque, se eles falarem, não, vamos usar máscaras,
8024 mas usaremos máscaras translúcidas, beleza, o que a gente queria estar
8025 contemplado, mas acho que não faz sentido a gente incentivar a máscara. A gente
8026 fala para não ter máscara. No número cinco, e aí contextualizando um pouco da fala

8027 da Carol, qual que foi a ideia aqui? E a gente concordou com o Ministério Público.
8028 Esses vídeos, não é que todo vídeo que vai chegar, o juiz, o promotor, o defensor
8029 vai assistir. Esses vídeos ficam arquivados. Então, chegou um vídeo hoje, ele está
8030 arquivado. Amanhã chega um e-mail, amanhã liga no núcleo e fala, aconteceu tal
8031 coisa lá em Venceslau, sei lá o quê. Ah, beleza, eu vou lá e assisto o vídeo. Ou seja,
8032 o vídeo vai ser assistido se tiver a necessidade. Claro, se tiver, e até agradeço a
8033 Mauricleia, eu falei uma groselha ontem. Eu falei que a gente não teria perna, mas
8034 é uma linguagem capacitista. Enfim, já ia falar bobagem de novo agora. Mas, se a
8035 gente tiver condições, a gente vê todos os vídeos. Mas o importante mesmo é ter
8036 esse vídeo arquivado. Para caso chegue uma denúncia concreta, a gente poder
8037 assistir. Então, eu acho que o número cinco está correto. Eu só acrescentaria, na
8038 linha dois aqui, e aos órgãos, no plural, do Ministério Público e da Defensoria
8039 Pública, responsáveis pela execução criminal. Porque prevê a Defensoria também
8040 como órgão de execução penal. O seis, na linha do que foi falado, eu recomendaria
8041 a não utilização de cachorros. É sempre aquela questão do acordo. Você vai pedir
8042 um mais e talvez ganha um menos. Então, eles podem responder, ah, não, vamos
8043 utilizar os cães apenas para encontrar drogas dentro das pessoas. Porque a ideia
8044 aqui era não utilizar os cães contra as pessoas. Eu tiraria o ponto sete e colocaria
8045 como outro ponto, eu não sei se foi a Camila ou o Carol que trouxe, a vedação do
8046 desnudamento de pessoas presas. Manteria o oito, manteria o nove. Eu não sei se
8047 foi a Maria Clara, alguém falou também de uma comunicação posterior. Mas, como
8048 o dez já traz antecedência mínima, eu acho que está contemplado. Se já teve a
8049 mínima, não precisaria da posterior. No doze, eu gosto do termo pessoas presas.
8050 Então, só uma questão de ater aprisionadas por pessoas presas. E acrescentaria,
8051 na linha dois, bem como obstar que homens revistem mulheres e vice-versa. E aí
8052 depois ponto, assim como que ostentem armas e tal. E eu acho que caberia ainda
8053 um item treze, que seria o que a Camila António trouxe, que era cada grupo deve
8054 publicizar seus protocolos e hipóteses de atuação. Enfim, eu acho que, nesses
8055 termos, daria para a gente até aprovar hoje. Mas, se quiserem criar um grupo de
8056 debate, eu estou à disposição para fazer parte. Podemos trazer essas alterações
8057 de redação na próxima vez. Pessoal, desculpe, não sei se falei cinco minutos ou

8058 mais. Mas, eu acho que era isso para tentar contextualizar como é que nasceu essa
8059 ação e etc. E uma coisa que a gente esqueceu antes do intervalo, só me permite
8060 também a Sofia e a Nana. Naquela linha de cobrar, a presença do governo, etc. A
8061 gente tem conversado tanto, você já viu, quanto o governo, da necessidade de criar
8062 um grupo de WhatsApp com todos os membros para a gente conversar, etc.
8063 Lembrar das reuniões e tal. Então, só para também, enfim, lembrar disso. Posso
8064 fazer só um comentário rápido? Esse item 10, antecedência mínima de 24 horas,
8065 acho que a gente poderia subir para, no mínimo, 48 horas. Eu acho que sim,
8066 também concordo, Camila. Naquela linha de que, se eles mandarem em 24, não
8067 tem 48, é o ideal. Qual foi a ideia nesse item 10? Até comentei ontem, em uma fala
8068 de alguma das peritas também, no sentido da bomba. Então, a gente teve um
8069 relatório de Praia Grande em que eles diziam, a gente jogou uma granada, XYZ,
8070 não sei dizer, não entendo muito de granada, para dizer que a gente estava
8071 chegando. Então, qual é a ideia do item 10? A Defensoria, o Ministério Público e o
8072 Judiciário, ou alguma instituição, podem acompanhar a incursão do Giro. Essa é a
8073 ideia. Então, por exemplo, o Thiago, que coordenou um grupo comigo, em Praia
8074 Grande, ele acompanhou a incursão do Giro. Ele falou que presenciava e assistia
8075 coisas horríveis. Só que as pessoas presas falavam. Então, com vocês aqui
8076 assistindo, é menos pior. Então, a ideia desse item 10, concordo com o que você
8077 trouxe, Camila eventualmente, dar a possibilidade de os órgãos também
8078 participarem e assistirem às incursões dos grupos militarizados.

8079 **Interlocutora Não Identificada** – Só dialogando com a sua fala, 48 horas também
8080 permitem uma mobilização em tese para que, por exemplo, o Poder Judiciário
8081 suspenda essa ação, se entender que não existem motivos suficientes. Sim,
8082 exatamente. Operar na retranca.

8083 **Interlocutor Não Identificado** – Tem uma ordem aqui. De fato, confesso que, às
8084 vezes, não consigo observar a ordem exata de quem levantou a plaquinha. Mas,
8085 Ana Valesca, Fernanda, Patrícia e Jaque.

8086 **Sra. Ana Waleska** – Vou tentar ser bem rápida. Aproveitando, já que vamos
8087 trabalhar, provavelmente, para uma recomendação mais robusta, acho que é

8088 importante constar também a questão do controle da atividade externa da atuação
8089 desses grupos. Quando se fala, que já é casal, o Ministério Público tem que estar
8090 bem mais próximo e monitorando e acompanhando as ações dos grupos táticos.
8091 Inclusive, esses treinamentos dos grupos táticos. É importante destacar que
8092 qualquer projeto de Lei que venha a regulamentar a carreira da polícia penal, é
8093 importante constar também que haja um órgão, uma corregedoria, haja também a
8094 questão do controle da atividade externa nesse projeto de Lei para monitorar e
8095 acompanhar as ações desses grupos táticos. A gente falando aqui que, como São
8096 Paulo, igual o Mateus falou, pediram também a extinção do GI, o Mecanismo
8097 também propôs a extinção da FTIP, mas é importante destacar que não tem
8098 nenhum órgão que faz o monitoramento, não há notícia nem de procedimentos de
8099 atuação da corregedoria em relação à atuação, tanto desses grupos táticos como
8100 também da FTIP. Eu falo nesse sentido, inclusive a gente acompanhar o projeto de
8101 Lei que venha a regulamentar a polícia penal por causa disso, porque tem que
8102 constar lá um órgão fiscalizador da atuação desses grupos, principalmente dos
8103 grupos táticos que atuam nos estados também. É importante a gente também entrar
8104 nessa recomendação, reforçar isso e o diálogo com o Ministério Público e o CNP
8105 na questão do controle da atividade externa das polícias, porque agora a polícia
8106 penal com aprovação da PEC é polícia e é importante a gente estar acompanhando
8107 isso. E uma outra questão, além disso, é falar aqui com relação aos HDs, a
8108 armazenagem, o tempo de armazenagem das imagens. Vou citar aqui só como um
8109 exemplo, não sei se também o SENAPEN pensa nisso, eu acho que seria um apoio
8110 hoje para todos os estados, que a maioria reclama nos estados que a gente chega,
8111 que o armazenamento HD tem pouca memória para guardar e arquivar essas
8112 imagens. E eu acho que seria um dos apoios também, é que pudesse os estados
8113 ter um HD com uma memória suficiente para armazenar as imagens externas, como
8114 também futuramente as imagens eventualmente das câmeras que forem acopladas
8115 nos uniformes, as bodycam, para que o SENAPEN pense nisso também. Dar apoio
8116 para os estados no aumento de memória dos HDs para que se preserve as imagens
8117 de qualquer situação interna que ocorra na unidade prisional. Não sei se também
8118 poderia constar isso também na nossa recomendação. E também, lógico, o apoio

8119 essencial e um órgão de controle e fiscalização das ações da polícia penal e dos
8120 grupos táticos.

8121 **Interlocutora Não Identificada** – No item 5, eu não entendi, Mateus, a sugestão
8122 que você deu, porque aqui parece que é encaminhar os vídeos sempre, né? A
8123 CEAP não seria sempre que solicitado? E não somente a vara de execução penal
8124 ou a Defensoria de execução na área de execução ou a vara de execução criminal.
8125 Eu falo porque pelo Núcleo de Direitos Humanos, a gente já teve que uma vez entrar
8126 com a ação para ter acesso a vídeo.

8127 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
8128 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Então, a ideia é não requisitar. Sempre que
8129 tiver uma incursão, encaminhar o vídeo.

8130 **Interlocutora Não Identificada** – Mas não é o que a Carol falou aqui que vai
8131 inviabilizar? Qualquer órgão que for receber isso vai receber para fins de
8132 armazenamento? Porque é o que a Carol falou. Se eles têm uma empresa para
8133 armazenar, porque assim, eu acho que aqui, até você falou do encaminhamento
8134 posterior, eu fiz uma sugestão também, no sentido que a Maria Clara já tinha falado.
8135 Porque tem o 10 falando do aviso antes e o 11 falando que caso não tenha sido
8136 para que seja avisado posteriormente. E aí, eu acho que, pelo menos da experiência
8137 como defensora, eu acho que vocês em São Paulo devem, obviamente, atuar mais
8138 ou menos no mesmo sentido. Mas a gente tendo a consciência do ingresso dessas
8139 forças, a tendência é a Defensoria ir fazer o atendimento para ver se teve violência.
8140 Eu falo porque no âmbito do socioeducativo, que é muito pior, a polícia militar, às
8141 vezes, está dentro da unidade. E isso acontece com muita frequência e muito pior,
8142 porque não tem essa identificação de grupo, de intervenção tática, etc.
8143 Simplesmente, o diretor da unidade socioeducativa fala que os meninos estão
8144 causando alguma arruaça ou qualquer coisa, motim, ou que estão fazendo barulho,
8145 ou que estão sendo rebeldes. E aí, chama a polícia militar. A polícia militar entra,
8146 bate em todo mundo e não tem registro em nenhum lugar nenhum. Pelo menos, eu
8147 falo pela experiência de Goiás. E aí, Mateus, pelo menos da minha atuação
8148 enquanto defensora, tanto no Direitos Humanos como na Defensoria da Infância,

8149 qual que era a nossa dificuldade? Na infância, a gente nunca tinha acesso, às
8150 vezes, a gente tinha acesso a essa informação. Um mês depois, quando a polícia
8151 já tinha entrado e as marcas dos meninos já tinham sumido. Então, era mais difícil.
8152 Mas, pelo Núcleo de Direitos Humanos, quando a gente sabia, às vezes, em menos
8153 de 24 horas, a gente pedia a CEAP. E a CEAP até sempre sabe. Por isso, até que
8154 eu falei que no Simples, eu acho que nem teria essa necessidade de encaminhar a
8155 CEAP, porque a CEAP, pelo menos em Goiás, sempre sabia o que estava
8156 acontecendo. Então, quando a gente solicitava o vídeo da CEAP, que tinha os
8157 vídeos, simplesmente, eles falavam que não podiam. E aí, a gente tinha que entrar
8158 com a ação. E aí, depois, às vezes, quando vinha o resultado, eles falavam que a
8159 imagem já tinha sumido, que não estava mais lá. Então, eu não sei se seria, na
8160 verdade, eu não ouvi tudo que a Carol falou, mas no sentido de ter uma empresa
8161 que armazene os dados e sempre que solicitado, que se encaminhe imediatamente.
8162 E aí, com essas informações, a gente encontra o órgão de execução, seja da vara
8163 de execução mesmo ou da Defensoria de execução ou de outro órgão, inclusive do
8164 sócio que trabalha na infância, obviamente, que não é abrangido aqui, ou do Núcleo
8165 de Direitos Humanos, etc., mas que a gente possa ter o acesso à informação de
8166 que eles entraram. Porque entraram, eu acho que é quase certo que vai ter
8167 violência. E a gente fazia esse controle a partir daí. E a outra sugestão era... Na
8168 sugestão no 5, sempre que solicitado, a qualquer órgão de execução, seja do
8169 Judiciário, do Ministério Público ou da Defensoria Pública ou, às vezes, até de outro
8170 órgão de controle. No 8, estabelecer no curso de formação, mas não só no curso
8171 de formação, um programa de capacitação contínua, na verdade, de direitos
8172 humanos, porque tem agente que é muito antigo e, às vezes, nem está mais nessa
8173 hipótese de curso de formação. E no 11, relatório circunstanciado com a motivação
8174 do ingresso, o responsável pela solicitação, o responsável pelo grupo de incursão
8175 e a identificação nominal dos participantes, acho que já está ali no início também.

8176 **Interlocutora Não Identificada** – Olhando todo esse debate aqui, acho que tem
8177 algumas coisas. A gente está falando muito de empresa. E aí vou dar um exemplo.
8178 A ADPF, conhecida como a ADPF das favelas, a 635, a gente está debatendo isso.
8179 E aí foi contratada uma empresa para o armazenamento das imagens. E aí

8180 descobrimos que a empresa é do Paraná, o dono da empresa é um PM. E, assim,
8181 como armazenar? Tem todo um debate. Primeiro, que as câmeras são acionadas
8182 quando colocam no colete, mas elas não gravam de alta resolução, a não ser que
8183 a pessoa acione. Elas estão gravando, tudo aquilo ali, mas a pessoa precisa
8184 acionar. Ela vai acionar para poder ter uma imagem boa, um áudio bom. Então,
8185 assim, tudo isso a gente precisa ter essas informações antes. Porque, assim, vai ter
8186 um HD? Vai. Mas quem vai administrar isso? Por exemplo, falando do meu estado,
8187 da minha fatia de bolo, que eu conheço muito bem o meu lugar, o Rio de Janeiro, é
8188 claro que essas imagens vão ser armazenadas pela CEAP. Até porque a
8189 intervenção deu muito dinheiro e tem uma tecnologia no Rio de Janeiro muito
8190 grande e ele já tem um sistema de guardião. Então, assim, todo armazenamento do
8191 Rio de Janeiro não vai para a empresa fora, vai ser na CEAP. Eu acho que também
8192 o que a gente precisa conversar é com o Marivaldo, porque ele já falou que está
8193 sendo implementado câmeras no Uniformes, no Espírito Santo, já começou. Então,
8194 acho que para a gente poder entender qual é a empresa. Saber se não é o lixo da
8195 internet, por exemplo. Na ADPF do Rio, começaram a colocar Motorola. Motorola já
8196 é o lixo da internet, já está até fora da moda. E aí a gente precisa saber do sistema
8197 prisional qual será. Tem um levantamento. Então, acho que a gente precisa debater
8198 mais, não é nem debater, acho que a gente precisa de mais informações para a
8199 gente poder recomendar essa nota. Porque não adianta a gente ficar aqui
8200 debatendo e a gente não ter essas informações. Quem vai administrar essas
8201 imagens? Se vai ser um ano, por exemplo, a ADPF das favelas, a gente pediu um
8202 ano de armazenamento. Seis meses não é suficiente. Então, tudo isso a gente
8203 precisa ter essas informações para a gente poder debater. Por exemplo, no Rio de
8204 Janeiro, não é uma câmera para cada um. São grupos de quatro e um tem uma
8205 câmera. E aí tem o questionamento. Quando a pessoa vai no banheiro, ela está
8206 gravando ou não? Tem todo esse debate. Não é uma coisa fácil. Então, acho que a
8207 gente precisa ter essas informações. Por exemplo, o Espírito Santo já começou.
8208 Como é que é isso? E vai ser recurso do governo federal. Então, acho que cabe a
8209 gente também buscar essas informações. Vamos fazer uma reunião com esse foco
8210 específico para isso.

8211 **Interlocutora Não Identificada** – Vou só falar a ordem. Só que o que eu acho são
8212 dez para quatro. E acho que a gente não vai conseguir encerrar esse debate hoje
8213 mesmo, porque teria que fazer toda essa mudança aqui da redação e etc. Então,
8214 acho que, na verdade, a gente poderia passar para quem levantou aqui a plaquinha
8215 e tirar algumas pessoas daqui para elaborarem essa redação. E aí, compreendendo
8216 melhor também. Enfim, tem esses pontos que a Patrícia colocou que acho que são
8217 relevantes, porque também não adianta fazer uma recomendação que, na prática,
8218 não funcione por questões operacionais. E também, por exemplo, se a gente fala
8219 que pode armazenar em uma nuvem, que a gente sabe hoje em dia que tem esses
8220 espaços. Mas não sei se esses espaços existem para esses determinados lugares.
8221 Então, as imagens criptografadas, etc. Coisas que, talvez, num outro contexto
8222 fossem mais simples, se não é. Então, vou passar para a Jaque, para a Camila, e
8223 você vai falar para a Viviane. E aí, na sequência, acho que a gente pode definir
8224 entre a gente pessoas que fiquem responsáveis por reescrever essa recomendação
8225 aqui, em conjunto com o mecanismo. Então, também, quem do mecanismo quiser
8226 formar esse grupo. E aí a gente passa, se vocês concordarem, para o próximo ponto
8227 de pauta. Daí a gente consegue fazer mais dois pontos e encerrar a reunião.

8228 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**
8229 **Resistência Contra O Genocídio)** – Eu estava até em uma reunião paralela aqui
8230 com o Augusto, que quero, inclusive, ressaltar que o meu suplente participou
8231 ativamente dos dois dias de reunião. Está aqui no suporte constante. Bem, acho
8232 que tem diversas questões em relação a essa recomendação. Primeiramente, só
8233 uma informação em relação. Tem uma articulação, um grupo de trabalho da rede
8234 com o Ministério Público do Estado de São Paulo. E, desse grupo, há quatro anos
8235 surgiu o GAESP, na verdade, que é um grupo para fazer controle externo das
8236 polícias. E há discussão em relação às imagens das câmeras. Na verdade, já está
8237 sendo pautada, acho que tem um procedimento lá. E, na verdade, no Estado de
8238 São Paulo contratou-se uma empresa por armazenamento, acho que é a Axon. E a
8239 grande discussão lá é quem tem o acesso, porque as imagens são mediante acesso
8240 e o acesso está sendo encaminhado também para o batalhão e não para o MP, que
8241 era a discussão, que é a construção. Só a nível de informação. Eu estava um tanto

8242 que insegura em relação à discussão deste ponto, porque, inclusive, no dia de
8243 ontem, algumas questões já foram colocadas em relação a essa recomendação. E
8244 não queria, de nenhuma forma, causar qualquer desprestígio da discussão que já
8245 foi feita em relação a essa recomendação, porque, ao que me parece, ela já está
8246 há um ano aí em discussão. Então, acho que tem uma expectativa quanto à
8247 aprovação e uma angústia em relação a essa demora. Eu acho que a gente
8248 postergar a discussão, a gente manter a discussão sobre a recomendação aqui, a
8249 gente vai prejudicar ainda mais os andamentos. E, ao que me parece, a gente só
8250 tem mais uma hora útil aí. Eu entendo muito relevante, na verdade, todas as
8251 questões colocadas em relação às propostas, aos itens aqui tratados. Entendo que
8252 ganha muito peso também a recomendação conjunta, o mecanismo e o Comitê. E,
8253 na verdade, eu acho que a questão é a retirada mesmo do ponto de pauta. Inclusão
8254 na próxima reunião ordinária. Só que eu acho que, para isso, considerando a
8255 urgência e a necessidade dela, eu acho que a gente tem que já, de imediato, tirar
8256 esse grupo que vai efetivamente se debruçar, com o prometimento real de se
8257 debruçar sobre a elaboração dessa recomendação. Porque eu entendo que ela vem
8258 de um processo maduro lá da ACP, mas acho que ela sai melhor com os
8259 apontamentos que foram aqui colocados. A gente tem que ter o comprometimento
8260 efetivamente para a votação na próxima reunião. A gente está vendo aqui a
8261 urgência e a necessidade de que medidas efetivas sejam tomadas. E eu acho que
8262 essa recomendação, que eu entendo que na Emenda altera-se também, que ela é
8263 mais ampla que o uso das câmeras, mas eu proponho que agora, de imediato, a
8264 gente tire essa comissão e a retirada desse item da pauta, embora as discussões
8265 já avançadas sobre ela.

8266 **Interlocutora Não Identificada** – Eu acho que a ideia era essa, mas acho que a
8267 gente pode ouvir as outras pessoas com a mão levantada aqui, até para acabar aqui
8268 com esse ponto. E, daí, a gente já define quem vai ver essa redação aqui.

8269 **Interlocutora Não Identificada** – Boa tarde a todos. Acrescentando, toda vez que
8270 você fala de grupo tático, é muito importante associar a fala da Ana Waleska com a
8271 fala da Carol e não deixar de lado o que o vídeo ilustrou muito bem, que são os

8272 armamentos menos letais. Então, quando se fala de grupo tático, primeiro,
8273 protocolo. Segundo, fiscalização. Terceiro, todas as hipóteses e situações que
8274 tenham um olhar fiscalizatório, elas não podem ser simplesmente uma situação
8275 acontece, elas são de imediato. E a questão dos armamentos menos letais, pelo
8276 fato de levar o menos letal na palavra, está sendo utilizado, então, isso é uma
8277 constante nos nossos relatórios, nas nossas inspeções, como ele tem sido utilizado
8278 de uma forma indiscriminada e das formas mais perversas que tem causado.
8279 Tortura psicológica, tortura física, protocolos de entrada sem o menor sentido,
8280 materiais que são proibidos até em guerra pelo exército americano, Carol já falou
8281 disso, Camila já falou disso, e eles são comprados de forma prioritária dentro do
8282 sistema e elas estão sendo usadas de forma indiscriminada. Então, quando falar
8283 em grupo tático, tem que falar dos protocolos, tem que falar da vedação do uso de
8284 alguns armamentos menos letais e, principalmente, de um curso para que não haja
8285 o uso de uma bomba com outro material e isso causa fogo. Então, isso vem com a
8286 falta de preparo. Então, é dentro desse... Sei que a câmera está bem aqui, mas,
8287 quando fala em grupo, tem esse quadro que a gente tem que sempre comentar.
8288 Obrigada.

8289 **Sra. Camila** – Fazer dois comentários breves para encerrarmos o ponto. Eu acho
8290 importante, na recomendação, haver esse tempo mínimo de conservação dos
8291 vídeos. Acho que um ano é algo razoável após as ações. E também queria fazer
8292 um comentário sobre os indicantes no sistema socioeducativo. Acredito que eu não
8293 dei esse informe aqui no âmbito do Comitê, mas, aqui no nosso território, no Distrito
8294 Federal, a promotoria de execução de medidas socioeducativas exarou uma
8295 recomendação para a superintendência de socioeducação, do poder executivo, a
8296 Secretaria de Socioeducação, recomendando a criação de canis no sistema
8297 socioeducativo e que os canis fossem implementados em parceria junto com as
8298 CIPCAMs da Polícia Militar. Eu tenho uma cópia dessa recomendação, quem quiser
8299 tomar conhecimento. A gente, inclusive, anexou ela no nosso relatório do DF do ano
8300 passado. É uma coisa extremamente preocupante.

8301 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada, Camila. Acho que a gente pode olhar
8302 essa recomendação. E aí eu vou propor, então, para que a gente tire as pessoas
8303 que vão fazer... Eu acho que tem o Augusto, que já iniciaram aqui. Acho que o
8304 Mateus. E alguém do mecanismo. Camila e Carol. Elas são as coordenadoras. E
8305 daí, então, a gente... Eu acho que, se fosse possível, a reunião é dia 20 e 21 de
8306 julho, a próxima. Estou na dúvida. Então é isso. 19 e 20. E daí acho que se pudesse
8307 mandar com uma antecedência de uma semana, para todo mundo ler. A vida das
8308 pessoas é corrida, então tem bastante coisa para alterar aqui no texto. Então é isso.
8309 Agora a gente pode passar... Alguém quer mais falar em algum ponto sobre isso?
8310 Desculpa, Vilma. Pode falar.

8311 **Sra. Vilma** – É uma questão. É a questão do gênero. Dos homens que entram para
8312 fazer contenção das mulheres em situação de rebelião ou em outra situação. Eu
8313 acho que isso a gente não pode esquecer. Eu sei que vai ser difícil como inserir
8314 isso, mas é desumano, é tudo a gente saber que os grupos de operações de
8315 segurança das secretarias penitenciárias são formados por homens e na contenção
8316 só tem homens. E aí eles é quem pega o corpo das mulheres. Então, eu não sei
8317 como seria, como colocaria. Agora, foi uma coisa que... E a questão do gênero, a
8318 gente sofre muito também com isso. É o que a gente vivencia na prática.

8319 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada, Vilma. Acho que muito bem pontuado.
8320 O Mateus falou aqui em relação a isso que em São Paulo tem aqui lá, em São Paulo,
8321 chama de GIR. Tem um GIR feminino. E a Patrícia lembrou aqui que ontem numa
8322 conversa com o SENAPEN, com o Rafael especificamente, que estava
8323 representando o SENAPEN ontem, a gente tinha falado de uma recomendação
8324 conjunta com o SENAPEN para que agentes do sexo masculino não façam esse
8325 tipo de procedimento em unidades prisionais femininas. Acho que isso talvez a
8326 gente possa trabalhar na próxima reunião ordinária também. E pensando que talvez
8327 a gente tenha que também fazer uma reunião extraordinária com o SENAPEN, já
8328 que o Rafael deu essa abertura de conversa e a gente pode pensar sobre isso e
8329 pensar em pautas específicas. Agora, o que eu procuraria seria que a gente olhasse
8330 e aprovasse a nota que a Ana fez em relação a recomendação do CNJ. Se você

8331 quiser mandar para a gente projetar aqui, manda lá no grupo da mesa diretora,
8332 porque a Débora consegue... Ela tem que entrar na reunião. Você está na reunião
8333 online? Mateus está na reunião, aí ele pode projetar. Podemos ir para o próximo
8334 item? Ontem tinha restado também a fala sobre... Então, tem isso. E tem a... Ana,
8335 será que a gente consegue colocar aquela... Mas, só para pensar aqui, só da
8336 resolução para a formação do grupo que vai fazer o edital de seleção. Só para a
8337 gente colocar aqui, só para aprovar o texto da resolução. E aí a gente faria esses
8338 três últimos pontos, porque daí não vai dar tempo. Então, a gente vê a nota, aprova
8339 a resolução e aí o mecanismo faz o informe sobre a VEC. Pode ler, só que o Mateus
8340 vai projetar para a gente?

8341 **Interlocutora Não Identificada** – É uma questão de ordem enquanto não se ajeita.
8342 Essas últimas pautas sobre socioeducativos, então, vai ficar prejudicada? Como
8343 que vai fazer?

8344 **Interlocutora Não Identificada** – Não vai dar tempo. Se a ideia é terminar às 5 da
8345 tarde, são 16 horas. Não acho que vai dar tempo de a gente tratar isso.

8346 **Interlocutora Não Identificada** – Só para não ficar sem nenhum... Acho que tem
8347 gente na reunião que estava esperando para tratar dessa pauta. Pelo menos para
8348 contextualizar qual foi a situação e por que foi colocado esses pontos. Tem também
8349 um ofício do SEDEC, que acho que ele está presente na reunião. Só para também
8350 não ficar...

8351 **Interlocutora Não Identificada** – Você vai conseguir projetar agora, Mateus, ou
8352 não? Enquanto tem essas questões técnicas aqui, será que a gente não faz esse
8353 informe aí, o mecanismo? Vocês querem fazer o informe? Camila, você quer fazer
8354 o informe enquanto está resolvendo essas questões técnicas aqui?

8355 **Sra. Camila** – É melhor o Carol fazer o informe.

8356 **Interlocutora Não Identificada** – Será que não seria o caso, então, de entrar só
8357 nessa questão do Ceará, que eu acho que tem gente do Ceará na reunião desde
8358 ontem.

8359 **Interlocutora Não Identificada** – De qual você está falando? Do ofício do SEDEC?

8360 **Interlocutora Não Identificada** – No ponto 9. Ofício SEDEC Ceará, denúncia,
8361 criação de mecanismo estadual no Ceará.

8362 **Interlocutora Não Identificada** – Então, a gente pode deixar esse como o último
8363 ponto aqui. Você saiu de novo?

8364 **Interlocutora Não Identificada** – Não, foi só porque aparentemente estão
8365 resolvendo umas questões técnicas aí.

8366 **Interlocutora Não Identificada** – Ah, já para passar isso?

8367 **Interlocutora Não Identificada** – É a Marina. Essa denúncia, eu não sei do que,
8368 ofício, denúncia, não sei do que se trata, mas está na pauta. Pelo que eu estou
8369 entendendo, todo o ponto 9 é sobre Ceará. Eu não sei se a coordenação tem mais
8370 informação sobre isso. A Nana está resolvendo outra coisa. A mesa diretora tem
8371 alguma informação sobre isso?

8372 **Sra. Marina** – Maria Clara, aqui é Marina, do SEDECA Ceará. Eu estou junto com
8373 a Amanda Oliveira, também do SEDECA, porque eu estou aqui representando o
8374 Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Ceará, e a Amanda está
8375 representando o SEDECA, porque a gente fez essa diferenciação, já que tem a
8376 pauta também do mecanismo. Qualquer coisa, a gente está aqui. A Amanda pode
8377 dar um informe do ofício, da denúncia, e eu sobre o mecanismo.

8378 **Interlocutora Não Identificada** – Se vocês quiserem dar esse informe agora, já.
8379 Enquanto a gente está organizando as outras questões.

8380 **Interlocutora Não Identificada** – Pode iniciar pelo ofício, então. Eu não estou com
8381 a minuta do ofício aqui, não sei, com a cópia do ofício, quer dizer. Não sei se a
8382 coordenação tem. Está na pauta, o ofício do SEDECA Ceará. Aí pode falar,
8383 representante do SEDECA Ceará, sobre isso.

8384 **Sra. Amanda Oliveira (SEDECA/CE)** – Oi, gente, boa tarde. Eu me chamo Amanda
8385 Oliveira, sou advogada aqui do SEDECA Ceará. Eu acredito, pela menção ao ofício,
8386 que também veio o convite para a gente em resposta a um ofício que a gente enviou
8387 para vocês no comecinho do mês. Apesar de vocês não estarem aí com a minuta,
8388 acredito que esteja se referindo à situação do socioeducativo feminino. Que,

8389 inclusive, a gente faltou com alguns atores, quando eu e a Mara Carneiro, que é a
8390 coordenadora-geral do SEDECA, estivemos em agenda presencial em Brasília
8391 durante as semanas de 16 a 18 de junho. De maio, na verdade. E a gente esteve
8392 dialogando com alguns atores nos espaços que a gente teve articulado sobre a
8393 situação, sobre a problemática do sistema socioeducativo do Ceará. A gente estava,
8394 na época, em um acompanhamento, em uma reunião de trabalho, de
8395 monitoramento das medidas cautelares que a gente tem na Comissão
8396 Interamericana de Direitos Humanos, que são referentes a quatro unidades
8397 socioeducativas aqui do Ceará. Mas, para além disso, essas quatro unidades,
8398 quatro unidades masculinas. Mas, para além disso, a gente achou por bem, embora
8399 não fosse o objeto da cautelar, mas, junto a outros atores, parceiros, a gente
8400 problematizar também a situação do sistema socioeducativo no que toca a única
8401 unidade feminina que a gente tem no Estado do Ceará, que é o Centro
8402 Socioeducativo Aldacy Barbosa Mota, que é localizado aqui em Fortaleza, e cobre
8403 toda a demanda do Estado no que se refere à semiliberdade e à internação. Tanto
8404 internação definitiva, como internação provisória, a gente tem essa única unidade.
8405 E aí, a gente colocou para vocês, a gente apresentou tanto para o FIS, como
8406 apresentou um relatório também, um relatório ainda mais simples, mas
8407 contextualizando um pouco da situação dessa unidade. A unidade, o Aldacy
8408 Barbosa, como eu falei, é a única unidade socioeducativa do Estado, e o SEDECA
8409 vem realizando já historicamente um acompanhamento da situação dessa unidade.
8410 E, sobretudo, de forma mais sistemática, de forma mais estrutural, desde 2019.
8411 Inclusive, em 2019, o próprio Mecanismo Nacional esteve em uma série de visitas
8412 a unidades femininas no país. Uma das que foi visitada foi o Aldacy Barbosa, e na
8413 época já havia se demonstrado preocupação, e sendo expedidas, inclusive,
8414 recomendações sobre uma série de pontos bem delicados, relacionados tanto ao
8415 uso da força desproporcional, algemação indevida, adolescentes, mães ou
8416 grávidas, que estavam em privação de liberdade, quando poderiam, atendidos os
8417 requisitos, terem suas medidas reavaliadas, questões de disponibilização irregular
8418 ou não, ofertas de itens de higiene, próprias questões de violência do gênero,
8419 inclusive de violência sexual no interior dessa unidade. Então, aquilo também trouxe

8420 ao SEDECA essa preocupação de monitorar de forma mais sistemática essa
8421 unidade. E aí, desde 2020, de uma forma mais estruturada, a gente vem retornando
8422 à unidade todos os anos. 2020 e 2021 tivemos visitas de inspeção junto ao
8423 Conselho Estadual de Direitos Humanos. Em 2022, estivemos na unidade
8424 novamente, junto para a pesquisa do Quinto Monitoramento do Sistema
8425 Socioeducativo, que é realizada em parceria com o SEDECA e por outras
8426 organizações, sobretudo pelo Fórum de Organizações Permanentes de Defesa de
8427 Direitos de Criança e Adolescente, que é o Fórum do SEAC, do Ceará. E aí, a gente
8428 teve na unidade também esse ano, sobretudo, por a gente perceber, sobretudo
8429 desde janeiro para cá, um certo recrudescimento, aumento de um clima de tensão
8430 na unidade, de constantes situações de conflito. E todas essas situações, elas
8431 chegam para a gente, só para também contextualizar vocês, através de duas vias.
8432 É tanto essa via da visita, da gente ir na unidade e observar como a unidade está,
8433 como pela via do atendimento de casos. Aqui no SEDECA, a gente tem um núcleo
8434 específico que trabalha só com o atendimento de violações de direitos de crianças
8435 e adolescentes. Dentro dessas demandas, a gente absorve uma quantidade
8436 considerável de demandas que vêm no sistema socioeducativo, e a partir desse
8437 campo de demandas, a gente tem um considerável um considerável número de
8438 demandas que são da unidade feminina, do Aldacy Barbosa. E aí, como eu falei,
8439 são problemas que vêm desde questões de algemação, indevida de uso abusivo de
8440 algema, de oferta de... A Marina bem me lembrou, né? Tem essa problemática,
8441 inclusive, da unidade ainda contar com um número considerável de
8442 socioeducadores homens. Nós estivemos em... A visita mais recente que nós
8443 fizemos à unidade, que foi, inclusive, meados de maio, né? 5 de maio. 5 de maio,
8444 no dia 5 de maio, que foi, inclusive, provocada. Nós provocamos o Conselho
8445 Estadual de Direitos Humanos e o próprio CEPCT, aqui do Ceará, para estarem na
8446 unidade, numa visita mais emergencial, porque nós estávamos recebendo
8447 denúncias muito graves, né? A gente chegou a fazer uma visita de atendimento
8448 junto com a Defensoria e houve adolescentes que estavam com hematomas, né?
8449 Assim como ouvi adolescentes que estavam ainda em período de amamentação,
8450 tinham cometido atos infracionais, sem violência grave a ameaça, mas que estavam

8451 dentro da unidade ainda de forma irregular. Então, são problemas que a gente vem
8452 notando de uma forma estrutural, de uma forma sistemática. A gente apresentou
8453 nesse relatório que enviamos para vocês, de forma mais sistemática, alguns
8454 episódios recentes de conflitos, de situações como essas que eu vim narrando, mas
8455 isso vem sendo observado de uma forma histórica, não é algo de hoje. Então, essas
8456 problemáticas de violência de gênero, das formas, inclusive, que as próprias
8457 meninas encontram para se defender. Uma coisa que, embora não esteja aí no
8458 relatório, mas a gente sempre costuma citar, é que um dos mecanismos, inclusive,
8459 que as meninas vêm encontrando para se defender de possíveis contenções
8460 indevidas de uso desproporcional da força, inclusive quando esse uso
8461 desproporcional da força é feito por parte de agentes socioeducadores homens,
8462 elas costumam, por exemplo, tirar a roupa para evitar serem contidas de uma forma
8463 desproporcional e violenta. Então, isso as coloca também diante de uma outra
8464 questão, de um outro contexto de vulnerabilidade, de sujeição muitas vezes a
8465 práticas de assédio, que é um tipo também de violação que a gente encontra e
8466 também acompanha na gestão de casos aqui do núcleo de atendimento, situações
8467 de assédio que ocorrem por parte de agentes socioeducadores dentro da unidade.
8468 Então, no geral, para também não me alongar muito, em razão de todos esses
8469 problemas que permeiam, desde o desproporcional da força, questões mais
8470 específicas de gênero, alta medicalização, a unidade conta com um dos maiores
8471 níveis de hipermedicalização em razão de questões de saúde mental das meninas.
8472 Isso também nos desperta muita preocupação. Fora isso, a unidade que é composta
8473 majoritariamente por adolescentes negras. Além de tudo isso, a gente tem um
8474 marcador racial muito forte para todas as questões que deve também ser
8475 problematizado. E é isso, essa presença massiva ainda de socioeducadores
8476 homens, por mais que hoje a resposta oficial da SESC, a Superintendência do
8477 Sistema Socioeducativo, seja de que eles não são mais a maioria, mas que a gente
8478 coloca muito e deveria ter. Socioeducadores homens na unidade feminina é muito
8479 problemático, todo esse contexto para a gente. E aí a gente relata tudo isso para
8480 vocês, colocando nossa preocupação, nossa apreensão com a situação da unidade
8481 para que a gente também consiga pensar possíveis encaminhamentos, algo que

8482 ajude a visibilizar a situação da unidade. Embora seja a única unidade feminina, já
8483 tem todas essas questões que a gente vem acompanhando com muita
8484 preocupação. Então, assim, no geral, é isso.

8485 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8486 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada pelo relato. A gente ainda não tinha tido acesso
8487 ao relatório que vocês mandaram aqui da mesa diretora, mas agora também, a partir
8488 do seu relato, eu acho que a gente pode ter acesso, a gente já tem acesso, mas
8489 agora não li ainda, o relatório e a gente pode pensar nos encaminhamentos a partir
8490 da mesa diretora e também mandar para o pleno relatório para que a gente faça os
8491 encaminhamentos depois, porque agora, com esses dois pontos de pauta, eu acho
8492 que não vai dar tempo de fazer os encaminhamentos com a qualificação que é
8493 necessária. Então, a gente lê esse relatório e também fica em contato com vocês
8494 para pensar aqui nos possíveis encaminhamentos e vocês também entram em
8495 contato com a gente e, enfim, dizer se vocês pensaram em algum encaminhamento.
8496 E aí a gente faz isso e entra em contato com vocês quando a gente tiver esses
8497 encaminhamentos também para vocês saberem o que a gente pediu a partir do
8498 relatório.

8499 **Interlocutora Não Identificada** – Sofia, uma questão de ordem. É porque eu acho
8500 que, assim, essa demanda do SEDECA, do Comitê do Ceará, eu acho que ela se
8501 coaduna com o ponto 11 que a gente deixou para a próxima reunião. Porque eu
8502 acho que, né? Acho que são procedimentos que a gente vai... Eu acho que tem uma
8503 questão específica do Ceará, mas eu acho que envolve esses procedimentos.
8504 Então, eu acho que qualifica melhor, realmente, que se a gente tem o acesso ao
8505 relatório para a gente poder qualificar essa discussão na próxima reunião com o
8506 item 11, já que a gente já entendeu, estou entendendo, que a gente retirou do ponto
8507 de pauta para a próxima reunião. E o 10 também, obviamente.

8508 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8509 **E Cidadania – ITTC)** – Sim, mas eu acho que só para uma questão de que, enfim,
8510 às vezes tem encaminhamentos que precisam ser feitos com mais urgência do que
8511 necessariamente esse ponto que é mais abrangente, a gente pode pensar neles de

8512 uma forma mais setorizada e depois a gente discute com mais abrangência esses
8513 dois pontos. E daí, só porque... A última coisa que tinha um informe, acho que do
8514 Comitê do Ceará, que tinha uma outra pessoa que ia fazer, eu não estou vendo o
8515 seu nome.

8516 **Sra. Marina Araújo** – Eu sou a Marina Araújo.

8517 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8518 **E Cidadania – ITTC)** – Marina, está bem. Pronto. Pode falar, Marina.

8519 **Sra. Marina Araújo** – Então, gente, eu acho que esse tema, na verdade, é muito
8520 comum também para outros estados, mas a gente quis pautar aqui no Comitê
8521 Nacional pela urgência também, a partir das gravidades, tanto do sistema prisional
8522 como do sistema socioeducativo, que vem se agravando as situações, inclusive, de
8523 mortes no sistema socioeducativo. No ano passado, a gente teve duas mortes em
8524 unidades. O sistema prisional, tiveram casos emblemáticos, inclusive agora a gente
8525 também está em uma incidência sobre a situação da unidade prisional de segurança
8526 máxima aqui no estado do Ceará. A gente já teve um caso emblemático no final do
8527 ano passado, que houveram mais de 70 pessoas que fizeram exame de corpo de
8528 delito que foram torturadas em uma unidade prisional. Então, a gente traz aqui o
8529 debate sobre a instalação, a instituição do mecanismo estadual do estado do Ceará.
8530 Eu vou trazer um pouco, bem breve, do histórico que a gente tem de trâmite dessa
8531 Lei e também dar um informe sobre os próximos passos que a gente quer o apoio
8532 do Comitê Nacional e do Mecanismo Nacional. Inclusive, a gente tem dialogado com
8533 o Rogério, sobretudo especificamente. Desde 2015, o estado do Ceará assinou
8534 aquele pacto federativo. Então, o governo do estado, que inclusive era governado
8535 pelo Ministro atual, Camilo Santana, do PT, ele era o governador na época, desde
8536 2015. Então, o Ceará vem se colocando com o compromisso de tramitar essa Lei
8537 de instituição do mecanismo. Em 2018, a gente começa a ter uma minuta de um
8538 projeto de Lei que tramita em várias secretarias do estado do Ceará. Essa Lei já
8539 passou pela Secretaria de Proteção Social, inclusive passou nas gestões do Comitê
8540 de Prevenção e Combate à Tortura anterior. Foi pela Secretaria também de
8541 Planejamento e Gestão. Foi-se criado os cargos para seis peritos, inclusive de

8542 definição de qual categoria seriam esses cargos. Então, passou por Coordenadoria
8543 de Gestão de Pessoas para a Criação dos Cargos, passou pela Coordenadoria
8544 também de Gestão do Estado, de Modernização e Gestão do Estado, para a
8545 Secretaria de Planejamento, que fica também com o orçamento público hoje, com
8546 a gerência de orçamento público do governo do estado, e estava na Casa Civil há
8547 muito tempo, já estava há mais de dois anos na Casa Civil. Essa minuta tramita até
8548 hoje há cinco anos dentro do governo do estado. Ela não foi ainda enviada à
8549 Assembleia Legislativa, com a nova eleição no ano passado. Apesar da
8550 permanência do PT na gestão do governo do estado, mas se troca o governador,
8551 agora a gente tem o governador Helmano de Freitas, e ele instituiu a Secretaria de
8552 Direitos Humanos. Isso muda, reconfigura administrativamente como se organiza e
8553 como está vinculado o Comitê Estadual, que antes ficava vinculada à Secretaria de
8554 Proteção Social, SPS, e agora fica vinculada a essa Secretaria de Direitos
8555 Humanos, e o governador pede para tirar a mensagem, a minuta do projeto de Lei
8556 da Casa Civil, que o último passo que a gente tinha notícia que ia ser feito seria o
8557 envio para a Assembleia Legislativa, mas o governador retira de lado a Casa Civil
8558 e passa a analisar na Secretaria de Direitos Humanos novamente essa minuta,
8559 propondo e diz que vai propor algumas alterações. A gente fez uma articulação em
8560 todos esses anos para o pronunciamento de órgãos daqui do estado e órgãos
8561 nacionais, inclusive o próprio mecanismo. E o SPT em 2016 fazem várias
8562 recomendações sobre a instituição do mecanismo estadual. A gente teve
8563 pronunciamento do GMF, do PGJ daqui, da Defensoria Geral, da Presidência do TJ,
8564 então todos os órgãos do sistema de justiça que seriam possíveis mobilizar, a gente
8565 fez essa mobilização e eles se pronunciaram publicamente e oficialmente ao
8566 governo do estado. A gente não teve ainda nenhuma reunião com o governo do
8567 estado, com o governador especificamente, mas o encaminhamento que se tem
8568 agora da última reunião ordinária do CEPCT foi, a Secretaria de Direitos Humanos
8569 foi presencialmente a essa reunião, a Dra. Socorro França, ela se comprometeu a
8570 fazer a entrega da contribuição do Comitê sobre a minuta do projeto de Lei em mãos
8571 ao governador do estado e disse que queria fazer essa entrega conjuntamente com
8572 o CEPCT, então a gente tem esse compromisso que está registrado em ato, de que

8573 a Secretaria se comprometeu com a agilidade do envio dessa minuta e garantindo
8574 as contribuições que o CEPCT vai fazer, então até o dia 1º, até amanhã, a gente
8575 está recebendo essas contribuições, recebemos a contribuição muito valiosa do
8576 Rogério, e a gente já está incorporando isso no documento, e no dia 7, agora de
8577 junho, a gente tem a data da reunião ordinária do CEPCT, que a gente convidou o
8578 Rogério a participar virtualmente, e a gente vai fazer então essa oficialidade com a
8579 Secretaria de Direitos Humanos, para que a gente possa então ter esse envio
8580 finalmente, depois de cinco anos, o envio da minuta do projeto de Lei à Casa
8581 Legislativa, então o intuito da gente trazer para cá para o Comitê é para que o
8582 Comitê também seja mais um ator nessa mobilização, nessa articulação incidência,
8583 para garantir a instituição do sistema estadual do Ceará, então a gente tem esse
8584 desafio sobretudo nesse contexto em que o Ceará vivencia uma crise gigantesca
8585 no sistema prisional e no sistema socioeducativo ao longo desses últimos anos,
8586 assim como em outros estados, a gente coloca aqui a importância de ter essa
8587 contribuição do Comitê, o CNJ fez um relatório gigantesco em 2016 também sobre
8588 o sistema prisional e esses relatos de tortura já estão documentados
8589 exaustivamente ao longo dos anos, então é isso que a gente veio trazer aqui,
8590 desculpa se me alonguei Sofia, obrigada.

8591 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8592 **E Cidadania – ITTC)** – Imagina, eu acho que é isso, no final das contas a gente
8593 tinha definido uma pauta que não deu tempo, mas acho que como encaminhamento,
8594 assim como o mecanismo tem pontos focais em cada estado, o Comitê também tem
8595 esses pontos focais, e aí o ponto focal no estado do Ceará é a Educafro, a Educafro
8596 é o ponto focal no Ceará, e a ANADEP também, então acho que a ANADEP e a
8597 Educafro podem participar dessa reunião talvez em conjunto com o Rogério, para
8598 discutir esse tema específico e daí enfim, a gente pode talvez trazer isso para a
8599 próxima reunião ordinária também, e aí a gente pode tentar estruturar um jeito
8600 melhor de participação dos comitês estaduais na reunião ordinária aqui do Comitê
8601 Nacional, talvez uma conversa melhor com os representantes a partir dos nossos
8602 pontos de pauta para que essa participação, que já é mais difícil porque ela é online,
8603 mas que ela fique mais contemplativa para os comitês estaduais. Isso bem sendo

8604 que a gente, a Nana comentou aqui e acho que talvez seja um ponto de pauta da
8605 próxima reunião, do encontro dos comitês, que isso está para acontecer. GT? Ah,
8606 está bem, gente. Muita informação não é da forma coisa. Então, então é isso. Eu
8607 queria agradecer a presença de vocês e a fala de vocês. A Patrícia vai mandar os
8608 contatos de vocês e daí a gente pensa tanto nos encaminhamentos em relação ao
8609 socioeducativo, depois a leitura do relatório na mesa diretora e a gente manda para
8610 o pleno também, e esses encaminhamentos em relação ao Comitê. Obrigada pela
8611 participação.

8612 **Interlocutora Não Identificada** – Sofia, só um informe rápido sobre essa questão
8613 do Ceará. A secretária de Direitos Humanos do Ceará esteve aqui, a Socorro, e ela
8614 falou dessa questão da reunião do dia 7 para fechamento da minuta. Então a
8615 coordenação já está acompanhando isso. Quando for para a mão do governador, a
8616 gente já está se organizando para fazer uma incidência a partir do governo para que
8617 isso caminhe.

8618 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8619 **E Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Agora, Mateus, se você conseguir de novo
8620 compartilhar a nota, aí a gente pode voltar para a volta da aprovação da nota que a
8621 Ana escreveu.

8622 **Interlocutora Não Identificada** – Só para dizer que eu fiz a nota inspirada na nota
8623 do Conselho Federal de Psicologia, mas tive a ajuda aqui da Dora e da Maria Clara
8624 na elaboração. Era bom aumentar a letra um pouquinho, não é? Eu vou ler também,
8625 porque não é melhor do que a gente falar. Vamos lá. Eu também já mexi em
8626 algumas coisas, então o que eu vou ler não é exatamente o que está aí, mas porque
8627 eu já fui... A cada vez que eu leio, tem coisa para corrigir. A nota conjunta do Comitê
8628 e do mecanismo em apoio à Resolução 487 de 2023 do Conselho Nacional de
8629 Justiça. Em fevereiro de 2023, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução
8630 487 de 2023, que institui a política antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece
8631 procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos
8632 Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei 10.216, de 2001, no âmbito do processo
8633 penal e da execução de medidas de segurança. De modo geral, a resolução orienta

8634 a adequação da atuação do sistema de justiça às normas nacionais e internacionais
8635 relativas aos direitos da pessoa em sofrimento mental e ou com deficiência
8636 psicossocial em conflito com a Lei. O documento estabelece prazos para interdição
8637 parcial e total dos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico no Brasil, com
8638 reorientação dos cuidados aos custodiados para os serviços e dispositivos da rede
8639 de atenção psicossocial do SUS, em sua relação intersetorial com outras políticas.
8640 Assim, a referida normativa reforça a estrutura da saúde Pública em suas diretrizes
8641 antimanicomiais e que fomentam os direitos humanos, conforme exige a Lei nº
8642 10.216, que impede a internação de pessoas com transtornos mentais em
8643 instituições asilares, como os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico. Como
8644 sabemos, de acordo com os diversos dispositivos técnicos produzidos pelos
8645 mecanismos nacional e estaduais de prevenção e combate à tortura, essas
8646 instituições praticam graves e constantes violações dos direitos humanos e
8647 evidentes práticas de tortura contra as pessoas custodiadas em todo o território
8648 nacional. Além de violarem direitos humanos, percebe-se que, historicamente,
8649 essas instituições não cumprem seu papel de cuidados em saúde mental e de
8650 reinserção social das pessoas em medidas de segurança, tal como preconiza a
8651 reforma psiquiátrica. A reforma psiquiátrica brasileira tem como princípios o cuidado
8652 e liberdade, garantindo que as pessoas com transtornos mentais tenham seus
8653 direitos preservados, a valorização da autonomia e a participação dos usuários na
8654 tomada de decisões sobre seu tratamento, a oferta de serviços de cuidados
8655 comunitários e outros serviços de saúde mental, inclusive de leitos de internação
8656 psiquiátrica em hospitais gerais, que compõem a rede de atenção psicossocial, a
8657 adoção de práticas terapêuticas menos invasivas e menos medicalizantes que
8658 superem as lógicas de contenção física e química, e o atendimento realizado por
8659 equipes interdisciplinares. Além disso, a reforma psiquiátrica busca enfrentar os
8660 estigmas relativos às pessoas com transtornos mentais, que não raro são
8661 marginalizadas e excluídas como se fossem pessoas criminosas, violentas e
8662 perigosas, fruto das nefastas heranças do racismo científico e das teorias de
8663 degeneração em seu caráter eugenista, higienista e racista, que ainda orientam
8664 práticas desumanizadoras. Em função disso, em acordo com o processo de reforma

8665 psiquiátrica brasileira, mesmo que algumas pessoas em sofrimento mental
8666 cometam crimes ou delitos, é fundamental compreendê-las como sujeitas de direito,
8667 sobretudo com direito ao cuidado em saúde adequado e em condições dignas, o
8668 que a história já mostra que não é possível no âmbito das instituições asilares
8669 manicomiais como os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico. Assim, a
8670 resolução assegura a proteção dos direitos humanos e as liberdades fundamentais
8671 das pessoas em sofrimento psíquico e visa promover o respeito à dignidade dessas
8672 pessoas ao induzir o processo de desinstitucionalização e desmanicomialização.
8673 Com isso, fortalece a missão institucional da Rede de Atenção Psicossocial do SUS,
8674 o avanço da reforma psiquiátrica brasileira e a política nacional de prevenção e
8675 combate à tortura.

8676 **Interlocutora Não Identificada** – Sugestões, por favor. Eu queria agradecer, para
8677 mim está ótimo. Não sei se alguém tem alguma sugestão.

8678 **Interlocutor Não Identificado** – Ana, enfim, a Ana e quem ajudou, acho que foi a
8679 Dora e o Caio, ficou excelente. Eu tenho duas reflexões, são dúvidas para a gente
8680 pensar em conjunto mesmo. Se ela poderia ser um pouco mais curta, não sei,
8681 porque é uma nota e tal, tenho essa dúvida. E essa parte que eu coloco em amarelo
8682 aqui, mesmo que algumas pessoas em torno ambiental comentam delitos e tal, eu
8683 acho que ela já está implícita. Não sei se a gente chama atenção para a questão do
8684 crime aqui. Fiquei nessa dúvida.

8685 **Sra. Ana** – Eu acho que a gente pode tirar. Acho que a gente pode tirar essa parte.
8686 E, assim, talvez a gente possa tirar também a parte em que eu detalho quais são
8687 os princípios da reforma psiquiátrica brasileira, porque aí é uma digressão.

8688 **Interlocutor Não Identificado** – Ana, eu tinha colocado em amarelo também, de
8689 tirar as duas partes de amarelo, essa aqui e a outra que eu falei agora.

8690 **Sra. Ana** – Está bem, vou tirar.

8691 **Interlocutor Não Identificado** – Eu acho que, de resto, ficou muito bom. Ela vai
8692 ficar mais enxuta e, talvez, mais fácil para a gente publicizar e divulgar e etc. Eu
8693 acho que sim.

8694 **Interlocutora Não Identificada** – Como é? Seria ótimo para a gente multiplicar.

8695 **Interlocutor Não Identificado** – E você me enviando no grupo a redação final, eu
8696 me comprometo agora mesmo já mandar até para o CNJ, porque eles têm replicado
8697 as notas que elogiam a resolução.

8698 **Interlocutora Não Identificada** – Dá um informe no final de tudo. Não atravessando
8699 o ponto.

8700 **I Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
8701 **Trabalho E Cidadania – ITTC)** – Então, eu acho que a nota foi aprovada, né? A
8702 gente pode, enfim, encontrar que foi aprovada. E aí tem o último ponto aqui, que
8703 seria...

8704 **Interlocutora Não Identificada** – É aquela coisa, né? As recomendações não vão
8705 acontecer se a gente não tiver uma atuação política nesse sentido. E eu destaquei
8706 a recomendação de desatuação dessas duas unidades para o Comitê priorizar no
8707 âmbito do relatório da Bahia. Não precisa, talvez, sair agora, mas... Quando a gente
8708 for dialogando, Patrícia, vamos desenvolvendo aí essa perspectiva, porque vai
8709 precisar de uma atuação de peso do Comitê. Bom, se vocês puderem sugerir o
8710 encaminhamento, eu, particularmente, como ponto focal da Bahia, vou marcar
8711 reuniões com todas as entidades recomendadas no relatório, né? Inclusive com a
8712 presença de pessoas do Comitê também e de outras entidades, para que a gente
8713 inicie esse trabalho político de observância das recomendações. Aí, assim, do ponto
8714 de vista do mecanismo, a gente vai fazer isso e vai convidar vocês.

8715 **Interlocutor Não Identificado** – Então, além do que a Camila traz, eu não cheguei
8716 a anotar tudo. Não sei aí a Débora, a Ana, enfim, também quem estava anotando.
8717 Mas a gente chegou a fazer algumas questões expressas, como convidar o
8718 Ministério Público, inclusive, para a próxima reunião. A Camila falou das reuniões.
8719 Então, tiveram alguns encaminhamentos. Eu acho que não constou formalmente a
8720 extinção, mas constou que a gente endossasse a recomendação que falava disso.

8721 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8722 **E Cidadania – ITTC)** – Bom, então, eu acho que só falta um último ponto aqui, não,

8723 um último ponto não, um penúltimo ponto da pauta, antes também do informe da
8724 VEC, é o ponto da resolução, a resolução que a gente precisava só aprovar à
8725 minuta, em relação à criação da comissão que vai fazer o edital. É de seleção de
8726 peritos e peritas. E aí a Ana poderia projetar para a gente aqui a minuta. Então,
8727 enquanto isso, você tenta, se a Carol quiser fazer o informe.

8728 **Interlocutora Não Identificada** – Só lembrando que já mandei também o
8729 documento da recomendação para o Rio Grande do Norte. Não sei se vai ser
8730 aprovado. Vou fazer o repasse, mas está aí também, está pronto. Mandei no grupo
8731 o documento. Texto.

8732 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8733 **E Cidadania – ITTC)** – Você podia mandar aprovar, porque a gente já leu todo
8734 mundo, né? Então está bem. Todo plenamente com a aprovação.

8735 **Interlocutora Não Identificada** – É só porque, com relação à nota, a gente teve
8736 que ler para aprovar. Com relação à recomendação, achei que fosse o mesmo
8737 procedimento, mas é isso, é o horário. Pode passar para o repasse.

8738 **Interlocutora Não Identificada** – Pronto. Então, é um repasse sobre a questão da
8739 portaria da AVEP, do TJDFT. Só para contextualizar, a portaria que existe desde
8740 2016 foi feita pela AVEP e DF para impedir nossa atuação aqui no território, depois
8741 de uma inspeção do mecanismo, em 2015 e 2016. Então, a portaria que já é uma
8742 retaliação, ela continuou em vigor até recentemente. Quando fomos para o CAT, a
8743 gente colocou no nosso relatório a questão da portaria. Foi maravilhoso ouvir os
8744 relatores da ONU perguntando que portaria é essa que não impede a entrada dos
8745 peritos, porque foi, assim, algo que pelo menos um reconhecimento de uma
8746 instância sobre a gravidade. E aí tinha havido, no ano passado, uma correção do
8747 CNJ aqui na AVEP e DF, não só pela portaria, mas pela atuação da AVEP e DF de
8748 modo geral. Gravíssima atuação, muita negligência, uma juíza que se colocou no
8749 lugar de quase uma administradora do sistema, algo bastante estranho e
8750 personalista, inclusive. E aí já havia recomendação de suspensão da portaria com
8751 a cobrança dos relatores do CAT. Foi feito a partir da secretaria da Isadora,
8752 inclusive, que participou na época da correção. Uma diligência no CNJ, o corregedor

8753 suspende a vigência da portaria, mas ainda é uma decisão de suspensão, não é
8754 uma decisão de mérito, é uma decisão liminar. Nesse meio tempo que a gente fez
8755 uma inspeção no DF, a gente recebe uma ocorrência administrativa por conta da
8756 nossa inspeção, essa ocorrência vai para o TJ, a juíza dá uma resposta surreal, de
8757 um nível de agressividade em relação a gente, que é indigesto de ler, acho que não
8758 merece nem resposta aquilo ali, porque é uma violência contra a gente. Ela diz
8759 basicamente que o nosso trabalho não se qualifica de todas as formas, diz que a
8760 gente não sabe entrar na cadeia, diz que fala como a gente deveria trabalhar a partir
8761 da perspectiva dela. E isso é ratificado pelo Presidente do tribunal, pelo corregedor,
8762 numa resposta ridícula que ele cita Habermann, ciclo de Viena, quer dizer, ele está
8763 vivendo em Nárnia, em Viena, enquanto a gente está falando da cadeia, do chão da
8764 cadeia, ele está falando de Viena e de Habermann. Então, assim, é uma resposta
8765 que eu acredito que não merece muita atenção nossa, mas eu acho que merece,
8766 um ofício conjunto do MNPCT e do CNPCT para o corregedor nacional, reafirmando
8767 a importância de confirmação de decisão de suspensão da portaria e o Ministério
8768 também, a partir da secretaria, fazer também uma incidência, considerando que a
8769 Isadora participou, ela está muito integrada ali no CNJ, então, eu acho que tem
8770 muito peso quando vem também, a partir da secretaria, o reconhecimento da
8771 importância da suspensão e o pedido de que seja mantido. Então, fazer essa
8772 incidência de duas vias, o ofício conjunto nosso e o ofício a partir da secretária para
8773 o corregedor nacional para reafirmar, a partir também das próprias recomendações
8774 agora do CAT, do CNJ. E é isso.

8775 **Interlocutora Não Identificada** – Você quer fazer agora? Pode fazer.

8776 **Interlocutora Não Identificada** – Eu só queria compartilhar com vocês a situação
8777 do mecanismo de Pernambuco, do Edital, veja só. Desde março desse ano que o
8778 Comitê Estadual de Pernambuco mandou para a Secretaria dos Direitos Humanos
8779 uma minuta de Edital, que está de acordo com o OPCAT, que faz, que prevê
8780 mandatos, embora a Lei seja omissa, não dispensando a posterior alteração da Lei,
8781 que prevê também reserva de vaga para pessoas negras, indígenas e pessoas com
8782 deficiência. Nós, do Mecanismo Nacional, participamos da edição desse Edital. Nós

8783 revisamos esse Edital também. Maria Clara também contribuiu com esse Edital. E
8784 nós fomos surpreendidos depois de muito exigir, o parecer da Procuradoria Geral
8785 do Estado acerca desse Edital, que foi nos mandado apenas hoje, ainda agora, em
8786 que a PGS posiciona, faz um entendimento da norma pernambucana que institui o
8787 sistema, que ignora o OPCAT e ignora a Lei nacional. Ele puxa a interpretação da
8788 norma de modo que a governadora iria escolher os peritos do mecanismo, que os
8789 cargos, por serem cargos comissionados, seriam de livre nomeação e exoneração
8790 e que a governadora poderia a qualquer momento exonerar ou nomear os peritos.
8791 Eles puxam a interpretação nesse sentido. E também pediu para tirar a previsão de
8792 mandato do Edital porque a Lei é omissa. O que não tem o menor sentido é a
8793 interpretação completamente equivocada. Então, nós tiramos, eu e Maria Clara,
8794 tiramos o encaminhamento. Ela é ponto focal de Pernambuco e eu também, cada
8795 um no mecanismo e Comitê. Tiramos o encaminhamento. Eu vou fazer uma peça
8796 com caráter técnico-jurídico com relação à interpretação da norma, trazendo as
8797 bases do protocolo facultativo, trazendo os parâmetros também do Sistema
8798 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e trazendo também jurisprudência que
8799 nós temos nesse sentido para dar a interpretação correta para essa norma de modo
8800 a garantir a autonomia e a independência da nova composição do mecanismo, que
8801 não está garantida por essa leitura da Procuradoria-Geral do Estado. Eu pretendo
8802 soltar esse documento até sexta e ele vai assinado pelo mecanismo e pelo Comitê.
8803 Certo? Assim, a nossa proposta de encaminhamento, que eu e Maria Clara a gente
8804 conversou na sexta-feira que seria isso. Estou colocando aqui para ver se estão de
8805 acordo.

8806 **Interlocutora Não Identificada** – Obrigada, gente. Vou passar aqui para a Patrícia.

8807 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
8808 **Desencarceramento)** – Eu quero aproveitar. Eu estou entrando de repente, porque
8809 foi agorinha de repente, aproveitando para dizer que sexta-feira está marcada uma
8810 reunião com a secretária sobre esse assunto aqui, porque ainda estou na
8811 coordenação do Comitê estadual e não paramos juntas, porque fizemos muita coisa
8812 junto com o mecanismo. Maria Clara também participou. E aí eu terminei agora,

8813 nesse momento, de marcar uma reunião com a secretária. E aí sexta-feira tem uma
8814 reunião e a pauta é essa. Mecanismo e Comitê.

8815 **Interlocutora Não Identificada** – Eu queria sugerir que eu acho que não é só a
8816 secretaria. A PGE defende o Estado. Ela está defendendo um posicionamento do
8817 Estado. Ela está defendendo um posicionamento da governadora. Para isso que
8818 serve a PGE. Acho que a gente precisa marcar uma reunião com a governadora.
8819 Então, acho que o Comitê Nacional precisa marcar uma reunião com ela e dizer,
8820 olha, vocês estão retrocedendo. Já estamos em maio. Então, acho que é isso.

8821 **Interlocutora Não Identificada** – Poder colocar isso como encaminhamento do
8822 Comitê, marcar a reunião com a governadora seria interessante. Com a presença
8823 do governo federal também seria interessante nessa reunião, para a gente poder
8824 chegar com peso. Eles não estão compreendendo e estão querendo aparelhar o
8825 mecanismo de Pernambuco.

8826 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8827 **E Cidadania – ITTC)** – Maria Clara e Ana Valesca. Não? Maria Clara, não?

8828 **Interlocutora Não Identificada** – Não, só para acrescentar que existe um processo
8829 SEI que foi criado para publicar o edital. E esse parecer foi emitido no âmbito desse
8830 processo SEI. Então, se fosse possível que essa nota técnica fosse enviada ao
8831 processo SEI, seria ainda melhor.

8832 **Interlocutora Não Identificada** – Gostaria de aproveitar só para perguntar. A
8833 Camila disse que o edital foi aprovado. Esse edital, você teve acesso completo?

8834 **Interlocutora Não Identificada** – O edital foi aprovado pelo Comitê Estadual. Eu
8835 participei, fiz uma revisão, não só eu, mas também Maria Clara revisou o edital.

8836 **Interlocutora Não Identificada** – Quando você falou do mecanismo, a gente queria
8837 ter acesso ao edital.

8838 **Interlocutora Não Identificada** – Eu acredito que sou do mecanismo também.

8839 **Interlocutora Não Identificada** – Pois é, eu sou ponto focal de Pernambuco.

8840 **Interlocutora Não Identificada** – Gente, não é o momento para isso.

8841 **Interlocutora Não Identificada** – Então, eu acho assim... Alguém tem algum ponto
8842 para falar especificamente do informe que a Carol deu da juíza, da VEP? Você
8843 anotou aqui o encaminhamento? Não anotou, Nana? Anotou, não é? Em relação ao
8844 informe que a Camila deu agora, a Maria Clara e a Camila já estão se articulando
8845 para fazer essa peça. E também a gente anotou aqui... A gente é ótimo. A Nana
8846 anotou aqui o encaminhamento de reunião com a governadora. É uma nova
8847 tentativa de reunião com a governadora. Então, eu acho que desses dois pontos a
8848 gente não tem mais nada para falar. E aí eu passaria, então, para... Você levantou,
8849 Bárbara? Ah, está aqui com a plaquinha. Ah, você quer falar?

8850 **Interlocutor Não Identificado** – Só queria mesmo a ajuda de vocês para entender
8851 a questão, porque acho que não acompanhei nos últimos meses talvez o que tenha
8852 acontecido. Mas Pernambuco era um dos estados, dos poucos, que tinha
8853 mecanismo. E agora... Alguém pode, sinteticamente, assim, em 30 segundos, dizer
8854 exatamente o que aconteceu?

8855 **Interlocutora Não Identificada** – A governadora exonerou todo mundo no início do
8856 ano. E, até agora, a gente está esperando que tenha um novo edital, uma nova
8857 seleção. E as pessoas que estavam no mecanismo já estavam há um bom tempo,
8858 porque não tem mandato. Porque o mecanismo de Pernambuco foi o segundo. As
8859 pessoas ficaram 10 anos. É esse o ponto.

8860 **Interlocutor Não Identificado** – As pessoas ficaram no mandato, teve uma seleção
8861 e elas ficaram ad eternum?

8862 **Interlocutora Não Identificada** – Sim, 10 anos. É isso.

8863 **Interlocutora Não Identificada** – A gente já falou sobre isso na última reunião, acho
8864 que foi pauta. Eu não estive na última. Na extraordinária, não estive. Bom, acho que
8865 a gente pode passar, então, para o nosso último ponto da pauta aqui, que é a

8866 resolução. A Nana fez aqui, projetou aqui a minuta. A gente já tinha aprovado, só,
8867 na verdade, uma questão do texto em si.

8868 **Interlocutora Não Identificada** – Eu aproveitei a minuta anterior. Eu consegui
8869 localizar a ordem da minuta anterior. Designar os seguintes membros para compor
8870 a comissão de elaboração do edital do sexto processo de seleção de peritos do
8871 Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Jaqueline Aparecida Silva
8872 Alves Corrêa, representante da Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio.
8873 Antônio José Coutinho de Jesus, representante do Conselho Federal de
8874 Enfermagem. Fernanda Vieira de Oliveira, representante da Secretaria Nacional de
8875 Direitos Humanos do Ministério de Direitos Humanos. E aí fica faltando um
8876 representante de governo.

8877 **Interlocutora Não Identificada** – Eu acho assim, não tem ninguém do governo
8878 aqui, não tinha ninguém ontem. Eu acho que talvez a gente possa fazer só a Nana,
8879 pelo menos para a elaboração do edital. E depois, quando for a comissão de
8880 seleção, a gente faz como a gente tinha votado, que é a maioria da sociedade civil,
8881 mas ainda com membros do governo. Então, a gente pode suprimir esse pedaço,
8882 porque daí já pode começar a fazer isso e apresentar na próxima RO o edital.

8883 **Interlocutora Não Identificada** – Aí o artigo segundo fala, a comissão deliberará
8884 pela maioria simples dos votos de seus membros e formalizará em registro próprio
8885 todas as decisões tomadas no âmbito da elaboração do edital. E, havendo empate,
8886 o membro com maior idade proferirá o voto de desempate. A presidência da
8887 comissão será definida mediante sorteio no primeiro dia de seus trabalhos. Espera
8888 aí que aqui está errado. Parágrafo único. Compete ao Presidente coordenar os
8889 trabalhos desenvolvidos pela comissão. Artigo quarto. Fica a coordenação geral de
8890 combate à tortura e graves violações aos direitos humanos através da coordenação
8891 executiva do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, responsável por
8892 prestar apoio técnico-administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos
8893 da comissão de que trata esta resolução. Esta resolução é entre vigor na data de

8894 sua publicação. Fica. Isso é só se houver necessidade, não é, Mauricléia? Eu não
8895 acho que vai ter necessidade, não, mas tem que ter a previsão legal, entendeu?

8896 **Interlocutor Não Identificado** – A minha pergunta é... nós temos apenas uma
8897 pessoa do governo nesta comissão. Eu lembro que, ontem, a gente tinha decidido
8898 que a comissão de seleção não seria paritária, porque eu fui voto vencido, mas que
8899 essa seria. Não veio ninguém do governo. Gente, um de cada vez.

8900 **Interlocutora Não Identificada** – Não, a questão toda é que eu estou tentando
8901 resolver isso agora no sentido de encaminhar para a gente conseguir ter o edital
8902 para a próxima RO, porque não veio ninguém do governo. Então, a gente não tem
8903 nenhuma indicação de membro do governo que era o que tinha ficado combinado
8904 ontem, teoricamente, no final desse ponto, que o governo indicasse, então, o
8905 representante para estar, e ninguém indicou. Agora, de fato, na votação, a gente
8906 fez uma votação específica, na verdade, para a comissão de seleção, fazendo um
8907 combinado que essa teria uma paridade. Agora, estou colocando aqui para vocês a
8908 questão. Por ora, não temos. Ou a gente assume que a gente não tem e leva essa
8909 resolução nesse sentido, ou a gente manda essa resolução e faz um comunicado
8910 para todos os membros que fazem parte do governo para que indiquem alguém.
8911 Não sei se essa indicação vai chegar a tempo de a gente conseguir fazer a RO.

8912 **Interlocutor Não Identificado** – Só para complementar o meu raciocínio, acho
8913 importante, primeiro, que a gente mantenha as coisas que a gente decide. Para
8914 mim, ontem, foi decidido que era paritário, que são quatro pessoas. Aí tem três.
8915 Primeira questão, se toda vez que não tiver alguém do governo se candidatando a
8916 fazer as coisas, a gente tirar a pessoa, tiver uma pessoa a menos, vai ficar
8917 complicado. A gente tem um procedimento que existe em regimento, que é o de
8918 atos serem aprovados pela presidência do Comitê e, posteriormente, serem
8919 ratificados pelo plenário. Acho que este é um caso de não aprovar isso agora,
8920 esperar o governo indicar alguém. Neste meio tempo, semana que vem, quando o
8921 governo indicar, o Presidente aprova. A Sofia pode, inclusive, aprovar. E, na

8922 próxima, começa o trabalho da comissão, publica e, na próxima, só ratifica. Aprova
8923 ad referendum, exatamente.

8924 **Sra. Mauricleia Soares Dos Santos (Titular – Conselho Federal De Serviço**
8925 **Social – CFSS)** – A minha proposta, que a gente realmente queria agilizar, mas
8926 coloque lá o membro do governo, conforme a gente aprovou ontem. Eu tenho uma
8927 proposta que é as meninas do Ministério das Mulheres que vieram. Mas quando é
8928 que elas vão fazer parte?

8929 **Interlocutora Não Identificada** – A CONJUR liberar, não é isso? Quando o
8930 Presidente Lula assinar o novo decreto de composição do Comitê.

8931 **Sra. Mauricleia Soares Dos Santos (Titular – Conselho Federal De Serviço**
8932 **Social – CFSS)** – E aí não tem prazo, é isso?

8933 **Interlocutora Não Identificada** – Tem, não.

8934 **Sra. Mauricleia Soares Dos Santos (Titular – Conselho Federal De Serviço**
8935 **Social – CFSS)** – Não, porque, assim, olha, elas têm toda uma discussão da
8936 questão de gênero, da questão de raça.

8937 **Interlocutora Não Identificada** – Mas elas não fazem parte, infelizmente, agora.

8938 **Sra. Mauricleia Soares Dos Santos (Titular – Conselho Federal De Serviço**
8939 **Social – CFSS)** – Ah, meu Deus. Então, fica na incumbência da Nana conseguir
8940 alguém de governo. Pronto.

8941 **Interlocutora Não Identificada** – A minha proposta é muito franca. Acho que a
8942 gente tem que trabalhar com a realidade. Eu não assumo o compromisso de
8943 conseguir, em curto espaço de tempo, alguém para essa vaga do governo. Não vou
8944 assumir. Vocês viram o que aconteceu aqui, esses dois dias. Acho que está todo
8945 mundo muito ciente.

8946 **Interlocutor Não Identificado** – Olha, eu vou dar a minha opinião aqui em relação
8947 a esse ponto. Ontem, nós tínhamos aqui, nós estávamos presentes aqui, vários

8948 componentes do governo. Foi perguntado aqui pela Sofia, acho, umas três vezes.
8949 Ela fez um apelo aqui, inclusive, para as pessoas candidatarem. E dá a importância
8950 de ter a representação do governo nas comissões. Está certo? E ninguém se
8951 manifestou. Então, eu vejo o seguinte. Aqui é apenas um edital. É um edital, está
8952 definido. É apenas a elaboração do edital para iniciar um processo. E que esse
8953 edital, já foi colocado aqui, que a gente vai aproveitar o edital do anterior. Nós, na
8954 verdade, vamos fazer a leitura dele, de repente acrescentar alguma coisa, atualizar
8955 alguma coisa, para que nós possamos dar o start a um processo. O que este edital,
8956 não tendo a presença de representante do governo, isso implicará em comprometer
8957 o processo em si. Se nós ficarmos presos a esses pequenos detalhes, a gente não
8958 caminha. Porque, se for para decidir isso daqui a dois meses, a questão do edital,
8959 olha bem, gente. Porque a polícia, no Natal, não faz mais nada. Então, a minha
8960 opinião, me propôs a trabalhar a questão do edital, porque estou vendo assim,
8961 querendo agilizar o processo. Porque, o que estou percebendo aqui, ou nós vamos
8962 tomar algumas decisões, não ilegais, mas se a gente não tomar algumas posições
8963 aqui dentro da legalidade mínima, para que a gente possa avançar nesse processo,
8964 dos inúmeros problemas que foram discutidos aqui nesses dois dias, nós não vamos
8965 avançar. Então, a minha proposta é que as quatro pessoas que estão indicadas ali,
8966 três pessoas estão indicadas ali, não há problema, não haverá briga entre essas
8967 três pessoas, não haverá grandes discussões, porque eu sou da paz, está certo?
8968 Então, eu acho que nós temos que aprovar, estou dando a minha opinião aqui,
8969 aprovar e nós tocamos isso, para na próxima reunião, a gente já possa dar um
8970 outro passo. Está certo?

8971 **Sra. Mauricleia Soares Dos Santos (Titular – Conselho Federal De Serviço**
8972 **Social – CFSS)** – E eu retiro a minha proposta, vamos lá.

8973 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
8974 **E Cidadania – ITTC)** – Então, gente, só para aqui, enfim, para a gente concretizar
8975 aqui a ideia. A gente vai aprovar a resolução, então, com esses, eu entendo o que
8976 o Caio está falando, eu acho que nossos combinados, eles têm que permanecer,
8977 mas a gente tem que levar em consideração a conjuntura também do que está

8978 acontecendo. Eu, particularmente, achei que com a presença do Ministro aqui, hoje,
8979 viriam mais membros do governo. Não foi o que aconteceu. O próprio Ministro disse
8980 que vai tomar providências, enfim, para tentar fazer com que essas pessoas estejam
8981 aqui. Eu, de fato, não estou entendendo por que elas não estão aqui, eu não
8982 consegui entender. Para mim, enfim, não faz sentido que elas não estejam. Então,
8983 eu acho que a gente poderia aprovar a resolução da forma como está, mesmo
8984 porque, na próxima RO, esse edital vai passar pelo pleno. E o pleno é formado por
8985 todo mundo que está aqui, governo, sociedade civil, etc. E a gente vai ler e aprovar
8986 o edital. Então, eu seguiria da maneira como está. E aí, queria entender... Você quer
8987 falar?

8988 **Sr. Caio** – Não, eu não me oponho, ok? E, inclusive, agradecer ao Coutinho que eu
8989 achei ótimo estar na comissão. Conversamos hoje, de manhã, ali no início. A minha
8990 questão é, primeiro, porque eu sou extremamente Caxias. E quem já estava aqui
8991 sabe. Eu sou muito Caxias. E, até agora, funcionou. Ser Caxias, durante esse
8992 tempo, salvou a gente de muita coisa no governo Bolsonaro. Então, eu sei de cor
8993 esse regimento aqui. Contem comigo para isso. A minha questão é eu gostaria que,
8994 sempre que alguma coisa mudasse de posicionamento, não fosse ao vento. Ontem,
8995 combinamos isso. Olha, hoje, a conjuntura não deu. Podemos mudar todo mundo?
8996 Sim? Ok. Essa é a minha questão. Nesse ponto, eu sou chato para caramba. Eu
8997 não me oponho a fazer desse jeito. Não me agrada. Não acho correto. Se for para
8998 insistir na paridade, o que propõe? Eu proponho que seja compulsório.

8999 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
9000 **E Cidadania – ITTC)** – Acho, Caio, concordo nesse seu aspecto da
9001 compulsoriedade, por exemplo, em relação às comissões e aos grupos de trabalho.
9002 Porque, senão, acho que a gente não vai para a frente. Porque, de fato, eles não
9003 vão indicar e eu concordo. Agora, nesse tema da criação do edital, não acho que
9004 tenha um grande prejuízo também. Mas acho que sim. Acho que a gente tem que
9005 fazer vários combinados entre nós, de várias ordens, para que a gente consiga, de
9006 fato... E aí você diz muito Caxias, eu não sou. Mas é isso. Acho bom quem seja
9007 também porque, para mim, as coisas vão funcionando um pouco conforme vai

9008 andando. E acho que também essa herança é também do Duane, que acho que
9009 vocês estavam aqui antes. E, de fato, tudo era muito difícil porque eles sabiam o
9010 regimento interno de cor. Então, acho que você teve que saber o regimento interno
9011 de cor também, porque daí a discussão ficava muito nesse âmbito. Só que acho
9012 que a gente pode... Apesar do governo não estar aqui, a gente pode discutir em um
9013 âmbito que seja um pouco fora também do regimento para que a gente consiga
9014 fazer algumas coisas e não fora da legalidade, mas conseguir manejar um pouco
9015 para que a gente consiga dar encaminhamento para as coisas. Então, acho que a
9016 gente segue assim. E aí, em relação aos grupos de trabalho, só para...

9017 **Interlocutora Não Identificada** – É uma sugestão. Eu vou insistir aqui na posição
9018 do Caio. Acho que a gente não induz processos institucionais sem peitar algumas
9019 coisas com alguma firmeza. Acho que a elaboração de um edital dá margem para
9020 muita coisa, muita judicialização, dá muito problema, inclusive no âmbito interno do
9021 governo, de ser acusado. Então, assim, eu insistiria de a gente indicar que a
9022 SENAPEN, que foi o órgão do governo que mais participou ou algum outro, enfim,
9023 não sei, vamos pensar juntos que órgão, MDS, enfim, que a gente coloque
9024 compulsoriamente e peça para que indique quem é, então, que vai participar, se é
9025 a titularidade daqui ou a suplência, enfim. Porque eu fico achando que, se a gente...
9026 Eu entendo, Sofia, o que você está dizendo de a gente fazer acontecer as coisas,
9027 não ficar demorando, mas acho que a gente precisa induzir processos, sobretudo
9028 nesse governo, nesse momento. É uma posição, assim, que eu acho que a gente
9029 tem que tomar para poder... Se a gente decidiu que é paritário essa parte,
9030 justamente para evitar esse tipo de coisa, e que não é paritário o processo seletivo
9031 por conta das razões que a gente já discutiu, eu acho que a gente tem que manter.
9032 Porque o governo estava aqui quando a gente decidiu que ia ser paritário, não é?

9033 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
9034 **E Cidadania – ITTC)** – Eu só ia falar porque, enfim, só para a gente pensar aqui no
9035 tempo, que tudo o que a gente acaba discutindo aqui sempre tem mil coisas que
9036 vão se desdobrando. Mas aí eu vou passar para a Jaque e para a Patrícia e depois

9037 a gente fecha essa questão e aí a gente encerra a reunião com uma resolução aqui
9038 sobre isso.

9039 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**
9040 **Resistência Contra O Genocídio)** – Eu sou da defesa que o governo tem que ser
9041 chamado a responsabilidade. Mas eu entendo que tem questões que a gente
9042 simplesmente precisa encaminhar. O que nós tínhamos ontem era a comissão de
9043 seleção, inclusive foi muito bem apontado pelo Caio a necessidade do edital. A
9044 resolução do edital já era uma coisa que deveria ter antecedido aquele momento de
9045 ontem. Ontem, quando foi colocada a necessidade da comissão do edital, as três
9046 pessoas que aqui estão e que constam na resolução, de imediato já se prontificaram
9047 a fazer esse trabalho. Inclusive, tinham outros membros do governo aqui na hora e
9048 um apelo grande para a participação. Eu acho muito prejudicial a gente não
9049 encaminhar, muito mais prejudicial a gente não encaminhar a comissão com as
9050 pessoas que estão efetivamente dispostas a essa construção, em detrimento de
9051 aguardar um membro do governo que já estava ciente e não se colocou. Eu penso
9052 assim, até mesmo com uma forma de otimizar o trabalho da comissão, é melhor
9053 para a gente estar com quem está realmente afim de construir, ciente dessa
9054 responsabilidade. Para mim, parece um certo tipo, talvez um pouco de apego à
9055 forma. Acho que a única questão é constar na ata, porque, efetivamente, foi um
9056 combinado ontem, que o combinado não pode ser cumprido por, novamente,
9057 ausência do governo, neste momento. Eu entendo, sim, que o edital, ele é, inclusive,
9058 instrumento, pode ser instrumento de número de judicialização, só que, como já foi
9059 colocado aqui, ele não é aprovado pela comissão. Ele é aprovado por esse pleno,
9060 que, inclusive, novamente, os membros do governo vão ser chamados e vão ter
9061 total condição e reconhecimento anterior de fazer todas as colocações e todos os
9062 apontamentos necessários para a discussão desse edital. E, para mim, enquanto
9063 membro da comissão, que interesse que tem de indicar compulsoriamente alguém
9064 que eu sei que sequer vai estar disposto a fazer essa construção? É uma comissão
9065 provisória, com trabalho pontual e entendo que qualquer encaminhamento diferente
9066 do que está sendo dado é prejudicial, é isso?

9067 **Interlocutora Não Identificada** – Então, acho que, assim, colocar o Senapem,
9068 assim, abriria um precedente, assim, que eu já estava quase aqui infartando, quase
9069 caindo dura. Entendeu? Pode ser meu amigo em outros assuntos, mas, nessa
9070 pauta, temos opiniões diferentes. Eu não sei se o desenvolvimento de Ministério de
9071 Desenvolvimento de Assistência Social e Familiar, Domitila, que acompanha a
9072 reunião, está aí. Pode ser um nome. Entendeu? Vamos ver. Entendeu? Então,
9073 assim, vamos colocar o nome do Ministério. Quem vai ser? É outra questão. O
9074 Ministério tem o assento no Comitê, ponto. Vai ter que dar o jeito dele de indicar
9075 quem é o servidor. Entendeu? Eu acho que a gente também vai e volta, vai e volta,
9076 e a gente não avança.

9077 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
9078 **E Cidadania – ITTC)** – A gente pode colocar, então, o Ministério de
9079 Desenvolvimento e Assistência Social e Família e Combate à Fome, que foi a
9080 Domitila que votou também com a gente nas duas questões. Então, enfim, acho que
9081 não vai ter grandes problemas, mas acho que é isso. Pode ser também que essas
9082 figuras sejam só no sentido figurado mesmo. Eu não sei se de fato elas vão
9083 participar. Eu não acho que os grupos têm que ficar à mercê, de fato, da participação
9084 do governo ou não para a reunião. Acho que os trabalhos podem ser tocados tanto
9085 nos grupos, no GT de trabalho, quanto nas comissões, etc. E aí, não contando
9086 necessariamente com a participação do governo, porque a gente já viu que não
9087 participaram, mas, de todo modo, acho que a gente tem que ter uma postura que
9088 eu não sei necessariamente qual é e acho que a gente vai ter que construir, que
9089 também, e a Patrícia acho que falou bem aqui que é isso, acho que a gente vai ter
9090 que chamar essas pessoas para participarem, para dizer que elas têm que
9091 participar. Porque, se a gente só ficar falando, as pessoas não participam, não
9092 participam, aí talvez elas, de fato, não participem. Então, assim, se elas compõem,
9093 eu acho complexo a gente ficar chamando gente para vir aqui e fazer a obrigação
9094 que elas têm que fazer. Mas, de todo modo, isso tem uma força política diferente do
9095 que um Comitê que é composto por governo e sociedade civil em que só a
9096 sociedade civil se manifesta. Então, acho que a gente vai ter que pensar estratégias

9097 em relação à ausência do governo. Eu vou passar, então, só queria saber se todo
9098 mundo concorda, então, com isso eu vou passar para o Mateus. Você não
9099 concorda? Caramba.

9100 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9101 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Não, eu peço desculpas, pessoal. Eu fiz uma
9102 reunião de três minutos ali no cantinho e achei que demorava meia hora, mas
9103 acabou. Mas eu consegui acompanhar um em cada ouvido, um no fone e outro
9104 ouvido com vocês. Eu acho que a gente pode estar criando um problema, por
9105 exemplo, se a Domitila não puder participar. Eu concordo com o Caio, até em termos
9106 assim, que a gente tinha um combinado que ia ser de dois e dois, mas também teve
9107 um combinado ontem também no sentido que eles encaminhariam um nome para
9108 a gente hoje e não encaminharam. Então, eu deixaria mesmo só o Antônio, enfim,
9109 os três, a Jaque, Antônio e a Fernanda. O que, ao fim e ao cabo, segue o próprio
9110 princípio da não paridade que a gente tem no órgão. A sociedade civil tem uma
9111 pessoa a mais. Então, assim, inclusive o Caio usou a mesma expressão que a
9112 minha mãe usa, de Caxias e tal, entendo perfeitamente, mas eu acho que a gente
9113 pode estar criando até um problema. A Domitila não vai poder participar e aí vai,
9114 enfim. Então, eu seguiria com os três nomes.

9115 **Sr. Caio** – Por que é um problema a Domitila não participar?

9116 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9117 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Eu não sei prever o futuro. Ela vai poder
9118 participar?

9119 **Sr. Caio** – Não sei, mas se ela não participar, por que vai ser um problema?

9120 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9121 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Porque a tua posição de ser igual não vai ser,
9122 vai ser dois a um.

9123 **Sr. Caio** – Sim, isso vai viabilizar a escrita do edital?

9124 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9125 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Assim como se estivesse só os três, não vai.
9126 Não, porque uma coisa é a forma.

9127 **Sr. Caio** – E aí, nesse ponto, eu concordo. Você usou essa expressão várias vezes
9128 hoje, que é de impulsionar mudança, induzir processos. Eu concordo exatamente
9129 com isso. Então, eu achei a saída que a Sofia deu de colocar a Domitila que
9130 participou da reunião, que votou com a gente, ótima, perfeita. No processo seletivo
9131 que aconteceu, alguns membros do governo não participaram. Não conseguiram ir
9132 todas as vezes. Teve um que adoeceu, sabe? Isso não inviabilizou o processo. Mas,
9133 formalmente, o governo estava ali representado. Assim, se sai um documento
9134 dizendo que tem um a menos do governo, a imagem Pública que isso gera e a
9135 possibilidade de contestação Pública que isso proporciona é de que este conselho
9136 é usado pela sociedade civil, de que não existe o espaço para o governo, ou de que
9137 o governo abandonou e, sei lá, não pode se manifestar aqui. Eu prefiro que seja
9138 feito dessa forma. Mas, como eu falei no início, se quiserem tirar a Domitila e colocar
9139 os três da forma como estava, eu não me oponho. A minha oposição, como eu falei
9140 antes, é a mudança das opiniões coletivas sem que se diga que a opinião está
9141 mudando. Foi só isso.

9142 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9143 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Eu discordo nesse ponto, porque acho que a
9144 opinião é a mesma. Houve um combinado ontem que não foi cumprido por um dos
9145 lados, que não foi o nosso lado, entre aspas.

9146 **Sr. Caio** – É que, gente, não existem lados exatamente. Sim, é uma força de
9147 expressão. Não tem um colegiado, governo e o nosso.

9148 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9149 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Sim, é uma forma de expressão. Acho que
9150 você entendeu. Ou seja, o receio que eu tenho... Vamos supor, o governo fala que
9151 não concorda com não sei o quê, tem que ser o fulano do outro Ministério e a gente

9152 perder dois meses. A minha grande preocupação é a gente perder dois meses.
9153 Amanhã, vamos supor, vem lá, o Silvio apareceu e falou que não é a Domitila, é o
9154 fulano. A minha preocupação é a gente perder dois meses. A minha preocupação é
9155 essa.

9156 **Interlocutora Não Identificada** – É muito simples. A Nana apresentou uma minuta
9157 proposta de uma resolução para criar o edital. Ela fez direitinho conforme nós
9158 acordamos ontem. Dois da sociedade civil e dois do governo. Nós aprovamos
9159 assim, colocamos o Ministério e pronto. Se as pessoas vão indicar ou não, não é
9160 problema nosso. O problema nosso é garantir os dois da sociedade civil. Nós não
9161 somos governo. Governo que se organiza e apresenta dois nomes. Então, a
9162 proposta de encaminhamento é que a gente vote conforme a Nana apresentou e
9163 ponto final. Não discutir nome, não discutir quem vai e quem não vem. Se é a
9164 secretaria, o Ministério, sei lá o que está aí, que nem me lembro mais, vota assim e
9165 acabou-se.

9166 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
9167 **E Cidadania – ITTC)** – Gente, eu acho o seguinte. Eu acho que o Caio me
9168 convenceu aqui do argumento, no sentido de que embora eu entenda que a gente
9169 tem que proceder mesmo sem... Com ausência do governo, etc. Mas eu acho que
9170 tem um peso. Não é à toa que essas burocracias, enfim, elas acabam tendo um
9171 peso e até pode gerar uma judicialização depois. Então, eu acho que a gente pode
9172 manter. Se tiver qualquer problema, enfim, e se ela não estiver também, ela não
9173 está, mas é isso. O nome dela constou aqui. E eu acho que a conversa tem que ser
9174 feita nesse sentido a partir da próxima reunião, que eu espero que eles participem.
9175 No sentido de que é isso? E aí, só para fazer um informe aqui, que a gente acabou
9176 com a nossa pauta super extensa, não conseguindo tratar de alguns pontos. E um
9177 deles foi que ontem a gente definiu quem eram os membros da sociedade civil que
9178 vão fazer parte das comissões e dos grupos de trabalho. Mas não teve indicação
9179 do governo. Mas eu acho que isso é uma coisa que a gente pode fazer no âmbito
9180 da mesa diretora. A indicação do governo, isso já está aprovado, porque foi
9181 aprovada a criação dos grupos de trabalho. E aí a gente já teria, teoricamente, não

9182 sei... E também é isso. Eu acho que a gente tem que pensar numa questão prática.
9183 A gente fez milhares de encaminhamentos aqui. Tem várias coisas. E a Nana já
9184 falou que tem a Nana, a Tamires e a Débora. Então, é muita coisa para pouca gente
9185 fazer, de fato. É muita coisa. É um trabalho muito grande. Então, pensar que é isso.
9186 A gente vai ter que conseguir trabalhar com o que a gente tem. E aí, última coisa
9187 para a gente encerrar de fato, eu acho que nós, Sociedade Civil, precisamos estar
9188 mais organizada e articulada com o mecanismo nos pontos focais. Então, a gente
9189 precisa reestabelecer quem é ponto focal de cada lugar, porque essas conversas
9190 podem ser feitas paralelamente com os pontos focais do mecanismo, com as
9191 organizações da Sociedade Civil locais, com os movimentos familiares, etc. Para
9192 que, quando a gente vem aqui na reunião, a gente tenha mais informes do que
9193 necessariamente pontos de pauta que a gente vai discutir com todo mundo. E acho
9194 que a gente pode trazer coisas por mais complexo que seja, etc., mais prontas aqui
9195 para a gente só aprovar, votar, porque, quando a gente fica aqui elaborando
9196 minutas, etc., isso gasta tempo da nossa reunião. Mas é isso. E aí, de fato, acho
9197 que a gente tem que, por exemplo... Vou dar um exemplo aqui. Eu fiz um convite
9198 que era para a reunião lá do CNJ, que a gente até viu que duas pessoas não vão
9199 poder. Então, agora o Mateus está nesse grupo de trabalho, vão ter que pensar
9200 outras pessoas. Mas quem redigiu o convite fui eu. Eu mandei para elas, para elas
9201 votarem no SEI. Então, a gente tem que pensar que, talvez, nós também, Sociedade
9202 Civil, a gente tem que passar a redigir as minutas e redigir as minutas dos
9203 encaminhamentos que vêm através das denúncias de violações, etc. Tem modelo
9204 para isso. Eu não usei o modelo para isso, mas tem modelo para basicamente tudo.
9205 E isso também facilita o trabalho. E também tem uma autonomia maior nossa.
9206 Porque a gente não fica... Porque a coordenação é uma coisa, ajuda a gente, mas,
9207 assim, a coordenação, enfim, quem tem que elaborar e etc. é o próprio Comitê.
9208 Então, para não... Eu queria só saber se alguém tem mais alguma coisa para falar.
9209 Mateus.

9210 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9211 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Sim, eu só vou sugerir o seguinte. Vamos ter

9212 uma pauta. Eu sei que é difícil, porque é um exercício de escolha dos temas, das
9213 preferências, das importâncias. Mas acho que é importante ter uma pauta mais
9214 enxuta, prevendo que parte do tempo são as coisas que surgem no decorrer da
9215 conversa. Então, por exemplo, na tarde de hoje, se fosse acontecer como estava
9216 no papel, a gente teria duas resoluções em que a gente teria levado uma hora para
9217 escrever cada uma delas. Isso não existe, assim, sabe? Então, as minhas
9218 sugestões seriam essas, de a pauta ser mais enxuta e, também, opinião que não é
9219 nem um pouco popular, de que a gente retorne ao comportamento que a gente tinha
9220 antes, que é o seguinte, quem fala nessa reunião são os membros, são os
9221 convidados permanentes e são os convidados que têm algum assunto a tratar
9222 naquele momento. Porque, quando a gente distribui indiscriminadamente a
9223 possibilidade de falar na reunião, a gente perde tempo. É chato falar assim, porque
9224 não estou dizendo que a gente perde tempo ouvindo as pessoas, mas é que este é
9225 o fórum para que as conversas cheguem prontas. Então, isso seria, também, uma
9226 questão e a gente, e daí eu sei que é um pedido para ti, Sofia, é controlar mais a
9227 fala das pessoas. Eu acho que faz parte da tua função ser antipática acordando as
9228 pessoas. Ninguém gosta de quem acorda, mas faz parte. Eu sou Presidente de
9229 outro conselho e eu sei que as pessoas odeiam quando ficam... É, mas é.

9230 **Interlocutor Não Identificado** – Eu concordo com a sugestão do Caio de uma
9231 pauta mais enxuta, até porque, se for caso de colocar outro ponto de pauta, a gente
9232 conseguiria. Aí eu pediria só para a Tamires registrar que eu fui vencido naquela
9233 votação. E, de fato, Caio, a gente conversou ontem que a gente ia limitar o tempo
9234 hoje em três minutos, mas não início, enfim, chegou o Ministro e não fizemos isso.
9235 Rapidinho, em relação a isso, eu estava contabilizando aqui quantos pontos a gente
9236 estava deixando correndo, fica aquela loucura. Eu queria várias coisas para falar,
9237 mas eu acho que a gente tem que falar na reunião da sociedade civil como a gente
9238 se organizar. Então, por exemplo, eu acho que a primeira coisa é aquilo, a gente
9239 marcar uma reunião nossa para a gente se organizar direitinho. Não vou falar dos
9240 trabalhos aqui, mas eu acho que a gente tem que se organizar para poder a gente
9241 chegar aqui mais incisivo em algumas pautas e sabendo qual é o nosso papel aqui.

9242 É isso. Então, acho que retorna lá naquele grupo, nós, para ver como a gente se
9243 organiza.

9244 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
9245 **E Cidadania – ITTC)** – Só falar um ponto aqui. Eu realmente não sou a pessoa
9246 muito boa de cortar os outros, porque eu não gosto de fazer isso e ninguém... Eu
9247 não gosto de fazer isso porque eu acho que, nesse espaço aqui, é um espaço que
9248 está tratando de assuntos muito importantes e, principalmente, eu não gosto de
9249 fazer isso com pessoas que são familiares de pessoas presas ou pessoas que,
9250 enfim, sofrem essas violações ou pessoas que, enfim, são de movimentos sociais,
9251 etc. Eu sou contrária a fazer isso. Mas eu acho, gente, sinceramente, que vocês
9252 podem colaborar porque a sociedade civil também não colaborou com o tempo e eu
9253 falei várias vezes isso aqui. Agora, se quiserem que eu levante uma plaquinha com
9254 o tempo, eu posso fazer isso. Eu acho que não faz sentido. Eu acho que as pessoas
9255 podem ter bom senso também e entenderem o tempo de fala. As pessoas não têm
9256 bom senso, mas nós aqui, gente, a gente está aqui, é um trabalho aqui de grupo.
9257 Então, assim, a gente pode... Eu falei várias vezes, entre nós aqui. E, de fato, eu
9258 não consigo... Eu não consigo, muitas vezes, olhar quem levantou a plaquinha
9259 primeiro que o outro. Isso não dá tempo de ver, etc. E acho que é isso, gente. Tem
9260 temas que, de repente, uma pessoa está falando uma coisa aqui e a outra quer falar
9261 exatamente daquele ponto e vai precisar esperar a rodada inteira, etc. Então, tem
9262 coisas que são administradas aqui e eu não estou aqui me defendendo, etc. Estou
9263 falando que a gente... Pode ser também, gente, mas eu só acho que a gente pode
9264 colaborar entre a gente aqui para também todo mundo, que é da sociedade civil,
9265 também se ater ao tempo que isso não aconteceu, de fato, né?

9266 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
9267 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Não, assim, eu acho que não é a tua função
9268 anotar a lista de quem vai falar. Não é tu que faz isso. É alguém que está te
9269 secretariando nessa reunião. É, então, aí é isso, né? Não, no biênio passado,
9270 quando a vice-presidência era da sociedade civil, era alguém da mesa diretora, que
9271 a gente ficava revezando, né? A vice-Presidente fica orientando, coordenando a

9272 reunião. E a outra pessoa fica secretariando. Ah, fulano levantou. Exato quanto
9273 tempo e tudo mais. E, assim, são processos pedagógicos. Essa coisa de levantar a
9274 plaquinha, isso aqui alguém algum dia inventou e começou a cobrar das pessoas
9275 que fosse assim, né? Então, a coisa do tempo, se vai ser plaquinha, se vai ser uma
9276 buzina. Não sei, mas são processos que a gente implementa e eles vão
9277 acontecendo. E, assim, as pessoas não têm bom senso. Isso é movimento social,
9278 as pessoas adoram falar. Então, não vai acontecer.

9279 **Interlocutora Não Identificada** – Gente, as funções estão aí. Para todo mundo que
9280 é sociedade civil, fiquem à vontade. Podem fazer as funções. Fiquem à vontade.
9281 Gente, obrigada a todos. Obrigada a todo mundo que estava online também.
9282 Qualquer coisa, a gente está aqui à disposição.

9283 **Interlocutor Não Identificado** – Ah, eu tenho só mais uma coisa, na verdade. É
9284 de que a gente estude a possibilidade junto com o governo. Porque, assim, na terça-
9285 feira, eu cheguei 11h30 da noite aqui. E eu não participei da reunião com a
9286 sociedade civil. Então, estudar a possibilidade de as pessoas chegarem mais cedo,
9287 de elas chegarem no meio da tarde. Eu sei que as pessoas podem ter pedido o
9288 horário mais tarde, mais cedo.

9289 **Interlocutora Não Identificada** – Eu recomendo que vocês acordem entre vocês o
9290 horário que vocês querem chegar. Nos informem com a devida antecedência.
9291 Fundamentem esse pedido para que a gente possa comprar as passagens com
9292 antecedência necessária. Porque, a gente ficar sabendo, na hora que está
9293 comprando as últimas passagens, que vocês queriam se reunir às 9h da noite, um
9294 dia antes, a gente não consegue fazer mais muita coisa. Porque essa questão de
9295 ter que fundamentar a compra um pouco antes da reunião das passagens está
9296 realmente um saco. Eu não consigo achar outra palavra. É um saco. Entendeu?

9297 **Interlocutor Não Identificado** – Eu entendo a burocracia. Não fui eu que inventei
9298 e fiz o pedido em cima da hora. Mas é tanto para chegar antes quanto para ir embora
9299 depois. Sem reflexo em diária, talvez. Não sei como funcionaria. Quem pudesse.

9300 Porque as pessoas saem daqui... Se a reunião acaba às 5h, ela não acaba às 5h,
9301 ela acaba às 6h. Se a pessoa tem o voo às 7h, ela não participa da reunião.

9302 **Interlocutora Não Identificada** – Infelizmente, tudo para ampliar a permanência de
9303 vocês aqui, reflete em diária. Eu não consigo desvincular isso. Porque alguém muito
9304 inteligente, brilhante, resolveu isso para a vida. Entendeu? Então, eu ainda não
9305 consigo desvincular isso. Estou tentando explicar, sensibilizar quem faz essa gestão
9306 aqui no Ministério, que é preciso essa desvinculação das passagens das diárias.
9307 Porque eu posso querer vir para Brasília, ficar aqui dois dias em reunião, receber
9308 as diárias de reunião do Comitê, mas querer ir embora daqui a uma semana. Isso
9309 não deveria ser um problema. Mas, infelizmente, nesse momento,
9310 administrativamente, eu não consigo fazer.

9311 **Interlocutor Não Identificado** – Pessoal, vamos tirar uma foto aqui de todo mundo.
9312 Nesse ponto, Caio, estava até no ponto de pauta de manhã de áreas e passagens,
9313 mas, como estava presente o Ministro, a gente quis focar nos relatórios, nas coisas
9314 do mecanismo.

9315 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
9316 **E Cidadania – ITTC)** – Bom, então, só para formalidade aqui, está encerrada a 39ª?
9317 39ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional.